



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM HISTÓRIA

**EXPERIÊNCIAS CAPTURADAS: EM TORNO DA ESCRAVIDÃO URBANA,
IMPrensa E FUGAS ESCRAVAS NO RIO DE JANEIRO, 1809-1821**

Dissertação de Mestrado

RAPHAEL NEVES

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**EXPERIÊNCIAS CAPTURADAS: EM TORNO DA ESCRAVIDÃO URBANA,
IMPrensa E FUGAS ESCRAVAS NO RIO DE JANEIRO, 1809-1821**

Dissertação de Mestrado

RAPHAEL NEVES

Sob a orientação do Professor
FLÁVIO DOS SANTOS GOMES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Estado, Relações de Poder, Trabalho e Movimentos Sociais.

Rio de Janeiro, RJ
Maio de 2012

326.0981

N518e

T

Neves, Raphael, 1987-

Experiências capturadas : em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821 / Raphael Neves. - 2012. 154 f.: il.

Orientador: Flávio dos Santos Gomes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 140-154.

1. Escravidão - Rio de Janeiro (Estado) - História - Teses. 2. Escravos - Condições sociais - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 3. Escravos fugitivos - Brasil - História - Teses. I. Gomes, Flávio dos Santos, 1964-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RAPHAEL NEVES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes, UFRJ
(Orientador)

Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de C. Basile, UFRRJ

Prof. Dr. Carlos Eugênio Líbano Soares, UFBA

Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Losada Moreira, UFRRJ

Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo, USS

AGRADECIMENTOS

Enganam-se aqueles que pensam que as páginas mais importantes de serem lidas são aquelas que se seguem após o sumário. Uma dissertação de mestrado é fruto de dedicação e esforço. Exige pesquisa em arquivos e bibliotecas. Leitura de livros e artigos. Horas de isolamento na frente do computador, manuseando os dados empíricos pesquisados e a bibliografia pertinente. Lembro quão bagunçada ficava a mesa do quarto... pilhas de livros, xeroxs e um monte de fichas pautadas 3x5 espalhadas escritas com anúncios de jornais do século XIX! Foi a melhor maneira que encontrei para organizar e transformar tudo nesta dissertação. Mas seria grande hipocrisia afirmar que só isso bastou. E é a partir daqui que começo a ter mais trabalho do que nas outras páginas. Sinto que falta a necessária fluidez na escrita... as páginas depois do sumário parecem terem esgotado minhas poucas habilidades na arte de escrever. Mas mesmo assim não posso deixar de agradecer neste texto a todos que foram fundamentais para conseguir terminar essa jornada.

Agradeço primeiramente a Deus pela sua bondade e fidelidade, mesmo não sendo merecedor. Meu ingresso no curso de graduação em História da UFRJ e a conclusão do mesmo testificam mais uma vez isso. Da mesma forma, o ingresso no mestrado da UFRJ e o término dele. Só posso agradecer a Deus repetindo “Ebenezer”, porque até aqui Deus tem me ajudado.

A minha família sou grato por todo o apoio que me cederam. Quem olha uma dissertação pronta não imagina o quanto ela exige. Não teria conseguido ir tão longe sem minha mãe, Vera Lúcia Rodrigues da Silva, meu irmão, João Francisco Neves, e minha avó, Jeanette Medina Neves. Muito obrigado a vocês por compreenderem minhas angústias e não se privarem de em momento algum me auxiliar.

Ao longo do mestrado pude contar novamente com a amizade do Gustavo Dantas Abrantes. Idas e vindas para Seropédica e Nova Iguaçu. Discussões, dúvidas e conversas sobre as atividades acadêmicas e a vida. Acho que não seria exagero considerá-lo um “malungo”, afinal, essa já é a segunda “travessia”. Valeu.

Não posso deixar de agradecer pelas importantes críticas e sugestões do professor Marcello Basile e da professora Tânia Pimenta na qualificação. Elas foram, na medida do possível, incorporadas, contribuindo em muito para o desenvolvimento desta dissertação.

Ao professor Flávio Gomes não tenho como agradecer pela preciosa orientação iniciada desde a época da graduação. Indicações de fontes, discussões teóricas, temáticas e metodológicas sobre escravidão. Fora as várias correções dos “protótipos” do que seria essa dissertação. Sou muito grato porque obtive muito mais que uma orientação acadêmica.

Por fim, agradeço a Capes-Reuni pela concessão da bolsa de estudo que possibilitou meus estudos no mestrado.

RESUMO

NEVES, Raphael. **Experiências capturadas: em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821**. 2012. 154p. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

Esta dissertação discutirá as possibilidades analíticas – para o universo da escravidão no Brasil – de abordagens sobre escravidão, imprensa e fugas escravas. Examinaremos as fugas de escravos e como elas se inseriam socialmente dentro das cidades escravistas atlânticas, em especial, na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, privilegiando os anos de 1809 a 1821, quando circulava o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*. Perscrutar os significados e sentidos que uma fuga tinha para os escravos, senhores de escravos e outros segmentos sociais, bem como era entendida por cada um deles são os fios condutores deste estudo. Primeiramente será examinado como a escravidão foi ocupando espaço dentro da imprensa periódica entre os anos de 1809 a 1821 por meio, principalmente, dos anúncios de fuga, que ao longo do século XIX se tornaram quase que praticamente obrigatórios, ao menos na cidade do Rio de Janeiro, para se capturar um escravo. Utilizaremos para tanto alguns periódicos que circularam pela cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, relatos de cronistas, viajantes e registros policiais de prisão de escravos fugidos. Objetivamos assim demonstrar as mudanças ocorridas nas fugas escravas e no processo de captura possibilitadas pelo surgimento da imprensa periódica para posteriormente compararmos as várias narrativas de fugas escravas, que além de fornecerem um esboço do cotidiano da escravidão, trazem as expectativas que os atores históricos tinham sobre suas ações.

Palavras-chave: escravidão, imprensa e fugas escravas.

ABSTRACT

NEVES, Raphael. **Experiências capturadas: em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821.** 2012. 154p. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

This dissertation will discuss the analytical possibilities – for the universe of the slavery thematic in Brazil – approaches on slavery, press and slaves escape. We will examine the leakage of slaves and how they fell into socially Atlantic slave within cities, especially in the city of Rio de Janeiro in the early decades of the newspaper *Gazeta do Rio de Janeiro*. Scrutinizing the meanings and feelings that had an escape for the slaveholders and other social groups, and was understood by each of them are the conductors of this study. First will be examined as slavery was taking up space in the periodical press between the years 1809 to 1821 by mainly notices of escape, that throughout the nineteenth century became almost mandatory, at least in the city of Rio de Janeiro, to capture slave. We will use both for some journals that circulated through the city of Rio de Janeiro in the early decades of de nineteenth century, accounts of chroniclers, travelers and police records of arrest of fugitive slaves. We aim to demonstrate well the changes in slave escapes and capture process made possible by the emergence of the periodical press to later compare the various narratives of slaves escapes, which also provide an outline of daily life of slavery, brought the expectations they had on their historical actor actions.

Key words: Slavery, press and slaves escapes.

LISTA DE ABREVIACOES E SÍMBOLOS

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

ANRJ – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

LISTA DE TABELAS

Apresentação

Tabela 1. Desembarque de escravos africanos na cidade do Rio de Janeiro entre 1808-1821: p. 20.

Tabela 2. População total da cidade do Rio de Janeiro, 1799: p. 21.

Tabela 3. População total da cidade do Rio de Janeiro, 1821: p. 21.

Capítulo 1

Tabela 4. Anúncios de atividades comerciais publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1809): p. 50.

Tabela 5. Escravos africanos e brasileiros fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 62.

Tabela 6. Naturalidade e sexo dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 63.

Tabela 7. Cor dos escravos brasileiros fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 63.

Tabela 8. Regiões africanas dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 64.

Tabela 9. Quantidade e percentuais dos escravos da África ocidental fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 64.

Tabela 10. Quantidade e percentuais dos escravos do Centro-oeste africano fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 65.

Tabela 11. Quantidade e percentuais dos escravos da África oriental fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 65.

Tabela 12. Faixa etária dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 66.

Tabela 13. Ocupação dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 68.

Tabela 14. Tempo de fuga dos escravos fugidos boçais e ladinos até serem anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 70.

Tabela 15. Total de escravos fugidos boçais e ladinos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 71.

Capítulo 2

Tabela 16. Moradia dos senhores de escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*(1809-1821): p. 74.

Tabela 17. Moradia dos senhores de escravos fugidos residentes nas freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*(1809-1821): p. 76.

Tabela 18. Recompensa prometida pela captura de escravos em anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821) a partir do lugar de moradia dos senhores: p. 77.

Tabela 19. Média de recompensa de captura de escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* por ocupação: p. 77.

Tabela 20. Ocupação/profissão dos senhores/proprietários dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 78.

Tabela 21. Quantidade de anúncios de fuga e escravos fugidos anunciados em periódicos do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX: p. 85.

Tabela 22. Local de prisão de escravos fugidos pela polícia e local de residência dos senhores que anunciaram na *Gazeta do Rio de Janeiro* escravos fugidos: p. 90.

Tabela 23. Local de prisão de escravos fugidos pela polícia por anos: p. 90.

LISTA DE GRÁFICOS

Capítulo 1

Gráfico 1. Evolução anual de anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821): p. 59.

Capítulo 2

Gráfico 2. Quantidade de anúncios de fuga e escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* e escravos presos por fuga pela polícia da Corte: p. 89.

Gráfico 3. Quantidade de anúncios de fuga por meses entre 1820-1821 na *Gazeta do Rio de Janeiro*: p. 92.

Gráfico 4. Quantidade de anúncios de fuga e escravos anunciados no *Diário do Rio de Janeiro* no ano de 1821: p. 94.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

Figura 1. Prancha nº 30 de Debret: “Casa para alugar, cavalo e cabra à venda”: p. 55.

Figura 2. Detalhe dos avisos: p. 55.

Capítulo 2

Figura 3. Crioulo fugido: p. 96.

Figura 4. Annuncio: p. 97.

Capítulo 3

Figura 5. Prancha nº 42 de Debret, “O colar de ferro, castigo dos negros fugitivos”: p. 109.

Figura 6. Vendedores ambulantes de Carlos Julião, 1811: p. 112.

Figura 7. Negro fujão de Frederico Guilherme Briggs, 1832-36: p. 112.

Figura 8. Capitão-do-mato de Rugendas, 1835: p. 112.

Figura 9. Negro fujão de Eugene, 1828: p. 112.

Figura 10. Castigo doméstico de Rugendas, 1835: p. 113.

Figura 11. Castigos de Edward Hildebrandt, 1846-49: p. 113.

Figura 12. Castigo de escravos de Jacques Etienne Arago, 1839: p. 114.

Figura 13. Preta vendedora de água de Joaquim Lopes Barros, 1841: p. 114.

Figura 14: Prancha nº 41, Negociante de tabaco em sua loja: p. 121.

Figura 15. Brasileiro acreditando ter reconhecido escravo fugitivo de Paul Harro-Harring, 1840: p. 131.

LISTA DE MAPA

Capítulo 2

Mapa 1. Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1812: p. 75.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO: HISTÓRIA, ESCRAVIDÃO E CIDADES	26
Reconstituindo espaços escravistas	27
Sobre fugas escravas e protestos	34
Decifrando as fugas: escravos enquanto agentes históricos	39
1. IMPRIMINDO FUGAS NUM ESPAÇO URBANO	44
1.1 A <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> e suas funções na Corte joanina	44
1.2 Matheus: o primeiro fujão na <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	51
1.3 Outros focos entre revelações	62
2. FUGIDAS IMPRESSÕES: UNIVERSOS, CAMINHOS E TRANSFORMAÇÕES DOS (NOS) ANÚNCIOS	72
2.1 Proprietários redatores de anúncios de fuga	72
2.2 Anunciando e popularizando	84
3. UM CALEIDOSCÓPIO: NARRATIVAS, SENHORES E FUGITIVOS	98
3.1 Procurando refúgios	98
3.2 Medos e receios das fugas e dos fujões	101
3.3 Dificuldades e esconderijos	106
3.4 Expectativas senhoriais	108
3.5 Escapando das armadilhas	119
3.6 O contraponto das fugas	123
3.7 Perniciosas conseqüências	130
EPÍLOGO: CENAS DA ESCRAVIDÃO	137
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179

APRESENTAÇÃO

As fugas de escravos, tanto individuais quanto aquelas coletivas, foram permanentes no sistema escravista. E no Brasil não foi diferente. Apesar dos indesejados problemas que alguns escravos em fuga pudessem ocasionar, a escravidão, de maneira geral, constituía-se como a pedra fundamental da sociedade oitocentista brasileira. Ao longo do século XIX, os proprietários de escravos – principalmente nas cidades – ao perceber que seu escravo sumira, recorriam quase que invariavelmente à imprensa periódica. Colocavam nos jornais de maior circulação pequenos textos informando as características físicas do fujão, seus costumes, como poderia estar trajado e possíveis lugares por onde pudesse ser encontrado. Em romance publicado pela primeira vez em 1895 – “Bom-Crioulo” – Adolfo Caminha retrata exatamente isso ao reconstituir um cenário da *plantation* cafeeira, provavelmente próxima da década de 1850 num momento em que a questão do abolicionismo dos escravos ainda não se apresentava constituída:

Jornais traziam na terceira página a figura de um “moleque” em fuga, trouxa ao ombro, e, por baixo, o anúncio, quase sempre em tipo cheio, minucioso, explícito, com todos os detalhes, indicando estatura, idade, lesões, vícios, e outros característicos do fugitivo. Além disso o “proprietário” gratificava generosamente a quem prendesse o escravo.¹

O mesmo certamente teria se dado com o personagem principal do romance de Caminha, o Amaro, alcunha *Bom-crioulo*. Fugido de uma fazenda de café, cansado das arbitrariedades senhoriais, ia para o Rio de Janeiro, desconhecendo as adversidades que um *homem de cor* enfrentava numa cidade escravista. Arriscando a sorte, o personagem de Adolfo Caminha não escolhera se embrenhar nas florestas próximas a fazenda. Saindo daquele mundo familiar que conhecia tão bem, Amaro deixa a zona rural para trás, e vai para a cidade do Rio de Janeiro, mesmo sem ter nenhum conhecido nela que o pudesse auxiliar em sua aventura. Talvez, por justamente não ter em mente nenhum possível coito que pudesse protegê-lo dos perigos inerentes ao homem de cor num lugar como a Corte, que Amaro decide ingressar na Marinha de Guerra. Lá, Amaro, o negro que ninguém sabia de onde veio – embora não fosse muito difícil descobrir –, “metido em roupas d’ algodãozinho, trouxa ao ombro, grande chapéu de palha na cabeça e alpercatas de couro cru” pôde trocar suas vestes esfarrapadas de escravo roceiro pela camisa azul de marinheiro, a qual manteria impecavelmente limpa e engomada. O negro fugido se livrava do estigma da cor, da raça e da escravidão ao se tornar um marinheiro. Era assim que Caminha caracterizava o aroma da liberdade que Amaro intensamente respirava na faina do navio. Livre da vida dura de trabalho no eito que começava antes do sol nascer e estendia-se pela noite afora sem ganhar nada a mais que eventuais chibatadas e prolongados castigos no tronco, Amaro apenas lamentava a sorte de seus companheiros de senzala. Parcos momentos de nostalgia só quando se lembrava da mãe Sabina e dos costumes que aprendera nos cafezais. Mas tais doces lembranças logo se esvaneciam como a fumaça das queimadas que abria espaço para as novas plantações de café. Bastava ele olhar para sua vida atual e, apesar de toda a disciplina militar, lhe vinha à satisfação com o presente: agora tinha “sua maca, seu travesseiro, sua roupa limpa, e comia

¹ CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. Rio de Janeiro: Grupo Ediouro Editora Tecnoprint S.A, p. 18.

bem, a faltar, como qualquer pessoa [...]”,² vivendo de fazer viagens marítimas pelo litoral do Brasil.

Episódios da escravidão envolvendo cativos em fuga inspiraram também a Machado de Assis. Em seu conto “Pai contra mãe”, ele descreve de maneira semelhante à de Adolfo Caminha o cotidiano da escapada de um escravo, só que de forma mais densa, talvez por estar revelando sobre o que se seguia após uma fuga num ambiente urbano, onde o papel da imprensa era mais atuante do que em áreas rurais. Vejamos o que escreveu em 1906:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha a promessa: "gratificar-se-á generosamente", – ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.³

Os textos dos anúncios de fuga alinhavam interesses dos mais variados. De um lado, senhores buscando encontrar cativos que não davam o ar da graça há tempo; de outro, jornais ganhando com os anúncios publicados em suas folhas; além de diversos capturadores de escravos colecionando anúncios para ver se as minuciosas descrições batiam com aqueles que desconfiavam nas ruas. Esse último era o caso do personagem Candido Neves que descobrira que para esse ofício era exigido nada mais do que “força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda”. Saber ler e escrever também era fundamental.

Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de cousas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os venciam sem o menor arranhão.⁴

As experiências de Candido Neves começam por volta da metade do século XIX, período em que os escravos fugiam com certa frequência, proporcionando meios de sobrevivência para os não raros capturadores de escravos evadidos. Um desses fujões era a mulata Arminda. O anúncio de sua fuga foi publicado repetidamente nos jornais. Difícil deveria ser a captura dessa mulata. Certamente, por isso, a recompensa oferecida por sua prisão fosse uma das mais altas, chegando ao valor de cem mil réis. Arminda deveria estar acoitada por um amante, afinal, encontrava-se grávida! Candido Neves, recém casado, movido pela necessidade e pelo crescimento da sua família – agora era pai – decorara os gestos e a indumentária da fujona, para então capturá-la e amenizar seu deficitário orçamento com o prêmio da captura. Mas não conseguia êxito. Deveras ladina essa escrava. Candido Neves também não conseguia capturar outros escravos cujas recompensas tinham valores menores. A situação de Candido permanecia complicada. Parece que a concorrência de

² CAMINHA, *op. cit.*, p. 19.

³ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Pai contra mãe” IN: *Contos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 120.

⁴ ASSIS, *op. cit.*, p. 126.

desempregados que rapidamente se tornavam capitães-do-mato não permitia que Candido encontrasse escravos em fuga. Muitos dos seus concorrentes podiam estar pegando fujões antes dele, ou, quem sabe, os escravos em fuga agora utilizavam melhores estratégias. Ao que parece, as ruelas do Rio de Janeiro imperial estavam se tornando um labirinto, que ora escondia esses escravos, ora os exibia – principalmente para aqueles que conheciam os caminhos de entrada e saída desse labirinto social da cidade.

Ao longo do romance a escrava Arminda se manteve fugida. Os repetidos anúncios de fuga asseguraram isso, pois não cessaram de aparecer publicados nos periódicos, indicando, primeiro, a dificuldade que os capitães-do-mato e demais autoridades responsáveis enfrentavam para capturá-la; e, segundo, que o seu senhor não havia ainda desistido da captura dela apesar de todas as tentativas frustradas. Será que era porque estava por perto, continuando a exercer a mesma ocupação ou talvez freqüentando os mesmo lugares de outrora quando então estava sob o jugo de seu senhor? O fato é que a mulata Arminda deixou cair seu “manto de invisibilidade” quando Candido Neves já quase desistira de capturá-la. Enquanto Candido levava seu filho recém nascido para a Roda dos enjeitados, resolvera trilhar um caminho diferente do usual, que por coincidência, foi utilizado pela fujona Arminda. Capturada logo em seguida, aborta, devido à via sacra que percorria um escravo fujão. Quanto à Candido, ganha o dinheiro da recompensa, podendo assim permanecer com o seu filho. A desventura dessa mãe bastou para que Candido continuasse a exercer a paternidade.

Adolfo Caminha e Machado de Assis não foram os primeiros há fazer dos episódios de fugas de escravos cenários sociais nos quais transcorrem os enredos de seus romances. Em 1875, num momento onde as sementes da legislação emancipacionista de 1871 começavam a dar os primeiros frutos – fazendo uns clamar pela libertação imediata e outros justamente pela lenta, gradual e segura – Bernardo Guimarães lança seu romance “A escrava Isaura”. Sucesso na época, que se estendeu até os dias de hoje fazendo tal romance ser muito mais lido e conhecido do que o de Caminha e Machado. Nele Guimarães narra a estória de uma escrava não só com a cor *branca*, mas com qualidades morais preconizadas pela sociedade patriarcal. O romance passa-se na década de 1840, nos primeiros anos do reinado de dom Pedro II, numa fazenda em Campos dos Goitacazes, próxima ao rio Paraíba. Trabalhando nos afazeres domésticos da casa-grande, a jovem e encantadora Isaura, que recebera uma educação excepcional, ficara sem outra saída a não ser fugir para se livrar repetitivas investidas sexuais de Leôncio, seu senhor, que cada vez ameaçavam mais sua castidade, que além de simbolizar sua pureza, ratificava sua distinção moral representada na brancura de sua pele. Assim ela foge com seu pai para a cidade do Recife, em Pernambuco, indo num navio negreiro cujo capitão era amigo de seu pai. Pai e filha foram, então, residir quase que isolados da sociedade, numa pequena chácara escondida pela vegetação local, evitando travar maiores relações com a sociedade, raramente aparecendo em público, afirmando Isaura ser livre e se chamar Elvira.

Para reconduzir sua escrava ao cativo, Leôncio acionara a polícia e mais uma multidão de agentes particulares, não poupando nenhum vintém para que pudesse alcançar êxito. Mas isso de pouco adiantou. Isaura ia já para dois meses de fugida, e assim teria continuado se não fossem os muitos anúncios de fuga publicados pelo *Jornal do Commercio*, periódico da cidade do Rio de Janeiro que também circulava por outros centros urbanos do Brasil, como Recife. Quando Isaura se apresentou num baile freqüentado pela boa sociedade, as indagações de por que duma dama angelical e ainda moça se manter tão escondida foram logo respondidas pelo longo anúncio de sua fuga que não deixava sombra de dúvida alguma:

Fugiu da fazenda do Sr. Leôncio Gomes da Fonseca, no município de Campos, província do Rio de Janeiro, uma escrava por nome Isaura, cujos sinais são os seguintes: cor clara e tez delicada como de qualquer branca; olhos pretos e grandes;

cabelos da mesma cor, compridos e ligeiramente ondedos; boca pequena, rosada e bem-feita; dentes alvos e bem dispostos; nariz saliente e bem talhado; cintura delgada, talhe esbelto e estatura regular; tem na face esquerda um pequeno sinal preto, e acima do seio direito um sinal de queimadura, mui semelhante a uma asa de borboleta. Traja-se com gosto e elegância, canta e toca piano com perfeição. Como teve excelente educação e tem uma boa figura, pode passar em qualquer parte por uma senhora livre e de boa sociedade. Fugiu em companhia de um português, por nome Miguel, que se diz seu pai. É natural que tenham mudado o nome. Quem a aprender e levar ao dito seu senhor, além de se lhe satisfazerem todas as despesas, receberá gratificação de 5:000\$000.⁵

Novamente um caso de fuga é solucionado mediante um anúncio publicado num jornal de grande circulação. Será que os três autores pensavam algo em comum ao decidirem retratar esses episódios de fugas de escravos? Adolfo Caminha, Machado de Assis e Bernardo Guimarães iniciam suas histórias relembrando um dado passado, quando a escravidão vigorava a plenos pulmões e sem maiores questionamentos. Eram tempos que insistiam ainda em repercutir. Por isso, talvez, a vontade de reiterar o quão abominável tal instituição fora, não só para os escravos, como para a sociedade toda. Cada um deles apresentava uma crítica social da época: às vezes mais fácil de ser percebida porque um ou outro romance constituía-se num libelo antiescravista; outras vezes, nem tanto, devido à tamanha sutileza, que exigia do leitor algo mais. Não pretendo aqui avaliar os sentidos das críticas sociais nestes romances, algo que demandaria outra pesquisa. A abordagem deles importa aqui para refletir o quanto a obra literária não revela a sociedade que a produz de maneira transparente e objetiva. Em outras palavras, Caminha, Assis e Guimarães não se preocuparam em fazer sociologia quando escreveram seus respectivos romances. Contudo, nem tampouco seus romances são meramente ficções guiadas unicamente por imaginações que ganham coerência a partir de suas habilidades literárias. Ao contrário, eles usaram a realidade social em que conviveram como referencial para suas histórias. Cabe ao historiador decifrar os significados aparentes desses romances.⁶

Todos três convergem justamente por destacar uma experiência histórica do cotidiano da escravidão a qual com certeza assistiram: o uso crescente da imprensa periódica como ferramenta para captura dos evadidos. Parece que durante o século XIX o normal era esse. Corriqueiro e costumeiro, ao se perder um escravo, o protocolo para reavê-lo estendia-se quase sempre por um anúncio de fuga – publicado em determinados jornais – que conseguia alcançar a sensibilidade dos leitores que conheciam bem as agonias que a fuga de um escravo acarretava para o seu proprietário. Esses anúncios também despertaram o interesse de vários capitães-do-mato, pedestres e autoridades policiais, e mais outros indivíduos dispostos a arranjar alguns trocados localizando escravos fujões. Para além dos interesses pecuniários, os anúncios de fuga ainda nos remetem a algumas características da sociedade oitocentista, deixando transbordar também narrativas do seu cotidiano.

Contudo, nem sempre tudo transcorreria desse modo. Vale lembrar que a imprensa no Brasil, proibida durante quase todo o período colonial, surge apenas em 1808, com o advento

⁵ GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Klick Editora. pp. 104-105.

⁶ A partir do conceito de documento trabalhado por Jacques Le Goff, alargo a noção de fonte e incluo também a obra literária como um documento. Margarida de Souza Neves dá exemplo de como isso é possível. Para mais ver LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, pp. 553-449; NEVES, Margarida de SOUZA. “O Bordado de Um Tempo: A História Na Estória de Esaú e Jacó, de Machado de Assis.” IN: *Revista Tempo Brasileiro*. v. 81, n. 2. Rio de Janeiro: Universitária, 1990, pp. 475-483.

da vinda da corte portuguesa para a capital da colônia. Os escravos já fugiam antes da publicação do primeiro periódico no Brasil. O porquê dos anúncios de fuga começarem a ser publicados nas primeiras décadas do século XIX e o que os senhores dos escravos fugidos planejavam ao se utilizarem desses pequenos textos são pontos que pretendo discutir ao longo desta dissertação.

Nas cidades escravistas atlânticas, junto com o processo de urbanização, observa-se também o desenvolvimento da imprensa como importante meio de comunicação. Se na América hispânica o estabelecimento da imprensa já era uma realidade desde o século XVI, na América portuguesa foi preciso esperar até o século XIX para seus habitantes desfrutarem mais intensamente desse benefício. Até então, na América portuguesa, circulava, passando de leitor em leitor, desde o século XVII e com maior intensidade no XVIII, alguns parcos periódicos europeus, como a *Gazeta de Lisboa*, por exemplo.⁷ Gradativamente, no transcorrer do século XIX, os periódicos produzidos em tipografias aqui estabelecidas vão surgindo: na Bahia, na primeira metade dos oitocentos, havia o *Idade do Ouro* e *Correio Mercantil*; em Pernambuco, no mesmo período, o *Diário de Pernambuco*; em São Paulo, o *Correio Paulistano*, fundado em 1845, e *A Província de São Paulo* criada em 1875 foram periódicos importantes ao longo do século XIX; na cidade de Porto Alegre, já circulariam nos anos 1830 alguns jornais sem conseguirem alcançar uma longa periodicidade, como *O Continentino*, por exemplo. No entanto, em nenhum outro lugar a imprensa se proliferou com tal vulto como na cidade do Rio de Janeiro. Logo no alvorecer do século XIX, com a transmigração da corte portuguesa, circulara pela cidade até a década de 1820 a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Sucesso semelhante ao desse periódico pode ser constatado no *Diário do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Commercio*, ambos circulando por quase todo o século XIX, com invejável regularidade.

A imprensa, a serviço dos negócios da escravidão ao longo do século XIX, oferece incontáveis indícios – quase que imagens faladas – das múltiplas facetas da escravidão urbana e seu em torno. Vendas, leilões, aluguéis e compras de escravos e mais outras mercadorias eram anunciadas permanentemente. Até o período em que o tráfico atlântico de africanos era legalizado, avisos de chegadas de navios negreiros, abundavam nos principais jornais da Corte entre, 1811 e 1830.⁸ As autoridades policiais também usavam jornais e gazetas para divulgar o êxito de suas ações como as rondas pela cidade, sendo freqüente as repetidas prisões de escravos fugidos ou insubmissos. Abundavam cartas a pedido de leitores que eram

⁷ Lilia Schwarcz lembra que “foi na Holanda que se imprimiu o primeiro jornal ou folhetim, que apareceu em Pernambuco em 1647. A partir de então, e principalmente nos primeiros anos do século XVII, várias tentativas foram feitas por particulares, visando a fundação de tipografias e publicação de periódicos. Todas elas, porém, viam-se frustradas face à expressa e irrevogável proibição do governo metropolitano, cujo rigor chegava ao extremo de enviar ao reino o material recolhido.” Para mais ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 51. MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 17.

⁸ Manolo Florentino explicou isso como uma maneira de se “agilizar” a venda de escravos novos, que poderiam sucumbir facilmente devido à insalubre viagem de aproximadamente três meses. Juntamente nesses avisos de negreiros ancorados no porto do Rio de Janeiro, informava-se o local de onde os negreiros haviam zarpado na África, a duração da viagem, e o número de africanos vivos e os que não suportaram a travessia. Para mais ver FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas Negras: Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

publicadas, desvendando variados universos do funcionamento do sistema escravista urbano. Havia ainda os anúncios de fuga – fonte ainda pouco utilizada pela historiografia, sendo bastante útil para um estudo de história social não só da escravidão, como também da imprensa e da sociedade oitocentista. Além do desaparecimento dos escravos, como a própria natureza do material já indica, emergem a partir dessas pequenas narrativas faces do cotidiano e da natureza da escravidão urbana.

TABELA 1: Desembarque de escravos africanos na cidade do Rio de Janeiro entre 1808-1821

Ano	Escravos Desembarcados	Percentual
1808	9602	3,8
1809	13171	5,2
1810	18677	7,3
1811	23230	9,1
1812	18330	7,2
1813	18330	7,2
1814	15370	6,0
1815	13350	5,2
1816	19010	7,5
1817	18200	7,1
1818	25080	9,8
1819	21030	8,3
1820	20220	7,9
1821	21100	8,3
TOTAL	254700	100,0

Fonte: FLORENTINO, *op. cit.*, p.59.

Na cidade do Rio de Janeiro (ver Tabela 1), entre os anos de 1808 a 1821, desembarcaram mais de 250 mil africanos escravizados. Ao longo do século XIX, a importação de africanos para a cidade continuaria intensa, fazendo desse centro urbano – como já foi salientado por Mary Karasch – a cidade com maior concentração de africanos das Américas. A demografia urbana (ver Tabelas 2 e 3) quase triplicara, fazendo as fronteiras da cidade se alargarem. Não só os africanos foram responsáveis para esse *boom* populacional. Logo no início do século XIX, com a transmigração da corte portuguesa,⁹ a cidade ganhava outro grande contingente de habitantes europeus.¹⁰ O incremento demográfico continuaria com a chegada de comerciantes ingleses e franceses, artistas das missões estrangeiras, e a vinda de naturalistas, botânicos e outros mais interessados na vida nos trópicos do novo

⁹ Recente estudo sobre o processo de traslado da corte portuguesa e os efeitos sociais e culturais no Rio de Janeiro e em Lisboa encontra-se em SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

¹⁰ Há um grande debate sobre quantos teriam saído de Portugal e chegado ao Brasil. Os especialistas divergem sobre quantos teriam emigrado e permanecido na cidade do Rio de Janeiro, estipulando de 15 mil até a cifra de 500 imigrantes. Esse debate pode ser acompanhado em MALERBA, Jurandir. “Sobre o tamanho da comitiva”. IN: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. v.21, nº: 1 (jan. / jun. 2008). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, pp. 46-62. Para mais ver também BARATA, Carlos Eduardo. “Afina!!! Quantas pessoas vieram com a corte de d. João? 1807-1808” IN: IPANEMA, Rogério Moreira de (Org.). *D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008, pp. 47-66; CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

mundo. Diante das transformações, questiona-se como os cativos vivenciaram a escravidão na cidade do Rio de Janeiro? Como construíram sua relação com seus respectivos senhores e estabeleceram sociabilidade com os demais integrantes e espaços dessa sociedade urbana? São perguntas que emergem e encontram algumas respostas possíveis justamente nos anúncios de jornais, em especial, nos anúncios de fuga de escravos.

TABELA 2: População total da cidade do Rio de Janeiro, 1799

Freguesia	Livre	Liberto	Escravo	Total
Sé Catedral	5759	2356	3372	11487
São José	2305	2907	3584	8796
Candelária	4082	770	4636	9488
Santa Rita	6750	2656	2991	12397
Conventos	682	123	403	1208
Total	19578	8812	14986	43376

Fonte: KARASCH, *op. cit.*, p. 109 (adaptado).

TABELA 3: População total da cidade do Rio de Janeiro, 1821

Freguesia	Livre	Escravo	Total
Urbana			
Candelária	5405	7040	12445
São José	11373	8438	19811
Santa Rita	6949	6795	13744
Sacramento	12525	9961	22486
Santana	6887	3948	10835
Rural			
Engenho Velho	1871	3006	4877
São João da Lagoa	937	1188	2125
Irajá	1577	2180	3757
Jacarepaguá	2561	3280	5841
Inhaúma	1127	1713	2840
Guaratiba	2642	2792	5434
Campo Grande	2480	3148	5628
Ilha do Governador	708	987	1695
Paquetá	563	614	1177
Total	57605	55090	112695

Fonte: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, pp. 135 (adaptado).

Gilberto Freyre, em estudo pioneiro vai utilizar justamente essas fontes para abordar questões antropológicas e sociológicas originais da sociedade escravista no Brasil. Freyre utilizaria os anúncios de compra, venda e aluguel, e, sobretudo os de fuga, para realizar uma minuciosa descrição da vida escrava a partir de marcas étnicas e de castigos, características de fala, doenças, deformações (da cabeça, pés, mãos e dentes), profissões, comportamento, etc. Não obstante seu esforço de selecionar aproximadamente dez mil anúncios de escravos nos periódicos *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* – que circularam, respectivamente, para as cidades escravistas do Rio de Janeiro e Recife, durante quase todo o século XIX – Freyre não realizou quantificação sistemática, limitando-se apenas as interpretações qualitativas do material. Ainda assim contribuiu para o avanço dos estudos de escravidão. Argumentou como os anúncios de jornais podiam revelar o cotidiano da ordem social urbana

na era patriarcal: eles oferecem uma chave de acesso para a moda, indumentária, divertimentos, festas, mobílias, hábitos de leitura, livros, animais domésticos, pratos de comida e demais experiências da vida material e do cotidiano da sociedade oitocentista. Segundo Freyre, não há exagero algum em considerar que a história do Brasil oitocentista é melhor entendida nos anúncios de jornais do que propriamente em livros de história e romances. Freyre ainda propõe que a história do Brasil é até quase o fim do século XIX a história do escravo explorado, tornando então natural que os anúncios de maior significação fossem justamente os relativos aos escravos.¹¹

Outro esforço de pesquisa acerca de anúncios em periódicos pode ser encontrado no livro “O Rio antigo nos anúncios de jornais” de Delso Renault.¹² Utilizando relatos de viajantes europeus, mas, sobretudo a parte ineditorial dos principais jornais fluminenses que circularam entre os anos de 1808 e 1850, Renault faz emergir a vida cotidiana do Rio de Janeiro. Recupera indícios de como funcionava, por exemplo, o ensino, ministrado principalmente por professores particulares – muitos migrados da Europa – e também por escolas religiosas – principalmente quando o público de alunos era do sexo feminino –, mesmo depois da abertura do Colégio Pedro II em fins da década de 1830, na então rua larga de São Joaquim; o comércio praticado pelos ingleses, que estabeleciam suas lojas principalmente na rua Direita e nas suas transversais próximas do cais, vislumbrando nos tratados assinados entre dom João e a Inglaterra oportunidade ímpar para fazer fortuna em breve intervalo de tempo e retornar, *a posteriori*, para a Europa; a chegada dos franceses após o término das guerras napoleônicas, trazendo renomados artistas vindos na Missão Francesa junto com mais alguns comerciantes, em especial, alfaiates e modistas que estabeleceram lojas suntuosas na rua do Ouvidor, distinguindo-a de toda a cidade, por torná-la próxima a uma rua de Paris; são igualmente tais novos costumes que os habitantes da cidade do Rio iam adquirindo, que ampliavam os lugares de sociabilidade, não mais se restringindo apenas as missas dominicais nas igrejas, mas também freqüentando as casas de óperas, teatros, e realizando passeios nos fins de tarde no Passeio Público. Havia ainda as livrarias – divulgando uma infinidade de livros, desde os religiosos, passando por aqueles mais liberais que amplamente influenciaram o jacobinismo francês, não deixando de incluir as obras de Balzac, Dumas e Vitor Hugo. São, do mesmo modo, as confeitarias, cafés, casas de pasto, açougues, boticas e farmácias divulgando seus produtos e trazendo, fortuitamente, pequenas descrições de como funcionavam e atendiam as necessidades daquela sociedade de outrora. São, ao mesmo tempo, escravos colocados a vendas ou para aluguéis, sabendo exercer um pouco de tudo das tarefas domésticas, concomitantemente com outros cativos que se diferenciavam por serem indicados por seus vendedores apenas para trabalhar fora de casa; havia também as governantas com cartas de recomendação se disponibilizando para zelar de forma responsável pelo cuidado das casas familiares. Enfim, como o próprio Renault observou na introdução, “na saga dos velhos jornais – veio inesgotável da historiografia – levantamos a formação e a evolução dessa sociedade, com suas reações e emoções na letra de forma de uma imprensa incipiente”.¹³

¹¹ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. Esforço análogo pode ser encontrado em MOTT, Luiz. “Os escravos nos anúncios de jornais de Sergipe”. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. v. 1. Águas de São Pedro, ABEP, 1986.

¹² RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais: 1808-1850*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984.

¹³ RENAULT, *op. cit.*, p. 27.

Lilia Schwarcz ao analisar os jornais da imprensa paulista – *Correio Paulistano*, *Província de São Paulo* e *A Redenção* – ao longo do século XIX, de forma diacrônica e sincrônica, visando “recuperar o entendimento da dinâmica que se estabelece, de construção e manipulação de representações sobre o negro cativo ou liberto”,¹⁴ acaba chegando a importantes conclusões sobre o papel da imprensa na vida urbana e nas mentalidades envolvidas da segunda metade do século XIX. Uma delas, é que, a parte mais importante do jornal, nem sempre era a editorial. Isso porque o orçamento financeiro dos jornais não era obtido somente pelas vendas dos exemplares, mas, sobretudo, pelos anúncios de publicidade, o que extinguiu o caráter rudimentar desse empreendimento transformando a atividade numa próspera empresa comercial no passar dos anos. Tão importante era a importância dos anúncios com textos escritos, por vezes, não só em linguagem contrastante como também em grafia, que eles poderiam ocupar até a maior parte do jornal, chegando mesmo a aparecer na primeira folha, disputando espaço com as notícias.

Isso não se trata de uma peculiaridade da imprensa periódica oitocentista estabelecida em São Paulo. Na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro periódico a circular produzido em tipografia localizada em solo fluminense, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, demonstra algo análogo na constituição de suas folhas. Quanto mais a população adquiria o hábito de folhear as páginas do periódico, mais crescia a quantidade de anúncios. Assim percebe-se essa parte do periódico ser subdividida em seções para se tornar mais funcional as necessidades dos leitores. Ou seja, esse periódico não seria tão desinteressante assim para o público conforme sugeriram Nelson Sodré e Isabel Lustrosa argumentando que o periódico apenas trazia informes sobre a Europa, tendo todas as suas notícias lidas antes de irem para a gráfica inclusive por d. João.¹⁵ Teresa Cardoso, Nizza da Silva e Juliana Meirelles procuram matizar a relevância da parte noticiosa do periódico e a ação da censura no período joanino. Elas apontam como os informes divulgados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* voltavam-se para o interesse da população estabelecida no Rio, podendo ajudar a traçar o perfil do público leitor e fomentando o mesmo a inserir anúncios na parte de “Avisos” da gazeta.¹⁶

Para os primeiros decênios do século XIX não há como entender o funcionamento da escravidão no Rio de Janeiro não levando em conta o surgimento da imprensa. Alterações culturais se dariam na vida cotidiana de toda a população urbana sediada no Rio de Janeiro por causa da proliferação do papel impresso. A fuga de escravos e o processo de captura

¹⁴ SCHWARCZ, *op. cit.*, pp. 14-15.

¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 19-20; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000, pp. 68-71.

¹⁶ CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1988; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Para um estudo sobre o perfil do público leitor fluminense através da análise da parte ineditorial dos jornais ver FURSTENAU, Vera Maria. *Jornais e leitores: uma polêmica apaixonada na cidade do Rio de Janeiro (1831-1837)*. Dissertação de Mestrado em História Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1994.

ganhariam novos contornos, envolvendo novas personagens, e conseqüentemente, novos estratagemas. É a luz da categoria de “experiência” cunhada por Thompson que pretendo pensar as fugas escravas e a utilização de anúncios de fuga em periódicos pela sociedade oitocentista estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. Estudar as experiências significa analisar o processo social que as efetivaram, com suas tradições herdadas, levando-se em conta a vida material, bem como esperanças futuras.¹⁷ Logo, para se entender um agente social e a aplicação de suas estratégias de vida menos importa buscar leis como uma ciência natural anseia. Antes, a interpretação dos significados que os agentes sociais davam as suas ações torna-se o ponto fulcral. Para tanto, pretendo cogitar os dados empíricos a partir do que Ginzburg intitula de paradigma indiciário, analisando e buscando interpretações, principalmente, para dados tidos como triviais e sem importância, admitindo, conforme seu próprio apontamento, que o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural. Ou seja, o passado só é passível de ser investigado através dos vestígios deixados por uma população de mortos que se tornam pistas e rastros quando manuseados por aqueles que buscam saber o que outrora aconteceu.¹⁸

A dissertação está composta respectivamente por introdução e três capítulos. Na introdução buscamos acompanhar o debate historiográfico sobre escravidão urbana no mundo Atlântico. No Brasil, as principais cidades escravistas oitocentistas foram Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belém. Questões como controle social, carência constante de mão-de-obra frente à crescente demanda de atividades urbanas, negócios de compra, venda e aluguel de escravos, modalidade de trabalho *ao ganho*, e o viver sobre si foram e ainda são pontos fulcrais que chamam a atenção da historiografia. Entre essas muitas temáticas da escravidão urbana, o estudo sobre fugas escravas vêm ganhando destaque. Principalmente devido às novas análises e interpretações sobre fugas escravas, conforme será abordado.

No primeiro capítulo, **Imprimindo fugas num espaço urbano**, analisamos as mudanças sócio-culturais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro com a transmigração da corte portuguesa. O enfoque desse capítulo gira em torno do estabelecimento da imprensa periódica na cidade, possibilitando seu uso para negócios privados dos leitores, dando assim novos contornos as práticas de comunicação social típicas de antigo regime. Nesse contexto que os anúncios de fuga se proliferam na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Tanto as evasões escravas quanto o processo de capturá-los já aconteciam antes do estabelecimento da Imprensa Régia. Pretende-se justamente perscrutar como se davam essas práticas antes do estabelecimento da imprensa periódica e no que ela alteraria a vida cotidiana da sociedade fluminense no alvorecer do século XIX. A partir desses anúncios avaliamos ainda a composição desses escravos fugidos mediante suas origens étnicas, ocupações, faixas etárias e estimativas de quanto tempo se mantinham foragidos até terem suas aventuras publicadas na gazeta. Avançamos assim um pouco na compreensão das fugas escravas, mas principalmente em relação à prática de anunciar o desaparecimento dos cativos na imprensa periódica.

No próximo capítulo, **Fugidias impressões: universos, caminhos e transformações dos (nos) anúncios**, damos seqüência ao esforço de compreender o uso da imprensa periódica para a atividade de captura de escravos, concentrando o foco no perfil dos proprietários de cativos evadidos. Para tanto, levantamos algumas de suas ocupações, locais de moradia e promessas de recompensas para captura de fujões e comparamos com os dados dos registros de prisão policiais. Num contexto de avanço do liberalismo e críticas a figura do monarca, as instituições ligadas a Corte portuguesa passam por algumas modificações. A revolução

¹⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

vintista ajuda a cessar com a censura prévia na imprensa e ainda exige o retorno de dom João VI para Portugal. Com isso, não só a composição editorial da *Gazeta do Rio de Janeiro* era alterada para enfrentar a concorrência de outros periódicos, como também a própria estrutura da Intendência de polícia. Os efeitos disso sobre a captura de escravos trazem maiores entendimentos sobre as estratégias empregadas nos episódios de fugas escravas.

No terceiro capítulo, **Um caleidoscópio: narrativas, senhores e fugitivos**, após compreendermos um pouco mais sobre a natureza dos anúncios de fuga na imprensa periódica, avaliamos os vários discursos sobre fugas escravas a fim de compará-los através de análises qualitativas. Encarando a fuga de escravos como algo natural a escravidão, pretende-se analisar os significados das escolhas e estratégias dos escravos fujões para se manter distante da autoridade senhorial na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Uma vez evadido, os segmentos sociais mais altos da sociedade escravocrata tinham como expectativa para tais escravos, uma gama de atitudes condenáveis, envolvendo desde vadiagem até roubos e homicídios. Muitos viajantes desta cidade escravista foram aqueles – e depois reproduzido pela própria historiografia – que não acreditavam em projetos, expectativas e esperanças nas fugas escravas. Vendo as fugas sem nenhuma intenção política gerada a partir da experiência da escravidão, Debret, junto com outros viajantes europeus que percorreram a cidade do Rio, desenharam um escravo vitimizado por um sistema, que foge simplesmente para privar seu senhor do lucro de seu trabalho e desfrutar um pouco de ócio. Contrapondo os discursos senhoriais às vozes escravas, objetivamos entender os múltiplos sentidos e explicações que se davam as fugas sem perder de vista os objetivos dos escravos, nem sempre totalmente decifrados.

INTRODUÇÃO

História, escravidão e cidades

“Quem quiser comprar uma escrava, que sabe lavar e cozinhar, e quitandeira, e dá de jornal mensalmente 7\$200; come e veste a sua custa, dirija-se a rua do Valongo a caza de José de Oliveira pegador ao Quartel de Policia.”¹ (Grifo meu).

Gazeta do Rio de Janeiro, 1821

“Há quase trez mezes se acha fugida uma preta de nome Maria, de nação, de idade maior de 40 anos, estatura ordinária, beijos vermelhos, tem uma empingem e uma cicatriz num peito dum pé, escrava de Jose Gomes da Silva, morador na rua da Ajuda nº 117, costuma se chamar Maria Joaquina, *apelidar-se por liberta, aluga quartos nas casas de zungus, ou nas casas em que costumao alugar, e sahe a rua quando lhe convem afetando que anda as compras de casa, esteve alugada em Nichtheroy onde adquiriu a amizade de sua igual condição, e por isso será fatível que por lá ande [...]*.”² (Grifo meu).

Diário do Rio de Janeiro, 1849

“[...] Representando-se-me amiudamente que *muitos escravos de vários lugares deste distrito se ajuntão aqui, e a colá fazendo tumultos*, pelos quais se tornão dignos de castigo, mesmo ate em proveito de seus donos; tendo estes por varias vezes exigido de mim ordem para os castigar publicamente por ser este o castigo mais exemplar pois que a rebeldia e a falta de obediência a seus próprios Senhores se aumenta diariamente [...]”³ (Grifo meu).

Juiz de Paz Suplente Felix Jose Cardozo, 1831

A perspectiva de autonomia escrava poderia se manifestar ainda mais à medida que os cativos encontravam mais liberdade para desempenhar seus desígnios, sem a necessidade de obter aprovação senhorial. O Juiz de Paz Suplente Felix Jose Cardozo não escondia sua preocupação. Questionava em correspondência o que deveria fazer dentro de sua alçada em relação à prevenção e controle dos escravos nas ruas, solicitando – em outubro de 1831, alguns meses após a abdicação de D. Pedro I – esclarecimentos ao presidente de província e a Câmara Municipal da Corte do Rio de Janeiro. A situação que se deparava não estava prevista em nenhum código de posturas. O vai-e-vem de escravos pela cidade produzia muito desassossego. O Juiz Felix Jose Cardozo admitia não saber como proceder diante de “ajuntamentos” de escravos, africanos e libertos. Os cativos saíam às ruas a mando de seus senhores para ganhar seus jornais que deveriam ser entregues sem delonga alguma. A atividade *ao ganho* ainda poderia incluir, além da arrecadação do jornal, que o próprio escravo suprisse suas necessidades com alimentação, vestimenta e moradia, por exemplo. As ruas – ambientes de trabalho nas cidades escravistas – tornavam-se também espaços sociais para os trabalhadores. Juntos podiam realizar arruaças – pelo menos era isso que ressaltava aos olhos daqueles que queriam que os cativos nada mais fizessem em espaços públicos do que labutar. Assim, ruelas, becos, largos e praças tornavam-se, territórios das sociabilidades escravas.

¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 29/09/1821.

² *Diário do Rio de Janeiro*, 28/03/1849.

³ AGCRJ. Código 46.3.90.

O temor do Juiz de Paz foi mais um episódio, entre aqueles costumeiramente vivenciados nas cidades escravistas atlânticas ao longo do século XIX, entrelaçando múltiplos personagens com concepções sobre a escravidão nem sempre convergentes: senhores ambicionando o máximo de lucro sobre seus escravos, não hesitando em colocá-los ao ganho; autoridades públicas sobressaltadas com os indesejados movimentos das ruas, acima de tudo, africanizados; e escravos superando as adversidades e aproveitando para agir com autonomia. Diferentes atores interagindo em cenários repletos de significados.

Reconstituindo espaços escravistas

Um dos trabalhos que marcou os estudos sobre escravidão urbana nas Américas certamente foi “*Slavery in the cities: the south 1820-1860*” de autoria de Richard Wade.⁴ Nesta obra, Wade pretende entender o funcionamento da escravidão fora das tradicionais áreas de *plantation*. Para tanto, seu locus privilegiado são as cidades norte-americanas num período anterior a guerra civil, entre os anos 1820 e 1860, atravessando uma época na qual a escravidão vigorava plenamente e passa a entrar num processo de decadência que vai se acentuando cada vez mais com a década de 1860. Analisando o espaço urbano escravista não mais como mero apêndice do mundo rural, Wade se interessa pelas peculiaridades do funcionamento da escravidão num lugar social marcado pela intensificação do processo de urbanização, e como as relações de trabalho poderiam ser transformadas. Seu principal argumento gira em torno de que o desenvolvimento urbano conformava uma série de situações que impossibilitavam a continuidade da escravidão. A natureza das relações de trabalho nas cidades em crescimento exigiria que majoritária parcela dos escravos trabalhasse com autonomia e mobilidade, não raras vezes, longe dos senhores, labutando alugados e/ou sob a modalidade *ao ganho*. Esses escravos – a fim de realizar suas tarefas e garantir o lucro senhorial – controlavam o tempo de trabalho, arcavam com as próprias despesas de alimentação e vestimenta, e, por vezes, conseguiam residir em moradias distantes. Não poucos, juntavam o pecúlio para manumissão. Todas essas especificidades da escravidão urbana causavam preocupações quanto à segurança pública, principalmente quanto aos cativos que usufruíam de tempo livre para fins próprios, o que, na concepção senhorial, aumentava as possibilidades de revoltas e desordens. Assim os senhores temerosos vendiam seus escravos para as *plantations* e passavam a empregar predominantemente mão-de-obra branca.⁵ Apesar das críticas sobre os seus argumentos a respeito de uma incompatibilidade entre o sistema escravista e o desenvolvimento urbano,⁶ a importância do estudo de Wade reside justamente no pioneirismo de sua pesquisa, ao abordar a escravidão nas cidades.

No Brasil, um dos primeiros estudos a esboçar alguns pontos sobre o funcionamento da escravidão no mundo urbano foi o de Gilberto Freyre, intitulado “Sobrados e mucambos”, com primeira edição no ano de 1936. A temática central nesta obra não era necessariamente a escravidão urbana; antes, o foco girava em torno do colapso do patriarcado rural, iniciado no século XVIII. Diante de um processo de modernização que culmina num novo padrão social, visivelmente encarnado nas cidades e no aburguesamento dos sobrados, Freyre procura entender como se dá a constituição desse novo mundo observando as modificações do

⁴ WADE, Richard. *Slavery in the cities: the south 1820-1860*. Londres: Oxford University Press, 1964.

⁵ Sobre essa obra ver ALGRANTI, Leila. “Resenha crítica do livro de Richard Wade, *Slavery in the cities*”. IN: *Revista Brasileira de História*, v. 8-9. São Paulo: Humanitas publicações, 1985, pp. 207-211.

⁶ GOLDIN, Claudia Dale. *Urban slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative history*. Chicago: University of Illinois Press, 1976.

cotidiano e as conseqüências que isso acarretava para a relação do patriarcal senhor com seus subordinados, que iam desde as matronas até os escravos.⁷

O primeiro estudo a se dedicar inteiramente a temática da escravidão urbana no Brasil foi o de Mary Karasch. A partir do debate sobre escravidão nas cidades, iniciado nos Estados Unidos, Karasch se inspiraria para escrever “*Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*”, originalmente sua tese de doutoramento defendida em 1972 e publicada em 1987. Nela seu objeto de análise são os escravos na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1808 – quando a corte portuguesa desembarca no Rio de Janeiro alterando significativamente a vida social – até 1850, quando o tráfico de africanos é definitivamente extinto pela lei Eusébio de Queiroz. Utilizando uma variedade de fontes como relatos de viajantes, anúncios de jornais, documentação policial, registros eclesiásticos, assentos de óbitos da Santa Casa de Misericórdia, teses médicas do século XIX, Karasch busca reconstruir a vida e a cultura escrava urbana, abordando desde origens étnicas e processo de compra e venda dos africanos desembarcados no porto do Rio até questões ligadas a religiosidade, ocupação, sociabilidades, rebeldias e alforrias. É Karasch a pioneira em apontar a importância da cidade do Rio para o sistema escravista. Maior porto das Américas importador de africanos, a cidade era responsável pela distribuição de escravos para São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande de São Pedro, caracterizando-se como a maior população urbana de africanos – e respectivos descendentes – das Américas.⁸

As pesquisas sobre escravidão urbana ganhariam maior intensidade, sobretudo, a partir da década de 1980, pela conjugação de dois fatores: um deles é a profissionalização da carreira de historiador com o surgimento cada vez mais sistemático de programas de pós-graduação de história; o outro fator se explica pela efeméride do centenário da abolição da escravatura comemorado em 1988, gerando uma grande demanda de interesse – inclusive editorial – pela escravidão e abolição no Brasil.⁹ Concentrando o foco de sua análise também para a cidade do Rio de Janeiro, no período da Corte joanino (1808-1821), Leila Algranti apresentaria um original estudo sobre escravidão urbana na sua dissertação de mestrado defendida na USP em 1983 e publicada cinco anos depois. Dialogaria com as reflexões de Richard Wade, Mary Karasch e com as perspectivas teóricas da historiografia britânica sobre criminalidade. Algranti – empregando principalmente a documentação produzida pela Intendência de polícia da Corte do Rio de Janeiro – abordou os novos problemas de controle social que a escravidão demandava dentro do espaço urbano, num momento no qual a cidade rompia com sua tradição colonial almejando modernizar-se para melhor hospedar a corte portuguesa imigrada. Criticando a visão mítica que se tinha da escravidão urbana, na qual o escravo – via de regra, o cativo doméstico – levava uma vida amena, sem controle senhorial ou do feitor, conseguindo facilmente adquirir alforria, Algranti destaca justamente o universo de coerção e repressão que os escravos vivenciavam mesmo longe do alcance senhorial. Uma vez que os escravos se deslocavam sistematicamente pela cidade, eram freqüentes a repressão sobre crimes (roubos, atentados, a prática da capoeira, porte de armas, brigas, bebedeiras, fugas), desordens e as denúncias de possíveis levantes de escravos. Na ausência de um controle senhorial constante nos espaços públicos – o que afrouxava a rígida disciplina

⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006.

⁸ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁹ Para mais sobre os principais estudos que abordaram sobre escravidão dentro da historiografia brasileira ver SCWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira” IN: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru / São Paulo, EDUSC, 2001, pp. 21-57

inerente ao trabalho escravo –, emergia uma nova personagem: entre o escravo e seu senhor interpunha-se o Estado, manifestado pela Intendência de Polícia da corte do Rio de Janeiro, chefiada inicialmente por Paulo Fernandes Viana. Essa instituição se responsabilizava

pela punição dos cativos no Rio de Janeiro. Após a reforma penal de 1830, definitivamente a punição dos escravos tornou-se assunto do Estado, enquanto as decisões sobre a necessidade do castigo permaneciam nas mãos dos senhores. Ora, essa era precisamente a postura dos feitores e capatazes que no mundo rural aplicavam os castigos sob a orientação dos senhores. Nas grandes cidades, portanto, ao Estado cabia o papel do feitor, embora o feitor de fato estivesse ausente.¹⁰

Para Algranti, a necessidade de controlar os escravos, aliado com a suspeição generalizada quanto à população negra, teria levado o Estado a intervir cada vez mais nas relações entre senhores e escravos. Em última instância, sobrepondo-se sobre a autoridade senhorial, tornando-se “feitor” no espaço público e também privado no mundo escravista urbano.¹¹

Seguindo o caminho aberto por Karasch e principalmente por Algranti, Marilene Rosa Nogueira da Silva publicaria em 1988 “Negro na rua: a nova face da escravidão”, uma dissertação de mestrado, defendida na UFRJ em 1986. Assinalando também a predominância de estudos que abordaram a escravidão no mundo rural, Silva aborda o funcionamento da vida urbana no Rio de Janeiro, entre 1820 a 1888, através, principalmente, do regime de trabalho do escravo ao ganho. Diferentemente da *plantation*, onde o trabalho escravo era voltado quase que exclusivamente para o mercado externo, nas cidades os cativos atuavam no setor terciário de serviços, transporte e escoamento da produção. Isso era mais sistemático no caso do Rio de Janeiro, que além de ser o principal porto das Américas, foi sede do governo ao longo do século XIX. Fosse pela demanda de trabalho no espaço urbano; fosse pelo interesse senhorial de lucros e da exploração de seus escravos sem ter que arcar com custos e despesas como alimentação, vestimentas, moradia, tratamento médico e nem mesmo com a fiscalização; fosse pelo próprio interesse do escravo em organizar seu “tempo” de trabalho, e as expectativas de autonomia e mobilidade, o trabalho ao ganho dos escravos foi se estabelecendo na cidade do Rio com grande força. Segundo Silva, a escravidão urbana e as práticas dos escravos ganhadores geravam contradições:

A escravidão, como sistema econômico e social, transforma o escravo em simples mercadoria, em objeto e objeto não possui bens. Tudo o que o escravo possuía (incluindo a si próprio) pertencia ao senhor. Sendo assim, abre-se uma brecha no momento em que é permitida a esse escravo a posse de bens, reconhecida ou não, pois na lei escravista aplicada ao Brasil o pecúlio só seria garantido muito tardiamente, em 1871, na chamada lei do Ventre Livre. Mas a praxe consuetudinária

¹⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 198. Ver também SOUZA, Laura de Mello e. “O escravismo brasileiro nas redes do poder - resenha de Leila Mezan Algranti - O feitor ausente; Caio César Boschi - Os leigos e o poder; Ronaldo Vainfas - Ideologia e escravidão; Sílvia Hunoldt Lara - Campos da violência”. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, 1989, pp. 133-146.

¹¹ Para críticas quanto a essa interpretação de Algranti ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 192 e p. 271; GUEDES, Roberto. “Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 248-249.

cedo admitiu a propriedade individual do escravo ao ganho ou no caso dos usufrutos de lotes de terra concedidos nos estabelecimentos agrícolas.¹²

Silva enxergava para a cidade escravista algo semelhante ao que Ciro Cardoso conceituara como “brecha camponesa”¹³ para o escravismo rural, onde os escravos dispunham de glebas para criação de pequenos animais (galinhas, porcos) e cultivo de uma roça, que podiam ser comercializados. Assim afirmava Silva:

o ganho dos escravos é aceito por mim como uma forma variável de salário, como uma brecha no sistema, como uma contradição nas relações escravistas tradicionais, enfim, um acordo não revelado entre senhores e escravos como uma forma de sobrevivência na estrutura urbana.¹⁴

Se, por um lado, o trabalho ao ganho acarretava contradições nas estruturas do escravismo, por outro lado, para Silva, isso não teria sido tão favorável assim para os escravos. Havia a árdua tarefa cotidiana de juntar o dinheiro do jornal para ser entregue ao senhor e com as sobras, garantir sua alimentação e demais despesas, o que levava os escravos – ao invés de se unirem para derrubar o sistema por meio de uma rebelião – a competirem entre si. Toda a insatisfação dos escravos era canalizada para seus companheiros de infortúnio, o que ocasionava constantes episódios de criminalidade. Como não havia controle senhorial direto quando os escravos estavam nas ruas, a forma de manter a ordem e segurança na cidade se dava mediante a força policial e a ação das demais autoridades públicas, representantes do Estado. Dialogando com o estudo de Algranti, Silva reitera o argumento de que ao Estado cabia o papel de controle e repressão dos escravos, dando destaque à obrigatoriedade dos pedidos de licença ao ganho imposta pela Câmara da cidade do Rio de Janeiro. Mediante tal licença, o controle e segurança aumentavam, pois os escravos ao ganho trabalhavam identificados por uma chapa de metal que continha o número da licença. Caso fosse encontrado algum cativo sem a chapa ganhando, esse iria imediatamente preso para o Calabouço.

Outro importante estudo também se dedicando as questões da escravidão urbana no Rio de Janeiro ao longo do século XIX foi a tese de doutoramento de Luiz Carlos Soares defendida em Londres no ano de 1988 e recentemente publicada em 2007, sob o título “O povo de Cam na capital do Brasil”. No final de década de 1980, Soares constatava a permanência de uma lacuna sobre o estudo da escravidão em todo o século XIX na cidade do Rio de Janeiro. Tentando preenchê-la, ele realiza um esforço semelhante ao de Karasch. Em seu estudo, avalia o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro ao longo dos oitocentos: as formas de aquisição de escravos no mercado de compra, venda e aluguel; as práticas marginais como o roubo de escravos; o processo de aclimatação e a sociabilidade dos escravos; as várias atividades exercidas, desde as ocupações domésticas, passando pelo trabalho ao ganho, nas fábricas e chegando até mesmo na prostituição e mendicância; o controle mediado pela legislação e os aparelhos do Estado; as diversas formas de manifestação da rebeldia escrava; e os muitos caminhos – todos eles bastantes árduos – para se conquistar a liberdade.¹⁵

¹² SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 114.

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

¹⁴ SILVA, *op. cit.*, p. 117.

¹⁵ SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007.

A historiografia da escravidão aproximando-se da história social e da antropologia avançou em muito nas reflexões sobre o cotidiano da escravidão tanto urbana quanto rural. As perspectivas teóricas de Ginzburg¹⁶, Darnton¹⁷ e, sobretudo, Thompson¹⁸ serviram de inspiração metodológica para Chalhoub apresentar sua tese de doutoramento na Unicamp, publicada em livro no ano seguinte, em 1990, sob o título “Visões da liberdade”.¹⁹ Partindo da análise de uma vasta documentação, principalmente processos criminais, Chalhoub recupera os sentidos que os escravos davam às suas próprias ações e experiências. Criticando as polarizações analíticas típicas de escravos heróis da resistência ou aqueles infantilizados que sempre aceitavam passivamente as imposições senhoriais, Chalhoub examina as intenções e confrontos diários de senhores e escravos nas práticas de alforria e de compra e venda. Atividade mercantil por excelência que caracterizava o escravo como mercadoria, os negócios de compra e venda de um escravo, por exemplo, não eram levados a cabo somente pelas leis do mercado. Antes faziam parte de uma política de domínio empregada principalmente como forma de punição aos escravos.

Chalhoub também avança no debate historiográfico avaliando o espaço urbano como complexo justamente por conectar uma infinidade de lugares sociais, escondendo cada vez mais as diferenças entre escravos, libertos e livres, não mais passíveis de distinção através da cor. Assim, a tradicional relação de senhores com escravos, envolvendo a sujeição e dependência pessoal desse último vai perdendo força, ameaçando as relações de trabalho a partir da escravidão. Os escravos, atentos às mudanças sócio-políticas, buscariam cada vez mais se aproveitar dessa “cidade esconderijo” para enfraquecer as lógicas de domínio e poder. Vai se constituindo então, gradativamente, ao longo do XIX, o que Chalhoub denomina de “Cidade Negra”:

A cidade negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico – isto é, no sentido de transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado. Castigos, alforrias, atos de compra e venda, licença para que negros viviam “sobre si”, e outras ações comuns da escravidão se configuram então como momentos de crise, como atos que são percebidos pelas personagens históricas como potencialmente transformadores de suas vidas e da sociedade na qual participam. Em suma, a formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a política – ou seja, a busca da liberdade – onde antes havia fundamentalmente a rotina.²⁰

Chalhoub propõe como chave analítica que os escravos protagonizaram a derrubada da escravidão a partir das experiências forjadas no cativeiro, corroborando para a formação de suas expectativas de luta e “visões de liberdade”.

Não só no Rio de Janeiro proliferaram-se estudos sobre escravidão urbana. Para Bahia, em Salvador, João Reis acompanhando as trajetórias dos africanos que atormentaram a

¹⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; GINZBURG, C. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 143-179.

¹⁷ DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

¹⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

¹⁹ CHALHOUB, *op. cit.* 1990.

²⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 186.

população *branca* com suas revoltas, culminando na mais emblemática de todas, o levante dos africanos malês, reconstituiu o padrão de vida dos escravos e libertos na cidade de Salvador na primeira metade do século XIX. Com base nos depoimentos dos envolvidos no levante malê às autoridades públicas, Reis traz a tona um pedaço da história social baiana e da diáspora naqueles conturbados anos. Na cidade de Salvador, que escoava a produção

açucareira, o trabalho escravo não era menos essencial. Todas as atividades manuais ficavam sob o controle dos escravos, tornando o espaço urbano demasiadamente propício para o exercício de “ganhar”. Tendo a geografia marcada por uma topografia acidentada que separava Salvador entre parte “baixa” e “alta”, inviabilizando o uso de carruagens e cavalos, era aos escravos que cabia, especialmente, conectar Salvador, transportando mercadorias sobre suas cabeças e costas e, principalmente, a população abastarda nas redes e cadeiras de arruar. Tamanha autonomia de movimentação para escravos africanos de origens étnicas comuns e com um vocabulário religioso compartilhado tornou mais fortuito planejamentos de revoltas, especialmente na primeira metade do século XIX, quando Salvador foi sacudida pela guerra de independência do Brasil e pelas consecutivas revoltas regenciais.²¹

Embora o temor de um levante de escravos tivesse arrefecido na segunda metade do século XIX, os escravos ainda conseguiram demonstrar como poderiam assustar a sociedade bahiana urbana, como na greve escrava de 1857. Nesse episódio, avaliaram a realidade na qual estavam inseridos quando decidiram cruzar os braços em protesto a uma nova postura municipal que tornava compulsória a licença para os ganhadores, obrigando os legisladores a cederem em alguns pontos da lei para tornar a ver o serviço urbano funcionar.²²

Nordeste acima, na cidade pernambucana que ofuscara Olinda ainda no período colonial por causa de sua importância comercial, temos Recife, que ao longo do século XIX também se destaca como mais um centro urbano escravista do atlântico. Cidade com longos e contínuos arrecifes, tinha sua área central distribuída por três bairros – Recife, Santo Antônio e Boa Vista – cortados pelo rio Capibaribe – que ligava a cidade. Por esse caminho fluvial circulavam a produção açucareira, alimentos e habitantes através das canoas e barcos manobrados por destros escravos. Havia ainda o rio Beriberibe, principal fornecedor de água potável. Pela importância que tinha os caminhos fluviais, conectando os principais bairros da cidade, a área suburbana e Olinda, uma ocupação fundamental era a de canoeiro, exercida invariavelmente por escravos. Devido à natureza da ocupação, os escravos desfrutavam de algum grau de mobilidade, construindo as mais diversas relações sociais, à revelia de seus senhores. O historiador Marcus de Carvalho chega a argumentar que essa deveria ser a profissão mais cobiçada pelos próprios escravos, essencialmente africanos.²³

Também para o sul do Brasil surgiram estudos sobre a escravidão articulada com a urbanização, especificamente na segunda metade dos oitocentos. Para São Paulo, a dissertação de mestrado publicada de Maria Winssensbach, “Sonhos africanos, vivências ladinas”, continua sendo referência.²⁴ Algumas especificidades são notadas em relação à cidade de São Paulo. Ali a mão-de-obra escrava não chegou a ser predominante e a urbanização ocorreu no século XIX de forma rarefeita. Como Winssensbach bem assinala,

²¹ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²² REIS João José. “A greve negra de 1857”. IN *Revista USP*, v. 18. São Paulo: Humanitas, 1993, pp. 6-29.

²³ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

²⁴ WISSENSBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

até os anos de 1870 a cidade guardava, ainda, sua feição de burgo colonial. O advento da estrada de ferro, os primeiros movimentos da imigração estrangeira, a expansão física do núcleo urbano, ocorridos no último quartel do século, aceleraram a transformação socioeconômica da cidade e sua transmutação em metrópole do café.²⁵

As fronteiras da cidade eram margeadas por pequenos sítios e roças, confundindo, por vezes, o mundo urbano e rural. Senhores, pessoas livres remediadas, escravos e forros interagiam nesse microcosmo, nem sempre harmoniosamente, conforme nota-se nos autos criminais. É a partir desses registros de tensões produzidos pelo sistema escravista urbano que Wissenbach busca entender o cotidiano envolvendo africanos e seus descendentes. Novamente são destacados as questões relativas ao controle privado e público sobre os escravos. No interior da freguesia da Sé, cativos ao ganho se misturavam aos livres e aos forros nos seus afazeres pelas ruas e ruelas, transitando por pontes e chafarizes para recolher água. Espaços e territórios que os escravos reorganizavam em termos de sociabilidades, lazer, etc.

No Brasil meridional, na província de Rio Grande de São Pedro, o sistema escravista também floresceu, com inúmeros escravos se dedicando aos mais diversos afazeres – contrapondo a pretensa imagem lá construída sobre a pouca importância e representatividade dos escravos.²⁶ As cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Rio Pardo destacam-se entre as demais pelo processo mais intenso de urbanização na segunda metade do século XIX. A principal atividade econômica era a criação de gado voltada para a produção de charque, alimento esse sempre presente na dieta dos escravos e demais subalternos. Mário Maestri²⁷ acompanha o processo de urbanização nessas cidades escravistas, atentando para as visíveis modificações na arquitetura dessas casas em estilo colonial. Os sobrados em estilo neoclássico que vigoraram no período imperial estavam não só intrinsecamente ligados ao novo momento político – emancipação política de Portugal – como também a economia e o controle sobre a mão-de-obra. Tais construções evocavam o poder senhorial e aristocrático com traços arquitetônicos greco-romanos, aumentando mais ainda a distância social com seus escravos. Esses tinham infundáveis tarefas que começavam dentro dos sobrados, como limpeza dos assoalhos de tábuas de madeira, preparo de comida, cuidar dos jardins e quintais, prover água potável e se livrar das “águas servidas”. Nas ruas, o controle sobre escravos não era diferente: as posturas municipais eram, via de regra, draconianas, intentando impedir a liberalidade de alguns senhores – que permitiam que seus cativos vivessem sobre si – e limitando o alargado espaço de autonomia escrava, buscando garantir que esses só circulassem nas ruas estritamente a serviço de seus senhores. Nem sempre houve êxito nas investidas senhoriais e na própria ação legislativa de submeter os escravos, principalmente em momentos mais conturbados.

Valéria Zanetti em sua dissertação de mestrado defendida pela PUCRS em 1993 e publicada nove anos depois²⁸, igualmente analisa a escravidão na cidade de Porto Alegre, só que entre os anos de 1840 a 1860, a fim de perceber as mudanças e continuidades geradas pela proibição do tráfico atlântico de africanos em 1850. A autora aponta que o Rio Grande,

²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 91

²⁶ Para uma análise sobre o desenvolvimento dos estudos relativos à escravidão no Brasil meridional ver XAVIER, Regina Célia Lima. *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, pp. 7-41.

²⁷ MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho*. Passo Fundo: UFP, 2001.

²⁸ ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UFP, 2002.

até o ano de 1850 importador de escravos, passou a exportá-los para as *plantations* cafeeicultoras do sudeste. Contudo, nem por isso o escravismo deixou de ser o modo de produção dominante na região até a abolição da escravatura em 1888. Assim, Zanetti estuda o cotidiano dos forros e escravizados através de suas ocupações de trabalho, os crimes que se envolviam e as variadas formas de solidariedade que construía.

Paulo Moreira em trabalho intitulado “Os cativos e os homens de bem”, publicado em 2003 – defendido dois anos antes como tese de doutorado na UFRGS – também se dedica a analisar as experiências escravas no espaço urbano de Porto Alegre na segunda metade do século XIX.²⁹ Dialogando com as perspectivas teóricas da recente história social, Moreira busca avaliar os vários sentidos possíveis assumidos pela resistência escrava provocando embates com a classe senhorial e a força policial. Em relação às detenções escravas registradas na documentação policial e relatadas nos periódicos, destacavam-se a repressão a embriaguês, insultos, imoralidades e desordens. Os escravos mais expostos eram os de sexo masculino. De acordo com Moreira as cativas caíam menos nas malhas policiais porque exerciam suas atividades profissionais majoritariamente em ambientes domésticos. Ainda havia outras práticas escravas que atormentavam o funcionamento da sociedade: roubos, fugas, suicídios e insurreições – todas consideradas atitudes inveteradas e censuradas pelos homens bons. Não por acaso proprietários de escravos considerados problemáticos acabavam vendendo-os. Avaliando casos individuais de venda e compra de escravos, Moreira observa que muitos cativos obrigavam seus proprietários a negociá-los. Sobre isso, é certo que alguns senhores entendiam que para obter o máximo de lucro sob seus cativos era necessário em oportunas ocasiões ceder às reivindicações e expectativas dos mesmos. Assim, também o “viver sobre si” foi mais corriqueiro do que as autoridades públicas gostariam. Melhor para os escravos, que conseguiam alugar casas ou quartos para fins diversos: guardavam objetos próprios, encontravam consortes, acoitavam fugitivos. Tudo isso acontecendo num período no qual a palavra “liberdade” vinha norteando a ação de toda a sociedade: escravos esforçando-se para obter a ambígua dádiva senhorial da alforria ao passo que instituições emancipacionistas lutavam pelo término da escravidão.

Um recente estudo abordando sobre o sistema escravista urbano é “Cidades negras”, escrito por Carlos Eduardo Moreira de Araújo, Carlos Eugênio Líbano Soares, Flávio Gomes e Juliana Farias.³⁰ Os autores apresentam nesse livro – em análise comparativa – o desenvolvimento da escravidão nos principais centros urbanos do Brasil – Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre, São Luís e São Paulo – no século XIX. Dialogando com a bibliografia temática e com fontes diversas pesquisadas, são apresentadas cidades que – apesar de suas características geográficas por vezes díspares – partilham de tradições próximas quanto à experiência da escravidão. O cotidiano dessas cidades é verificado através de vários episódios: importação de africanos, o sistema de repressão aos escravos, os motivos e temores que a população “negra” causava, as seduções e fugas de escravos.

Sobre fugas escravas e protestos

Nas décadas de 1950 e 1960 alguns acadêmicos brasileiros esboçariam um revisionismo da escravidão e das relações raciais propostas por Gilberto Freyre em seus

²⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

³⁰ MOREIRA, Carlos Eduardo [et al]. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

trabalhos dos anos 1930. Em grande parte, devido ao sucesso de *Casa grande & senzala* que, ao entrar em círculos acadêmicos internacionais, ajudou a consolidar uma imagem de que o Brasil seria uma espécie de paraíso racial e por isso, um pertinente laboratório para investigação. Assim, num contexto de pós segunda guerra mundial deflagrado também pela intolerância a diversidade racial, a Unesco patrocinara várias pesquisas no Brasil sobre escravidão e relações raciais a fim de que o caso brasileiro viesse a servir de exemplo. Dentre essas pesquisas, obteria destaque principalmente as de Florentan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, e Emilia Viotti da Costa – grupo de pesquisadores apelidado por “Escola Paulista de Sociologia” –, todas referentes ao sul do Brasil, dialogando principalmente com modelos de sociologia. Utilizando em suas pesquisas uma visão materialista da sociedade, esses pesquisadores obtiveram conclusões convergentes: a partir do constatado no século XIX a respeito da interação entre senhor e escravo, as relações raciais no Brasil estariam longe de terem sido brandas, suaves ou harmoniosas. Antes, o sistema escravista assinalava tamanho grau de violência que não só marginalizava socialmente escravos, libertos – e seus respectivos descendentes – como também acarretara graves conseqüências no pós-abolição ao desenvolvimento econômico e social da população negra.³¹

Especificamente para o período escravocrata, os pesquisadores da “Escola Paulista de Sociologia” constatavam que os negros foram degradados, tornando-se seres anômicos e pauperizados, sem capacidade alguma para se mobilizarem e lutarem por causas próprias. Em outras palavras, perante um regime violento não poderia haver nada além de um escravo reificado, vítima passiva de um sistema opressor.

Opondo-se a essa passividade e a pouca iniciativa do próprio escravo para lutar contra a escravidão, uma série de estudos em fins dos anos 1960 e sobretudo nos anos 1970, daria ênfase ao protesto a fim de mostrar a resistência ao cativo.³² Diante de um sistema que era, antes de tudo, cruel, não era possível um escravo submisso e passivo. Era então destacada uma série de atitudes impetradas pelos escravos a fim mostrá-lo um tenaz rebelde. Clóvis Moura depreendendo a escravidão como uma instituição nacional, que encontrou campo fértil do Rio Grande do Sul até o Amazonas, argumentaria que os escravos em todo o Brasil lutaram contra esse sistema desde que foi estabelecido. Maiores apoios da sociedade só seriam obtidos depois de 1850, num período designado por Moura de “escravismo tardio” – o que de modo algum mudava o fato de que as variadas reações dos negros contra o sistema

³¹ BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 (Originalmente publicado na revista *Anhembi*, 1953); FERNANDES, Florentan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 v. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965; CARSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962; COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1966; Para uma análise sobre o lugar social desses trabalhos ver GOMES, Flavio dos Santos. “Em torno da herança: escravidão, historiografia e relações raciais no Brasil” IN: *Experiências atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo-RS: UPF Editora - Universidade de Passo Fundo-RS, 2003, pp.13-40; SCHWARCZ, Lilia. “Questão Racial no Brasil” In: SCHWARCZ, Lilia e REIS, Letícia. (Org.). *Negras imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 39-57.

³² Dentre esses estudos destacamos MOURA, Clóvis. *Rebeliões de senzala*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959; LUNA, Luiz. *O negro revoltado na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976; FREITAS, Décio. *Insurreições escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. Para mais sobre rebeldia negra ver Queiroz, Suely R. R. de. “Rebeldia escrava e historiografia”. IN: *Estudos Econômicos*. v. 17. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, 1987, pp. 89-110.

levarem ao desordenamento da economia escravista. Consoante Moura, os escravos desestabilizavam o escravismo através de suicídios, fugas individuais ou coletivas, formação de quilombos, guerrilhas, insurreições e participando também de movimentos organizados por outras classes e camadas sociais. Sobre as fugas, Moura as assinala como sucessivas, sendo motivadas por causa da própria situação enquanto escravo. Por isso, era necessária a

articulação de núcleos para receber esses escravos fugidos, o que explica a existência de quilombos em todas as áreas onde houve escravidão. Contudo, mesmo deixando nítida sua rebeldia através da fuga, o escravo agia como um alienado, pois não tinha consciência o bastante para se organizar enquanto classe e tomar o poder do Estado através de sua luta.³³

Luiz Luna analisando o que intitula de história dos negros contra a escravidão afirmaria que “a massa dos negros cativos não permaneceu de braços cruzados diante da escravidão. Os negros reagiram por todos os modos e como puderam. Protestaram por meio de quilombos, fugas, rebeliões e até de crimes cometidos contra senhores e feitores e também praticando o suicídio”.³⁴ O negro acomodado a humilhação de escravo, suportando submissamente toda espécie de capricho da casa-grande, se existiu, não representava a realidade. Desde a África, quando eram levados para os navios, os africanos nutriam horror e ódio contra seus algozes, expressando-os como podiam nos longos anos de cativo no Brasil. Nunca se submetendo pacificamente a escravidão, antes reagindo através dos meios ao seu alcance, inconformava-se – quase sempre violentamente – com o regime do cativo. A primeira e mais comum forma de demonstrar sua rejeição ao seu *status* era pela fuga. Segundo Luna, a fuga “não deixava de ser uma forma de protesto e isso foi freqüente no comportamento do negro escravo, desde que as primeiras levadas aqui chegaram. Fugiam, em grupos ou individualmente, homens, mulheres e crianças e internavam-se nos matos para formar quilombos”.³⁵

José Alípio Goulart, semelhantemente a Moura e Luna, fazia uma descrição do negro sem semelhança alguma com aquele escravo incapaz de agir contra o arbítrio senhorial. Antes, com a mesma intensidade que a escravidão converteria o negro num ser amoral, o transformaria também num inconformado que prontamente recorreria à fuga. Se havia algo intrínseco a vivência de um escravo, era a excitante vontade que tinha de fugir conforme aponta Goulart.

No Brasil, para evadir-se, não teve o escravo necessidade de conjecturar possibilidades geográficas e nem adaptabilidades geofísicas. Não. Ao invés, resabiado com a experiência compulsória de sua captura em África e de sua longa e torturante viagem até estas plagas, o negro escravo, tão logo chegado, mal introduziu nas lides de trabalhos e novos sofrimentos, assim que o relho lhe cantava ao lombo, abrindo-lhe as carnes fundos e sangrentos lanhos, não titubeava: metia o pé no mundo. Pela fuga portanto, dava ele sua primeira demonstração de rebeldia em terra brasílicas.³⁶

A fuga não passava então de uma atitude repetitiva tomada quase sem reflexão nem planejamento algum, motivada menos por um ideal de liberdade e mais por condições adversas de trabalho somadas a um tratamento senhorial bárbaro. Ao escravo pouco adiantava

³³ MOURA, Clóvis. *Rebeliões de senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

³⁴ LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1968, p. 13.

³⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 65.

³⁶ GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista / INL, 1972, pp. 113-114.

a fuga, pois além não conseguir modificar seu *status* social, não tinha esperança de melhores expectativas quanto ao futuro. Sua evasão então significava que ficaria a margem da sociedade – nas matas – ou em quilombos para não ser novamente reduzido ao cativo.

Décio Freitas estudando a sociedade bahiana entre os anos de 1807 e 1835 constataria que algumas formas de revolta eram mais empregadas que outras. O comum na ação dos

escravos era o fato deles – embora trabalhassem muito – produzirem pouco e mal visando prejudicar as economias de seus proprietários. Era essa uma das muitas formas empregadas pelo escravo para recuperar sua identidade humana aniquilada pela instituição escravista. Até o início do século XIX as revoltas e fugas seriam mais endêmicas em áreas rurais ao passo que nos centros urbanos de Salvador os escravos permaneceram mais passivos, fugindo somente em poucas levas – composta por aqueles mais desesperados – para quilombos. A partir de 1807 até o levante dos malês na década de 1830 os escravos no centro urbano de Salvador passariam a protestar mais intensamente mediante uma série de insurreições envolvendo, por vezes, escravos em fuga.³⁷

Lana Lage em dissertação de mestrado defendida pela UFF, estudando a atuação da rebeldia negra conjuntamente com o movimento abolicionista, ressaltaria que a escravidão caracterizava-se por polarizar senhores e escravos numa relação antagônica e marcada pela violência. Portanto, era o próprio sistema que propiciavam as atitudes rebeldes que iam desde pequenos crimes até sublevações planejadas. Embora houvesse punições para os transgressores, elas não lograram grande êxito visto não terem impedido sequer as simples demonstrações de rebeldia como as ocorrências de fuga, por exemplo.

A fuga se apresentava ao escravo como o expediente mais simples contra a violência da dominação branca, manifestando-se de forma contínua desde os primórdios da escravidão. O trabalho compulsório e excessivo, as precárias condições de subsistência, a degradação e o controle constante a que estavam submetidos, predispunham os escravos para a evasão, facilitada pelas possibilidades de refúgio oferecidas pela grande extensão de terras sem ocupação efetiva existente no país.³⁸

Assim, a fuga liberava o escravo da dominação senhorial, sem lhe viabilizar chance alguma de permanecer dentro do sistema. Para tanto, seria necessário que a fuga ameaçasse a continuidade do sistema, gerando a sua transformação. O que de fato ela não ocasionava na concepção de Lima, visto a fuga ser para ela menos um caso de política e mais de polícia. Condenado então a marginalidade e perseguição, o escravo em fuga não teria melhor alternativa do que se tornar um quilombola.

Ariosvaldo Figueiredo estudando a escravidão em Sergipe destacaria lá o funcionamento de um sistema não menos violento, provocando revoltas e protestos. Contra a agressividade dos senhores observava-se como consequência os levantes e, sobretudo as fugas escravas cujo objetivo único seria se tornar um quilombola. Embora ocorressem numa frequência indesejada, as fugas nem mesmo afetavam os negócios de compra e venda de escravos. As escapadas dos cativos apenas davam mais trabalho as autoridades policiais que tinham que persegui-los e restituí-los aos seus respectivos senhores. Não só porque seus senhores ficavam privados do lucro obtido através do labor de seus cativos, mas também porque os escravos em fuga, estando à margem da sociedade, integrando quilombos, levavam

³⁷ FREITAS, Décio. *Insurreições escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976.

³⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. *A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão*. Niterói: UFF, 1977, p. 26.

a vida cometendo roubos, latrocínios e outros crimes. No entanto, embora a repressão fosse grande, a fuga continuou a se intensificar até que a escravidão fosse abolida.³⁹

Suely Queiroz em sua tese de doutoramento defendida pela USP também analisaria a escravidão em São Paulo como um sistema de dominação no qual um grupo subordinava

integralmente outro, originando daí toda a coerção do sistema assentada em demasiada violência. Essas características da escravidão eram bem perceptíveis na legislação da época, que além de prever rigorosas punições aos escravos infratores, buscava evitar futuras transgressões intimidando-os. Por isso os escravos fugidos eram punidos sendo marcados com um ferro em brasa com a letra “F” e, em caso de reincidência, teriam uma das orelhas cortadas, podendo até receber como uma última punição a morte. Além dessas penalidades, havia também os capitães-do-mato que caçavam os escravos. Queiroz avança um pouco na análise da fuga quando percebe que ela indicava um escravo não alienado, mas consciente:

a fuga representava a arma de que podia dispor o cativo para reagir contra a instituição que o asfixiava e a seus irmãos de raça. Tais formas de ação refletiam uma reação desordenada contra a espoliação de que eram vítimas, mas significava também que tinham consciência mais viva sobre sua condição [...] – almejavam a liberdade como bem supremo.⁴⁰

A fuga era – para Queiroz – a mais freqüente forma de protesto escravo, não exigindo planos. Por isso teria exercido sobre o escravo uma maior sedução, tendo tido maior incidência que outras formas de rebelião. Ou seja, o escravo ao privilegiar a fuga em detrimento de outras formas de rebelião demonstrava refletir minimamente sobre a realidade em que estava inserido.

Carlos Magno Guimarães em estudo sobre a escravidão em Minas Gerais no século XVIII também chegaria a conclusões semelhantes em relação as fuga escravas. Uma vez que a base da escravidão era alicerçada a partir do emprego da violência, isso ocasionava a reificação do cativo. Por causa disso os escravos apenas conseguiriam afirmar sua humanidade face ao sistema quando protestavam contra ele, negando-o mediante a fuga. Quando fugia o escravo estaria agindo por vontade própria. Com isso visava não só privar seu proprietário do lucro obtido em sua exploração e alcançar a liberdade definitiva, mas também escapar aos castigos perpetrados contra ele. Por conseguinte, a única maneira de concretizar tais objetivos passava pela organização de quilombos. Portanto, vários mecanismos para coibir fugas e quilombos foram pensados e postos em execução, como punições aos capturados e a perseguição dos fugitivos por capitães-do-mato. Assim, mesmo que as fugas não cessassem, elas aconteciam dentro de um limite aceitável e suportável pelo sistema, não o ameaçando definitivamente em momento algum, pois mesmo estando em fuga, o escravo tão-somente anulava uma relação de posse, mas não de propriedade.⁴¹

Em síntese, todos esses estudos argumentaram que o escravo fugia para negar a sociedade oficial que sempre o oprimia, visando uma liberdade que apenas se tornava viável fora da mesma sociedade, integrando um quilombo. Diante de uma situação cruel e desumana, o escravo prontamente reagia, quase sempre fugindo porque essa era a solução mais simples e de pronta execução. Era a fuga, por excelência, o meio mais comum do escravo revoltar-se.

³⁹ FIGUEIREDO, Arisvaldo. *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: José Alvaro, 1977.

⁴⁰ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, pp. 131.

⁴¹ GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

Dessa forma causavam, primeiramente, grave prejuízo econômico ao senhor, que então se via privado dos lucros oriundos do labor de seu escravo. Caso o tempo da fuga se prolongasse demasiadamente, o fujão tornaria-se mal exemplo para os outros escravos do plantel, que enxergariam então na fuga a chance real de libertação da condição escrava. O prejuízo seria imensurável, fora a constante insegurança que ameaçava o conforto e expelia a tranquilidade da classe proprietária de escravos. Não por acaso a repressão aos fugidos era grande. Desta forma, esse escravo fujão não tinha capacidade de sobreviver ao sistema escravista dentro dele.

A fuga era então interpretada numa ótica romantizada, com a finalidade de fazer do escravo um sujeito repleto de bravura e heroísmo, construindo-se então um antagonismo com aquele escravo submisso, passivo e infantilizado. O problema dessa perspectiva reside na premissa de que o escravo em momento algum foge por motivos próprios. A fuga acontecia menos pela sede que o escravo alimentava por uma pretensa liberdade, e sim pelas terríveis circunstâncias psicológicas e materiais de existência que lhe foram impostas. Na iminência de um castigo verbal ou mesmo o tão odiado chicote que lhe perfurava a carne, o escravo evadiase. Em última instância, tudo não se tratava de uma vingança: o negro cativo desaparecia objetivando tão-somente privar seu senhor do lucro do seu trabalho, acarretando ao mesmo grave prejuízo econômico. Sendo apenas um figurante que não conseguia se adaptar às agruras da sua realidade, as experiências históricas vivenciadas pelos escravos não eram levadas em consideração e suas fugas tornavam-se atos totalmente banalizados, explicadas, sobretudo, a partir daquilo que os senhores vivenciavam e imaginavam que o escravo realizava durante o seu desaparecimento.

Decifrando as fugas: escravos enquanto agentes históricos

As primeiras reflexões de fugas de escravos no Brasil buscando explicações que não banalizassem tal ato deve-se a Karasch. Escapando da armadilha de generalizar a luta pela liberdade dos escravos a atitudes que envolvessem violência, Karasch decide perscrutar e entender a fuga. Para tanto, inicialmente realiza um levantamento da demografia dos escravos fugitivos anunciados em jornais e presos pela polícia. Constatando que a maioria desses fujões era composta por jovens africanos, indaga o porquê de eles fugirem, encontrando algumas respostas ao olhar para a geografia do Rio de Janeiro e as mudanças culturais que a cidade sofria ao se tornar um dos centros urbanos mais importantes da América portuguesa. A vida urbana dificultava o controle sobre a população escrava, que podia encontrar abrigo com outros senhores que os acoitavam e forneciam segurança a fim de usufruir de seu trabalho. Escravos em fuga ainda podiam se passar por libertos ou então dirigir-se para as montanhas da cidade cobertas por florestas, estabelecendo quilombos. Entre alguns motivos para fugir, Karasch assinala episódios de venda nos quais escravos eram separados de suas famílias ou então porque seus proprietários descumpriam algum acordo verbal feito, como uma promessa de compra de alforria, por exemplo. Nem sempre os episódios de fuga terminavam bem. Muitos fugitivos acabavam sendo recapturados e depois de passar pelo Calabouço e/ou pelas chibatadas, receberiam uma última punição: a gargalheira – uma coleira de ferro.⁴²

Stuart Schwartz em trabalho iniciado no ano de 1970 sobre comunidades de fugitivos em Alagoas, Minas Gerais e Bahia no período colonial teceria algumas críticas a maneira pela qual a fuga de escravos enquanto ato de resistência era interpretada pela historiografia

⁴² KARASCH, *op. cit.*, p. 397-415.

brasileira. Chamaria a atenção para se distinguir – conforme estudos análogos na Jamaica e no Haiti vinham fazendo – o que seria uma *petit marronage* – casos de fugas em que escravos se ausentavam por períodos curtos e depois retornavam – e uma *grand marronage* quando o escravo tentava escapar definitivamente de seu proprietário:

sob vários aspectos, tem se encarado o tópico da fuga e resistência escrava no Brasil de forma ilusoriamente simples e as análises têm sido freqüentemente baseadas em

conjunto limitado de questões às quais se fornece uma série de respostas inspiradas pelo bom senso. Por que fugiam os escravos? Para escapar da escravidão. Onde se localizavam as comunidades de fugitivos? Longe de possível retaliação dos brancos. Por que os fugitivos atacavam a sociedade dos brancos? Para libertar seus companheiros e porque detestavam a escravidão.⁴³

Novas reflexões sobre as fugas escravas surgiram apenas na década de 1980. A viragem historiográfica se daria acompanhando o debate acadêmico nos Estados Unidos sobre o escravismo. Tal relação pode ser situada a partir do livro “*Rool, Jordan, roll: the world the slaves made*” de Eugene Genovese. Através da metodologia empregada por E. P. Thompson no livro “*The making of english working class*”,⁴⁴ Genovese seleciona a *plantation* do sul estadunidense se recusando a enxergá-la tão somente como um sistema econômico, fruto das determinações da infra-estrutura. Visando entender como os escravos conseguiram agir autonomamente numa situação completamente adversa, transformando paternos concessões senhoriais em direitos conquistados e assim moldando – juntamente com os senhores – as variáveis que regiam o escravismo, Genovese apresenta o que entende por “paternalismo”. Não se tratava simplesmente do conceito apresentado anos antes por Freyre em *Casa grande & senzala*, onde paternalismo não passa de uma chave de leitura da sociedade patriarcal brasileira a partir de lentes senhoriais. Para Genovese, o paternalismo era a forma como se davam as tensões e querelas inerentes as antagônicas posições de senhores e escravos.

Um paternalismo aceito tanto por senhores quanto por escravos – mas com interpretações radicalmente diversas – traduzia-se numa frágil ponte entre as intoleráveis contradições inerentes a uma sociedade que, baseada no racismo, na escravidão e na exploração de classes, dependia da voluntária reprodução e produtividade de suas vítimas. Para os senhores de escravos, o paternalismo representava uma tentativa de superar a contradição fundamental da escravidão: a impossibilidade dos escravos virem a tornar-se as *coisas* que se supunha que fossem. O paternalismo definia o trabalho involuntário dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e à direção que lhes davam os senhores. No entanto, a necessidade que tinham estes de ver seus escravos como seres humanos aquiescentes constituía uma vitória moral para os próprios escravos. A insistência do paternalismo em obrigações mútuas – deveres e responsabilidades e, em última instância, até direitos – representava, implicitamente, a humanidade dos escravos.⁴⁵

E como conseqüência do reconhecimento da humanidade dos escravos por parte dos senhores, Genovese segue afirmando que

⁴³ SCHWARTZ, Stuart B. “Mocambos no Brasil”. IN: *Estudos econômicos: O protesto escravo I*. v. 17. São Paulo: IPE, 1970, p. 62.

⁴⁴ No Brasil o livro foi publicado pela editora Paz e Terra em três volumes sob o título de “*A formação da classe operária inglesa*”.

⁴⁵ GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988, p. 23.

os escravos encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo numa doutrina diferente da imaginada por seus senhores e de transformá-la em arma de resistência às asserções de que a escravidão era uma condição natural para os negros, de que os negro eram radicalmente inferiores e de que os escravos negros não tinham quaisquer direitos próprios.

Assim, ao aceitar um *ethos* paternalista e ao legitimar o domínio de classe, os escravos desenvolveram sua mais poderosa defesa contra a desumanização implícita na escravidão. O paternalismo sulista pode ter reforçado o racismo, assim como a

exploração de classe, mas também, inadvertidamente, induziu suas vítimas a plasmar sua própria interpretação da ordem social que pretendia justificar.⁴⁶

A partir da idéia de paternalismo de Genovese, implicando uma relação de reciprocidade entre senhores e escravos (principalmente baseada em Thompson para a sociedade inglesa entre os séculos XVIII e XIX), se observa uma modificação na leitura sobre o protesto escravo, e por corolário das fugas, na historiografia brasileira.⁴⁷

Ademir Gebara estudando a escravidão em São Paulo na segunda metade do século XIX a partir das posturas municipais abordaria como a legislação além de ser um instrumento de controle social refletiria também as tensões da ordem escravocrata. Não obstante o escravo ser reconhecido perante a lei como *instrumentum vocale*, Gebara demonstra a ambigüidade da mesma quando conferia ao escravo uma participação relativa no mercado, comprando e vendendo mercadorias como se fossem livres. Diante dessas brechas da lei nos anos finais da abolição, dentro de um cenário de urbanização, há um contexto altamente favorável para aqueles escravos que quisessem fugir rumo às cidades e se passar por livres. Segundo Gebara,

existiram por parte dos escravos, inúmeras formas de protesto que se opuseram à ordem estabelecida; dentre esses protestos as fugas foram um fator de importância fundamental para forçar a precipitação final do processo de transição para o trabalho livre. Isso se daria porque, não podendo ser a fuga considerada uma atividade criminosa *strictu sensu*, ela acabaria por impor o envolvimento, de forma crescente de setores livres da população e, com isso, sua repressão passaria a depender tanto do apoio da comunidade, quanto da extensão da repressão a outros setores da população que não o escravo [...].⁴⁸

A fuga então funcionaria como um catalisador num processo de transição para o trabalho livre. O desenvolvimento urbano e econômico, dependendo de um maior número de trabalhadores livres, abriria espaço para a integração do fugido na sociedade como um livre para labutar em atividades urbanas. Dessa forma, a fuga tornava-se um ato político com conseqüências mais complexas, provocando a crescente inviabilização da escravidão com a constituição de um mercado de trabalho livre, visto o escravo fugido, ao invés de torna-se um marginalizado social, buscar integrar-se na comunidade.

Com a mesma perspectiva teórica, preocupando-se menos com o escravismo e mais com os escravos, Eduardo Silva revisita a temática das fugas escravas. Percebe uma variedade de objetivos nesse ato. Salienta que muitas fugas escravas – e até episódios de formação de quilombos – não pretendiam negar ou romper com a escravidão, antes tinham em vista propiciar uma espécie de negociação – analogamente a movimentos grevistas – para assim

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 25.

⁴⁷ LARA, Silvia Hunold. “Blowin in the wind: Thompson e a experiência negra no Brasil.” IN: *Projeto História*. v. 12. São Paulo: EDUC, 1998, pp. 43-56.

⁴⁸ GEBARA, Ademir. “Escravidão: fugas e controle social”. *Cadernos IFCH-Unicamp*, 12. São Paulo: Hucitec, 1984, pp. 26-27. Ver também GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Para críticas quanto a essa tese ver CHALHOU, *op. cit.*, pp. 160-161.

conquistar e/ou manter certas condições de trabalho e de vida. Tais escapadas geralmente não eram muito longas, duravam apenas o necessário para garantir determinadas concessões senhoriais. Silva classifica esse tipo de fuga de “reivindicatória”.⁴⁹

Flávio Gomes também dá grande contribuição ao estudo das fugas escravas produzindo uma série de artigos sobre a temática. Através da análise de uma série de fontes – anúncios de fuga em periódicos, relação de escravos fugidos presos pela polícia, assentos eclesiásticos, processos-crimes – Gomes avalia as estratégias escravas empregadas durante as escapadas, bem como levanta apontamentos sobre o cotidiano da sociedade escravista e a constituição das identidades dos africanos na cidade do Rio de Janeiro. Demonstra como os escravos fugiam e não vislumbravam necessariamente ingressar em quilombos. Diferentemente de escravos que labutavam em mundos rurais, os fugitivos do mundo urbano conseguiam explorar os becos e vielas de uma grande cidade a fim de se ocultar de seus perseguidores.⁵⁰

Há ainda mais estudos sobre fugas escravas surgidos recentemente. Sobre o envolvimento dos escravos fugidos que traçavam suas rotas de fuga a partir do mar Carlos Eugênio⁵¹ e Álvaro Nascimento⁵² recuperam algumas dessas estratégias através da documentação do Arsenal da Marinha. Utilizavam o oceano Atlântico para escapar rumando para portos americanos, europeus e africanos. Alguns até se dispuseram a assentar praça – disponibilizando-se voluntariamente ou “deixando-se” ser recrutado a força – e pegar em armas para servir o Estado no *front* de guerra colocando suas vidas em perigo, tendo com fim último concretizar sua sonhada liberdade. Sobre tais escravos fugitivos percebe-se o quanto valorizavam o que entendiam por liberdade e que não se arriscavam tão-somente a fim de sabotar seus proprietários. É o caso dos escravos da província do Rio Grande, por exemplo, que se envolveram em vários conflitos bélicos.⁵³ Outros escravos, cientes dos riscos da vida na caserna, por estarem em regiões limítrofes, aproveitavam a falta de tratados específicos com as nações fronteiriças e se aventuravam além-fronteira. Pior para seus proprietários que não podiam contar com a ação de capitães-do-mato e não vinham suas reclamações junto às autoridades responsáveis surtirem o efeito desejado.⁵⁴

⁴⁹ SILVA, Eduardo. “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. IN: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 62-78.

⁵⁰ GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *O tempo*. Rio de Janeiro: Revista da UFF, 1996, pp. 67-93; GOMES, Flávio dos Santos e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Identidades escravas, conexões e narrativas: notas de pesquisa”. IN: *Sesmaria: revista do NEHPS*. v. 1, n. 1, 2001, pp. 21-45; GOMES, Flávio dos Santos. “Reinventando as nações: africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810-1888” e “Identidades fugidias numa cidade labirinto, 1810-1830” IN: FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp. 19-96.

⁵¹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Unicamp, 2004, pp. 268-278.

⁵² NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Do cativo ao mar: escravos na marinha de guerra”. *Estudos Afro-Asiáticos*. Nº. 38. Rio de Janeiro, 2000, pp. 85-112.

⁵³ KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888”. *Afro-Ásia*, nº 17, 1996, pp. 29-56.

⁵⁴ CALDEIRA, Newman di Carlo. *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007; MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UFP, 2002, pp. 31-84; NETO, José Maia Bezerra. *Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-*

Isabel Reis em estudo sobre família escrava na sociedade bahiana oitocentista avalia como escravos iriam justamente recorrer à fuga como forma de viabilizar relações familiares e redes de amizades. Reis demonstra não só episódios de cativos que se evadiam devido a eventuais vendas que haviam lhe separado de sua família como explora casos de escravas que carregavam consigo suas crias quando fugiam.⁵⁵

As recentes pesquisas relativas a fugas escravas, dialogando com diversas perspectivas teóricas, estão comprovando que por trás dessas atitudes havia sempre o desejo de resolver pendengas e problemas surgidos no âmbito da relação senhor-escravo.⁵⁶ Quais escravos que escapavam para tanto? Manolo Florentino sugere através da comparação de dados demográficos obtidos em inventários *post-mortem* e em anúncios de fuga do *Jornal do Comércio* como a evasão, num período de intensificação do tráfico atlântico, poderia ser uma opção mais empregada por cativos que ainda não terminaram seu processo de aclimatação – os africanos boçais – e por isso não conseguiam alargar sua autonomia na escravidão.⁵⁷ É possível aprofundar ainda mais o entendimento sobre os escravos que fugiam através dos discursos presentes na imprensa periódica oitocentista, em especial, nos anúncios de fuga como veremos nas próximas páginas.

Pará (1840-1888). Dissertação de Mestrado em História. Campinas: IFCH/Unicamp, 2000; PETIZ, Silmei de Sant' Ana. *Buscando a liberdade: as fugas escravas da província de São Pedro para o além-fronteira, 1815-1851*. Passo Fundo: UPF, 2006.

⁵⁵ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 2001, pp. 91-110.

⁵⁶ PINHEIRO, Cláudio Costa. *Os desaparecidos: o cotidiano das fugas de escravos na Corte, 1835 e 1865*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1994; PINHEIRO, Cláudio Costa. *Quereis ser escravo? Escravidão, saberes de dominação e trajetórias de vida na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1865*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1998.

⁵⁷ FLORENTINO, Manolo. “De escravos forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº. 58, 2003, pp. 104-115. Para mais estudos sobre fugas escravas ver também AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo dos fugitivos - Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996; MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 2010; CARDOSO, Amâncio. “Escravidão em Sergipe: fugas e quilombolas – século XIX”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* – v. 1, n. 1. Aracaju: IHGB de Sergipe, 2005, pp. 55-73.

CAPÍTULO I

Imprimindo fugas num espaço urbano

“O jornal, literatura quotidiana, no dito de um publicista contemporâneo, é reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a idéia de um homem, mas a idéia popular, esta fração da idéia humana. [...] Tanto melhor! este desenvolvimento da imprensa-jornal é um sintoma, é uma aurora dessa época de ouro. [...] É a luz de uma aurora fecunda que se derrama pelo horizonte”.¹

Machado de Assis, 1859

“Nesse primeiro ano também foi introduzida essa poderosa máquina de conhecimento e poder, a impressora. Durante três séculos esse instrumento elementar estivera proibido no Brasil por causa de seus efeitos supostamente perigosos, e só em 1808, segundo fui informado, é que esse grande país teve permissão de imprimir a página de um livro. O maior benefício que o bondoso Príncipe Regente pensava proporcionar a seu povo era conferir a eles esses meios de adquirirem conhecimento, para seu próprio bem, sobre as artes, a agricultura, a manufatura. Assim, ele comemorou seus 41 anos concedendo essa benfeitoria e estabelecendo uma oficina gráfica real, que publicou pela primeira vez um número da Gazeta. Talvez nada possa ser mais indicativo do deplorável estado de ignorância em que esse lindo país se encontrava, ou do rápido progresso que o povo fez desde a difusão do conhecimento, do que esse fato. É difícil imaginar que há 20 anos atrás não era permitido publicar um único jornal no país em que hoje, numa única cidade, existem 13 periódicos que circulam e são lidos por todos”.²

Robert Walsh, 1828

A Gazeta do Rio de Janeiro e suas funções na Corte joanina

Com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, a cidade experimenta transformações demográficas, políticas, econômicas e culturais.³ Para oferecer uma hospedagem para a alta nobreza portuguesa e mesmo viabilizar que um cenário com ares coloniais pudesse sediar a capital de um império ultramarino, várias medidas foram aprovadas pela coroa portuguesa. Destaca-se a criação de uma tipografia, a Imprensa Régia. Ela ficava sob a responsabilidade da Secretária dos Negócios Exteriores e da Guerra, tendo sido, primeiramente, estabelecida na Rua do Passeio, na residência do Conde da Barca e depois,

¹ *Correio Mercantil*, 10 e 12/01/1859.

² WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. v. 1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985, pp. 81-82.

³ Ver CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização da Metrópole (1808-1853)” IN: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184; IPANEMA, Rogério Moreira de (Org.). *D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008; LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978; MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000; SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808 – 1821*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

transferida para a Rua dos Barbonos.⁴ Foi uma iniciativa oficial de D. João, a fim de que as necessidades burocráticas da Corte, instalada no Rio, fossem supridas. Assim o memorialista Luiz Gonçalves dos Santos, conhecido também como Padre Perereca, registrara esse acontecimento:

“O Brasil até ao feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, não só quanto a sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes, e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria. Assim, por decreto datado deste mesmo dia dos seus felizes anos, Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta Corte a Impressão Régia, para nela se imprimirem exclusivamente toda a legislação, e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do real serviço, e também todas, e quaisquer obras, concedendo a faculdade aos seus administradores para admitirem aprendizes de compositor, impressor, batedor, abridor, e demais ofícios que lhe sejam pertencentes. Este máximo benefício, que Sua Alteza Real outorgou ao Rio de Janeiro, é bem de se esperar que se comunique à Bahia, e também às capitais das principais províncias do Brasil, visto o sistema liberal que o mesmo augusto senhor tem adotado a favor dos seus vassallos desta parte dos seus domínios, e que se imprimam na América Portuguesa obras muito interessantes, que, ou já compostas, jazem na poeira do esquecimento, e do desprezo, ou que para o futuro se hajam de compor, facilitados os meios de se darem à luz pelo prelo”.⁵

Era necessário imprimir os atos do governo e fazê-los conhecidos entre seus súditos. Contudo a Impressão Régia produzia outros papéis e mesmo livros de particulares. Antes de passarem pelos prelos, tais materiais não oficiais eram averiguados por uma junta designada pela administração da Impressão Régia, composta por José Bernardes de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa.⁶ Nesse contexto que se tem a criação do primeiro periódico oficial dentro da América portuguesa: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Na última folha do primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*⁷ era declarado:

N. B. Esta Gazeta, ainda que pertença por privilégio aos Oficiais da Secretaria de Estado e Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é contudo oficial, e o governo somente responde por aqueles papéis que nela manda imprimir em seu nome.

Surgia então a Impressão Régia, atrelada ao rei, proibida de publicar qualquer matéria contra a religião, a monarquia e os bons costumes, tornando viável também o surgimento de uma imprensa periódica. Assim, aos 10 de setembro do ano de 1808 publicava-se o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, tendo como molde o periódico de Lisboa, a *Gazeta de Lisboa*. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico de quatro folhas que media 19 x 13,5 cm., trazia sempre uma epígrafe de Horácio em latim, “*Doctrina sed vim promovet insitam / Rectique cultus pectora roborant*”, cuja tradução é “O estudo desenvolve a força inata e o exercício correto fortifica o coração”.⁸ A relação dessa epígrafe com o periódico explica-se

⁴ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 65.

⁵ SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir a história do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, p. 207.

⁶ Para mais ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud, 1999, pp. 19-20.

⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10/09/1808.

⁸ IPANEMA, Cybelle Moreira de. “Gazeta do Rio de Janeiro” IN: IPANEMA, Rogério Moreira de (Org.). *D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008, p. 132.

por ser o então redator um frei franciscano, preocupado, segundo Tereza Cardoso, “com a alma e o interior do ser humano (*pectora*), que se fortalece seguindo um caminho correto, segundo os fundamentos da doutrina cristã”.⁹ Quanto a necessidade de um periódico na cidade do Rio, Juliana Meirelles salienta que “não fazia sentido existir uma Corte sem Gazeta, já que esta cumpria um importante papel na instituição monárquica; era, antes de tudo, um instrumento de reafirmação da realeza.”¹⁰ Dentre os vários assuntos noticiados pela gazeta, eventos como nascimentos, batizados, aniversários, casamentos, funerais e as demais festividades que envolvessem a Corte real portuguesa renderam muito material para o periódico. As folhas da gazeta tratavam também sinteticamente dos acontecimentos na Europa, em especial, sobre o estado das guerras napoleônicas, dos avanços e recuos dos exércitos franceses pelo velho mundo, frisando sempre os aspectos que exaltassem a monarquia portuguesa. Notícias internacionais eram obtidas através dos periódicos portugueses e ingleses que chegavam à cidade do Rio, bem como por intermédio dos marinheiros, que, talvez, antes delas serem impressas em periódicos, já as divulgavam pelos portos em que embarcavam. Na cidade do Rio, que hospedava os portugueses exilados devido à invasão francesa em Portugal, as notícias referentes a Napoleão, suas investidas contra as dinastias européias, bem como suas vitórias e derrotas eram de imensurável interesse. Assim, pode ser relativa a concepção de que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, por ser um periódico oficial criado pela coroa portuguesa e sob censura prévia, não constituía atrativo algum para o público leitor. Já quanto àquelas notícias impregnadas do liberalismo ou do caráter revolucionário que sacudiam a Europa, essas eram filtradas pela censura.¹¹

A *Gazeta do Rio de Janeiro* fora dirigida inicialmente por Frei Tibúrcio da Rocha até 1812, quando o redator passou a ser Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, que exerceu o cargo até meados de 1821. A partir de então assumiria Vieira Goulart. Desde o seu primeiro exemplar, o periódico buscava assinantes e solicitava que se mandasse publicar anúncios em suas páginas:

Faz-se saber ao Publico: Que a *Gazeta do Rio de Janeiro* deve sahir todos os Sabados de manhaã: Que se vende nesta Corte em Caza de Paulo Martins, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80 rs.: Que as pessoas que quizerem ser Assinantes, deverão dar os seus nomes, e moradas, na sobredita Caza, pagando logo os primeiros seis mezes a 1:900 rs; e lhes serão remetidas as folhas as suas Cazas no Sabado pela manhaã¹²: Que na mesma Gazeta se porão quasquer annuncios, que se queirão fazer; devendo estar na 4ª feira no fim da tarde na Impressão Regia.¹³

Os recursos para a viabilidade da *Gazeta do Rio de Janeiro* viriam principalmente dos assinantes, que pagavam a subscrição semestralmente para assim receber as gazetas em suas casas. Poucos deveriam ser os exemplares vendidos avulsos nas livrarias da Corte. Em carta para o seu pai em Portugal, o português Luiz Joaquim dos Santos Marrocos – que chegou ao Rio em 1811, onde trabalhou desde então na Real Biblioteca e depois no Paço cuidando dos manuscritos da Coroa, tendo o privilégio de beijar diariamente a mão do rei assim que ele acordava – relatou que em maio de 1817 a *Gazeta do Rio de Janeiro* possuía 200

⁹ CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1988, p. 76.

¹⁰ MEIRELLES, *op. cit.*, p. 71.

¹¹ SODRÉ, *op. cit.*, p. 20.

¹² O jornal em pouco tempo será publicado duas vezes na semana, as quartas-feiras e sábados e somente em 1821 se tornará trissemanal, saindo às terças-feiras, quintas-feiras e sábados.

¹³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10/09/1808.

assinaturas.¹⁴ Sendo o valor da subscrição semestral, desde o ano de 1810 até o ano de 1821, de 5\$000 réis¹⁵, sabe-se que pelo menos para o primeiro semestre de 1817, só de assinaturas, a gazeta rendeu para a Impressão Régia 1:000\$000 réis. Embora esse valor não seja desprezível, o número de assinantes do periódico era limitado. Num momento no qual o analfabetismo era grande, não se necessitava de grandes tiragens, pois a maior parte se destinava mesmo aos assinantes. O normal era que os informes da gazeta alcançassem a população mediante leituras coletivas nas praças, tabernas, livrarias, boticas e os demais locais de sociabilidade típicos do antigo regime. Predominava ainda aquela leitura de antigo regime, que não se restringia ao individual e privado, antes se caracterizava pelos seus contornos coletivos, o que favorecia – com maior notabilidade a partir da década de 1820 – a circulação de um debate político travado a partir das folhas do periódico.

Os leitores ou ouvintes da *Gazeta do Rio de Janeiro* eram provavelmente, em sua maioria, habitantes da cidade do Rio de Janeiro e talvez sua circunvizinhança. Pelo baixo número de assinaturas, dificilmente deveria haver muitos exemplares fora da cidade. Analisando o estado em que se encontrava a imprensa no Brasil no ano de 1817, o naturalista europeu Spix expunha, com certo lamento, como ela estava desfavorecida por um desinteresse geral e pela pouca inclinação pelo progresso na ciência. O único jornal literário publicado após a vinda da Corte, “*O patriota*” – inspirado no *Jornal de Coimbra* (1812-1820) –, cujo redator era Manuel Ferreira de Araujo Guimarães – o mesmo que em 1813 também se responsabilizaria pela redação da *Gazeta do Rio de Janeiro* –, destinado a um amplo público, teve duração efêmera de dois anos, de 1813 a 1814, com tão-somente 18 números.¹⁶ Seu objetivo era divulgar “notícias, observações, memórias, extratos sobre os vários ramos das ciências elaborados por portugueses no reino e no ultramar”.¹⁷ Contudo, não obteve o merecido valor na avaliação do naturalista. E mesmo para os periódicos que ainda saíam dos prelos, na percepção de Spix, não granjeavam um prognóstico animador:

Em todo o reino, até agora, só se imprimem dois jornais: na capital a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e na Bahia, uma folha intitulada *Idade de Ouro do Brasil*. Pena é não serem lidos geralmente com interesse esses poucos jornais. Sobretudo o habitante do interior, gozando de generosa natureza rica, limitado à comunicação com vizinhos afastados, manifesta poucos interesses pelos acontecimentos do mundo político, e satisfaz-se com a notícia dos principais sucessos que lhe trazem uma vez por ano os guias das tropas, quando regressam da costa. [...] Não faltam, entretanto, notícias rápidas e exatas da Europa, pois, pelos imigrantes portugueses e pelos ingleses, são espalhados os jornais de Lisboa e da Inglaterra.¹⁸

Ao descrever os vagarosos passos que a imprensa dava no Brasil, esbarrando mais em dificuldades do que avançando, tais como o pequeno interesse de um público leitor, Spix ressaltava, por oposição, a exemplar ação dos europeus, contrastante com a dos habitantes já estabelecidos desde os tempos coloniais. Esses, em última instância, empacavam o

¹⁴ MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. “Cartas” IN: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LVI, 1939, carta nº 107 de 05/05/1817, p.296.

¹⁵ A partir do mês de julho de 1821 a assinatura semestral da gazeta subira para o valor de 6\$000 réis, saindo desde então, três números por semana.

¹⁶ Para mais sobre a imprensa no início do século XIX ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A imprensa periódica na época joanina” IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. (Org.). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUREJ, 2009, pp. 15-30; e SODRÉ, *op. cit.*, p. 30.

¹⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Dos avisos de jornais às resenhas como espaços de consagração (1808-1836)” IN: NEVES, L. (Org.) *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUREJ, 2009, p. 56;

¹⁸ SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. v. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 55.

desenvolvimento da imprensa ao passo que aqueles promoviam o seu progresso, espalhando os jornais europeus e suas notícias. A diferença para Spix entre a imprensa firmada na América portuguesa e a européia é notória, uma vez que na Europa do século XIX a circulação dos jornais literários já era uma realidade incontestável, auxiliando a promoção das letras e ciências, além do estímulo dos talentos, sendo de grande utilidade pública.¹⁹ Contudo, não se pode afirmar que a gazeta ficou restrita simplesmente a população da cidade do Rio e seus arredores. Quem assinava a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ou então comprava exemplares avulsos – outra possibilidade de aquisição, e mais importante, de leitura do periódico que não deve ser descartada –, poderia disponibilizá-la, através de empréstimos ou doações, para seus amigos, caso soubesse que nela haveria alguma notícia ou anúncio de seu interesse. Ou seja, tal periódico não estava circunscrito a leitura do assinante ou comprador dele.²⁰ A gazeta chegou inclusive a atravessar o oceano Atlântico para informar os leitores do velho mundo sobre o estado da Corte portuguesa e do Brasil. Era exatamente por causa disso que Santos Marrocos mandava juntamente com suas cartas a seu pai, em algumas ocasiões, exemplares da gazeta que ele considerava útil para informá-lo sobre as novidades no novo mundo. Quando a princesa Maria Thereza deu a luz ao seu primeiro filho, Santos Marrocos descreveu para o seu pai que tal dia se tornou mais feliz pelo “nascimento do Regio Brasileiro, q.^o veio ao mundo com privilegios de Aurora. Houverão as Luminarias do costume, Beija mãe e as mais funções, como V. M.^{ce} ahi o saberá pela Gazeta”.²¹ Essa não foi a única vez que Marrocos enviava, além das cartas, exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro* para seu pai. Na carta terminada em 25 de janeiro de 1814, ele escrevera o seguinte: “Pela Gazeta inclusa ficará V. M.^{ce} sciente da morte do Conde de Galveas, que tem feito nesta Corte a maior impressão, por ser quase inesperada [...]”.²² De forma semelhante que a *Gazeta do Rio de Janeiro* acabou servindo de base para notícias sobre o Brasil em jornais de Londres e Lisboa.²³ Depreende-se então a circulação que a gazeta alcançava, muito além da quantidade de tiragens feitas pela oficina tipográfica da Impressão Régia para disponibilizá-la entre assinantes e eventuais leitores que adquirissem um exemplar avulso.

Dessa forma, as subscrições do primeiro semestre de 1817, oferecem não o total de leitores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, antes um número mínimo deles. Talvez, mais importante do que a quantidade de assinaturas, fossem os anúncios divulgados na seção de “Avisos” da gazeta. Não apenas as subscrições, mas os anúncios angariavam recursos que não podem ser desprezados. Sabe-se que a partir do mês de julho de 1817, para se colocar um anúncio na *Gazeta do Rio de Janeiro* era preciso desembolsar a quantia de 200 réis por linha escrita que o anúncio ocupasse. Talvez muitos leitores estivessem interessados em divulgar negócios privados no periódico e poucos eram aqueles que sabiam informar o valor cobrado para esse serviço, ou então o valor dos anúncios estivesse passando por um reajuste que buscasse padronizar o valor do serviço a partir dos periódicos de Portugal, o que explica esta nota na qual o gazeteiro dava o seguinte informe aos leitores:

¹⁹ Para mais sobre jornais literários ver NEVES, *op. cit.*, pp. 55-89.

²⁰ Juliana Meirelles, em estudo sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, apresenta um caso de um leitor que guardava os exemplares da gazeta, e que tinha um número faltando porque tinha emprestado o mesmo para um sujeito ler uma notícia que lhe interessaria e que não havia devolvido o mesmo exemplar. Para mais ver MEIRELLES, *op. cit.*, p. 172.

²¹ MARROCOS, *op. cit.*, pp. 44-45. A *Gazeta do Rio de Janeiro* que seguiu junto com a carta é a de 06/11/1811.

²² IDEM, *Ibidem*, pp.180-181. A *Gazeta do Rio de Janeiro* que seguiu junto com a carta é a de 22/01/1814. Essa não foi à última vez que Santos Marrocos enviou *Gazetas do Rio de Janeiro* para seu pai. Sabe-se ao menos que nas cartas com datas de 06/02/1816, 30/03/1816, 18/04/1816, 10/07/1816, 09/05/1817, 12/11/1817, 24/02/1818, 13/11/1818, 22/04/1819, 06/07/1820, 30/08/1820 e 27/09/1820, Santos Marrocos enviou, ao menos, um exemplar do periódico.

²³ MEIRELLES, *op. cit.*, 106-112.

[...] Adverte-se ao publico que os annuncios, que se houverem de pôr na Gazeta do 1º de Julho em diante, deverão pagar duzentos réis por cada linha da mesma Gazeta (assim como se pratica nas outras Portuguezas); e porque não se pode avaliar exactamente de antemão o número de linhas, que o mesmo annuncio póde render, aquelles que na occasião da entrega do manuscrito derem mais do seu importe, poderão depois de publicado na Gazeta, haver na loja o excesso que lhe competir; assim como serão obrigados às faltas os que derem de menos. Igualmente se affiança a possível brevidade dos mesmos annuncios.²⁴

Se os anúncios eram importantes fontes de renda para a viabilidade da gazeta – ao longo do mês de julho de 1817, em nove edições ordinárias e uma extraordinária do periódico, os anúncios ocuparam no total 173 linhas rendendo 34\$600 réis – cobrindo gastos com papel, tinta, manutenção das máquinas e gratificação do gazeteiro, por exemplo, maior valor ainda eles tinham para a sociedade estabelecida no Rio de Janeiro e sua circunvizinhança. Não somente um valor estipulado comercialmente a partir de cifras monetárias, mas principalmente de ordem cultural, pois os anúncios publicados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* estavam modificando as formas de comunicação da sociedade estabelecida no Rio, e com isso, dos serviços e negócios realizados, como os de compra e venda, por exemplo. Se nas primeiras edições da gazeta, os anúncios apareciam na última página, não preenchendo mais que a metade dela, ao longo do ano de 1820, os anúncios já ocupariam, por vezes, quase que uma página e meia. Mediante isso, pode se contemplar um leitor no início do século XIX que interagia com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, comunicando aos outros leitores seus objetivos e interesses privados, incitando-os a fazer o mesmo, e assim colaborando para um determinado perfil de leitor. A partir desses anúncios e desses perfis de leitores é possível encontrar indícios sobre o cotidiano e personagens da cidade do Rio, desde a alta nobreza transmigrada de Lisboa até os escravos recém-importados dos portos africanos.

É logo no segundo número da gazeta, na sua última página, que aparecia o primeiro anúncio publicado. Vendia-se uma morada de casas de sobrado com frente para Santa Rita sob as ordens do Capitão Francisco Pereira de Mesquita.²⁵ E nos exemplares seguintes os anúncios de venda, como também os de compra, não cessaram. Os anúncios não se restringiram apenas as compras e vendas. Havia avisos de chegadas e saídas de navios, de leilão, e de perdas dos objetos das mais diversas naturezas, desde espingardas até jóias, juntamente com pequenos textos nos quais Sua Majestade informava fazer Mercê a alguns homens, como José de Artiaga Sotto, agraciado com a Serventia vitalícia do Ofício de Escrivão da Receita e Despesa da Real Casa de Fundição de Vila Boa de Goiás.²⁶ Os mais diversos produtos eram divulgados para venda e compra nas últimas páginas. Até o primeiro escravo aparecer na parte de anúncios do periódico, algo que só aconteceria em janeiro de 1809, contaram-se 100 anúncios de divulgação de atividades comerciais dentro de um curto espaço de seis meses. Na Tabela 4, com anúncios de setembro de 1808 a janeiro de 1809, se observa uma tipologia desses anúncios.

²⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25/06/1817.

²⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 17/09/1808.

²⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22/10/1808.

TABELA 4: Anúncios de atividades comerciais publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1809)

Tipologia dos anúncios	Quantidade de Anúncios
Leilão	20
Publicação de livro, alvará e carta	65
Venda de cavalo	1
Venda de casa	5
Venda de fazenda, terras e sítio	3
Venda de navio	5
Venda de roupa	1

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1808-1809

Nota-se a conformação intelectual e política que a cidade está adquirindo. Num espaço colonial onde era proibida a produção de material impresso devido à censura do Conselho Ultramarino e da Inquisição, num breve espaço de tempo houve 65 anúncios referentes a publicações. Muito desse material impresso dizia respeito sobre medidas tomadas por D. João, outras sobre livros presente na casa do Mercador de Livros, disponíveis para venda, o que aponta para o interesse que a atividade da leitura ganhava no momento. As atividades mercantis da cidade também estavam em pleno crescimento, em especial, aquelas imobiliárias. Com o crescimento da cidade alimentado pelo seu novo status, a de capital do império português, a questão quanto à moradia era objeto de interesse geral, principalmente dos novos estrangeiros que não paravam de desembarcar em seus portos. Santos Marrocos, tendo desembarcado no Rio em 1811, em uma de suas primeiras cartas a seu pai, em outubro desse ano, informava-o sobre sua nova moradia:

A respeito de Casas (artigo aqui de muita dificuldade) assisto em humas nobres e magníficas na rua das Violas, de companhia de hum Oficial da Secretaria dos Negocios Estrangeiros, e com um Clerigo que foi Secretario de Governo da Ilha da Madeira. [...] As Casas são pagas pela Fazenda Real, a qual dá a cada mez ao Senhorio hua dobra (12\$800 rs), cujo preço he ainda mui diminuto para o que aqui se pede por Casas [...].²⁷

Isso explica os oito anúncios vendendo casas e terrenos. Essa faceta mercantil da cidade é evidenciada também pelos 20 leilões. Num espaço de seis meses, divulgou-se, aproximadamente, uma média de três leilões por mês. O certo é que a abertura dos portos favoreceu o aumento das atividades comerciais de pequeno e grande porte. É nesse contexto, por exemplo, que o negociante inglês John Luccock aporta no Rio em meados 1808, para vender mercadorias européias. Mais lembrado pela historiografia por causa de seu relato sobre os usos e costumes do Brasil entre 1808-1818²⁸ do que de suas atividades comerciais, Luccock foi mais um dos muitos comerciantes estrangeiros que utilizou a *Gazeta do Rio de Janeiro* para realizar vendas. No ano de 1816 ele anunciava o seguinte:

Quem quizer arrendar huma caza com jardim e cavalharice situada no caminho de S. Cristovão, e propria para huma familia numerosa, falle com João Luccock & Cª N° 35 rua do ouvidor, que tambem tem huma Traquitana quasi nova com seus arreios para vender.²⁹

²⁷ MARROCOS, *op. cit.*, pp.36-37.

²⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951.

²⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 17/04/1816.

Certamente a gazeta deve ter facilitado muitas vendas e compras, desde mercadorias de pequeno e médio valor, como cavalos ou traquitanas, por exemplo, até fazendas e embarcações, de altíssimo valor agregado. Os negócios mercantis e transações envolvendo viagens marítimas e compra e venda de navios caracterizavam-se, desde o final do século XVIII, por estarem sob o monopólio das maiores fortunas da praça do Rio.³⁰ Assim, certamente os negociantes de grosso trato deveriam estar atentos aos anúncios da gazeta.

Matheus: o primeiro fujão na *Gazeta do Rio de Janeiro*

Visto juridicamente como uma mercadoria, presente em todos os lugares da cidade carioca, os escravos logo ocuparam lugar destacado na quarta folha desse periódico. De todos os anúncios publicados na seção de “Avisos” da gazeta, Juliana Meirelles calcula que 20% deles eram referentes a escravos.³¹ O primeiro escravo a passar pela *Gazeta do Rio de Janeiro* não estava sendo vendido ou alugado, antes havia fugido de seu senhor no dia 20 de agosto de 1808. Seu nome era Matheus, tinha o “rosto grande e redondo, com dous talhos, hum por cima da sobrancella esquerda, e outro nas costas, olhos pequeno, estatura ordinaria, mãos grandes, dedos grossos e curtos, pés grandes, e o corpo grosso”. Foi apenas no ano seguinte – 1809 – aos sete de janeiro, que Antonio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães, proprietário do escravo Matheus, através de um anúncio na gazeta, prometia, além de pagar os gastos com a sua captura, oferecer de recompensa para aquele que o apanhasse e o levasse a Rua da Quitanda nº 61 a quantia de 12\$800 reis, equivalente a uma dobra.³²

O cativo Matheus é o primeiro fujão a ser anunciado na recém-criada imprensa periódica. Muitos outros escravos, nos anos seguintes, levaram seus senhores a redigirem anúncios com promessas de alvissaras e ressarcimento de gastos com as despesas da captura. No entanto, o que poucos deram atenção até agora, é por que razão os proprietários de escravos passaram a utilizar a imprensa periódica como mecanismo sistemático para reaver seus cativos evadidos. Não é algo óbvio a utilização da imprensa para essa finalidade. Havia meios de comunicação de antigo regime que satisfariam a necessidade de divulgação de uma fuga de um escravo e sua respectiva captura, como, por exemplo, pregar cartazes e folhetos nos locais de maior movimentação da cidade. Rugendas, enquanto esteve no Rio de Janeiro,³³ não deixando de esconder sua surpresa, registrara em seu relato sobre a cidade que havia negros livres que gozavam de um ordenado fixo para

percorrer os distritos de vez em quando, com o fito de prender escravos evadidos e conduzi-los a seus senhores ou, não os conhecendo, à prisão mais próxima. *A captura é em seguida anunciada por um cartaz afixado à porta da Igreja e o proprietário, desse modo, logo se encontra* (Grifo meu).³⁴

³⁰ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João Ribeiro. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil numa sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 184.

³¹ MEIRELLES, *op. cit.*, p. 163.

³² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 07/01/1809.

³³ Ressalta-se que a exposição de Rugendas sobre a cidade é posterior a chegada da Corte real no Rio de Janeiro, uma vez que ele chega ao Brasil em 1821 como desenhista da missão científica do barão de Langsdorff, permanecendo no país até 1825. Já na Europa, em 1835 ele junta 100 desenhos de alta qualidade que pintara sobre o Brasil, e os publica com textos e relatos de viagem que explicavam seus desenhos, em língua alemã e francesa.

³⁴ RUGENDAS, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979 pp. 284-285.

O uso de capitães-do-mato para por fim às fugas de escravos já era bem antigo.³⁵ Contudo, é interessante atentar na exposição de Rugendas para o fato que o proprietário do escravo fugido não anuncia – ao menos inicialmente – sua fuga em cartazes, antes o capturador do escravo evadido que procura divulgar em cartazes que aprisionou um escravo evadido, cabendo ao proprietário ficar atento aos novos cartazes que eram fixados pela cidade. Também não se deve desprezar o silêncio de Rugendas em relação à imprensa periódica. Tendo vindo pela primeira vez ao Brasil no ano de 1821, momento no qual já se veiculava quantidade considerada de anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro*³⁶, Rugendas nada fala sobre o uso da imprensa periódica para reconduzir os escravos fugidos ao cativeiro.

Não se pode mensurar o quanto essa prática de espalhar cartazes afixando-os pela cidade satisfazia e ainda satisfazia no ano de 1821 as necessidades impostas de comunicação na cidade e seus arredores. Provavelmente, deve ter existido por muito tempo, juntamente com as práticas de leituras em alta voz nas praças de bandos, éditos, leis e pregões, dentro dos moldes de sociedades de antigo regime, que permaneceram mesmo quando a imprensa já se achava estabelecida na América portuguesa. Luccock não deixou de citar em seu relato que, em 1808, na cidade do Rio, “ninguém se abalçava [...] a ler um edital pregado à parede, sem executar qualquer ato de respeito”.³⁷ Recuperar um pouco dessa faceta referente à comunicação e as variadas formas de leituras então existentes é importante para compreender o espaço social no qual a imprensa periódica recém-criada estava atuando. A imprensa periódica no Rio não surgia num vazio cultural, mas numa sociedade urbano-escravista que estava ganhando, desde o século XVIII, notabilidade frente a toda a América portuguesa. Atividades comerciais, como vendas e compras, ou mesmo capturas de fujões, certamente aconteciam e em grande escala, mesmo antes da Corte portuguesa e da Imprensa Régia se estabelecerem no Rio de Janeiro. Imaginar que simplesmente por causa do surgimento da imprensa periódica essas práticas sociais passaram então a ser divulgadas sob o monopólio dela é um equívoco que obscurece o entendimento do funcionamento dessa sociedade, e pouca luz traz sobre a recepção e as contradições que uma imprensa no Brasil – mais especificamente no Rio de Janeiro –, podem ter gerado numa sociedade que vivenciava grandes transformações culturais.³⁸

Nos próprios anúncios publicados por particulares na seção de “Avisos” da *Gazeta do Rio de Janeiro*, têm-se indícios sobre a continuidade dos cartazes fixados pelas paredes da cidade descritos por Rugendas. Um escravo de Antonio Alves de Souza, dono de um armazém de molhados na praia de D. Manoel, em novembro de 1817, havia achado um escravo boçal, que não sabia dizer qual a sua nação, e menos ainda quem era o seu senhor ou onde ele poderia ser localizado. A primeira medida tomada por Antonio Alves de Souza para

³⁵ Ver LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitânia do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; LARA, Sílvia Hunold. “Do Singular Ao Plural: Palmares, Capitães-Do-Mato e O Governo dos Escravos”. IN: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (Org.). *Liberdade por um Fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 81-109.

³⁶ Ver Gráfico 1.

³⁷ LUCCOCK, *op. cit.*, p. 63.

³⁸ Marco Morel apresenta uma interessante crítica sobre estabelecimento da imprensa no Rio de Janeiro, instigando a se refletir mais sobre as experiências sociais de comunicação e de leitura antes de 1808, e como essas experiências vão dar também formas próprias à imprensa que se estabelece. Dessa forma, a imprensa não seria uma prática de “fora” imposta por europeus sobre os colonos na América portuguesa. Conforme Morel, “a ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos e característicos desses primeiros tempos da imprensa não me parece, em termos analíticos, suficientes para explicar a complexidade e compreender as características de tal imprensa, gerada numa sociedade em mutação, do Absolutismo em crise”. Para mais ver MOREL, Marco. “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil” IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUREJ, 2009, pp. 162-163.

encontrar o senhor desse escravo, conforme ele mesmo explicitou no anúncio que publicou na gazeta de 11 de março de 1818, foi espalhar “notícias por vários lugares desta Cidade”. Como já havia se passado quase seis meses e até o presente momento o senhor de tal escravo não se apresentara, Antonio Alves de Souza então resolvera divulgar pela gazeta informando a prontidão na devolução do escravo assim que fossem pagas “as despesas e comedorias, que o mesmo tiver feito”.³⁹ Num intervalo de tempo menor ainda em relação ao caso acima, tendo aparecido uma negrinha, em 29 de abril de 1821, num valado de uma chácara de Mata Porcos, que ainda não dominava a língua portuguesa e pouco conhecia da cidade, rapidamente, em menos de um mês, era solicitado que o senhor dela a fosse buscar na rua da Cadeia nº 30 pela *Gazeta do Rio de Janeiro* de 19 de maio de 1821. Esse anunciante não deixava de omitir “que logo se pozerão escritos”.⁴⁰ Pelo que se percebe, apenas quando os escritos nas esquinas não surtiavam o efeito esperado que o seu conteúdo era então transferido para as folhas da gazeta. Isso é reiterado no anúncio do Tenente Coronel Francisco de Paula Barboza da Silva, publicado na gazeta de 13 de junho de 1818:

Tendo o Tenente Coronel Francisco de Paula Barboza da Silva achado hum moleque bruto no caminho desta Cidade para Santa Cruz, e tendo logo avisado o publico por escritos postos nas esquinas desta Cidade, não lhe apareceu, dos que procurarão, o legitimo senhor, e como o dito Barboza houvesse de ir para a sua Província, deixou o dito moleque, e ordem para se fazer este aviso, quem for seu dono dirija-se à rua detraz da Lapa Nº 15, onde achará, e se lhe dará o escravo dando os signaes, e não o fazendo em 8 dias se entregará ao Juízo das causas achadas.⁴¹ (Grifo meu).

Novamente, primeiro se colocou “escritos” nas esquinas da cidade, quiça, naquelas de maior movimento, sobre o escravo achado. Embora alguns senhores que estavam com seus escravos desaparecidos – seja por terem se perdido pela cidade, seja por terem tentado uma fuga –, houvessem tomado ciência sobre tais avisos e ido ao encontro desse escravo, não houvera êxito algum a atitude do Tenente Coronel Francisco de Paula Barboza da Silva, uma vez que nenhum dos senhores que foram procurar o escravo era de fato o proprietário dele. Tendo o Tenente Coronel que sair da província, ele não se furtou de usar a *Gazeta do Rio de Janeiro* para dar maior amplitude ao ocorrido, e quiçá, fazer o respectivo senhor do escravo se apresentar. Tanto ele quanto os outros anunciantes de cativos “achados” pela cidade expressavam claramente que não estavam roubando o escravo de ninguém, apenas fazendo um ato solidário, ou até mesmo interesseiro, já que poderiam ganhar eventuais alvíssaras junto com os ressarcimentos dos gastos feitos pelo escravo acolhido. Talvez o Tenente Coronel Francisco de Paula Barboza da Silva não fizesse tanta questão de uma recompensa, apenas quisesse que o dono do escravo aparecesse logo, dentro dos próximos oitos dias, caso contrário, não continuaria arcando com as despesas geradas pelo escravo e o entregaria ao “Juízo das causas achadas”. Esses escravos que se “perdiam” de seus senhores – acidental ou incidentalmente – por vezes colocavam aqueles que os abrigavam em situações embaraçosas, como a de Antonio José Pereira, por exemplo. Provavelmente sendo um negociante de escravos – morava na rua do Valongo, tradicional endereço onde os vendedores de escravos novos se estabeleciam –, após efetuar a venda de um negro, esse escravo vendido retornara justamente para a sua casa, e isso já tinha algum tempo, e Antonio José Pereira somente se lembrava que ele o havia vendido, mas não se recordava quem fora o comprador. Ele já tinha posto “escritos pelas portas das Igrejas” e como “até agora lhe não tem aparecido dono”, recorria a um anúncio na gazeta para localizá-lo.⁴²

³⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 11/03/1820.

⁴⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 19/05/1821.

⁴¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 13/06/1818.

⁴² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 08/05/1815.

Certamente tais indivíduos procuravam se desembaraçar de ser confundidos com ladrões de escravos ou de estarem agindo de má fé. As Ordenações Filipinas previam penas para aqueles que achassem escravos, aves e outros objetos e não os apregoassem para que seus legítimos donos pudessem tomar posse novamente da propriedade perdida. Quanto aos escravos “perdidos”, a determinação era a seguinte: “se algum escravo que andar fugido for achado, o achador o fará saber a seu senhor ou ao juiz da cabeça do almoxarifado da comarca em que for achado, do dia em que o achar, a quinze dias. E não o fazendo assim, havará pena de furto”.⁴³ Era através desses avisos fixados que os “achadores” buscavam mostrar que agiam conforme o costume, movidos por boas intenções. Isso explica um pouco porque esses escritos fixados pela cidade deveriam ser abundantes. Dobrando-se uma esquina, quem sabe com quantos manuscritos fixados sobre escravos achados, desaparecidos ou fugidos os transeuntes não se deparavam. E não era somente sobre escravos nessas situações o conteúdo desses avisos. Mais uma vez, são os próprios anúncios da seção de “Avisos” da *Gazeta do Rio de Janeiro* que oferecem indícios disso. Para vender sua chácara do Engenho Novo, caminho do Macaco, Dona Anna Luiza de Azevedo pusera vários escritos pelas esquinas da cidade. Quem ficou desgostoso disso foi Francisco Ramos Costa, que possuía hipotecas das benfeitorias da dita chácara no valor de 614\$400 réis, conforme podia comprovar a quem quisesse com a escritura “que se acha no cartório e notas do Tabellião Manoel Marques Perdigão, na rua dos Pescadores”. Para informar sobre o escuso negócio que Anna Luiza de Azevedo intentava efetivar, Francisco Ramos Costa não espalhou avisos pelas esquinas, antes colocara um anúncio na *Gazeta do Rio de Janeiro* avisando para aqueles que leram os avisos referentes à chácara do Engenho Novo a situação em que ela se achava.⁴⁴ Chácaras, casas e outros bens hipotecados que iam para a venda devem ter causado não poucos transtornos para aqueles que os haviam hipotecado e os que detinham os títulos de hipoteca. No ano de 1814, quando uma casa na rua de São Pedro estava para ser vendida, rapidamente as esquinas da cidade se encheram de avisos afirmando que ela estava penhorada. Para esclarecer a real situação do imóvel aos interessados em comprá-lo, publicou-se o seguinte na *Gazeta do Rio de Janeiro*:

Avisa-se ao publico que no annuncio, que se acha em algumas esquinas sobre a caza da rua de São Pedro, defronte da mesma Igreja, he falso estarem penhoradas, não tendo mais que huma hypoteca, que se há de pagar ao fazer da escritura, e assim quem as quizer comprar, falle com Jose Alves Pereira Ribeiro na rua do Sabão N° 19, que tem ordem de seu dono para as vender, que o mesmo as porá livres e desembaraçadas.⁴⁵

Essa forma de comunicação, certamente característica de sociedades do antigo regime, chamou a atenção de Debret. Desembarcando no Rio em 1816, com a imprensa já estabelecida desde 1808, retratou em uma de suas pranchas, a de nº 30,⁴⁶ conforme se vê abaixo, as várias serventias desses anúncios fixados pela cidade.

⁴³ LARA, Sílvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas*: Livro V. Título 62. São Paulo: Companhia das letras, 1999, pp. 200. Caso fosse encontrado aves e/ou outros objetos, nesse mesmo Título 62 do Livro V das Ordenações Filipinas vinha transcrito: “E todo aquele que achar ave alheia ou outra qualquer coisa, tanto que souber cuja é, lhe entregue logo, posto que requerido não seja. E não a entregando e usando dela sem vontade de seu dono, seja constringido que lhe torne e mais seja punido, como se a princípio lha furtara. E não sabendo cuja é, a mandará apregoar por espaço de trinta dias em lugares públicos e costumados. E não mandado apregoar e usando dela depois do dito tempo, seu dono lha poderá demandar, e lhe será julgada; e será outrossim punido de furto”. IDEM, *Ibidem*, p. 202.

⁴⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 30/01/1819.

⁴⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 19/11/1814.

⁴⁶ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989, Tomo segundo, Prancha nº 30.



FIGURA 1: Prancha nº 30 de Debret: “Casa para alugar, cavalo e cabra à venda”



FIGURA 2: Detalhe dos avisos

Usando como pano de fundo o cenário cotidiano da cidade, com muitos escravos entregues as suas labutas diárias pelas ruas, alguns deles vendendo toda sorte de mercadorias que pudessem carregar, que Debret pintara como os avisos fixados eram, por vezes, determinantes para uma transação comercial. Na casa, há avisos na porta e janela e, na cabra e no cavalo os avisos foram colocados sobre suas cabeças. Explicando a cena que pintara sobre esses avisos Debret narrara o seguinte:

A população do Rio de Janeiro é hoje tão considerável, que raramente se permanecem hoje mais de vinte quatro horas as folhas de papel branco coladas por fora das janelas de uma casa para alugar. Quando de nossa chegada, esse sinal de

casa para alugar só se encontrava em casebres insalubres e úmidos, pois as casas eram alugadas com antecedência, antes de se esvaziarem.

[...] mostro aqui também mais um traço da vida brasileira na reprodução do antigo modo de indicar ao público das ruas o preço de um objeto à venda. Apresento dois exemplos em duas inscrições, uma na cabeça de um cavalo que dois transeuntes examinam e outra amarrada nos chifres de uma cabra nas mãos de uma escrava que carrega o cabrito. O traje esfarrapado da negra revela o estado de miséria dos amos, reduzidos à penosa solução de um último sacrifício.

O mesmo não se dá com o cavalo, cuja venda pode ter sido determinada por mil razões. Uma das mais comuns é a partida repentina do senhor, obrigado a embarcar; outra será talvez o seu desejo de se desfazer do animal por causa de alguns defeitos pouco aparentes.⁴⁷

Pela descrição de Debret sobre as finalidades que esses papéis fixados – uns em branco, outros apenas com preços, sem se esquecer daqueles que continha algum texto transcrito, conforme já foi visto – atendiam, é evidente que variados agentes, de diversos segmentos sociais, recorriam a tal prática: donos de ricas casas, como também os de “casebres insalubres e úmidos”; senhores de escravos reduzidos a um estado de agravante miséria e, por isso, dispostos a vender uma cabra que certamente era a única garantia de leite para algumas refeições assim como senhores de escravos que, por causa de uma imprevista viagem, desejavam se desfazer de alguns bens, tal como o cavalo desenhado por Debret. Não só particulares faziam usos de papéis fixados pela cidade. A polícia da Corte do Rio também espalhou esses avisos pela esquina, sobre um “Macho” achado ou roubado, quando prendeu o pardo forro Serafim Correia dos Anjos “por pertencer vender um Macho, que diz o achou”.⁴⁸ Tudo isso apenas indica o quanto tal prática de fixar escritos pela cidade, para qualquer finalidade que fosse, era disseminada entre a população. Não por acaso, que algumas demonstrações de sedição, contestação e crítica contra a monarquia portuguesa tomaram visibilidade a partir desses avisos fixados. São os denominados volantes ou papéis incendiários. Marco Morel lembra que na cidade de Salvador, no ano de 1798, doze folhas manuscritas fixadas em locais públicos foram suficientes para dar início a repressão a tentativa de sublevação conhecida como *Conjuração Baiana*. Na cidade do Rio de Janeiro, com maior intensidade a partir da revolução do Porto estendendo-se pelo período imperial, esses papéis incendiários anônimos colocados em locais públicos causaram enorme inquietação entre as autoridades por causa do grande alcance que eles tinham entre a população.⁴⁹ Certamente essa cultura urbana, típica de sociedades de antigo regime⁵⁰ baseada largamente na comunicação através de avisos fixados pela cidade explica um pouco o êxito dos papéis incendiários.

Algo que não se extinguiria nem mesmo quando a imprensa periódica se encontrasse em estado avançado já em fins da década de 1820, quando a *Gazeta do Rio de Janeiro* não mais era publicada, mas em compensação, vários outros periódicos haviam surgido disputando a preferência do público leitor. Pelo menos é isso que dá a entender o reverendo Walsh, quando afirma que a publicação de periódicos, gazetas e jornais brasileiros no ano de 1828 totalizava 25:

⁴⁷ DEBRET, *op. cit.*, p. 123.

⁴⁸ ANRJ, Códice 403, v. 2, fl. 205v.

⁴⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1814*. São Paulo: Hucitec, 2000, pp. 223-237.

⁵⁰ É interessante salientar que Thompson, quando analisa a ação ordenada da multidão inglesa para tabelar o preço de insumos básicos, apresenta como evidência de que a ação da multidão era planejada e funcionava dentro de uma lógica o fato de que a preparação e organização dos motins serem divulgados através de anúncios fixados em portas de igrejas e estalagens. Para mais ver THOMPSON, Edward Palmer. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII” IN: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 184.

quinze do Rio, três da Bahia e o resto de Pernambuco, São Paulo, São João Del Rei e Vila Rica. Entre os do Rio, havia os de publicação diária como o “Império do Brasil”, o “Diário do Rio de Janeiro” e o “Jornal do Comércio”; os publicados três vezes por semana: “Analista”, “Aurora Fluminense”, “Astréa” e o “Courier du Brésil” (francês). O “Rio Herald” (inglês) era publicado uma vez por semana. O “Malagueta”, “Diário dos Deputados”, “Diário do Senado”, “Despertador Constitucional” e o “Censor Brazílico”, ocasionalmente. O “Espelho Diamantino”, mensal, e os de publicação anual, o “Propagador”, ou “Anais da Medicina, Zoologia e Botânica”.⁵¹

Entretanto, apesar dessa possível transformação cultural, em fins dos anos 1820 o reverendo Walsh notava que ainda havia resistência quanto ao que ele entendia como o avanço do progresso:

Talvez não exista nenhum país onde a educação seja mais amplamente difundida entre a nova geração do que no Brasil, particularmente na capital. Mas o povo cultiva ainda uma prática que, segundo fui informado, teve sua origem na ignorância dos tempos antigos, e se é assim, é uma prova evidente do quanto é generalizada. Hoje em dia, quando se vai deixar uma casa, costuma-se pregar ou colar na porta uma folha de papel em branco. Antigamente, considerava-se inútil escrever detalhes sobre o que se ia vender, já que as pessoas a quem se destinavam as informações eram reconhecidamente incapazes de ler. Mas cheguei a ver aqui também uma folha de papel em branco amarrada nas pernas de cavalos e chifres de bois postos à venda; esse costume é também praticado em Portugal onde, segundo me disse um amigo, essa folha era considerada uma *carte blanche*, que servia para o vendedor escrever os termos da venda quando fosse completada a transação.⁵²

Diante do apresentado, não é difícil suspeitar que o senhor do escravo Matheus, antes de divulgar a sua fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro*, já houvesse talvez perambulado por toda a cidade em busca de avisos e notícias sobre o fujão e mesmo espalhado inúmeros escritos fixados pela cidade sobre sua escapada. O tempo levado para o escravo Matheus ser anunciado na gazeta sugere que seu senhor já devia ter utilizado outras estratégias para reaver seu escravo que até então não haviam redundado em maiores êxitos. Tendo se ausentado dos poderes de seu senhor em 20 de agosto de 1808, a fuga de Matheus apenas é noticiada na *Gazeta do Rio de Janeiro* publicada no dia 7 de janeiro do ano seguinte. Tinha se passado aproximadamente 140 dias, quase cinco meses. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, único periódico produzido dentro da cidade do Rio, circulava pela mesma desde setembro do ano de 1808. Quando a fuga de Matheus era divulgada, em janeiro de 1809, já havia passado pelos prelos da Imprensa Régia 34 números da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Indaga-se então, por que tanto tempo para Matheus ser anunciado como fugitivo sabendo-se que cada dia a mais longe do cativeiro significava que as possibilidades de sua captura tendiam a desaparecer?

Matheus não é um simples fugitivo. Ele pode ter obrigado seu senhor a inovar e assim, talvez, inaugurar uma prática que se tornaria costumeira ao longo do século XIX. Nesse momento a cidade do Rio de Janeiro convivia com as conseqüências de grandes transformações num curto intervalo de tempo que não deram conta de solucionar alguns impasses, criando mesmo novos problemas. Sediando a Corte portuguesa e tendo instalado todo o aparato burocrático do império português, a cidade do Rio de Janeiro vira sua demografia sofrer um *boom* populacional e, como desdobramento, as atividades comerciais se expandirem. Numa sociedade que estigmatizava aqueles que usavam as mãos para trabalhar, os escravos apareciam com papel crucial na vida econômica e social do Rio de Janeiro.

⁵¹ WALSH, *op. cit.*, p. 182.

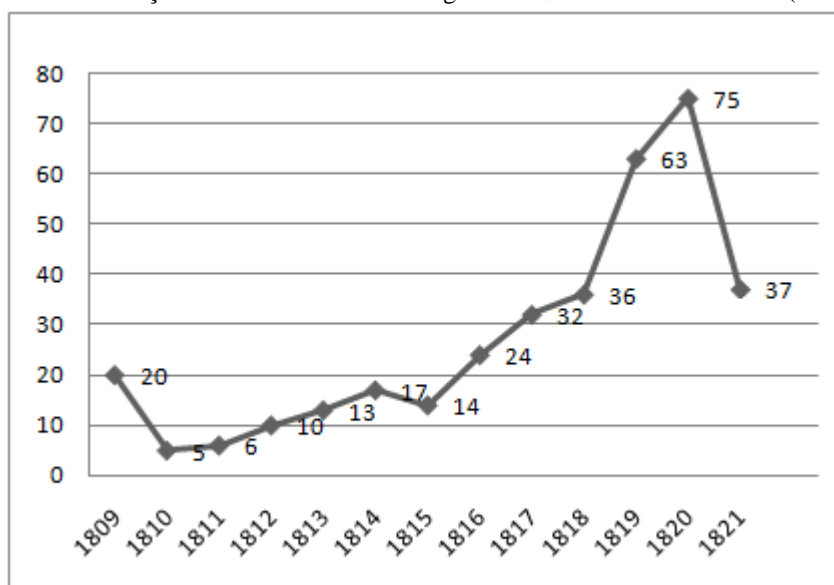
⁵² IDEM, *Ibidem*, p. 188.

A partir da posse (ou não) de escravos que se delineava a hierarquia social. A sociedade carioca precisava do labor dos escravos para a sua funcionalidade. Todas as necessidades eram supridas pelo trabalho escravo, e por isso os africanos eram importados cada vez mais, acabando por se abrir brechas quanto à questão de segurança pública. O pavor de uma revolta de escravos contra o sistema escravista, semelhante a que ocorrera no Haiti, era algo presente na mentalidade da classe senhorial. Os escravos se moviam com despreendimento e facilidade diante de “olhares brancos”, o que os levava a ser motivo de constante desconfiança. Os viajantes europeus que passaram pela cidade do Rio de Janeiro na primeira metade dos oitocentos não deixavam de citar a costumeira presença de escravos pelas ruas, impressionando-se principalmente com os que carregavam pesados fardos sobre suas cabeças. Na ausência de uma fiscalização total do senhor sobre seus escravos no espaço urbano, Leila Algranti argumentou que o poder público representado na figura da polícia assumira o papel de manutenção da ordem nas ruas e tentaria impedir as aglomerações de negros.⁵³

O controle da população pobre e negra na cidade não deveria ser fácil. Os escravos trabalhavam juntos, andavam em grupos entoando canções em línguas africanas e crioulas acompanhadas de palmas. O trânsito de pessoas nas ruas se intensificara, fruto do aumento das atividades comerciais, e políticas devido ao novo status da cidade do Rio de Janeiro. A questão da segurança e como controlar uma quantidade crescente de transeuntes se complicara. Inserido nessa nova trama social achava-se o escravo Matheus, o primeiro negro fujão a passar pelos periódicos produzidos na então América portuguesa, mas, sem dúvida alguma, não o primeiro escravo a fugir. Entretanto, na situação que se experimentava, peculiarmente na cidade do Rio de Janeiro, a captura de Matheus não deve ter sido fácil. A cidade continuava com praticamente o mesmo tamanho. O coração dela eram as quatro freguesias urbanas (Candelária, Sacramento, Santa Rita e São José), só que agora elas comportavam um número demasiado de sujeitos transitando por suas ruas e vielas. A população branca quase não se fazia sentir nas ruas frente aos homens, mulheres e crianças de cor que perambulavam por elas. Reconhecer um escravo no meio de tantos indivíduos de cor, uns também escravos, outros alforriados ou livres, que circulavam com facilidade e desembaraço, convertera-se num desafio.

⁵³ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GRÁFICO 1: Evolução anual de anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

Quando um escravo fugia, o protocolo para sua captura estendia-se – além dos tradicionais escritos fixados pela cidade – provavelmente, por acionar um capitão do mato, ou talvez, fazer como Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. Assim que Leonardo P. Vasconcellos percebera um cavalo sujo de sangue, provável indicativo de ter conduzido carne fresca furtada pelos escravos, ele imediatamente procurou descobrir quem era o criminoso para lhe dar a exemplar punição. A descoberta dos criminosos fora fácil, pois ao examinar as senzalas dos escravos encontrou em algumas delas carne de gado *vacum*. Contudo, os ladrões não foram localizados, pois já haviam fugido juntamente com suas esposas e filhos. Os escravos envolvidos nesse esquema de roubo de carne eram campeiros, que cuidavam do gado. Outro envolvido era o cozinheiro João da Motta que deveria preparar a carne que serviria de alimento para as crianças, mas ao invés disso, vendia-a. No mesmo dia, confirmando a suspeita do crime de roubo de carne, foram achados um preto e uma preta de fora da fazenda, próximos aos arredores dela, com porções de carne. Esses confessaram o envolvimento do escravo João da Motta, que os vendera a carne. Os cativos que desertaram pelo envolvimento no crime eram João da Motta, Francisco da Silva; Antonio Cardoso, sua mulher Domingas Francisca e sua filha Joaquina; Jose Henrique, sua mulher Francisca Rovi e seus filhos Vicente Cardozo e Humiliana das Dores.

Acreditando que os infratores se dirigiram para a cidade, Vasconcellos solicitava a autoridade policial que por serviço de S.A.R. os mandasse prender e os enviassem de volta a Fazenda de Santa Cruz.⁵⁴ A solicitação de Vasconcellos data do ano de 1811. Desde 1809 que a *Gazeta do Rio de Janeiro* já anunciava a fuga de escravos em sua última página. Pela análise do Gráfico 1, antes de 1811, 25 anúncios de fuga já haviam passado pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em 1811 há seis anúncios de fuga, e em nenhum deles o nome de Vasconcellos, nem dos escravos fugitivos aparece. Desses seis anúncios, em quatro deles os senhores identificam-se pelos seus respectivos nomes. Nos outros dois, apenas sabemos que um senhor mora no Largo da Lapa do Desterro nº 11 e o outro diz que para qualquer informação ir ao Valongo, na casa de nº 15. Não há então nenhum indício concreto que

⁵⁴ BNRJ, MSS II-35, 11, 002 Nº 002. VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro de. Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz: obras, problemas com escravos, dispensa de oficiais inferiores e soldados ano necessários etc. Santa Cruz – Rio de Janeiro. Fevereiro de 1811.

Vasconcellos tenha recorrido à imprensa para reaver os escravos que desertaram da fazenda. Parece que Vasconcellos, e provavelmente outros senhores, ainda não vislumbravam – ou sequer acreditavam – na possibilidade de um periódico, veiculando anúncios de fuga de escravos, auxiliarem na captura de um fujão. A crença deles de uma captura baseava-se primordialmente na ação das autoridades policiais e capitães-do-mato. Não por acaso, o artista francês Debret,⁵⁵ que esteve no Brasil entre 1816 a 1831, registrara, mantendo idêntico silêncio que Rugendas em relação à imprensa, que quando um escravo desaparece no Rio o seu proprietário

declaro-o imediatamente à polícia, dando o nome e os sinais do fugitivo; a mesma declaração é feita aos diversos capitães do mato dos arrabaldes da cidade. Quando o fugitivo é preso, o capitão do mato o entrega acorrentado ao dono, recebendo a gratificação habitual de quatro mil réis.⁵⁶

A recém-criada polícia ia então se responsabilizado por dar conta aos proprietários residentes no Rio sobre os seus cativos evadidos. Era uma atividade que os capitães-do-mato, antes da coroa criar uma imprensa e uma instituição policial, estavam acostumados. Não devem ter sido poucos os senhores com escravos fugidos que recorreram – e recorriam ainda – aos serviços deles. Na região de Minas Gerais, que não contava com uma instituição policial e nem com presos para a produção de um periódico, tem-se um possível exemplo relatado pelo naturalista europeu Spix, em companhia de Martius, de como deveria ocorrer uma captura de escravo na cidade do Rio de Janeiro antes das transformações promovidas pela Corte portuguesa. Spix e Martius tendo comprado um escravo negro, ainda moço, na rua do Valongo, provavelmente, vindo de Cabinda ou Benguela – segundo os mesmos, a maior região exportadora de escravos da África para os portos da praça do Rio – o levaram para os servirem na sua expedição científica pelo Brasil. Do Rio de Janeiro, foram para São Paulo, e depois seguiram viagem para Minas Gerais, onde descobriram que não podiam obrigar seu escravo a continuar essa cansativa empreitada se ele não estivesse de acordo. Ora subindo serras com estreitos caminhos que margeiam logo abaixo mortais precipícios, ora perpassando as matas virgens fechadas com formatos labirínticos, repletas de animais peçonhentos, ora cortando rios caudalosos insuperáveis, sempre carregando os pesados fardos dos naturalistas e guiando suas mulas. Era essa a vida que um escravo novo, recém-comprado no Valongo, experimentava. A oportunidade para findar com tal desafortunada viagem se fez exigida para o escravo novo quando seus senhores tentaram atravessar um rio para passar a noite numa fazenda e não lograram êxito, tendo que dormir num valado cercado de mato baixo, onde acamparam ao ar livre. O relato de Spix sobre essa noite foi este:

nevoeiro fino e úmido, que pairou a noite inteira e começava a ameaçar a nossa fogueira, fez-nos tiritar de frio. Estes inconvenientes ainda aumentaram quando, de manhã, demos pela falta do escravo negro. A penosa viagem, em grande parte feita por terrenos inundados, havia provocado descontentamento no jovem preto, que não sabia apreciar o nosso humano tratamento, e aproveitava-se da primeira noite favorável para escapular, coisas de que os escravos novos são costumeiros. Como não havia vestígio algum para procurá-lo, prosseguimos viagem até a Fazenda de

⁵⁵ Debret desembarcou no Brasil em 1816, fazendo parte da Missão Artística Francesa chefiada por Joachin Lebreton. Em agosto de 1816 esse grupo organizou a “Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios”, instituição a qual em 1826 era denominada de “Imperial Academia e Escola de Belas Artes”. Entre os anos de 1834 e 1839 publicou em três volumes suas pinturas e relatos sobre o Brasil na França, sob o título de “*Voyage pittoresque et historique au Brésil*”, deixando desgostosos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se escandalizaram com o fato de se pintar costumes dos escravos com tamanha realidade. Para mais ver PROENÇA, Graça. *História da arte*. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 210-214.

⁵⁶ DEBRET, *op. cit.*, p. 255.

Santa Bárbara, onde, na véspera, deveríamos ter chegado, a fim de ali tomar as disposições para achar o preto fugido. Fomos recebidos com verdadeira hospitalidade de tempos idos e o fazendeiro José Antonio Almeida, sargento-mor e administrador da Real Fazenda, que somente à noite chegou de volta da inspeção das roças distantes, nos sossegou acerca do fugitivo. Em Minas Gerais, assim como em várias outras províncias, onde a quantidade de escravos negros torna necessária redobrada vigilância, existe um corpo policial, os *capitães-do-mato*, em geral mulatos ou outros mestiços, que perseguem todo o escravo fugido e o entregam a seu dono ou a competente autoridade. Só o fugitivo que conhece perfeitamente o terreno e se retira para lugar muito afastado, escapa, às vezes, à atenção desses capitães-do-mato; consolaram-nos, portanto, prometendo que não tardaria o regresso do nosso escravo, pois ele era ainda *negro bruto*. De fato, foi-nos restituído de uma fazenda vizinha, ao terceiro dia; ao recebê-lo, seguimos o conselho de nosso hospedeiro; em vez de dirigir-lhes palavras injuriosas, tratamo-lo, segundo o costume daqui, com bondade, e mandamos dar-lhe um copo cheio de cachaça. Longa experiência ensinou aos brasileiros que a concessão de ampla anistia, acompanhada do cálice da bebida, produz melhor efeito na índole do negro novo do que o castigo rigoroso.⁵⁷

Spix e Martius entenderam que essa era uma jornada penosa demais e iriam ter que fazer concessões ao seu escravo caso quisessem evitar novas fugas. Mesmo depois de capturado, não recebendo as costumeiras chibatadas e nem uma argola de ferro no pescoço como castigo pela fuga, antes um copo cheio de cachaça para mostrar assim complacência, não bastou para esse escravo cessar do intento de fugir, pois Spix e Martius acabaram vendendo o “aborrecido escravo fugitivo, para não [se expor] aos riscos de o perder de novo, ao juiz-de-fora, que, justamente por causa de desmoronamento de montanha na sua mina, havia perdido diversos escravos negros”.⁵⁸ Será que o novo senhor e o novo trabalho desse negro seriam mais apreciados pelo mesmo escravo? A resposta não é fácil, mas o que sobressai nesse episódio é a forma como tal escravo foi capturado: através de capitães-do-mato. Não se recorreu à polícia da Corte e nem se utilizou de um anúncio de fuga publicado num periódico – até mesmo porque não havia prensa para produzir um em Minas Gerais. Spix e Martius sabiam que na cidade do Rio era da alçada da polícia “prender os escravos fugidos e entregá-los ao seu proprietário legal”,⁵⁹ mas o que fazer tão longe do Rio se um cativo fugisse? Por isso os naturalistas ficaram desassossegados, até que os tranqüilizaram informando-os que um corpo policial mui específico, os “capitães-do-mato”, capturariam o seu escravo fujão.

Retornando ao caso do escravo Matheus, anunciado pela *Gazeta do Rio de Janeiro* no exemplar de 7 de janeiro de 1809, caso o seu senhor tivesse tentado o auxílio das autoridades policiais ou de um capitão do mato para o levarem de volta ao seu cativo, e é bem capaz que sim, ele ainda não conseguira êxito e Matheus já ia para cinco meses longe dele.

Nessa conjuntura, a *Gazeta do Rio de Janeiro* já havia anunciado vários leilões, vendas de fazendas e casas. O que não se sabe, é se esses “classificados” que vinham no final do jornal, numa seção intitulada “Avisos”, conseguiram ou não alcançar seus objetivos. Conjectura-se que esses anúncios devem ter satisfeito de tal maneira seus anunciantes, que eles e outros decidiram também anunciar seus bens e propriedades, fazendo crescer a quantidade de anúncios na seção “Avisos”. A partir desses indícios, é possível argumentar então, que diante da eficácia desses avisos na última página da *Gazeta do Rio de Janeiro*, aliado a ânsia de reaver o fugitivo Matheus e mesmo as poucas alternativas que lhe restavam, seu senhor o anuncia. Se os olhos dos capitães do mato e das autoridades policiais juntamente com os avisos fixados na cidade não conseguiam ser eficazes o bastante para avistar os passos

⁵⁷ SPIX, *op. cit.*, p. 183.

⁵⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 186.

⁵⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 68.

fugidios de Matheus, seu senhor recorria também para o auxílio e sensibilidade de todos aqueles olhares que liam as folhas da gazeta – ou ao menos ouviam a leitura – e compreendiam o quão dramático poderia ser a captura de um escravo fujão nesse Rio de Janeiro que experimentava um *boom* demográfico seguido de diversas inovações culturais e econômicas.

Como os senhores não divulgavam na *Gazeta do Rio de Janeiro* se seus escravos haviam sido apreendidos, é difícil saber a eficácia de um anúncio de fuga no sentido de levar o fujão de volta ao cativo nesses primeiros anos do século XIX na cidade do Rio. Se Matheus fora capturado ou não é uma questão que nunca será respondida com plena certeza. Entrementes, ele não torna a aparecer nas páginas da gazeta. Teria seu senhor desistido de sua captura? Divulgar a escapada dos escravos em periódicos traria realmente retorno concreto para sua captura? Questões como essa, indagando as utilidades e os limites da imprensa periódica dentro do âmbito urbano para interesses privados, certamente foram feitas pelos primeiros senhores que utilizaram as gazetas, diários e jornais para informar a fuga de seus escravos e assim reavê-los. O que pode se julgar quanto a isso, é em relação aos outros escravos que passaram pelas folhas da *Gazeta do Rio de Janeiro* por causa de fugas. Em síntese, são poucas as evidências para aferir sobre a eficácia dos anúncios de fuga nos periódicos. Mas o fato deles se multiplicarem cada vez mais já aponta para a funcionalidade que eles estavam adquirindo.

Outros focos entre revelações

O pioneiro anúncio é apenas um indício de como senhores poderiam estar avaliando a utilização da imprensa para reaver seu cativo. O preto Matheus é somente um dos 405 escravos desaparecidos que passaram pelas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* entre os anos de 1809 até 1821. Quem eram os demais escravos e a eficácia (ou não) da imprensa periódica para por fim as fugas são questões que ainda geram interrogações e merecem ser tratadas diante de perspectivas ampliadas. Consoante os dados da Tabela 5, 289 escravos fugitivos são de origem africana e 88 escravos nasceram no Brasil sendo, por isso, designados de crioulos.

TABELA 5: Escravos africanos e brasileiros fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)⁶⁰

Naturalidades	Escravos	%
Africana	289	71,4
Brasileira	88	21,7
Desconhecida	28	6,9
Total	405	100,0

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

⁶⁰ Na naturalidade “Desconhecida” foram inseridos os escravos fugitivos aos quais seus senhores não indicaram se eram africanos ou brasileiros, juntamente com um Canladura, um Guaranguí, dois Hespahnóis, um Índio, um Macahista, um Massumbo.

TABELA 6: Naturalidade e sexo dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)

Naturalidades	Homens	%	Mulheres	%
Africana	230	56,8	59	14,6
Brasileira	77	19,0	11	2,7
Desconhecida	8	2,0	20	4,9
Total	315	77,8	90	22,2

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

Há um grupo de 28 escravos cujos anúncios não revelaram se eram africanos ou crioulos. Eliminando esses 28 escravos e trabalhando apenas com os que têm naturalidades especificadas pelos senhores, tem-se aproximadamente 76,5% de africanos fugitivos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*. A presença masculina nos anúncios de fuga também é majoritária. São 315 escravos fugitivos do sexo masculino anunciados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, o que equivale a perto de 77,8%. Quanto à faixa etária desses escravos, recuperou-se a idade de 190 deles, dos quais 61,5% deles estão entre 11 e 25 anos de idade, sendo 75,2% (88) desse recorte etário do sexo masculino.

TABELA 7: Cor dos escravos brasileiros fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)

Cor	Escravos	%
Cabra	8	9,1
Fula	2	2,3
Mulato	49	55,7
Negro	1	1,1
Pardo	6	6,8
Preto	6	6,8
Desconhecida	16	18,2

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

Esses dados se aproximam de outros estudos que abordaram a fuga de escravos na primeira metade do século XIX.⁶¹ Flávio Gomes aponta para os anúncios de fuga do *Diário do Rio de Janeiro* de 1826, num universo de 1200 escravos, que 74% era do sexo masculino e 90% eram africanos. Os registros policiais de escravos capturados e enviados ao calabouço (entre 1810 e 1830), também pesquisados por Gomes, acusam que 89% eram homens e 91% de origens africanas.⁶² Já Karasch estudando a mesma documentação da polícia chegou ao percentual de 80% de africanos escravos presos no calabouço entre 1826 e 1831 e uma população masculina nunca inferior a 85% entre os anos de 1826 e 1828. Considerando o *Diário do Rio de Janeiro* entre 1821 e 1830, Karasch aponta que 66% dos escravos em anúncios de fuga tinham entre 10 e 24 anos.⁶³

⁶¹ FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 26-27 e KARASCH, *op. cit.*, pp. 399-402.

⁶² FARIAS, *op. cit.*, pp. 26-27.

⁶³ KARASCH, *op. cit.*, pp. 399-402.

Na análise que empreendemos para a *Gazeta Do Rio de Janeiro* e naquelas de Gomes e Karasch – todas para a primeira metade dos oitocentos, ainda no período de legalidade do tráfico atlântico de africanos – há uma preponderância de escravos jovens africanos do sexo masculino envolvidos com crimes e fugas.

Dentre os escravos em fuga anunciados pela gazeta que nasceram no Brasil, sabe-se que um era originário da Bahia, outro da Paraíba do Norte e três de Minas Gerais. É provável que majoritária parcela desses escravos nascidos no Brasil fosse mesmo do Rio de Janeiro. Considerando a cor informada, destacam-se os que ultrapassam os 50%. Karasch aponta que a designação “mulato” era empregada pelos senhores de escravos com um caráter degenerativo, e que os escravo preferiam ser chamados de pardos, para se distinguir socialmente dos negros – geralmente africanos – e sentirem-se mais próximos aos brancos.⁶⁴

TABELA 8: Regiões africanas dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)

Regiões da África	Escravos	%
África Ocidental	16	5,9
Centro-Oeste Africano	199	73,4
África Oriental	56	20,7

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

TABELA 9: Quantidade e percentuais dos escravos da África ocidental fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)

África Ocidental	Escravos	Percentual da África Ocidental	Percentual da África	Percentual geral
Cabo Verde	2	12,5	0,7	0,5
Calabar	2	12,5	0,7	0,5
Gabão	1	6,3	0,3	0,2
Gabão, presídio da Costa da Mina	1	6,3	0,3	0,2
Haussá	2	12,5	0,7	0,5
Mina	4	25,0	1,4	1,0
Mina Haussá	1	6,3	0,3	0,2
São Tomé	2	12,5	0,7	0,5
Ussá Benin	1	6,3	0,3	0,2

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

Quanto aos africanos anunciados por fuga, destacam-se os oriundos da região centro-oeste, com 68,7%. Os grupos de procedência étnica mais volumosos dessa região são respectivamente Benguela, Cabinda, Congo e Angola, equivalendo a 73,4% dos importados do centro-oeste africano. Uma explicação para isso se encontra nos fluxos do tráfico de escravos para a cidade do Rio. O centro-oeste africano sempre respondeu por mais da metade do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro em toda a primeira metade do século XIX. Respondendo por 20,7% dos africanos fugidos anunciados pela gazeta tem se a África oriental. O tráfico dessa região começa a se tornar significativo a partir de 1815, quando a Inglaterra aumenta a repressão ao comércio atlântico de africanos, primeiramente acima da linha do Equador, e depois, a partir da década de 1830, nas colônias portuguesas estabelecidas no lado atlântico da África. Através do registro da Alfândega do Rio, Karasch aponta que os africanos orientais estavam em torno de 26% entre 1821 e 1822. Dentre os fugidos, os

⁶⁴ KARASCH, *op. cit.*, pp. 38-39.

escravos de Moçambique chamam a atenção, alcançando mais de 90% dos importados da África oriental que foram anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*. É a África ocidental que é pouco representada entre os fugidos anunciados na gazeta: os escravos dessa região não ultrapassam os 6%. Conforme Karasch, “os advindos dessa região não passam de 7% das amostras étnicas anteriores a 1850”.⁶⁵

TABELA 10: Quantidade e percentuais dos escravos do Centro-oeste africano fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)⁶⁶

Centro-Oeste Africano	Escravos	Percentual do Centro-oeste africano	Percentual da África	Percentual geral
Angola	20	10,1	6,9	4,9
Benguela	48	24,1	16,6	11,9
Benguela ou Ganguela	1	0,5	0,3	0,2
Cabinda	42	21,1	14,5	10,4
Cabo da Boa Esperança	1	0,5	0,3	0,2
Cabundá	3	1,5	1,0	0,7
Camundá	1	0,5	0,3	0,2
Cassange	8	4,0	2,8	2,0
Congo	36	18,1	12,5	8,9
Congo, vindo de Cabinda	1	0,5	0,3	0,2
Ganguela	1	0,5	0,3	0,2
Gongo	1	0,5	0,3	0,2
Libolo	16	8,0	5,5	4,0
Lobolo	1	0,5	0,3	0,2
Monjolo	14	7,0	4,8	3,5
Quiçamã	1	0,5	0,3	0,2
Rebolo	2	1,0	0,7	0,5
Umbaca	1	0,5	0,3	0,2
Zaire	1	0,5	0,3	0,2

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

TABELA 11 Quantidade e percentuais dos escravos da África oriental fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)

África Oriental	Escravos	Percentual da África Oriental	Percentual da África	Percentual geral
Inhambane	1	1,8	0,3	0,2
Moçambique	52	92,9	18,0	12,8
Quilimane	3	5,4	1,0	0,7

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

⁶⁵ KARASCH, *op. cit.*, p. 63.

⁶⁶ Entre o grupo étnico “Angola”, tem-se dois escravos que foram denominados por seus senhores de crioulos de Angola. Consoante Mary Karasch, os crioulos africanos eram oriundos, geralmente, de uma das colônias portuguesas na África, como por exemplo, Angola ou Moçambique. Para mais ver, IDEM, *Ibidem*, p. 38.

TABELA 12: Faixa etária dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)

Idade	Africano	Africana	Brasileiro	Brasileira	Escravo com naturalidade desconhecida	Escrava com naturalidade desconhecida
5 a 10	7	2	3	2	-	-
11 a 15	34	14	6	1	2	-
16 a 20	14	10	10	2	2	-
21 a 25	8	1	10	1	2	-
26 a 30	9	-	6	1	1	1
31 a 40	1	1	4	-	-	1
41 a 50	2	30	1	1	-	-
Idade desconhecida	155	1	37	3	13	6
Total	230	59	77	11	20	8

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1808-1821

Observando os perfis sócio-demográficos dos escravos fujões anunciados pela gazeta, podemos destacar o alto percentual de escravos fujões do sexo masculino e de procedência africana, entre os 11 aos 40 anos de idade. Tal padrão nos anúncios de fuga pode ser entendido a partir da lógica do tráfico atlântico, que priorizava a importação dos homens jovens. Conforme destaca Florentino ao analisar os plantéis escravistas fluminenses em fins do século XVIII e inícios do século XIX,

a reprodução dos cativos dependia do tráfico negreiro. Do ponto de vista demográfico, o perfil sexo-etário da escravaria do Rio assumia um caráter claramente recessivo. Tanto antes quanto depois da abertura dos portos coloniais, o predomínio dos adultos era absoluto: eles nunca perfaziam menos da metade de todos os escravos, e seu número chegava a ser três vezes maior que o dos infantes (que representavam dois ou três em cada dez escravos). Além disso, poucos cativos alcançavam a faixa de mais de quarenta anos de idade. A quantidade de escravos superava a de escravas em todos os grandes grupos etários, sobretudo entre os adultos.⁶⁷

Também os dados que analisamos sugerem inicialmente, que as mulheres não fugiam, e menos ainda as crioulas. Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, as crioulas totalizaram apenas onze escravas, menos de 15% dos escravos nascidos no Brasil que foram anunciados nesse mesmo periódico entre 1809 a 1821. Se comparadas com as africanas, o percentual torna-se revelador: dos 289 escravos importados da África, quase 20,5% (59) era composto por mulheres. Em números absolutos, para cada uma crioula num anúncio de fuga, há quase que outras cinco africanas. Poderia isso ser explicado realmente como reflexo da lógica do tráfico atlântico de africanos, no qual se privilegiava a venda de cativos do sexo masculino para a América? Em caso afirmativo, estaria se banalizando o ato de fuga, apontando que todo escravo tem que naturalmente fugir – seja devido a um instinto, seja devido a uma pretensa crueldade da escravidão – e por isso a análise demográfica dos escravos fujões anunciados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1809 e 1821 deveria ser um microcosmo fiel do quadro demográfico de escravos na cidade do Rio de Janeiro. Assim, não só as fugas escravas se tornam triviais, como também o ato dos senhores de escravos recorrem a determinado periódico para torná-las públicas. Menospreza-se então qualquer lógica que pudesse haver no

⁶⁷ FLORENTINO, *op. cit.*, p. 89.

ato de um senhor de escravo fujão divulgar sua fuga em periódicos. É certo que havia uma lógica e uma estratégia dos senhores no ato de publicar anúncios de fuga em jornais para determinados fujões, no qual os homens africanos eram os que ficavam mais expostos, o que explica o maior número de anúncios de fuga desses escravos. Os dados do censo de 1821 junto com os da Tabela 6 apontam para isso. Têm-se mais ou menos 37 mil escravos nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro, dos quais 40% são mulheres⁶⁸ ao passo que na *Gazeta do Rio de Janeiro* o percentual feminino de escravos fujões anunciados não ultrapassa a taxa de 29%. Qual seria então a diferença entre os escravos africanos e crioulos dos sexos masculinos e femininos que podiam determinar na decisão de uma fuga ser anunciada num periódico? A resposta pode estar ligada as atividades profissionais que eles exerciam.

A maioria dos escravos fugidos que tiveram seus ofícios declarados labutava em ocupações que exigiam perícia, algum grau de especialização, e a confiança de seus senhores. Esses escravos que exerciam ocupações especializadas totalizam 75 escravos dentro de um grupo de 100 escravos que tiveram pelo menos uma de suas ocupações declaradas por seus senhores.⁶⁹

Dentre as ocupações dos escravos fugidos declaradas por seus senhores na gazeta, conforme se pode observar na Tabela 13, destacam-se aquelas exercidas pelos homens: são 20 (16,5%) escravos que labutavam como alfaiates; 12 sapateiros (9,9%); 10 carpinteiros, 4 ferreiros e 1 ferrador (juntas alcançam o percentual de 12,4%); e 4 pedreiros (3,3%). Todas essas somadas representam 44,7 % das ocupações masculinas efetuadas por escravos fugidos. Todas são tarefas especializadas muito requisitadas no mundo urbano, o que permite conjecturar que no caso desses escravos fugitivos tentarem durante suas fugas continuar a exercerem a mesma ocupação, teriam que permanecer, provavelmente, dentro de ambientes urbanos, em alguma oficina ou obra que estivesse sendo feita pela cidade. Por isso, a ocupação do escravo é uma informação que pode levar a sua captura, quem sabe, numa oficina de serviço, onde esteja labutando. Logo, esses escravos com ocupação especializada não fugiam para as margens da sociedade, tentando negá-la. Ao contrário, esses escravos se reinserem na mesma a partir de suas expectativas, à revelia de seus senhores.

⁶⁸ LOBO, *op. cit.*, p. 136.

⁶⁹ São consideradas profissões especializadas na Tabela 10 as ocupações de alfaiate, barbeiro, bolieiro, caiador, calafate, carpinteiro, copeiro, cozinheiro, ferreiro, jardineiro, marinheiro, ourives, pagem, pedreiro, pintor, sapateiro, serrador, tanoeiro.

TABELA 13: Ocupação dos escravos fugidos
anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*(1809-1821)⁷⁰

Ocupação	Africano	Africana	Brasileiro	Brasileira	Escravo com naturalidade desconhecida	Escrava com naturalidade desconhecida
Alfaiate	3	-	16	-	1	-
Ama de leite	-	-	-	1	-	-
Barbeiro	1	-	2	-	-	-
Barqueiro	5	-	-	-	-	-
Bolieiro	2	-	3	-	-	-
Borrador	1	-	-	-	-	-
Caiador	5	-	-	-	-	-
Calafate	-	-	1	-	1	-
Carpinteiro	2	-	8	-	-	-
Copeiro	1	-	-	-	-	-
Costureira	-	1	-	-	-	-
Cozinheiro	10	-	-	1	-	-
Currador	1	-	-	-	-	-
Ferrador	-	-	1	-	-	-
Ferreiro	3	-	1	-	-	-
Jardineiro	1	-	1	-	-	-
Ganho	-	-	-	-	1	-
Lavadeira	-	-	-	-	-	2
Lavoura	1	-	-	-	-	-
Marinheiro	3	-	2	-	-	-
Oleiro	-	-	-	-	1	-
Ourives	1	-	2	-	-	-
Pagem	1	-	-	-	-	-
Piao	-	-	1	-	-	-
Pedreiro	3	-	1	-	-	-
Pintor	3	-	-	-	-	-
Roça	4	1	2	-	-	-
Sapateiro	5	-	7	-	-	-
Serrador	2	-	2	-	-	-
Tanoeiro	1	-	-	-	-	-
Vendedor de fazendas	1	1	-	-	-	-
Total	60	3	50	2	4	2

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

⁷⁰ Há alguns casos de escravos que os senhores informam exercer mais de uma ocupação. São no total 100 escravos fugidos com suas ocupações especificadas. Desses 100 escravos, sabe-se que 85 deles foram informados com habilidade em apenas uma ocupação; 9 escravos em duas ocupações e 6 escravos em três ocupações, somando um total de 121 ocupações, conforme a Tabela 4 permite averiguar.

Ter um escravo com treinamento e aptidão para exercer ofícios como alfaiate, sapateiro, carpinteiro, pedreiro, ferrador, por exemplo, interessava em muito aos senhores, pois conseguiam angariar um maior pecúlio a partir do labor de seus cativos, além de obterem distinção social. Mais do que uma necessidade de tarefas a ser suprido por escravos, o que estava em jogo era o prestígio que tal posse possibilitava. Isso aparece numa carta que Santos Marrocos envia a seu pai, em fins do ano de 1811. Após Santos Marrocos estreitar amizade com Romão José Pedroso, confessando – além dos inúmeros convites aceitos para jantar em sua casa – ter recebido dele tratamento sem igual, contava a seu pai um pouco sobre o que percebera em relação a este sujeito que tanto estimava. Escrevera Santos Marrocos o seguinte:

Vejo a casa [de Romão José Pedroso] em m.^{to} boa ordem, dá excellente educação a seus filhos, e vive em abund.^a e com toda a decência e distincção; tem 8 escravos e 4 escravas, q.^e lhe dão bom interesse; *por q.^e os machos quasi todos são Officiaes e ganham para seu Senhor bons jornaes*; faz simultaneamente bom negocio em fazendas e he m.^{to} feliz. Em fim eu gosto m.^{to} d'elle, e o acho um homem de probid.^e e honra; e juro não seria máo q.^e V. M.^{ce} se correspondesse dahi com elle. (Grifo meu)⁷¹

É importante frisar que Santos Marrocos era um português que havia migrado para o Rio de Janeiro em 1811. Emigrado no Rio, cidade a qual detestava por causa de todas as características coloniais, fora trabalhar na biblioteca real, tendo o privilegio de beijar quase que diariamente a mão de d. João no Paço quando o mesmo acordava. Estando a escravidão condenada na Europa pelos filósofos, e tendo acabado em Portugal desde o século passado, ainda sim Marrocos é capaz de afirmar, sem nenhuma condenação, que Romão J. Pedroso era um homem de probidade e honra, visto a forma como governava sua casa e os bons negócios que realizava, tais como ter escravos oficiais que trabalham ao ganho lhe rendendo gordos jornais. Visto ser homem tão bem afortunado, até recomendou que seu pai trocasse cartas com ele. Possuir um escravo especializado numa ocupação, ou, na linguagem da época, um oficial, significava maiores lucros para seu proprietário. O aluguel de um escravo comum entre os anos de 1810 a 1821 ficava em torno de 300 réis diários; o de um aprendiz de um ofício qualquer sem muito talento alcançava 600 réis; para aqueles escravos que conseguissem galgar o grau de mestres, seu aluguel diário poderia ultrapassar os 1\$200 réis.⁷² Assim, alguns senhores, visando valorizar seus escravos para futuramente obterem bons jornais ou vendê-los a um maior preço, decidiam investir neles, ensinando-os ofícios ou colocando-os em oficinas para aprenderem as artes da profissão com os mestres que possuíam lojas. Sabendo dessa grande demanda que havia na cidade, o francês João Felipe Nolin noticiava pela *Gazeta do Rio de Janeiro* que era

Mestre de Officina de Marcineiro, da qual tem vários moveis dignos de toda a aceitação, e obras de toda a qualidade, pertencentes a sua Officina, e que todos aquelles principiantes, que se quiserem aplicar ao dito officio, ou quaesquer Senhores, que na mesma quizerem admitir seus escravos, o procurem na rua de São José Nº 19, que ajustando-se, promette usar toda a fidelidade própria de homem de bem.⁷³

Um escravo com ocupação especializada era sinônimo para seu proprietário de prestígio social. Os benefícios não eram apenas do senhor. Tal escravo também conseguia algumas benesses, estando fugido ou não.

⁷¹ MARROCOS, *op. cit.*, p. 45.

⁷² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª Edição, revista e ampliada. São Paulo: Ed. Ática, p. 474.

⁷³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 09/01/1819.

Outro ponto de importância é que as ocupações especializadas não eram divididas da mesma forma entre africanos e crioulos. Existia uma hierarquia entre eles que se refletia entre os fugidos com ocupações especializadas na cidade do Rio de Janeiro. Isolando apenas os escravos do sexo masculino⁷⁴, e dividindo-os entre africanos e crioulos, nota-se uma distribuição irregular dessas ocupações. Pelos dados da Tabela 13, tem-se 37 africanos e 47 crioulos envolvidos em ocupações especializadas. Inicialmente, parece haver uma paridade, mas quando se lembra que pelos dados das tabelas 5 e 6, os africanos fugidos são 230 e os crioulos apenas 77, nota-se que mais da metade dos crioulos fugidos, algo em torno dos 60% anunciados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, tinha ao menos uma ocupação especializada, diferentemente dos africanos, os quais aproximadamente um sexto possuía pelo menos uma ocupação especializada. É fundamental ainda apontar para o baixo número de escravos fugidos com ocupações não especializadas anunciados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Das 121 ocupações declaradas, tem-se apenas 28 não especializadas sendo realizadas por escravos do sexo masculino. Os roceiros, por exemplo, são apenas seis escravos. Isso não significa que os escravos roceiros fugiam menos e sim que um anúncio de fuga na imprensa obtinha maiores efeitos, sobretudo para aqueles escravos que labutavam dentro das quatro freguesias urbanas, onde os periódicos possuíam maior circulação e divulgação entre a população, e as atividades exercidas pelos escravos especializados eram quase que imprescindíveis.

Considerando os perfis de ocupações das escravas evadidas anunciadas pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, ter-se-ão sete ocupações. Há uma roceira, uma costureira e uma vendedora ambulante. Todas africanas. Quanto às crioulas, só havia uma ama-de-leite e uma cozinheira. Havia ainda duas lavadeiras cuja naturalidade não foi indicada por seus senhores. Das 90 escravas fugitivas com anúncios de fuga, apenas sete, que correspondem a 7,8% das mulheres, tiveram suas ocupações especificadas ao passo que o percentual masculino de escravos com suas ocupações especificadas equivalem a 36,2%. Não deveria ser uma boa estratégia anunciar a ocupação dos escravos, em especial das mulheres. Escravos, de ambos os sexos, exerciam, naturalmente, mais de uma profissão. Eram bastante versáteis no mercado de trabalho, o que corroborava para maior êxito nos projetos de fuga. Mas a situação das mulheres era diferente. Muitas delas com ocupações domésticas, em grande parte, ficavam restritas ao ambiente doméstico das casas e quando fugiam, era com o auxílio e acobertamento, o que elucidava, em parte porque elas eram menos anunciadas em relação aos homens.

TABELA 14: Tempo de fuga dos escravos fugidos boçais e ladinos até serem anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)

Tempo	Boçal (M)	Boçal (F)	Ladino (M)	Ladino (F)
Até 15 dias	16	3	16	7
Entre 16 e 30 dias	11	2	14	5
Entre 31 e 60 dias	-	-	9	1
Entre 61 e 90 dias	-	1	3	1
Entre 91 e 180 dias	-	-	3	-
Entre 181 dias e 1 ano	2	-	2	-
Mais de 1 ano	-	-	5	-

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

⁷⁴ Por causa do baixo número de mulheres escravas com ocupações declaradas, decidiu-se apenas trabalhar com as ocupações dos escravos do sexo masculino.

Outra variável relevante é o tempo de fuga até a publicação de seu respectivo anúncio. Quanto tempo levava para os senhores escreverem um anúncio de fuga e o publicar? Algumas dessas fugas dos escravos, os senhores já tinham por costumeiras, pois duravam curtos períodos. Essas fugas são denominadas pela historiografia de *petit marronage*: em sociedades escravistas da América, “havia relatos de escravos que se ausentavam temporariamente por períodos de até uma semana. Essas ausências aconteciam com a aceitação tácita do dono e podiam ser até fundamentais no relacionamento senhor-escravo”.⁷⁵ O cativo dava uma escapulida para visitar parentes ou então juntar o dinheiro do ganho para entregar ao seu senhor, por exemplo, mas logo retornava. Tal denominação foi empregada para diferenciar essas fugas daquelas cujos fins visavam o ingresso permanente ou a constituição de quilombos, “*grand marronage*”. Sabe-se o tempo entre a fuga e a publicação do anúncio dela para 305 casos, nos quais quase 45,2% o intervalo desse tempo ia até duas semanas. Poucos escravos são anunciados com mais de um ano de fugidos. São apenas 22 casos que equivalem a 7,2%. Deduz-se então, que mesmo escapando em grandes quantidades, suas evadidas, via de regra, não duravam muito tempo. Assim a imprensa periódica podia ser considerada eficaz para a captura do escravo na concepção de seus proprietários. E mesmo as fugas mais longas, embora fossem poucas, não deixaram de ser anunciadas na gazeta, o que demonstra a crescente credibilidade dela frente a um determinado segmento social de proprietários de escravos.

TABELA 15: Total de escravos fugidos boçais e ladinos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*(1809-1821)

Boçal	Ladino	Desconhecido
48	68	289

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

Entre os escravos que permaneciam longos períodos fugidos destacam-se aqueles classificados como ladinos. Dez escravos ladinos estavam fugidos há mais de três meses, sendo cinco desses há mais de um ano. Com mais de três meses de fuga só temos dois escravos considerados pelos seus senhores como boçais. Ao longo de toda a *Gazeta do Rio de Janeiro*, observa-se que alguns senhores classificavam seus escravos como ladinos ou boçais. Dentro dessas classificações têm-se 116 escravos, sendo a maior parte deles ladinos, alcançando o percentual de 58,6%. Deduz-se então não que os escravos ladinos fugiam mais que os boçais, e sim que eles eram mais anunciados nos jornais que os boçais, indicando uma maior dificuldade na captura dos escravos ladinos ao passo que os escravos boçais se achavam mais expostos aos olhares repressores, uma vez que ainda não conheciam com perícia a cidade e nem dominavam seus códigos sociais. Assim, suas fugas eram curtas, pois, rapidamente eram capturados, tal qual o escravo “bruto” dos naturalistas Spix e Martius, analisado páginas acima.

⁷⁵ RUSSEL-WOOD, Anthony John. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, p. 273. Ver também GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico sul*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 9 e p. 13.

CAPÍTULO II

Fugidias impressões: universos, caminhos e transformações dos (nos) anúncios

“[...] a Fênix, como todos os teatros, publicou um anúncio. *Mas o que é que não há dentro de um anúncio!* Durante muitos anos acreditei que as "moças distintas, de boa educação" que pedem pelos jornais "a proteção de um senhor viúvo", eram vítimas de ódios de família ou da fatalidade, que buscavam um resto de sentimento medieval neste século de guarda-chuvas. Como supor que eram damas nobremente desocupadas que procuravam emprego honesto? *Um anúncio é um mundo de mistério!*”¹ (Grifo meu).

Machado de Assis, 1895

“[...] os anúncios apresentados considere-os, de [...] importância do ponto de vista lingüístico: inclusive do ponto de vista do desenvolvimento, no nosso país, de uma língua literária a que não faltasse oralidade, e esta vinha da boca dos iletrados. Inclusive dos brasileiros de todo acadêmicos que, desde o aparecimento, no Brasil, dos primeiros jornais – no Rio, na Bahia, em Pernambuco –, *passaram a redigir, eles próprios, com toda a espontaneidade, anúncios relativos a vários objetos ou a vários sujeitos. Inclusive os relativos a escravos*”.² (Grifo meu).

Gilberto Freyre, 1978

Proprietários redatores de anúncios de fuga

Já abordamos no capítulo anterior sobre os escravos fugitivos anunciados pela imprensa periódica recém criada no Rio de Janeiro, suas origens étnicas, faixas etárias, no que labutavam e quanto tempo levava para que suas fugas aparecessem nas folhas da gazeta. Com o foco voltado menos para os escravos em si e mais para seus senhores, buscou-se até agora reconstruir o perfil dos escravos evadidos que acabaram obrigando seus senhores a recorrer à imprensa periódica. Nem todos os escravos fugidos tinham suas fugas anunciadas pela imprensa. Muitos voltavam ao domínio senhorial antes que o senhor se propusesse a escrever um anúncio de fuga para ser publicado na imprensa. Eram escravos que retornavam por conta própria ao domínio senhorial. Alguns desses poderiam estar apadrinhados, ou seja, tinham arranjado alguém que intercedesse por eles para que após o regresso não fossem castigados duramente com sevícias. Rugendas assim resumiu essa prática: “o arrependimento [da fuga] fá-lo voltar, muitas vezes, para casa de um amigo do dono e do qual ele consegue uma carta implorando perdão para quem volta voluntariamente”.³ Certezas de paternos concessões após uma fuga sempre serviam de alento para fujões se submeterem novamente ao domínio senhorial. Outros escravos, porque não trataram de tomar as devidas providências, e agiram com pouca cautela, não tardaram a cair nas garras das autoridades policiais ou de capitães-domato, antes mesmo que seus senhores se propusessem a escrever um anúncio de fuga. Entrementes, diversos senhores não tiveram a sorte de reaver seus escravos desaparecidos, e nem por isso se motivaram a divulgar através da imprensa anúncios de fuga. Possivelmente,

¹ *Gazeta de Notícias*, 23/06/1895.

² FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979, p. XIII.

³ RUGENDAS, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979 p. 284.

os senhores que encheram as últimas páginas de alguns números da *Gazeta do Rio de Janeiro* com anúncios de fuga eram bem pouco representativo dentro do universo de senhores com escravos fujões na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, esses proprietários com escravos fugidos despertam interesse não pelo seu provável baixo percentual, mas justamente porque não titubeavam sobre a eficácia da decisão que tomaram. Traçar pequenas características desses proprietários de escravos – leitores e publicadores de anúncios de fuga da *Gazeta do Rio de Janeiro* – serve para entender não só como uma parte da sociedade estabelecida no Rio interagia com a imprensa periódica no início do século XIX, mas também para compreender como os escravos fugidos, dependendo de quem fosse seus senhores, poderiam estar sendo descritos a partir de um fosso cultural que separava e tornava inteligível as atitudes dos escravos para seus respectivos senhores. É exatamente isso que Spix e Martius confirmam quando narraram a fuga de seu escravo, enfatizando “que [ele] não sabia apreciar o nosso humano tratamento”.⁴

Para 41% (166) dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* não se sabe nem o nome de seus senhores. Eles não quiseram se identificar, ou mesmo não consideraram isso importante em relação a outras informações sobre o escravo e sua fuga. Indicavam geralmente seu endereço ou então o nome e endereço de pessoas de sua confiança, a quem os interessados nas alvissaras deveriam procurar. Essa situação costumava ser mais corriqueira no caso de senhores moradores fora da Corte, em outros municípios e capitânicas, que desconfiavam que seus escravos aventuravam-se pela Corte. Proprietário de um escravo em fuga residente fora da Corte era o alferes Antonio Esteves Magalhães Pusso, que habitava na freguesia de São João Marcos. Tendo seu escravo pardo, de nome João, com 20 anos de idade e ofício de carpinteiro, fugido, solicitava àquele que o encontrasse para conduzi-lo a José Francisco de Carvalho, morador na Rua do Conde nº 58.⁵ E qual a razão do pardo João optar pela Corte, sendo morador em São João Marcos? Deveria ser a mesma indagação dos outros nove senhores não residentes na Corte, embora provavelmente não negligenciassem a resposta, pois não pouparam esforços ao anunciar seus escravos na *Gazeta do Rio de Janeiro*.⁶

Há no total 335 escravos fugidos os quais os seus senhores declararam seus endereços. Destes, 52 pertenciam a proprietários residentes fora da Corte, que não abandonavam a hipótese de seus escravos estarem pelo Rio de Janeiro. É indicativo então que os proprietários que anunciavam na *Gazeta do Rio de Janeiro*, principalmente os residentes na Corte, recorriam ao periódico, acreditando que seus escravos continuavam pela cidade, nas ruas mais movimentadas, recebendo – quiçá – acobertamento. Isso equivale a afirmar que os escravos urbanos da Corte não fugiam para as matas ou outros locais distantes da cidade, preferindo antes permanecer dentro da cidade a julgar pela maciça predominância de moradias urbanas declaradas nos anúncios de fuga pelos senhores. Para Rugendas isso também não passara despercebidamente. Ele compreendera que geralmente os negros fugidos da cidade do Rio não adentravam as florestas e interior do Brasil, embora a existência de quilombos fosse conhecida na Corte.⁷ Não só temiam a hostilidade de índios como os inerentes perigos de

⁴ Ver páginas 74 e 75.

⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro* 27/09/1821.

⁶ Para localizar os senhores que moravam fora do município da Corte ver os anúncios de fuga da *Gazeta do Rio de Janeiro* com as seguintes datas: 14/02/1810 (Parati); 04/04/1812 e 23/09/1820 (Freguesia do Itaboraí do termo de Santo Antônio de Sá); 05/03/1814 (Arraial de Maricá); 28/05/1814 (Freguesia de São João Carahi); 05/01/1820 (Freguesia de Santo Antônio Jacutinga); 09/02/1820 (São Gonçalo); 31/05/1820 (Vila de Lorena); 16/12/1820 (Vila de Jundiaí e de Santos na Capitania de São Paulo); 03/01/1821 (Freguesia de Iguaçú); 27/09/1821 (São João Marcos).

⁷ Analisando os relatórios e ofícios de Delegados de polícia, Macia Sueli Amantino constata a existência de Quilombos na Tijuca, no ano de 1814; Corcovado em 1817; rua da Pedreira em 1813. Para mais conferir AMANTINO, Márcia. “Comunidades quilombolas na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores”. In: SOUZA,

levar uma vida solitária exposta aos perigos da floresta, tais como a fome, animais peçonhentos, falta de abrigo seguro, etc. Consoante Rugendas,

Os negros temem, alias, o encontro de índios e a fome, por isso raramente se decidem a penetrar profundamente no interior do país ou das florestas. Mantêm-se, quase sempre, nas vizinhanças dos lugares habitados [...].⁸

Se existia real possibilidade de liberdade nas florestas em torno do Rio de Janeiro para esses escravos fugidos, ela era tão precária que a maior parte se decidia por permanecer fugido dentro da cidade.⁹ Concentrando-se nos locais de moradia informados nos anúncios de fuga, nota-se que algumas ruas da cidade tendiam a se repetir, indicando não só a fuga como ato disseminado em alguns pontos geográficos da cidade, mas principalmente que senhores de algumas localidades da cidade acreditavam mais na eficácia dos anúncios de fuga na imprensa do que outros.

TABELA 16: Moradia dos senhores de escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*(1809-1821)

Moradias	Contagem
Fora da cidade do Rio de Janeiro ¹⁰	37
Freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro ¹¹	15
Freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro ¹²	283

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

A Tabela 17 indica as ruas que por mais de uma vez aparecem nos anúncios de fuga como endereço onde os escravos residiam junto com seus senhores. Destacam-se as ruas da Quitanda, das Violas, Direita, São Pedro, dos Ourives e da Alfândega como pontos endêmicos da cidade onde o sumiço de escravos era mais assinalado. Juntas essas ruas respondem por 36% dos escravos fugidos residentes nas freguesias urbanas anunciados na gazeta. Talvez o desaparecimento dos cativos fosse facilitado pelo intenso fluxo de transeuntes, como no caso da Rua Direita e da Alfândega, regiões onde superabundavam atividades ligadas a carregamento e descargas de navios, implicando em elevada movimentação de escravos carregadores e estivadores, atraindo uma série de outros escravos, como, por exemplo, as cozinheiras e vendedores ambulantes que vendiam suas comidas e quitutes aos estivadores e outros escravos que labutavam nessas movimentas ruas.¹³

Jorge Prata de (Org.). *Escravidão: ofícios e liberdades*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, pp. 109-133.

⁸ RUGENDAS, *op. cit.*, pp. 284-285.

⁹ Analisando os anúncios de fuga no Jornal de Sergipe, Luiz Mott aponta que era em São Cristovão, a capital de Sergipe até 1855, e das vilas circunvizinhas que havia a maior incidência de escravos fujões anunciados no periódico. Apesar do autor não ir adiante, isso pode ser um indício de que os anúncios de fuga em periódicos alcançavam maiores êxitos dentro do mundo urbano. Para mais ver MOTT, Luiz. “Os escravos nos anúncios de jornais de Sergipe”. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. v. 1. Águas de São Pedro, ABEP, 1986.

¹⁰ As localidades fora da cidade do Rio de Janeiro são Arraial de Maricá; Freguesia de Iguaçu; Freguesia de Santo Antônio Jacutinga; Freguesia de São João Carahi; Freguesia do Itaboraí do termo de Santo Antônio de Sá; Parati; Vila de Jundiá e de Santos na Capitania de São Paulo; Vila de Lorena; São Gonçalo; São João Marcos.

¹¹ Andaraí, Botafogo, Catumbi, Ilha do Governador, Inhaúma, Laranjeiras.

¹² Candelária, Sacramento, Santana, Santa Rita, São José.

¹³ Sobre a história das ruas da cidade do Rio de Janeiro ver ARAÚJO, Antonio Luiz d'. *Rio colonial: histórias e costumes*. Rio de Janeiro: Quartet, 2006; COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988; GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 2000; SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965.

MAPA 1: Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1812¹⁴



¹⁴ BN. AT 14, 1, 4. Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza Real o príncipe regente nosso senhor no ano de 1808.

TABELA 17: Moradia dos senhores de escravos fugidos residentes nas freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*(1809-1821)

Endereço	Contagem de endereço	Percentual das freguesias urbanas
Rua da Candelária	4	1,4
Trapiche da Saúde	4	1,4
Largo do Rocio	5	1,8
Rua da Cadeia	5	1,8
Rua do Conde	6	2,1
Rua do Ouvidor	6	2,1
Rua dos Pescadores	6	2,1
Rua Mãe dos Homens	6	2,1
Rua do Lavradio	7	2,5
Rua da Ajuda	9	3,2
Rua do Sabão	9	3,2
Rua Mata-cavalo	9	3,2
Rua Detraz do Hospício	10	3,5
Rua do Rosário	10	3,5
Rua da Alfândega	11	3,9
Rua dos Ourives	13	4,6
Rua de São Pedro	14	4,9
Rua Direita	19	6,7
Rua das Violas	21	7,4
Rua da Quitanda	24	8,5

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

Ao que parece, esses senhores que sugerem a importância dos anúncios de fuga, se concentravam no centro da Corte, nas freguesias urbanas centrais. Poderiam ser indivíduos pobres passando privações pela falta dos jornais dos seus escravos? Quando se avalia os possíveis gastos que tais senhores arcavam para capturar seus escravos, os indícios encontrados apontam em direção contrária. Conforme visto algumas páginas atrás, Debret menciona que a gratificação habitual do capitão-do-mato por prender um escravo em fuga era de quatro mil réis.¹⁵ Entretanto, pesquisando na documentação sobre os escravos fugidos que foram presos pelos capitães-do-mato e entregues a polícia, a média de valor que os capitães-do-mato cobravam é mais alta do que a apontada por Debret. Entre os anos de 1811 a 1821, quando um capitão-do-mato capturava um escravo em fuga, ele cobrava pela sua tomadia e demais despesas com a captura do escravo – transporte e alimentação, por exemplo, que podem ter sido ignorados por Debret – algo em torno de 17\$564 réis.¹⁶ Sabe-se que o capitão-do-mato Antonio José Teles, por exemplo, entre os anos de 1812 a 1814, entregou à polícia um total de dez escravos fugidos capturados em algumas regiões como Campo Grande, Iguazu e nas matas da tijuca, conseguindo obter de recompensa por esses 10 escravos um total de 247\$430 réis, em média, 24\$743 réis por cada escravo.¹⁷ Embora o pecúlio angariado com a captura de escravos por Teles estivesse um pouco acima da média obtida pelos capitães-do-mato pesquisados, ela ainda estava longe do que os senhores prometiam na *Gazeta do Rio de Janeiro* para aqueles que prendessem seus escravos em fuga. Nos anúncios de fuga há

¹⁵ Olhar página 73.

¹⁶ ANRJ, Códice 403, v. 1 e 2. O valor de 17\$564 réis foi obtido através da média dos 110 valores indicados com gastos na captura de escravos fugidos pelos capitães-do-mato.

¹⁷ ANRJ, Códice 403 v. 1.

indicações de valores com promessas de captura para 60 escravos, numa média de 37\$151 réis para cada um. Quando o escravo “Vito” fugira, não fora divulgado o valor de recompensa para aquele que o capturasse ou desse informações que pudessem levar ao término da fuga. No entanto, seu senhor não se furtara de avisar que “quem o entregar, ou der aviso equivalente, receberá premio superior ao ordinario”.¹⁸ Em outra gazeta, o senhor de Vito confirmaria sua intenção de premiar a captura de seu cativo evadido com o valor excepcional de 50\$000 réis.¹⁹

TABELA 18: Recompensa prometida pela captura de escravos em anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821) a partir do lugar de moradia dos senhores

Moradia do senhor	Escravos	Média de recompensas
Fora da cidade do Rio de Janeiro	4	24\$200
Freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro	1	32\$000
Freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro	44	41\$343

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

Na Tabela 18 calculou-se a média de alvissaras prometidas pelos proprietários de escravos fujões que os anunciaram na gazeta, dividindo-os a partir do local de moradia. Nota-se que os senhores moradores nas freguesias urbanas prometiam as maiores recompensas de captura na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Os dados da tabela ainda indicam que quanto mais se afastasse do espaço urbano da cidade do Rio, os valores prometidos de alvissaras tendiam a decrescer. Isso demonstra que tais senhores reconheciam que capturar escravos em fuga dentro do espaço urbano não era fácil. Mas também aponta algo mais quando se detém nas ocupações exercidas por esses escravos que tiveram valores indicados de promessas de capturas. A média do valor prometido de alvissara para captura de um escravo que tinha sua ocupação indicada era mais alta, mais que três vezes maior do que aquela observada para os capitães-do-mato que girava em torno de 17\$564 réis. Mais significativo ainda é que todos os escravos com ocupação declarada por seus senhores que tiveram valores de promessa de alvissaras indicados exerciam ocupações especializadas. Conclui-se então que as promessas de alvissaras alcançavam cifras elevadas para escravos com ocupações especializadas como forma de incitar os capitães-do-mato e outros interessados a capturar tais escravos, que dentro do espaço urbano, na *cidade esconderijo*, tornavam-se mais difíceis de serem pegos. Esses proprietários de escravos, pelas quantias que estavam dispostos a desembolsar para premiar a captura de seus escravos certamente não eram indivíduos remediados nem paupérrimos.²⁰

TABELA 19: Média de recompensa de captura de escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* por ocupação

Específica ocupação escrava	Escravos	Média de recompensas
Ocupação declarada	24	58\$984
Ocupação não declara	36	22\$597

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

¹⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 23/02/1820.

¹⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 03/05/1820.

²⁰ Observando na *Gazeta do Rio de Janeiro* os valores de aluguel cobrados, nota-se que muitas vezes as despesas de captura de escravos eram mais caras que uma mensalidade de aluguel de uma casa, por exemplo. Em 1811 Santos Marrocos chegava a pagar 12\$800 réis de aluguel por mês numa casa considerada por ele de boa qualidade (ver página 61). Em 1813, no Largo da Ajuda o aluguel cobrado ao mês era de 8\$320 réis (ver *Gazeta do Rio de Janeiro* 05/05/1813 e 11/09/1813). Em 1816 uma casa na rua da Misericórdia rendia por mês um aluguel no valor de 24\$000 (ver *Gazeta do Rio de Janeiro* 06/07/1816).

Partindo ainda da premissa que esses senhores acompanhavam a gazeta, sendo leitores assíduos, nota-se que tinham recursos suficientes para tornarem-se assinantes ou comprarem exemplares avulsos, além de pagar para colocar os anúncios – no mês de julho de 1817 foram gastos em média 743 réis em sete anúncios de fuga.²¹ Possivelmente liam outros jornais e gazetas que chegavam à cidade do Rio ou nela eram produzidos. Um desses casos é o de Manoel Ferreira Joaquim, morador no Largo de São Joaquim nº 37. Quando seu escravo João Gabão fugiu, ele não demorou mais que 13 dias para ver o anúncio que escrevera sobre sua fuga sair impresso na gazeta em fevereiro de 1815. Se João Gabão foi capturado é uma pergunta que não temos evidências para responder. Mas de Manoel Ferreira Joaquim sabemos que era um dos assinantes no ano de 1813 do jornal “O Patriota”, evidenciando não só o seu interesse pelos assuntos literários e científicos abordados neste periódico, mas também que senhores de escravos evadidos que publicavam a fuga de seus escravos nas folhas da *Gazeta do Rio de Janeiro* eram leitores de outros periódicos, e que vislumbravam o uso da imprensa para divulgação de assuntos públicos e privados.²²

Mais evidências temos sobre qual segmento social os anunciantes de escravos fugidos na imprensa periódica pertenciam quando interrogamos quais as atividades profissionais que exerciam. Consoante a Tabela 20, elaborada a partir das ocupações que os senhores declaravam exercer nos anúncios de fuga, não resta dúvida sobre o lugar social que tais indivíduos ocupavam na Corte. Os senhores que anunciaram a fuga de seus escravos na *Gazeta do Rio de Janeiro* possuíam profissões ligadas majoritariamente às forças armadas e burocracia real.²³

TABELA 20: Ocupação/profissão dos senhores/proprietários dos escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821)²⁴

Natureza das ocupações	Quantidade
Burocracia da Corte	15
Eclesiásticas	4
Forças armadas	31
Negócios	3
Outras	4

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821

²¹ Sabe-se que para cada linha que um anúncio ocupasse na gazeta em julho de 1817 eram cobrados 200 réis.

²² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 03/07/1813 e 11/02/1815.

²³ No Jornal de Sergipe dentre os senhores que escreveram anúncios de fuga para capturar seus escravos, destacam-se os que possuíam patente militar. Para mais ver MOTT, *op. cit.*, p. 11.

²⁴ Considerou-se ocupações de burocracia da Corte: 2 conselheiros, 3 desembargadores, 1 escrivão da correição do crime da Corte, 1 ex-governador de Santa Catarina, 1 inquiridor cível da casa da suplicação, 1 medidor da alfândega, 1 oficial da secretaria d’ Estado nos Negócios no Brasil, 1 oficial da secretaria de estados nos negócios da marinha e domínios ultramarinos, 1 oficial da secretaria do Supremo Conselho Militar, 1 Selador da Alfândega, 1 Serigueiro da Casa Real; ocupações eclesiásticas: 3 padres, 1 reverendo vigário geral de São Paulo; ocupações das forças armadas: 4 alferes, 7 capitães, 1 chefe de divisão, 1 contramestre de canteiro do arsenal real da marinha, 5 Coronéis, 1 major, 5 sargentos mor, 5 tenentes; 1 vice-almirante (não foi possível subdividir esses anunciantes integrantes das forças armadas entre aqueles que compunham o exército profissional e os que formavam os corpos de milícias. Embora saibamos que há no século XIX especificidades entre o exército profissional e corpos de milícias, os anúncios de fuga não fornecem dados para precisarmos essa divisão. Para mais sobre a temática ver MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX” IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, pp. 111-137); negócios: 1 dono de padaria, 1 dono de venda, 1 escrivão da casa de seguros; outras ocupações: 2 cirurgiões, 1 doutor, 1 mestre e dono de lancha.

Mesmo que o uso da imprensa periódica para tal finalidade estivesse limitado a um grupo social, eles demonstram a função da imprensa para apoiar na captura de escravos fugidos. Quando um mulato de 30 anos de idade, pertencente ao coronel Caetano José de Almeida e Silva desaparecera, quatro dias depois do transcorrido, ele divulgara o episódio na gazeta.²⁵ Será que conseguiu capturar esse mulato? Provável que sim, senão não teria repetido o mesmo procedimento com Crispim de nação Benguela, seu cozinheiro, quando esse fugiu.²⁶ O anúncio da fuga de Crispim Benguela aparece na gazeta quase oito meses depois que o mulato de 30 anos fora anunciado. E essa não seria a última vez que o coronel Caetano José de Almeida e Silva escreveria um anúncio de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Decorridos cinco dias da fuga de seu escravo mulato, já divulgava na gazeta de 25 de outubro do ano de 1813.²⁷ Por três vezes, entre janeiro de 1812 a outubro de 1813, o coronel Caetano recorreu à imprensa para recuperar três escravos diferentes. E ele não fora o único a escrever anúncios de fuga para a gazeta por causa de um plantel de escravos com o “vício” de fugir. Outros senhores fizeram o mesmo.²⁸ Alguns eram detentores de fazendas afastadas da cidade do Rio de Janeiro, enquanto outros teriam destaque no cenário político da emancipação do Brasil de Portugal ao longo da década de 1820, como Joaquim Gonçalves Ledo, por exemplo, que anunciou um escravo fujão em 1814 e outro em 1817.²⁹

Há ainda na *Gazeta do Rio de Janeiro* episódios de senhores de escravos fugidos que se notabilizam por terem reeditado anúncios para mesma fuga, apontando para a dificuldade que enfrentavam em capturar esse determinado escravo, mas também para a crença que tinham sobre o uso da imprensa. Pela análise da gazeta, sabe-se que para 13 escravos evadidos, depois de publicado um anúncio de fuga, ele foi reeditado mais uma vez;³⁰ 6 proprietários de escravos evadidos, além do primeiro anúncio de fuga que veicularam para determinado escravo, publicaram depois mais dois anúncios de fuga referente ao mesmo fujão ainda não capturado;³¹ e para um escravo, Pedro Congo, contou-se, no total, sete anúncios de

²⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro* 18/01/1812.

²⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro* 09/09/1812.

²⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro* 30/10/1813.

²⁸ Esses senhores e as *Gazetas do Rio de Janeiro* que anunciaram as fugas de seus escravos são respectivamente: Antonio Nunes de Aguiar (20/03/1813; 14/08/1813; 18/05/1816); Bernardo Luiz de Almeida (17/03/1816; 28/06/1817; 01/04/1820); Doutor Jacinto José da Silva Quintão (21/07/1813; 01/12/1819); Ignácio Luz da Silva (24/09/1813; 11/10/1815); oficial da secretaria de Estados dos negócios do Brasil João Carneiro de Campos (25/01/1817; 08/12/1819); João Francisco da Gama (21/02/1818; 06/08/1814); Tenente Coronel João Francisco Campos Lisboa (30/10/1821; 14/12/1816; 19/02/1817; 21/03/1818; 07/01/1818); Antonio Januario Passos (21/09/1814; 06/05/1815; 22/11/1815; 29/01/1820); Manoel Joaquim Ribeiro (08/09/1819; 16/12/1820; 16/12/1820).

²⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25/05/1814; 12/07/1817.

³⁰ Os escravos e os seus respectivos anúncios de fuga estão nas seguintes edições da *Gazeta do Rio de Janeiro*: Antonio Benguela, 21/09/1814, 26/10/1814; Antonio Benguela, 13/01/1821, 03/02/1821; Crispim Benguela, 09/09/1821, 16/12/1812; Joaquim Moçambique, 07/06/1820, 05/07/1820; Manoel Congo, 21/06/1820, 03/01/1821; Marcelino Mulato, 28/06/1817, 02/07/1817; Maria Cabinda, 29/08/1818, 14/11/1818; Pedro Crioulo, 24/03/1819, 14/08/1819; Rita Benguela, 15/04/1809, 06/05/1809; Thomaz Monjolo, 07/06/1820, 05/07/1820; moleque Congo de Manoel de Jesus Faria, 16/01/1819, 23/01/1819; escravo de Moçambique cujo senhor mora na rua do Ouvidor nº 32, 22/05/1819, 26/05/1819; escravo de Moçambique de Bernardo Manoel da Silva, 14/03/1818, 21/03/1818.

³¹ Os escravos e os seus respectivos anúncios de fuga estão nas seguintes edições da *Gazeta do Rio de Janeiro*: Luzia Libolo, 13/01/1819, 16/01/1819, 20/01/1819; Mariano Crioulo, 23/10/1816, 02/11/1816, 06/11/1816; Rita Benguela, 13/01/1819, 16/01/1819, 20/01/1819; Vito Libolo, 23/02/1820, 03/05/1820, 06/05/1820; escrava Cabinda cujo senhor mora na rua do Conde nº 64, 01/08/1818, 31/10/1818, 05/06/1819; três escravos Moçambiques e dois escravos Congos da fazenda de Santo Antonio, na Freguesia de Jacutinga, 23/09/1820, 30/09/1820, 04/10/1820.

fuga entre os anos de 1820 a 1821.³² Buscando perceber se esses anúncios repetidos traziam novas informações sobre o escravo e seu paradeiro, nota-se que em 10 casos de reedição de anúncios de fuga, o texto do anúncio não sofreu nenhuma alteração. Em outros 6 casos, a estrutura do texto foi modificada sem, contudo, haver alguma novidade sobre o escravo desaparecido ou omissão de informações veiculadas em anúncio anterior. Nos outros 4 casos os anúncios de fuga acrescentariam mais dados sobre os escravos. Do escravo Manoel Congo, seu senhor não tendo ainda conseguido capturá-lo com o anúncio na gazeta de 21 de junho, voltaria a publicar um anúncio de fuga em inícios de janeiro do ano seguinte, fazendo dessa vez uma descrição mais detalhada do escravo. Acrescia dessa vez que Manoel era “meio ladino, e magro, com olhos amarelados”.³³ De Antonio Benguela, sabe-se que durante a sua fuga seu senhor foi alterado. Em anúncio de fuga divulgado na gazeta de meados de janeiro de 1821, seu senhor se intitulava de “*Camizal*”. No começo de mês seguinte, o escravo Antonio ainda não havia sido capturado, mas já era propriedade de outro indivíduo, que agora tratava de tomar as devidas providências para dar fim a sua fuga. D. Izabel Planquete era sua nova senhora e publicava um anúncio de fuga no periódico informando também sobre a troca de senhores.³⁴ O caso do coronel Caetano José de Almeida e Silva e seu escravo Crispim de nação Benguela novamente oferecem indícios para entendermos um pouco de como um senhor com escravo em fuga utilizava a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Depois de publicar um anúncio de fuga no começo de setembro, voltaria a escrever em meados de dezembro do mesmo ano para gazeta noticiando que estava ciente do estratagema que o cozinheiro Crispim Benguela empregava. O coronel Caetano explicitava isso ao terminar esse segundo anúncio de fuga com uma solicitação da seguinte forma: “[...] e como tem noticia que alguns Senhores o tem recolhido em caza, roga lho participem”.³⁵ Ou seja, para além do fato de Crispim estar sendo acobertado – quem sabe alegando ser forro –, o que explicava porque sua fuga estava se prolongando, é importante assinalar que havia um retorno dos anúncios de fuga publicados na gazeta, ajudando o senhor lesado a mapear a trajetória de escravos evadidos.

Mas nenhum senhor que escrevera um anúncio de fuga na gazeta se destaca tanto quanto o de Pedro Congo – talvez, porque nenhum desses senhores possuísse um escravo que se assemelhasse ao mesmo. Tal senhor não se preocupou em se identificar em nenhum dos anúncios de fuga que remeteu na gazeta. Achou importante apenas promover boas alvíssaras a serem pagas na rua das Violas nº 49 para quem desse qualquer notícia sobre Pedro Congo. No primeiro anúncio de fuga – em inícios de fevereiro de 1820 –, constata-se uma detalhada descrição fisionômica do escravo e de suas vestimentas: “No dia 13 do corrente fugio hum negro, por nome Pedro, nação Congo, boa estatura, cheio do corpo, olhos, boca, beiços grandes, calcanhares rachados, calça de brim e camisa de riscado, jaqueta de ganga [...]”. Isso deveria bastar para capturar Pedro Congo, até então, há 19 dias evadido. Ledo engano. Ultrapassava-se a primeira metade do mês de maio de 1820 e Pedro Congo se mantinha foragido. Seu senhor voltava a colocar um anúncio de fuga na gazeta. Dessa vez não mencionava mais nada sobre as vestimentas do escravo. Já estaria utilizando outras roupas com certeza. A estratégia na redação do anúncio mudava. Dava mais foco a fisionomia do escravo. Voltava a dar a mesma descrição física de Pedro, só que mais detalhada, dizendo que faltava nele dois dentes de cima. Especificava também a ocupação, indicando que ele era cozinheiro, e informava o valor da gratificação para quem desse notícias sobre tal escravo: quatro doblas. O mês de maio findava e o de junho principiava da mesma forma: Pedro Congo se mantinha fugido. A insistência de seu senhor não era pequena. Em 10 de junho

³² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 02/02/1820, 17/05/1820, 10/06/1820, 05/08/1820, 09/09/1820, 18/11/1820, 10/11/1821.

³³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 21/06/1820 e 03/01/1821.

³⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 13/01/1821 e 03/02/1821.

³⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 09/09/1812 e 16/12/1812.

novo anúncio de fuga era publicado na gazeta. A estratégia era esmiuçar mais ainda a fisionomia do fujão: além dos detalhes fisionômicos e corporais já dados, esmiuçava que tinha “principio de buço”. Continuava prometendo quatro doblas de recompensa para qualquer notícia que levasse a sua captura e “estando fora do Rio de Janeiro da-se dez doblas alem da passage ou condução” para quem o capturasse e levasse a rua das Violas nº 49. Talvez, a tamanha dificuldade na captura do escravo, mesmo se tomando todas as providências necessárias para trazê-lo de volta ao domínio senhorial, estivesse dando motivos para o senhor de Pedro desconfiar que ele se aventurava fora da cidade. As eventuais informações publicadas sobre Pedro Congo reforçam essa hipótese. Dentro da cidade do Rio ou fora dela, o que se sabe é que Pedro Congo estava esquivando-se das investidas de quem procurava capturá-lo, passando ileso, caso contrário, não seria novamente anunciado na gazeta em princípios do mês de agosto. Nesse anúncio nota-se que seu senhor já não sabia mais como especificar a aparência de Pedro Congo com palavras. Repetia as mesmas características já redigidas em outros anúncios, depositando sua esperança no aumento da recompensa: “Dão-se seis doblas, e doze sendo fora do Rio de Janeiro, a quem der noticias de um negro cozinheiro de nome Pedro [...]; paga-se além do premio a passage ou condução”. Pouco mais de um mês depois, em setembro de 1820, Pedro Congo ainda estava fugido e agora seu senhor já não tinha mais nenhuma carta escondida sob a manga para puxar. Não oferecia mais nenhum detalhe sobre o escravo – talvez maiores pormenores sobre a feição de alguém só fosse viável com uma imagem. Tão pouco prometia uma recompensa maior. Sua estratégia se reduzia simplesmente a reeditar o último anúncio publicado, sem trocar uma vírgula sequer do lugar. O ano estava para terminar. Alcançava-se o mês de novembro e seu senhor com certeza não se conformava com o fato de Pedro Congo não estar mais rendendo dinheiro para ele através do emprego de seus dotes culinários. Antes, tal escravo havia onerado ele em vários anúncios de fuga inseridos na *Gazeta do Rio de Janeiro* sem maiores sucessos. Em 18 de novembro, quando mais um anúncio sobre sua fuga – cujo teor era igual aos dos dois últimos publicados no mês de agosto e setembro – era lido na gazeta, Pedro já conseguia ter ficado ausente mais de 300 dias. O tempo ia consagrando as estratégias de Pedro em se manter fugido, superando todas as armadilhas preparadas por seu senhor. Ao longo do ano de 1820 seu senhor inserira na gazeta um total de seis anúncios de fuga. O problema não era necessariamente a ineficácia de um anúncio posto na gazeta. Senão, seu senhor não teria insistido tanto nessa tática. Antes, Pedro que se destaca como um competente fujão diante da incessante vontade de seu proprietário em tê-lo de novo. A história de Pedro Congo mostra como uma fuga era complexa, sem data para findar. Sabe-se de Pedro que ele continuou contando vantagem por mais um ano. Seu senhor, tentando lavar sua honra diante de quem estava ao seu redor, numa última tentativa, punha mais um anúncio sobre Pedro na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 10 de novembro do ano de 1821. Redigira o seguinte:

Da-se doze doblas a quem der noticia de um negro, que fugio há hum anno e nove mezes, o qual era cozinheiro, de nome Pedro, nação Congo, tem os olhos, os beiços, e boca grandes, dois dentes faltos do lado de cima, boa estatura, e cheio de corpo, os calcanhares rachados do lado de fora; he da rua das Violas nº 154; como se julga se deixasse vender para a roça, ou esteja occulto em alguma caza a cozinhar, por isso se dá o dito premio.³⁶

O proprietário de Pedro continuava morando na rua das Violas, não mais no nº 49, e sim no 154. Ele pode ter se mudado ou a numeração das casas foi alterada e ele continuava a residir no mesmo lugar. Pouco importa isso. O que sobressai é o elevadíssimo valor prometido para uma notícia sobre Pedro: 12 doblas que equivaliam a 153\$600 réis. Quem conseguisse

³⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10/11/1821.

capturá-lo iria fazer jus ao valor da recompensa. O escravo ia para quase dois anos de fuga e seu senhor nem fazia idéia no que ele labutava – relatara laconicamente que “era cozinheiro” –, nem onde poderia ser encontrado, se numa roça de outra cidade ou numa casa escondido em sigilo a cozinhar. Contudo, com o valor de 153\$600 réis era possível adquirir outro escravo. Analisando inventários *post mortem* Manolo Florentino estipula que o valor médio de um escravo no ano de 1820 ficava em torno de 152\$000 réis, e no ano seguinte em 158\$000 réis.³⁷ Por que desembolsar tamanha quantia para capturar um escravo tão complicado? Esse senhor, ao que parece, não fazia simplesmente questão de contar novamente com os dotes culinários de Pedro a sua disposição. Talvez, queria fazer valer a inviolabilidade de sua vontade sobre as decisões tomadas por Pedro, limpando a sua reputação – perante a sociedade – colocada em xeque por causa de um escravo em fuga.³⁸

E nem sempre capturar o escravo resolvia todo o problema. Foi averiguado na *Gazeta do Rio Janeiro* um caso de senhor que, por duas vezes, anunciou dois diferentes escravos, e teve que voltar a anunciá-los posteriormente, não porque ainda não tinham sido capturados como Pedro Congo, mas porque haviam tornado a fugir. Antonio Januário Passos divulgava pela gazeta de 31 de agosto de 1814 que “Domingos de 15 para 16 annos, bem feito, bonita cara, e no pé direito de um dedo sem unha”³⁹ estava desaparecido desde o dia 24 do corrente. Em novembro de 1815 Antonio Januario Passos fazia Domingos retornar as paginas da gazeta:

No dia 13 de Novembro de 1815 fugio hum moleque por nome Domingos; nação Cabinda, de idade 15 para 16 annos, bonito de cara, bem feito de corpo, orelha furada, nos dedos dos pés ambos lhe falta huma unha, foi vestido com calças, jaqueta e colete, tudo de panno azul com pouco uso, he inclinado a pinturas [...].⁴⁰

A semelhança do senhor de Pedro Congo, Antonio Januario Passos redigira um anúncio mais detalhado sobre Domingos. Acrescenta-se que a crença de Antonio Passos no anúncio colocado na gazeta indica que ele acreditava na eficácia dessa estratégia, que provavelmente já lhe havia rendido eficácia no passado. Análoga história se repetiria com seu escravo batizado com seu nome. Trata-se de Antonio Benguela. Desaparecido desde o dia seis de setembro de 1814, Antonio Benguela era descrito como “hum moleque [...], de 15 para 16 annos, mas miúdo do corpo, muito picado de bexigas, bem feito, muito ladino, com calças azuis e em mangas de camiza”.⁴¹ Quase um mês depois seu senhor voltava a anunciá-lo nas folhas do periódico, só que de maneira mais concisa, não dando mais tamanha ênfase nas roupas que levava, detendo-se apenas nas características corpóreas do escravo.⁴² Sabe-se que Antonio Benguela foi capturado porque na *Gazeta do Rio de Janeiro* de seis de maio de 1815 Antonio Passos punha outro anúncio relatando nova fuga:

No dia 5 de abril de 1815, desapareceu hum moleque de nação Benguela, por nome Antonio, idade de 16 annos, muido do corpo, picado de bexigas, com hum ferro no

³⁷ FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história sobre o tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 166. FLORENTINO, Manolo. “De escravos forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº. 58, 2003, p. 113.

³⁸ Os anúncios de fuga em ordem estão respectivamente nas seguintes edições da *Gazeta do Rio de Janeiro*: 02/02/1820, 17/05/1820, 10/06/1820, 05/08/1820, 09/09/1820, 18/11/1820, 10/11/1821.

³⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 31/08/1814.

⁴⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22/11/1815.

⁴¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 21/09/1814.

⁴² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 26/10/1814.

pesçoço; quem delle souber, falle com Antonio Januario Passos na rua da Quitanda, canto da rua das Violas, que receberá suas alviças.⁴³

Evadido a pouco mais de um mês, Antonio Benguela, ladino, era novamente descrito, numa espécie de retrato falado. Seu senhor, já mais experiente na arte de escrever anúncios de fuga para a imprensa periódica, nada registrara sobre as vestimentas do escravo, mas fizera questão de acusar que ele tinha um ferro no pesçoço, emblema que os fujões contumazes portavam – assunto que será aprofundado no capítulo seguinte.

É importante destacar que essa permanente utilização da imprensa periódica para aprisionar fujões acontecia, por vezes, devido experiências positivas anteriores. Em outras palavras, nem sempre fazer público um anúncio de fuga correspondia a primeira experiência de determinados proprietários com o periódico. O próprio coronel Caetano José de Almeida e Silva, antes de anunciar que seus três escravos fugiram, já havia na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 04 de janeiro de 1812 anunciado a venda de pertences do falecido João Vaz, de quem era testamenteiro, para em menos de 15 dias depois voltar a ver na gazeta o seu primeiro anúncio referente a um escravo fugido de sua propriedade.⁴⁴

Manoel Gomes Fernandes em 1809 colocava a venda “hum predio na Cidade Nova, o qual faz frente para o Rocio do Conselho, e parte de hum lado com a R. de São Pedro, e por outro com a R. do Sabão” na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Os interessados deveriam procurá-lo em sua casa na rua Direita nº 26.⁴⁵ Em junho de 1810 novamente colocava a venda a mesma propriedade.⁴⁶ Se dessa vez obtivera êxito não se sabe. Talvez nem tivesse conseguido vendê-la. Em 1817 ele já havia falecido. É nesse mesmo ano que a então viúva de Gomes Fernandes, ainda residente na rua Direita, colocava um anúncio na gazeta visando dessa vez, não vender um prédio como seu ex-marido fizera outrora, mas sim capturar o seu escravo Jose, bastante picado de bexigas.⁴⁷ Em 1811, na rua do Sabão nº 8, João Antonio Marques desejava vender a sua “Sumaca Flor do Brejo, anchorada neste porto defronte da rua de S. Pedro”.⁴⁸ Essa era a primeira vez que ele inseriria um anúncio na Gazeta a fim de levar a cabo um interesse particular. A segunda vez que ele expressava um interesse particular através das folhas desse periódico foi no ano de 1820 quando o jovem escravo Agostinho Cabinda, de nove anos de idade, sumira.⁴⁹ Considerando apenas o nome dos proprietários de escravos, percebeu-se durante a coleta de anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro*, ocasiões em que os anúncios de vendas precederam os de fuga. Primeiramente anunciavam a venda de propriedades ou outros bens e depois – devido ao possível êxito que alcançaram com um anúncio na gazeta – anunciavam eventuais escravos em fuga. Antonio Vieira Pereira primeiro colocara dois anúncios de venda de um sítio na praia de Botafogo no ano de 1811 para depois, já em 1813, relatar sobre seus dois escravos ladinos que fugiram.⁵⁰ Alguns anúncios nem sempre conseguiram satisfazer o intento de seus escritores. Mas não impediram que num caso de fuga de escravos, tais senhores escrevessem um anúncio para ser inserido na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em 1809 era Manoel Gomes de Oliveira Couto quem noticiava a venda de uma casa na rua Direita Nº 20. Ainda em 1816, através de um anúncio na gazeta, constata-se que ele não vendera sua casa na rua Direita. Estava residindo nela e oferecendo 12\$800 réis de alvíssaras para quem levasse até lá seu escravo, “hum moleque por nome Joaquim, [...]

⁴³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 06/05/1815.

⁴⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 04/01/1812.

⁴⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 05/04/1809.

⁴⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 05/06/1810.

⁴⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 06/08/1817.

⁴⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 13/01/1811.

⁴⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 06/05/1820.

⁵⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 27/04/1811; 04/09/1811; 14/08/1813.

magrinho, azebixado, e bem feito”, que estava fugido.⁵¹ Recompensa mais alta era oferecida pelo negociante Manoel Fernandes Guimarães. Em 1809 ele vendia “huma morada de casas de três andares, Nº 9, na rua Direita desta Cidade, livres e desembargados e sem pensão alguma”. No ano seguinte, em 1810, ele prometia dar 40\$000 a quem capturasse o fujão Joaquim, fugido há quase seis anos, desde 1804.⁵²

Possivelmente, alguns proprietários de escravos enquanto leitores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, talvez nunca tenham anunciado nada antes da fuga de seus escravos. Em conversas com outros leitores e/ou anunciantes, teriam acabado percebendo até onde tal periódico poderia ou não ser útil para seus interesses pessoais. Assim, algum senhor pode ter colocado apenas um anúncio em todo o período de funcionamento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e, independentemente do sucesso que obteve, nunca mais ter colocado outro anúncio, talvez, por não precisar mais. Outros, a partir de um escravo capturado pelo auxílio de um anúncio, viriam então a colocar outros anúncios para divulgar seus demais interesses privados. Em 1809, quando o escravo Cosme, de João Pinto de Souza, fugiu, ele indicou a casa de João Gomes do Vale para a entrega dele caso fosse capturado. Lá mesmo, o capturador ganharia o seu prêmio. Depois desse anúncio, de março de 1809, até agosto de 1813, contaram-se seis anúncios em que João Gomes do Vale tentava vender vários navios e uma casa. Será que a captura do escravo Cosme, sendo entregue na casa de João Gomes do Vale foi decisiva para ele então passar a publicar anúncios de venda na *Gazeta do Rio de Janeiro*? Este questionamento encobre algo mais importante: nesse instante, no início do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro vai conhecer processo acelerado de urbanização. Certamente seus habitantes estão reconhecendo, por diferentes caminhos e formas, que a circulação de periódicos atende a funções variadas, muito além daquelas imaginadas pela monarquia portuguesa, como, por exemplo, atender as necessidades da Coroa. Não só informar sobre o estado da Europa e seus monarcas, mas efetivar negócios dos mais diversos interesses privados, como a venda de navios, casas, escravos. Anunciar escravos fugidos seria também uma face importante da construção dos universos urbanos da escravidão.

Anunciando e popularizando

Já se averiguou, portanto, que os anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro* auxiliavam, talvez de maneira decisiva, na captura de escravos evadidos, vide os senhores que anunciaram mais de um escravo fugido nesse jornal em diferentes momentos. Se eles faziam isso, mesmo tendo o escravo desaparecido a menos de uma semana em algumas ocasiões, é porque não duvidavam do potencial de comunicação de um anúncio de fuga certamente lido por seus pares, capitães-do-mato e outros agentes interessados na captura dos fugitivos. Contudo, o número de anúncios de fuga ainda é muito baixo em relação não só a quantidade de escravos que passaram pelo porto do Rio de Janeiro entre os anos de 1809 a 1821, como em relação às elevadas cifras referentes a escravos presos pela polícia: são 933 escravos presos por causa de crimes relacionados a fugas.⁵³ Algranti em estudo sobre os crimes cometidos por escravos na Corte do Rio de Janeiro no período joanino aponta que os crimes de fuga equivaliam a quase 16% do total das prisões e 21% das infrações perpetradas pelos escravos.⁵⁴ Pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre 1809 a 1821, contou-se apenas 352 anúncios

⁵¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 16/08/1809; 23/03/1816.

⁵² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 01/07/1809; 05/06/1810.

⁵³ ANRJ. Códice 403, v. 1 e 2.

⁵⁴ Para mais ver ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988, pp. 180-181. Para os dados da prisão de escravos fugidos pela polícia olhar as páginas 209-210 desse livro de Algranti.

de fuga, sendo o número de escravos anunciados de 405.⁵⁵ Já foi visto no capítulo anterior que os escravos fujões anunciados na gazeta não eram um fiel microcosmo da demografia escrava da cidade do Rio,⁵⁶ todavia, há uma visível distância na quantidade de escravos fugidos anunciados nesse periódico e a de escravos fugidos presos pela polícia da Corte – superior em quase três vezes. Por que tão poucos escravos evadidos foram anunciados na gazeta?

Se o hábito de veicular anúncios de fuga na imprensa periódica não se alastrara pela sociedade fluminense de um modo geral, isso não é explicado pela ineficácia de tal prática. Talvez existissem aqueles senhores mais reticentes que ainda não haviam sido plenamente convencidos dessa nova estratégia de captura de escravos evadidos. Mas o provável é que a *Gazeta do Rio de Janeiro* se achasse sobre o monopólio dos mais altos segmentos sociais, tanto em relação à leitura quanto a prática de inserir anúncios privados em suas páginas. Isso de modo algum significa que a arraia miúda e os remediados eram alheios a gazeta, pouco se interessando pelos seus informes. A hipótese que está se apresentando é a seguinte: no momento de divulgar negócios particulares, principalmente aqueles que compunham os extratos subalternos recorriam preferencial e majoritariamente às práticas de comunicação típicas de antigo regime, que ainda satisfaziam seus desígnios. O custo para se colocar anúncios na gazeta acabava por corroborar para isso, selecionando dessa forma anunciadores dentro dos mais altos segmentos sociais estabelecidos na cidade do Rio e suas cercanias.

TABELA 21: Quantidade de anúncios de fuga e escravos fugidos anunciados em periódicos do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX

Periódico	Ano	Anúncios de fuga	Escravos fugidos anunciados
<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	1809-1821	352	405
<i>Jornal do Commercio</i>	1835	678	774
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	1845	1186	993
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	1849	1276	1056

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821; *Jornal do Commercio*, 1835; *Diário do Rio de Janeiro*, 1845 e 1849.

A Tabela 21 traz a soma da quantidade de anúncios de fuga e o total de escravos fugidos dos principais jornais que circularam no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Ressalta-se, primeiro, que a quantidade de anúncios de fuga não é necessariamente igual à quantidade de escravos anunciados, pois além de haver fugas coletivas de escravos, diversos senhores aproveitavam a ocasião de sumiço de um escravo para divulgar num mesmo anúncio escravos que se evadiram em épocas passadas e que ainda não tinham sido capturados. Todavia, o mais importante é verificar o crescente movimento de “popularização” dos anúncios de fuga na imprensa periódica. O número de escravos fugidos não estaria necessariamente crescendo ao longo da primeira metade do século XIX, mas sim a utilização da imprensa periódica como forma de auxiliar na reconstituição dos passos fugidios de escravos evadidos, o que sugere que o público leitor estava se difundindo entre a população e interagindo em maior intensidade com esse veículo de comunicação.

Se já no final da primeira metade do século XIX essa popularização da imprensa apresenta-se como fato consumado, argumentamos ser justamente o período de estadia da Corte portuguesa no Rio de Janeiro o momento de lançamento dos alicerces – ainda nada consistente – desse costume. Entre os anos de 1809 a 1821 os senhores de escravos estavam aprendendo quais as informações cruciais que deveriam divulgar ao público leitor – e também quais deveriam omitir – a fim de encurtar o espaço temporal entre o desaparecimento e a recondução de seus escravos ao cativo. É possível argumentar também que não só senhores desenvolviam a estratégia de utilizar a imprensa periódica para reaverem escravos

⁵⁵ Dados da Tabela 16.

⁵⁶ Ver páginas 81 e 82.

desaparecidos, mas escravos fugidos também dialogavam indiretamente com os mesmos anúncios de fuga – publicados visando inicialmente capturá-los – para se manterem mais tempo fugidos. Com sentidos diferentes, ambas as partes acompanhavam a produção de informações nos anúncios de fuga para traçar estratégias. Por vezes, os interlocutores dos anúncios de fuga eram, além dos eventuais interessados na recompensa de captura, os próprios fujões e seus acobertadores. João Francisco da Gama prometia através de um anúncio de fuga 20\$000 réis para quem capturasse seu escravo fugido Amaro. Esse era um mulato, oficial de alfaiate, entre 15 a 30 anos de idade, que deve ter ficado sabendo desse anúncio da gazeta, já que seu senhor não se privou de promover o seguinte: “e ao dito escravo se vier ter à casa lhe promete por esta vez não o castigar”.⁵⁷ Mais perspicaz era Joaquim Antonio de Bergonha Lobo. Provavelmente seu escravo não estava disposto a negociar com o seu senhor novos parâmetros da sua escravidão. João, de nação Libolo, por volta dos 20 anos de idade, havia fugido a mais de um ano, desde 1814, e andava por aí trocando seu nome e se intitulado por forro. Não é a toa que seu senhor salientava que ele era muito ladino. Por isso, no final do anúncio assegurava que “quem delle der notícia tem de prêmio 50\$ réis, e sendo algum cativo, que dê conta delle, se lhe dão cinco doblas para ajuda da sua liberdade”.⁵⁸ Um escravo ladino como João Libolo, que já estava fugido há algum tempo, certamente estaria contando com o apoio e a solidariedade de outros escravos, conforme transparece na percepção senhorial. Por isso Joaquim Lobo buscava eliminar, ou ao menos encurtar ao máximo as redes de solidariedade de seu escravo fujão. Cinco doblas, que equivalem a 64\$000 réis, não era uma soma desprezível. Era uma recompensa até maior – 12\$000 réis a mais – caso quem auxiliasse na captura fosse um escravo. No ano de 1815, uma escrava de 15 anos com várias habilidades domésticas e com uma filha recém-nascida valia 153\$600 réis.⁵⁹ Em 1816 um mulato com ofício de sapateiro de 15 anos custava 115\$200 réis.⁶⁰ Certamente, os 64\$000 réis ajudariam um escravo a juntar pecúlio para a compra de sua alforria, incentivando possíveis cativos que colaboravam com a fuga de João Libolo a entregá-lo a seu senhor.

Assim, percebe-se que senhores e escravos aperfeiçoavam suas estratégias apostando justamente nos anúncios de fuga veiculados pela imprensa periódica. Em termos de produção e circulação social esse material era manejado por senhores e escravos, sendo possível até mesmo observar negociações, estendendo-se por meses, em pequenos textos ao longo da primeira metade do século XIX. O caso do Capitão Reginaldo Mauricio Quintanilha e seu escravo Ventura, mesmo estando um pouco afastado do recorte cronológico deste estudo, é por demais indicativo. Trata-se de um episódio emblemático sobre o potencial de um anúncio de fuga na imprensa periódica num contexto em que o público leitor já era mais amplo. Em 15 de janeiro do ano de 1830 o Capitão Reginaldo Mauricio Quintanilha informava que seu escravo Ventura desaparecera no final do ano passado. Ventura, segundo Quintanilha, era

Ainda moço, estatura ordinária, e bastante desembaraçado, e ladino, pelo que se não duvida que elle tenha dito ser crioulo, e mesmo forro, e que igualmente tenha mudado de nome para melhor se desfarçar; achava-se ultimamente em hum açougue na rua da Valla picando e vendendo carne fresca, tendo estado antes em outro na rua do Sabão da Cidade Nova n. 63;⁶¹

⁵⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 06/08/1814.

⁵⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 09/08/1815.

⁵⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22/11/1815.

⁶⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 30/03/1816.

⁶¹ *Jornal do Commercio* 15/01/1830.

Ventura não era um africano com falta de inteligência. Era tão ladino que construía uma nova identidade para si, trocando o seu nome, negando a origem africana e sua condição de escravo, dificultando assim sua captura. Possivelmente estava repetindo o que ouvira e aprendera com outros escravos no sentido de como se comportar durante uma fuga a fim de se manter “camuflado” contra as investidas de seu senhor e outros interessados na sua captura.⁶² O problema de Ventura não era vadiagem. Pelo contrário, era do conhecimento do seu senhor que ele já havia se empregado pelo menos em dois açougues. Mais sua captura não era nada fácil. No dia 28 de janeiro de 1830, Quintanilha voltava a publicar um anúncio sobre a fuga de Ventura no *Jornal do Commercio*. A partir desse último anúncio, decorriam-se 14 dias desde o primeiro anúncio sobre a fuga de Ventura, que ia se mantendo fugido desde o final do ano de 1829. Nesse anúncio Quintanilha repetia o que já havia informado no anúncio anterior, mas tentava negociar com o seu escravo a partir do próprio anúncio de fuga, revelando o possível motivo da fuga de Ventura. Quintanilha entendia que o motivo para a fuga de Ventura fora ele ter recebido a quantia de 30\$000 réis, “de que não deu menor conta”. No entanto, Quintanilha já demonstrava não fazer questão dessa quantia. Escrevera praticamente, não um anúncio de fuga para a captura de Ventura, mas uma carta para o escravo Ventura ler no *Jornal do Commercio*. Por quê? Vejamos.

Declara o anunciante para chegar ao conhecimento do mencionado preto (o qual além de muito ladino, *sabe ler*) que o caso de se apresentar logo depois da publicação deste anúncio não sofrera castigo algum e isto em atenção mesmo ao bom serviço que até então prestou; mais quando assim o não faça, roga o anunciante a quem delle souber, de participar na botica da Santa Caza de Misericórdia a Patrício Manoel de Oliveira Quintanilha, que está encarregado de gratificar com generosidade [...].(Grifo meu)⁶³

Ventura era ladino demais para ser capturado. Melhor seria para Quintanilha ceder e perdoar os 30\$000 réis apropriados por Ventura. Como era um bom escravo, que prestava um serviço de qualidade, rapidamente o lucro gerado pelo seu trabalho daria conta de várias quantias de 30\$000 réis. Mas o mais interessante desse episódio é a percepção senhorial de que Ventura estaria fazendo dos anúncios de fuga uma bússola para se guiar durante sua escapulida, já que sabia ler. Talvez por isso estivesse trocando regularmente de trabalho. Se divulgar em periódicos informações sobre as profissões que Ventura estaria exercendo eram relevantes para alguém capturá-lo, e por isso cruciais num anúncio de fuga, igual valor teriam para Ventura traçar suas estratégias enquanto estivesse em fuga. Assim Ventura poderia se antecipar as investidas de quem intentava levá-lo de volta a seu senhor. Será que Ventura aceitou a proposta de Quintanilha? Sabe-se apenas que no início de fevereiro a situação não se modificara, continuando Ventura longe do alcance de Quintanilha, pois em 9 de fevereiro de 1830 há mais um anúncio de Quintanilha sobre a fuga de Ventura no *Jornal do Commercio*, repetindo que a proposta de perdô-lo, caso retornasse prontamente, ainda era válida.

Os anúncios de fuga publicados na imprensa periódica estavam tão inseridos no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, que até os escravos podiam a partir de tais registros esquematizar suas trajetórias pela cidade na condição de fugitivos. Se a *Gazeta do Rio de Janeiro* num período de mais de dez anos publicou relativamente poucos anúncios de fuga, não significa que tal prática tivesse pouca relevância. Em parte respondeu-se a questão do

⁶² Em alguns anúncios de fuga (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 26/09/1812; 25/11/1812; 05/03/1814; 09/08/1815; 11/10/1815; 23/03/1816; 22/05/1816; 06/11/1816; 16/05/1818; 14/04/1819; 08/12/1819; 11/03/1820; 30/08/1820; 23/12/1820; 08/06/1822.) os senhores em tom de desânimo informavam que seus escravos ludibriavam aqueles interessados nas alvíssaras andando calçados, se dizendo forros, trocando de nomes e de identidade étnica.

⁶³ *Jornal do Commercio* 09/02/1830.

processo de popularização da imprensa periódica como meio de comunicação eficaz possibilitando o aumento da incidência de anúncios de fuga nas décadas seguintes. A utilidade dos anúncios ia ganhando o reconhecimento dos senhores, sendo considerados como um dos principais procedimentos para reaver um cativo fugido. Resta verificar se isso acontecia em detrimento de algo ou alguém, além das possíveis mudanças e continuidades acarretadas pela utilização de anúncios de fuga na imprensa periódica nas formas de se capturar um escravo evadido. Podemos dialogar novamente com o estudo de Leila Algranti para o período. Analisando os padrões de criminalidade escrava a partir dos registros de prisão efetuados pela polícia da Corte entre 1810 a 1821, ela elabora uma periodização útil, argumentando que a ação da polícia variava de acordo com as principais necessidades da população que habitava na Corte. Algranti classifica os chamados crimes praticados por escravos que aconteciam na Corte em quatro categorias: crimes de violência, crimes contra a propriedade, crimes contra a ordem pública e fugas de escravos. De maneira sintética, crimes de violência caracterizar-se-iam por brigas e assassinatos, por exemplo. Os de violência por pequenos roubos; contra a ordem pública pela prática da capoeira, porte de armas, perambular pela cidade durante a noite e passar pelos distritos sem passaporte; Dividindo esses crimes em dois períodos, um entre 1810-1815 e outro entre 1816-1821, Algranti observa que o número de presos no período de 1810-1815 é quase que idêntico ao número de presos no período de 1816-1821, mudando apenas os índices de padrões de crime.

No período de 1810-1815 os crimes mais reprimidos eram os de pequenos roubos,⁶⁴ e as fugas de escravos, ao passo que crimes de violência e contra a ordem pública não estariam recebendo a mesma repressão policial. Esse quadro, no entanto, se modifica no período de 1816-1821, com a diminuição de escravos presos por crimes de pequenos roubos e por serem fugitivos, aumentando a taxa de escravos presos em flagrante por crimes de violência e contra a ordem pública.⁶⁵ A autora interpreta esses dados como fruto da mudança da postura policial em relação aos negros. A atitude da polícia quanto à população negra vai se basear cada vez mais na repressão, devido à intensificação do tráfico atlântico de africanos no Rio de Janeiro. Segundo Algranti:

[...] Conforme aumentava a proporção de negros na cidade, crescia o medo das insurreições e dos atos violentos que estes pudessem cometer. Frente a essa realidade, as técnicas de repressão e as ações da polícia se tornavam cada vez mais rígidas, principalmente contra manifestações africanas como capoeiras e os ajuntamentos de negros, e as fugas de escravos, atitudes que forçavam as barreiras do sistema escravista.

Devido à crescente vigilância e policiamento da população de cor, explica-se o menor número de roubos e fugas no final do período [1816-1821] (Grifo meu).⁶⁶

Quanto ao aumento ou decréscimo do número de furtos, nada posso afirmar nem sugerir com evidências empíricas. Mas quanto às fugas, podemos levantar algumas hipóteses a partir da comparação dos anúncios de fuga na imprensa periódica com os registros de prisão de escravos efetuados pela intendência de polícia da Corte do Rio de Janeiro entre os anos de 1811 a 1822. A quantidade de fuga de escravos pode não ter necessariamente diminuído entre os anos de 1816 a 1821. Entre esses anos a quantidade de anúncios de fuga não decresceu, como podemos verificar pelo Gráfico 2 – feito a partir da contagem dos anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro* e dos escravos neles presentes, e da contagem de escravos presos

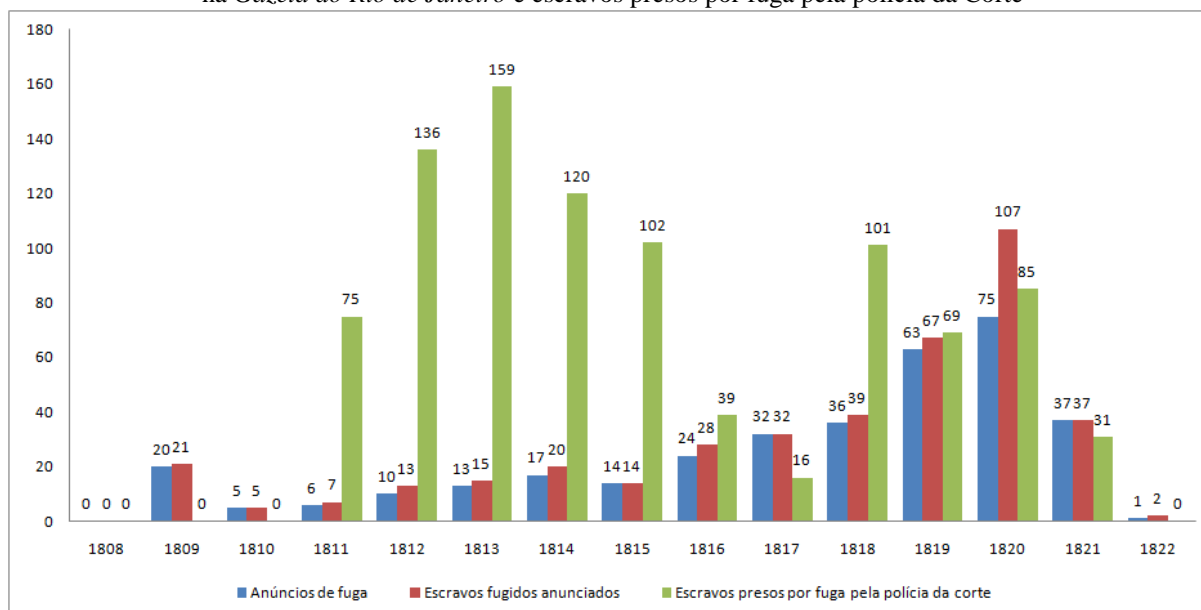
⁶⁴ Roubos de comida, roupas, pequenas quantias de dinheiro, animais. Eram crimes que visavam preencher necessidades imediatas, negligenciadas pelos senhores. As vítimas desses crimes geralmente eram os próprios escravos e homens livres pobres.

⁶⁵ ALGRANTI, *op. cit.*, p. 186. Para mais sobre o assunto conferir o capítulo 4 do livro.

⁶⁶ IDEM, *Ibidem.*, p. 187.

pela polícia da Corte por causa de crimes ligados a fuga. Constatamos um aumento dos anúncios de fuga e de escravos fujões nele anunciados na gazeta, sofrendo somente no ano de 1821 uma sensível queda. Mas ainda sim o quantitativo de anúncios de fuga e de escravos anunciados em 1821 se mantém superior ao número de escravos fugidos presos pela polícia no mesmo ano. Ainda não temos explicações para entender essa queda no número de anúncios de fuga em 1821 na *Gazeta do Rio de Janeiro* já que a popularização da imprensa periódica – visualizada também pela maior quantidade de anúncios de fuga publicados – estava em expansão. Contudo, o que sobressai no Gráfico 2 é que a polícia prendia escravos fugidos cada vez menos – e não que os escravos estavam fugindo menos –, ao passo que a *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciava escravos fugidos cada vez mais.

GRÁFICO 2: Quantidade de anúncios de fuga e escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* e escravos presos por fuga pela polícia da Corte



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1808-1821; ANRJ, Códice 403, vol. 1 e 2.

Excluindo por ora esse recorte cronológico do ano de 1821, e se detendo nos anúncios de fuga, nota-se que a incidência deles na gazeta estava aumentando, indicando um processo de popularização deles na imprensa periódica e uma possibilidade – que não pode ser descartada – das fugas escravas não terem diminuído – podendo até ter aumentado –, principalmente nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro. Entre 1808-1815 são 85 anúncios de fuga relativos a 95 escravos que desapareceram ao passo que entre 1816-1822 são 268 anúncios de fuga relativos a 312 escravos evadidos. Tanto a quantidade de anúncios de fuga, quanto à de escravos evadidos, mais que triplica na *Gazeta do Rio de Janeiro* entre os períodos de 1808-1815 e 1816-1822. Como explicar esses dados a luz da diminuição das prisões por fuga efetuadas pela polícia entre 1816-1821, que consoante Algranti, se deve ao menor número de escravos fugindo?

TABELA 22: Local de prisão de escravos fugidos pela polícia e local de

residência dos senhores que anunciaram na *Gazeta do Rio Janeiro* escravos fugidos

Moradia do senhor	Prisões de escravos fugidos efetuadas pela polícia ⁶⁷	%	Escravos anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro	%
Fora da cidade do Rio de Janeiro	206	68,2	37	11,0
Freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro	66	21,9	15	4,5
Freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro	30	9,9	283	84,5

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809-1821 e ANRJ, Códice 403, vol. 1 e 2.

A primeira conclusão que emerge é que os proprietários de escravo fugidos, especialmente aqueles residentes nas freguesias urbanas, estavam recorrendo cada vez mais aos anúncios da gazeta para capturar seus escravos. A partir da Tabela 22 se pode avançar mais ainda nas análises. Para os 933 casos de escravos em fuga presos pela polícia, sabe-se para 302 deles o local em que os cativos foram presos. Entre os anos de 1811 a 1821, as investidas policiais lograram maior êxito na captura de escravos fugidos agindo fora do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro – são quase 90% deles capturados nesses locais. Chama a atenção as reduzidas capturas de fugitivos realizadas pela polícia nas freguesias urbanas: são menos que 10%. Consta-se ainda pela análise da Tabela 23 uma diminuição

TABELA 23: Local de prisão de escravos fugidos pela polícia por anos

Moradia do senhor	1810-1815	%	1816-1821	%
Fora da cidade do Rio de Janeiro	141	68,4	65	31,6
Freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro	48	72,7	18	27,3
Freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro	26	86,7	4	13,3

Fonte: ANRJ, Códice 403, vol. 1 e 2.

na quantidade de capturas de fugidos perpetrados pela polícia nas freguesias urbanas da cidade do Rio muito maior do que nas freguesias rurais e nos subúrbios da cidade. Por outro lado, dos 335 casos de escravos evadidos em que se conhece o endereço dos senhores que publicaram anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro*, quase 85% deles são referentes à moradores nas freguesias urbanas da cidade. Acredito que a explicação para esses dados reside justamente na mudança de foco da polícia, no que ela considerava crucial para a segurança pública e manutenção da tranqüilidade na cidade que abrigava a Corte portuguesa. Como a própria Algranti apontou, crimes de violência e contra a ordem pública elevaram-se bastante, algo que ela associa ao aumento da presença dos africanos importados. Para garantir então a segurança, a polícia manteve o foco na repressão desses crimes com maior visibilidade nas cidades. Esses crimes, de acordo com a tipologia proposta por Algranti, são brigas, assassinatos, e jogar capoeira, por exemplo. São crimes com maior repercussão no meio urbano em comparação às fugas escravas – que para obterem êxito dependiam justamente de pouco alarde e proteção.

⁶⁷ Na documentação policial, consideraram-se locais fora da cidade do Rio de Janeiro os seguintes municípios: Cabo Frio, Campos, Cantagalo, Iguaçú, Ilha Grande, Inhomirim, Itaguaí, Macacu, Macaé, Magé, Marapicu, Maricá, Paquetá, Parati, Praia Grande, Resende, Rio de São João, Sacra Família, Santos, São Gonçalo, São João Marcos, São João del Rei, Tapacorá, e Vila Nova. Freguesias rurais que constam na documentação são: Andaraí, Botafogo, Brás de Pina, Caju, Catumbi, Cosme Velho, Engenho Velho, Engenho Novo, Gávea, Glória, Ilha do Governador, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Penha, Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Rio Comprido, Santa Teresa, e Tijuca.

Argumentamos também que o número de policiais não deve ter sido alterado nas mesmas proporções que as taxas de importação de africanos escravizados que adentravam no Rio de Janeiro. A Guarda Real de Polícia, subordinada a Intendência da Polícia, fora criada em maio de 1809 com o intuito de manter a ordem e perseguir os criminosos na área do centro da cidade e seus arredores. Ela estava “autorizada originalmente a manter uma força de 218 homens, entre oficiais e soldados”, contudo, conforme expõe Thomas Holloway, “a Guarda Real nunca alcançou sequer a metade desse total”.⁶⁸ No ano de 1818 dispunha de 75 homens e cerca de 90 em fins dos anos 1820.⁶⁹ Provavelmente por isso que o número de prisões efetuadas pela polícia foi parecido nos dois períodos identificados por Algranti. Contudo, diante de crimes de maior relevância, ameaçando assim a ordem urbana – diferentemente das fugas de escravos até então analisadas na cidade do Rio⁷⁰ e os pequenos furtos – a polícia optou por esta repressão. Essa hipótese apresenta-se como uma possível explicação para a queda no número de escravos presos por fuga. Em síntese, num momento em que o número de negros transitando pelas ruas da cidade, a revelia de seus proprietários, era demasiadamente expressivo, a instituição policial acabava se preocupando mais em impedir ajuntamentos de negros do que as fugas escravas. Talvez isso explique porque entre 1814 e 1815 terem sido tragos pedestres de Minas Gerais para combater os fugitivos que prolongavam suas aventuras, já que a polícia sozinha não conseguia – ou mesmo quiçá pretendia – dar conta do recado.⁷¹

Sobre ano de 1821, quando o número de escravos presos por causa de fugas diminui drasticamente, é importante considerar as possíveis mudanças que a instituição policial estaria passando. O primeiro e ainda então intendente de polícia Paulo Fernandes Viana, que exercia o cargo há 13 anos, o abandonaria em fins de fevereiro desse ano de 1821, “tendo sido o seu afastamento uma das principais exigências de um grupo de militares e civis que pressionaram dom João VI a adotar a Constituição liberal que as Cortes de Lisboa deveriam ainda promulgar”.⁷² Paulo Fernandes Viana estava identificado com o absolutismo real, e enquanto estivera à frente da Intendência de Polícia, cargo que lhe permitia não desprezível autoridade, acumulara inimigos entre as diversas facções da elite política. Com o agravamento político da situação após a reunião dos eleitores paroquiais em assembleia na Praça do Comércio, em fins de abril de 1821, dom João VI retornaria para Portugal,⁷³ deixando seu filho dom Pedro no Rio de Janeiro como príncipe regente. Já em maio de 1821, uma das primeiras medidas tomadas por dom Pedro fora regulamentar as práticas policiais e judiciais, proibindo prisões sem mandato judicial ou em flagrante. O novo intendente de polícia, João Inácio da Cunha, adotando a política traçada pelo príncipe regente dom Pedro, muda a forma de ação da instituição, impondo restrições ao açoitamento e as práticas consideradas arbitrárias. O efeito disso tendeu por se traduzir no aumento de furtos, assaltos e mais desordens pela cidade.⁷⁴

⁶⁸ HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 48.

⁶⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 48.

⁷⁰ Pelo que já foi visto ao longo desse trabalho, percebeu-se que os escravos fugiam não para negar a sociedade que os oprimia, e sim para se reinserir nela de forma mais vantajosa, a revelia de seus senhores.

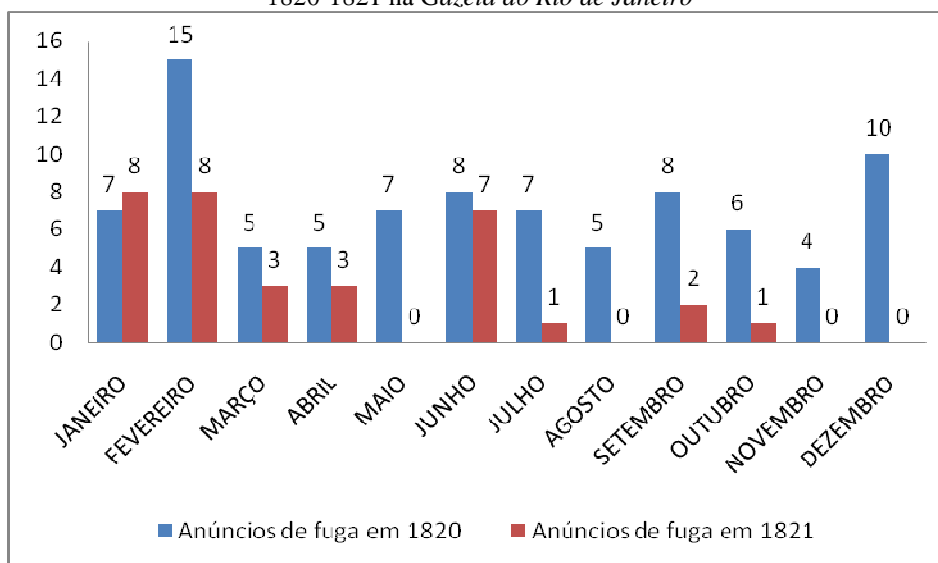
⁷¹ FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 81.

⁷² HOLLOWAY, *op. cit.*, pp. 46-47.

⁷³ CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1988, pp. 84-85.

⁷⁴ Para mais ver HOLLOWAY, *op. cit.*, pp. 43-71.

GRÁFICO 3: Quantidade de anúncios de fuga por meses entre 1820-1821 na *Gazeta do Rio de Janeiro*



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1820-1821

Os efeitos da Revolução liberal do Porto também se fizeram sentir sobre a imprensa especialmente no ano de 1821, fazendo decair notavelmente o número de anúncios particulares nas folhas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, dentre eles, os de fuga. Pelo Gráfico 3 se pode acompanhar melhor o desenrolar desse processo. Analisando o gráfico observamos uma queda na quantidade de anúncios de fuga já ao longo do primeiro semestre de 1821 em relação aos mesmos seis meses de 1820. São respectivamente 40 e 47 anúncios de fuga para cada período. É uma leve queda que corresponde ao percentual de aproximadamente 15%. O que pesa realmente na disparidade da quantidade dos anúncios de fuga entre os anos de 1820 e 1821, acontece no segundo semestre de 1821. Para o mesmo período de 1820, foram contabilizados 40 anúncios ao passo que em 1821 apenas 4. A explicação para isso pode estar relacionada à revolução constitucionalista ocorrida em Portugal no ano de 1820. Uma das muitas medidas levadas a cabo pela Junta de Governo da revolução constitucionalista portuguesa foi a liberdade de imprensa em 21 setembro do ano de 1820. Obrigado por essa Junta de Governo, dom João VI em 2 de março de 1821 suspenderia a censura prévia para a imprensa. A partir de então, nota-se no Rio de Janeiro não somente a proliferação de outros periódicos que encerram o monopólio da divulgação dos fatos e interpretação dos mesmos exercido pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas também a difusão de outros tipos de impresso, como brochuras e manifestos, por exemplo.⁷⁵

Diante dos acontecimentos do ano de 1821 – envolvendo temáticas como a liberdade de imprensa, a elaboração de uma constituição, o retorno ou não do rei para Lisboa, a eleição de deputados para as Cortes e as demais medidas tomadas pelas Cortes portuguesas – vai se exacerbando na cidade do Rio um debate envolvendo em diferentes níveis os mais diversos setores sociais que se utilizavam também da imprensa para formar e defender opiniões públicas. Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, ao longo desse conturbado ano de 1821, a postura do gazeteiro Manoel Ferreira de Araújo Guimarães ao redigir o periódico era, consoante Meirelles, “de salvaguardar a credibilidade e a confiança na figura do rei, da sua Corte e de todos os órgãos públicos da monarquia”,⁷⁶ dentre eles, a *Impressão Régia*. Os temas

⁷⁵ MOREL, Marco e BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. pp. 23-25.

⁷⁶ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 207.

espinhosos desse ano que depreciavam a imagem da monarquia portuguesa eram tratados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* buscando ressaltar como a mesma monarquia portuguesa tomava atitudes coerentes, visando antes de tudo o bem estar de todos os seus súditos. Contudo, num cenário de liberdade de imprensa tal postura começava a render problemas, principalmente por causa da circulação de outros periódicos que passam a realizar críticas quanto à maneira como os fatos eram selecionados, narrados e interpretados na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Diante do avanço dos ideários do liberalismo, a gazeta, ao intentar preservar o rei e a monarquia de críticas, acabava sendo acusada de ser tendenciosa, o que colocava em dúvida a veracidade do que informava e divulgava, podendo, por fim, deixá-la preterida por outros periódicos na preferência do público leitor. Tentando reverter esse processo a *Gazeta do Rio de Janeiro* já no mês de maio de 1821 alterava seu *layout* e criava novas seções e no mês seguinte tornava-se trissemanal. Visava-se assim manter seus antigos subscritores e conquistar novos leitores.

No bojo dos novos periódicos que invadiam a cidade do Rio achava-se o *Diário do Rio de Janeiro*, tendo o seu primeiro número saído em 1º de junho de 1821. Segundo Sodré, esse jornal era um periódico de caráter popular, apelidado de “Diário do Vintém” devido ao seu baixo preço – 40 réis – sendo a assinatura mensal de 640 réis. Era um jornal de publicação diária, diferentemente da *Gazeta do Rio de Janeiro*.⁷⁷ Para quem procurava veicular anúncios na imprensa periódica era algo positivo, pois quem anunciava tinha que ter certeza de que o jornal era de circulação constante durante a semana e de preço acessível, para assim alcançar maior êxito. Aliás, era principalmente através de anúncios e notícias particulares que o *Diário do Rio de Janeiro* buscava ocupar suas folhas. Logo no primeiro número desse periódico, na sua última folha vinha transcrito o seguinte:

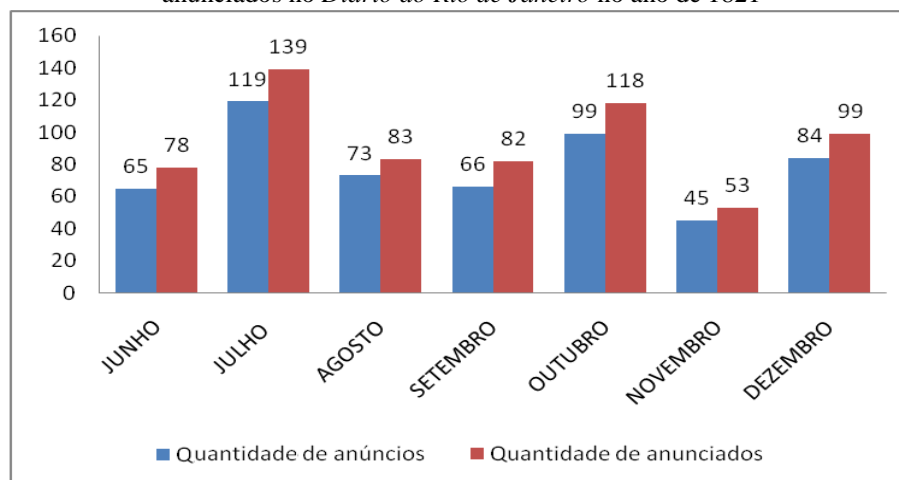
Neste Diario se inserem gratuitamente todos e quaesquer Anuncios ou Noticias particulares, que convenhão e seja licito imprimir; para o que deverão ser entregues na loja de livros de Manuel Joaquim da Silva Porto, rua da Quitanda à esquerda da de S. Pedro, ou lançadas ali na Caixa, que ali estará exposta ao Publico, tão somente até as 4 horas da tarde, na certeza que serão inseridas com a maior promptidão possível, e com toda a rasoavel imparcialidade.⁷⁸

Entre esses anúncios, já no segundo exemplar do *Diário do Rio de Janeiro*, em 2 de junho do ano de 1821 aparecem dois de escravos fugidos. As duas eram africanas, uma Domingas de nação Cabinda e a outra era uma Moçambique, ainda muito nova e por isso não sabia pronunciar palavras em português. Certamente por isso seu senhor não divulgava seu nome cristão, pois ela não atenderia ainda por ele.

⁷⁷ SODRÉ, *op. cit.*, pp. 50-58.

⁷⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 01/06/1821.

GRÁFICO 4: Quantidade de anúncios de fuga e escravos anunciados no *Diário do Rio de Janeiro* no ano de 1821



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 1821

A partir do Gráfico 4 poderemos avaliar o quanto o *Diário do Rio de Janeiro* também corroborou para a queda de anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro* no ano de 1821. Já constatamos que é, sobretudo, no segundo semestre de 1821 que os anúncios de fuga começam a minguar sensivelmente na gazeta, justamente o período em que o *Diário do Rio de Janeiro* está entrando no mercado de periódicos. Entre os meses de junho a dezembro de 1821, são exatamente 511 anúncios de escravos fugidos realizando menção a 652 escravos desaparecidos. Se compararmos com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a disparidade é grande: em quatro meses de publicação, o *Diário do Rio de Janeiro* já havia divulgado 323 anúncios de fuga ao passo que a *Gazeta do Rio de Janeiro* em aproximadamente 14 anos apenas divulgara 352 anúncios de fuga. Até o mês de Dezembro de 1821, o *Diário do Rio de Janeiro* chega a somar 551 anúncios de fuga. Quanto a esses dados, concluí-se, primeiramente, que a diminuição dos anúncios de fuga na gazeta deve-se também ao *Diário do Rio de Janeiro*, que pela sua própria natureza – voltada para o comércio público e negócios privados, dando preferência aos anúncios de mercadorias e notícias particulares para o preenchimento de suas folhas sem, contudo, explicitar nelas seu posicionamento político a fim de debater publicamente questões da época a semelhança dos outros periódicos que circulavam pela cidade do Rio – atraía mais os anunciantes. Acrescenta-se ainda que não cobrar para inserir esses anúncios certamente corroborou para tal periódico publicar grande quantidade anúncios de fuga. Em segundo lugar, esses dados apontam também para o nosso principal argumento: o processo de consolidação da popularização da imprensa periódica visualizado a partir do crescente número de senhores anunciando seus escravos em fuga. Esse aumento da quantidade de anúncios de fuga, em parte, ocorre por causa dessa popularização da imprensa periódica, mas, em parte, também devido ao pouco êxito das forças policiais em efetuar capturas de escravos fugidos dentro das freguesias urbanas, em especial. Comparando ainda os dados de prisão de escravos fugidos efetuados pela polícia do Rio de Janeiro com a quantidade de anúncios de fuga publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, pode-se conjecturar que a polícia do Rio de Janeiro prendia um percentual insignificante de fugidos. Foram contabilizados 933 casos de escravos presos pela polícia por causa de fuga entre 1811-1821, mas só no *Diário do Rio de Janeiro*, passaram um total de 652 escravos fugidos entre os meses de junho a dezembro. Isso equivale a uma média de 93 escravos fugidos anunciados por mês, o que em um ano, mantendo-se essa média, alcançar-se-ia a cifra de 1116 escravos fugidos anunciados.

O episódio ocorrido com uma negra nova no ano de 1821 é indicativo de todo esse processo de alterações sociais na cidade do Rio de Janeiro. Ela fora encontrada numa vala de

uma chácara de Mata-porcos. Como era uma negra nova, ou seja, recém importada do continente africano, ainda não estava aclimatada, não dominando por isso a língua portuguesa e nem os códigos sociais da cidade. A comunicação com ela deve ter sido bem difícil, pois não se conseguiu descobrir sequer seu nome. Pela própria escrava, jamais se descobriria quem ela era, quem era seu proprietário, se havia se perdido ou estava fugida, quiçá, se fingindo de boçal para não ser entregue de volta ao seu senhor. Aquele que a achou, diante dessa situação, não foi entregá-la a polícia, antes desembolsou o bastante para anunciar todo o transcorrido nas folhas da *Gazeta do Rio de Janeiro* publicada em 19 de maio. Quase um mês depois, sem lograr êxito, pois o proprietário da escrava ainda não havia ido reclamá-la, novamente ele anunciava o transcorrido. Agora, não recorreria mais à *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas sim ao *Diário do Rio de Janeiro*, divulgando a situação da negra nova na edição de 16 de junho.⁷⁹

Fora o surgimento do *Diário do Rio de Janeiro* que passa a concorrer com a *Gazeta do Rio de Janeiro* na preferência do público leitor na hora de dar publicidade aos seus interesses privados através de anúncios, há algumas dificuldades a mais que a gazeta vivenciara no conturbado ano de 1821. A situação dentro da direção do periódico se azedaria definitivamente por causa das alterações realizadas na redação dele nos meses de maio e junho. Manoel Guimarães, entendendo que suas atividades como redator havia aumentado por causa das inovações da gazeta, solicitara aumento de sua gratificação que lhe fora negado, sendo ele em agosto de 1821 demitido, assumindo como novo gazeteiro o cônego Francisco Vieira Goulart. Os habitantes da cidade do Rio certamente debateram por algum tempo essa demissão. Eles leriam durante esse mês de agosto pelas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Diário do Rio de Janeiro* as trocas de farpas entre Manoel Guimarães e a direção da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Fora o problema de troca de gazeteiro que fora discutido publicamente nas páginas da imprensa periódica, o cônego Vieira teve que lidar com a árdua tarefa de tornar a gazeta atrativa frente aos novos jornais que circulavam pela cidade do Rio. Para tanto, Vieira focara a linha editorial do periódico nas notícias oficiais, nas ocorrências na cidade do Rio e nos eventos transcorridos em Portugal, em especial, na ação das Cortes. Todavia, isso não parece ter sido o bastante. Tem-se alguma idéia do quanto essa troca de gazeteiro, somado aos problemas políticos do ano de 1821, afetou a venda do periódico através das solicitações de publicação de anúncios particulares: é observado um profundo declínio de anúncios particulares do segundo semestre de 1821, que passam cada vez mais a minguar. Os anúncios de fuga, conforme visto no Gráfico 3, acompanham essa tendência. No ano de 1822, talvez numa estratégia mercadológica, o periódico troca seu nome, encurtando-o para *Gazeta do Rio*. Não só o nome mudara com a virada do ano, mas também suas características, voltando-se para a publicação de atos administrativos do governo, sem menção a notícias locais ou internacionais. Consumava-se, por fim, o desaparecimento dos anúncios desse periódico, que se tornavam escassos. No ano de 1822 houve somente um anúncio de fuga. Tereza Cardozo argumenta que essas modificações editoriais na *Gazeta do Rio* transformaram-no em outro periódico, não tanto pela mudança do nome, antes pela nova postura editorial adotada.⁸⁰

⁷⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 19/05/1821 e *Diário do Rio de Janeiro*, 16/06/1821.

⁸⁰ Para mais sobre a história da *Gazeta do Rio de Janeiro* no ano de 1821 e 1822 ver respectivamente MEIRELLES, *op. cit.*, p. 180-225 e CARDOZO, *op. cit.*, p. 83.

Amalgamando essas séries de conjunturas na híbrida cidade do Rio de Janeiro – que não apenas exibia características européias e/ou africanas, mas “atlânticas” –, entendemos o surgimento de anúncios de fuga na imprensa periódica ao longo do tempo, como decorrente da ineficiência da polícia e capitães-do-mato na captura de um grande contingente de escravos fugidos. Não afirmamos que senhores não podiam escrever seus anúncios de fuga visando serem lidos por capitães-do-mato e pedestres, para assim eles saírem às ruas em busca de seus escravos fugidos. No entanto, argumentamos que, inicialmente, quando a imprensa periódica se estabelecia no Rio de Janeiro, determinados proprietários de escravos recorriam à mesma justamente por considerarem a solidariedade de outros leitores, que conheciam o drama de um senhor privado do trabalho de um escravo, no mínimo, tão úteis quanto os esforços empreendidos por autoridades policiais e capitães-do-mato. Tais proprietários de escravos, em última instância, enxergavam na imprensa periódica um veículo informativo que maximizaria os olhares atentos aos passos escorregadios de seus escravos fujões, preferindo em determinadas situações a utilização dela àquelas maneiras de comunicação social típica do antigo regime, tais como os vários avisos fixados pela cidade. Contudo, mesmo com a imprensa periódica já estabelecida e tendo se tornado popular, incitando dessa forma a prática – já costumeira – de publicação de anúncios com fins privados em suas últimas páginas, ainda sim não se pode menosprezar a utilização e a própria eficiência dos antigos meios de comunicação. Não é possível descartar a hipótese de que ambas as formas de comunicação social funcionaram, durante longo tempo, simultaneamente.

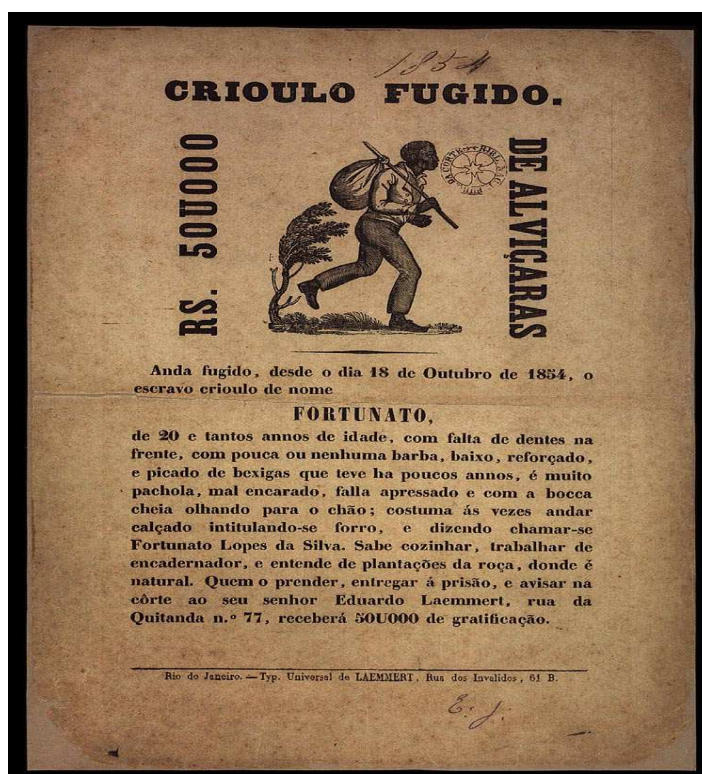


FIGURA 3: Crioulo fugido⁸¹

⁸¹ BN. Imagem obtida em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/iconv107laemmert.jpg. No anúncio consta o seguinte: “Anda fugido desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome FORTUNATO, de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma ás vezes andar calçado intitulado-se forro, e dizendo chamar-

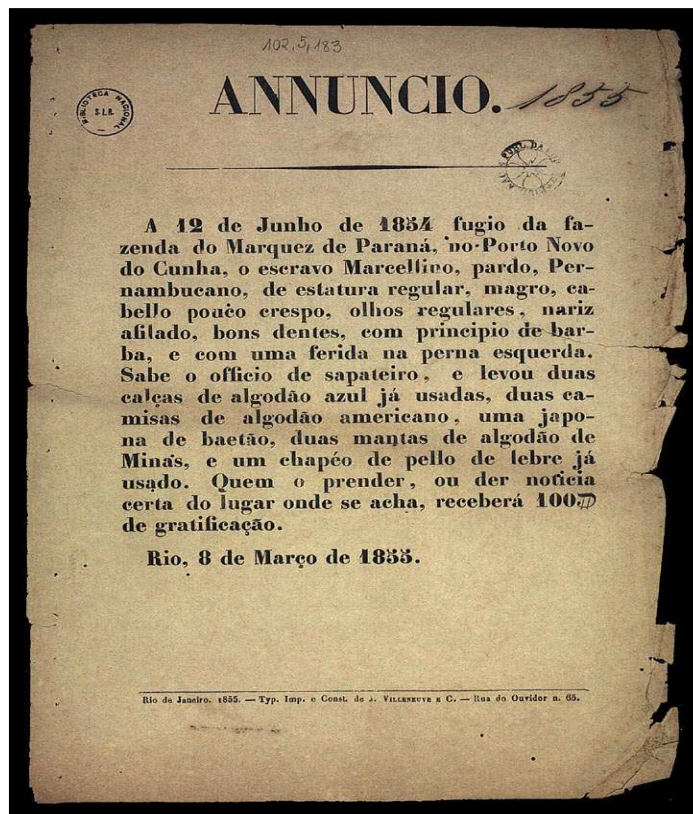


FIGURA 4: Annuncio⁸²

É o que se nota nestes dois avisos produzidos – a partir de tipografias estabelecidas na cidade do Rio já na segunda metade do século XIX – não para ocupar espaço nas folhas de jornais e gazetas, mas para serem colocados em paredes públicas ou colocados em bancadas de lugares de intensa sociabilidade, como confeitarias, livrarias, boticas, etc. Em última instância, esses proprietários de escravos que anunciavam as fugas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* compreendiam que ela possuía um alcance entre a população da cidade e seus arredores mais satisfatório que os vários avisos fixados pela cidade, o que não significa que essa estratégia de captura tenha sido abandonada por completo.

se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações de roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na corte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quintanda n.º 77, receberá 50U000 de gratificação”.

⁸² BN. Imagem obtida em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or102_5_183.jpg . No anúncio consta o seguinte: “A 12 de Junho de 1854 fugio da fazenda do Marquez do Paraná, no Porto Novo do Cunha, o escravo Marcellino, pardo, Pernambucano, de estatura regular, magro, cabelo pouco crespo, olhos regulares, nariz afilado, bons dentes, com principio de barba, e com uma ferida na perna esquerda. Sabe o officio de sapateiro, e levou duas calças de algodão azul já usadas, duas camisas de algodão americano, uma japona de baetão, duas mantas de algodão de Minas, e um chapéu de pello de lebre já usado. Quem o prender, ou der noticia certa do lugar onde se acha, receberá 100\$ de gratificação. Rio, 8 de Março de 1855.”

CAPÍTULO III

Um caleidoscópio: narrativas, senhores e fugitivos

“Mais de um livro estrangeiro de viagens, em que há impressões do Brasil, trazem a reprodução desses anúncios, como o melhor meio de ilustrar a escravidão local. Realmente, não há documento antigo, preservado em hieróglifos nos papiros egípcios ou em caracteres góticos nos pergaminhos da Idade Média, em que se revele uma ordem social mais afastada da civilização moderna do que esses tristes anúncios da escravidão, os quais nos parecem efêmeros, e formam, todavia, a principal feição da nossa História”.¹

Joaquim Nabuco, 1883

“Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me, pelo amor de Deus, que o fizesse comprar por minha madrinha, para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida [...]”.²

Joaquim Nabuco, 1900

Procurando refúgios

Ao escapar, os fugitivos se deparavam com um desafio: para onde ir? Como se manter escondido? Durante o dia a empreitada talvez fosse menos árdua. Já era lugar-comum na vida pública da cidade, ao longo de todo o século XIX, os escravos trabalharem juntos, andando em grupos e entoando canções em línguas africanas.³ Não por acaso inúmeros europeus recém desembarcados no Rio acreditavam estar numa cidade africana.⁴ Achar um homem *branco* – com exceção de viajantes curiosos – nesse Rio de Janeiro – de várias facetas africanas – talvez fosse tão complicado quanto capturar um fugitivo. Não poucos viajantes assinalaram que nos momentos de sol a pino, apenas os negros eram encontrados nas ruas da cidade entregues às suas obrigações. Os *brancos* recolhiam-se em suas casas e delas somente retiravam-se no final da tarde para seus passeios, quando o sol já não era tão forte e o calor se abrandava. Essa intensa presença da população negra – escravos e libertos –, apesar de todas as modificações que a cidade passava desde o início do século XIX para perder seus ares coloniais, não se arrefeceu. O Príncipe de Wied-Neuwied, Maximiliano, que chegou ao Rio

¹ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 88.

² NABUCO, J. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 137.

³ Conforme as notações do naturalista Bunbury, que esteve no Rio de Janeiro entre os anos de 1833 a 1835, “a preponderância de escravos negros, que compõem grande parte da população, produz desagradável impressão a uma pessoa recentemente chegada da Inglaterra. Eles são empregados aqui para carregar fardos, puxar carroças e coisas semelhantes, mais comumente do que qualquer animal quadrúpede: [...] Os negros carregam todos os fardos na cabeça e enquanto estão assim ocupados vão dando um gemido alto, monótono e compassado, que, quando estão muitos a trabalhar juntos, se ouve bem longe e é até bem assustador para um estrangeiro. Esta música tristonha combinada com o tagarelar incessante e a vociferação da população [...] tornam o Rio o lugar mais barulhento que conheço.” Para ver mais BUNBURY, Charles James Fox. “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”. IN: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 62. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 18.

⁴ Vários são os viajantes europeus que ao visitarem o Rio de Janeiro oitocentista ressaltaram como ele era um microcosmo de toda a África, tendo não só representantes de diversos pontos do continente africano, como também materializações culturais dessas localidades. Dentre esses viajantes destacam-se Rugendas e Debret. Tratando sobre a percepção de Rugendas sobre as muitas Áfricas concentradas na cidade do Rio de Janeiro, ver SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil”. IN: *Revista USP*, 12, 1991/92.

no ano de 1815, enxergava isso como uma permanência que ainda distinguia culturalmente a nova capital do império português das cidades européias. A cidade “muito perdeu de sua originalidade, tornando-se hoje, mas parecida com as cidades européias. Todavia”, acentuava o príncipe, “os estrangeiros recém-chegados se surpreendem com o grande número de negros e mulatos que encontram nas ruas, no meio da multidão que as enche; pois a população do Rio de Janeiro conta maior número de negros e homens de cor que de brancos”.⁵ Se à luz do sol, a cidade era negra, oferecendo não poucas oportunidades para os escravos – fugidos ou não – guiarem suas vidas à revelia de seus senhores e das autoridades públicas, o pôr do sol anunciava justamente um interregno no qual a ponte até essas brechas ostentava certamente mais obstáculos. Os empecilhos começavam a se apresentar mais visíveis justamente no período noturno, quando o transitar de escravos era contido ao máximo. Para um cativo fugido, não ter com quem contar todas as noites poderia significar um derradeiro final de uma aventura de fuga.

Caetano Cassange, escravo de João Pacheco, não tendo local para ao menos passar a noite, foi encontrado pela ronda policial “na praia de dom Manoel deitado em huns paos a dormir”.⁶ Em situação semelhante foi localizado um fugido de Manoel Antonio de Carvalho. Era Antonio Benguela que dormia na rua da Vala quando foi acordado pelos policiais que o prenderam.⁷ Na ausência de solidariedade e proteção, as igrejas – que tinham o auge de seu movimento no período diurno com os cultos e reuniões para os fiéis – emergiam como locais seguros para fugitivos passarem a noite fora das ruas. Pelo menos era isso que imaginava o crioulo Manoel, escravo de Joaquim de Tal. Alugado por seu senhor ao Hospital Real Militar, ou trabalhando mesmo ao ganho lá, ele optara por fugir. De dia, talvez fosse fácil manter o anonimato diante da esmagadora presença de homens de cor. Para manter o mesmo êxito durante a noite e dormir sossegado, possivelmente ele freqüentou de madrugada por mais de uma vez a Igreja de Santa Rita. E deve ter sido assim que foi achado em fins de setembro de 1813 “pela hua hora da noite dentro da Igreja de Santa Rita”.⁸ Outro que acabou sendo “encontrado depois da meia noite nas escadas da igreja de São Francisco de Paula fazendo-se suspeito de foragido” foi Francisco Monjolo, cativo de Joana Francisca.⁹ Já Antonio Eugenio foi buscar a proteção dos santos católicos posto ser “encontrado dormindo no adro de são Joaquim fazendo-se por isso suspeito [de] andar fugido”.¹⁰ Situações de escravos em fuga sem ter onde dormir eram freqüentes. O que mudava eram as estratégias. Antonio Benguela – ainda boçal, certamente não adaptado aos códigos sociais do Rio de Janeiro, e por isso sem muitas escolhas – tinha o hábito de dormir algumas vezes dentro da cocheira. Numa ocasião acabou por cair nas malhas da polícia, às onze horas da noite.¹¹

Escapar sem ter um abrigo certo não era uma das melhores estratégias. Para os que se precipitavam talvez esse fosse um caminho. Não poucos escravos boçais foram achados percorrendo-o. Contudo, não tardaram a perceber que tal caminhada não era nada mais do que um atalho que levava de volta para a estrada da reescravização. Em certas paragens, repentinamente, surgiam sujeitos para por fim aos projetos de fujões precipitados. Antonio de Souza Macedo foi um desses que interrompeu com a fuga de um africano boçal – talvez pouco cauteloso. Em anúncio publicado num periódico da Corte no ano de 1821, ele relatava que tinha em seu poder

⁵ MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, pp. 23-24.

⁶ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 6v., 20/06/1811.

⁷ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 21, 25/11/1811.

⁸ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 135, 30/09/1813.

⁹ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 96, 23/01/1813.

¹⁰ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 102, 13/02/1813.

¹¹ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 4, 31/06/1811.

[...] um moleção inda boçal, que não sabe dizer quem he o seu Senhor, e apenas diz, por língua, que foi comprado nesta Cidade com cinco companheiros, e que forão mandados para uma roça no caminho de Minas, e que morrendo dous dos ditos companheiros elle fugira para a Cidade gastando no caminho dois dias e duas noutes, a chegar ao Campo de São Christovão aonde foi pegado [...].¹²

Tal cativo capturado sequer sabia falar português. Tudo que ele declarou foi por auxílio de um intérprete – um escravo africano já ladino e que conhecia a língua de sua nação em África. Quem sabe tivesse acabado de ser comprado em um dos muitos mercados de negros novos da rua do Valongo e a caminho de uma fazenda em Minas Gerais, desertou? Só não imaginava que seria capturado três dias depois. Não ter onde dormir e ter que garantir sua alimentação eram as primeiras dificuldades. Os trajés simples e esfarrapados que deveria usar também indicavam sua situação. Afinal, o que um escravo boçal faria sozinho no meio do Campo de São Cristovão, sem companheiros de labuta e sem o seu senhor por perto, não se envolvendo em nenhuma ocupação? Fugir sem controlar códigos sociais básicos, ou não tendo um mínimo conhecimento da cidade, era deveras arriscado. Muitos africanos novos, quase todos boçais, podem não ter considerado muito esse detalhe. Talvez por isso que um escravo de nação Moçambique, ainda novo, foi capturado “em hum sitio no lugar denominado Baldeador”, pois “mandando-se lhe falar por língua diz que seu Senhor mora na Cidade e que estava fugido há quatro para cinco dias”.¹³ Alguns escravos mais experientes sabiam os riscos que as ruas, de dia, e principalmente, na calada da noite, ofereciam: ocultavam armadilhas ou infortúnios entre esquinas ou ruelas, como, por exemplo, capitães-do-mato ou patrulhas policiais a espreita de qualquer atividade fora do normal.¹⁴ Isso era certamente um motivo a mais para a escapada em desespero do crioulo Antonio. Fugindo de seu senhor – o padre Antonio Francisco – ele inesperadamente apareceu na casa do capitão Zeferino José da Silva e quis obrigá-lo a lhe oferecer “agazalho na sua casa pela hua hora da noite”.¹⁵ Menos sorte teve Joaquim Angola. Terminou sua fuga sendo “encontrado a meia noite, no interior da Casa do Doutor Quintella morador na rua do Ouvidor na esquina com a do Ourives”. Não bastasse sua desventura, ainda levou 200 açoites.¹⁶ Sobre o crioulo João, escravo de João José Coelho, não deixou de pairar a dúvida de estar fugido. Ele não invadiu a casa de um cidadão, visando provavelmente não causar maior alarido, mas por ter sido achado “dentro de hum Camarote do Real Theatro de São João fechado por dentro” fez-se extremamente suspeito naquela situação.¹⁷ Estaria fazendo ratonagens? Ou somente mais um fujão em busca de abrigo? Na classificação policial, acabou sendo taxado de suspeito. Suspeito – também – porém, especificamente, “suspeito de andar fugido ao seu senhor”, era o escravo Antonio, um cor

¹² *Diário do Rio de Janeiro*, 22/09/1821.

¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 20/08/1821.

¹⁴ No conto “Pai contra mãe”, publicado primeiramente em 1906, Machado de Assis narra a estória de um capturador de escravos a busca dos fujões e das recompensas pagas por seus senhores. Ao longo de todo o conto, uma determinada mulata se mantém fugida, sendo publicado vários anúncios de fuga sobre ela com uma grande recompensa para aquele que a capturasse. Ela justamente é capturada de noite, próxima a uns becos no Largo da Ajuda. (ASSIS, Machado. “Pai contra mãe” IN: *Contos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 119-136). Para uma análise histórica deste conto ver GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista” IN: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, 1996, pp. 67-93. Para os possíveis usos de obras literárias como fontes primárias para a história, ver CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; NEVES, Margarida de Souza. “O Bordado de Um Tempo: A História Na Estória de Esaú e Jacó, de Machado de Assis”. IN: *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1990, v. 81, n. 2, pp. 475-483.

¹⁵ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 128, 13/10/1813.

¹⁶ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 128, 13/10/1813.

¹⁷ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 177, 05/07/1814.

cabra. Foi assim registrado pelo escrivão na documentação policial da Corte por estar dentro da casa do Marques de Lavradio lá pelas uma hora da noite.¹⁸

Medos e receios das fugas e dos fujões

A fama dos inúmeros fugidos que perambulavam pelas ruas da Corte durante a noite era grande. Quando esteve no Brasil no final da década de 1820 o reverendo inglês Robert Walsh registrou que “nos arredores do Rio às vezes ocorrem roubos nos morros, cometidos por escravos fugidos [...]; no momento, porém, em que é transposta a serra, o perigo desaparece”.¹⁹ Por detrás da popularidade desses fujões ditos assaltantes – quase sempre caracterizados como quilombolas – havia escravos evadidos que buscavam apenas locais para passar à noite seguros dos perigos da floresta e da reescravização. Porém, sempre eram associados instantaneamente por aquilo que sobressaltava sobremaneira a população do Rio, desde brancos até alguns homens de cor. Nas primeiras décadas do século XIX as autoridades e a população viviam em estado de alerta. O temor de ataques, envolvendo roubos e assassinatos por parte dos escravos, em especial, daqueles negros fugidos, era alimentado principalmente diante da pouca prontidão das forças policiais em reprimirem seus repetidos atrevimentos.

Fugas, quilombos itinerantes, roubos e assassinatos ameaçavam a cidade do Rio de Janeiro de canto a canto, alcançando toda a sua circunvizinhança. A população vivia em estado de assombro por causa dos fantasmas da desordem. Desde a Revolução de São Domingos, que culminou na proclamação da independência do Haiti realizada por Dessalines, em 1804, que os escravos na Corte inspiravam menos submissão e uma crescente altivez. Eles – como outros escravos no Novo Mundo – estavam tomando ciência dos últimos acontecimentos no Caribe. Já em 1805, alguns forros – crioulos e cabras – empregados nas tropas de milícias do Rio de Janeiro – o batalhão dos Henriques – ostentavam em seus peitos o retrato de Dessalines.²⁰ Algumas autoridades públicas não deixaram de ficar atentas a tais perigos e aos perniciosos frutos que eles gerariam no seio da população negra – não diferenciando forros de escravos. Todos seriam simplesmente suspeitos de a qualquer instante sublevarem-se a semelhança do transcorrido no Haiti. Exatamente por isso que o então intendente de polícia, Paulo Fernandes Viana, baseado – quem sabe – nesse e em outros episódios cotidianos da cidade, escrevia em carta a dom Rodrigo de Souza Coutinho, em 1808, sobre as inquietudes que forros manejando armas de fogo provocariam na sociedade, principalmente quanto estivessem vigiando os libambos em sua labuta pela cidade. Escrevera ele,

Eu quisera que [os forros] ignorassem o manejo das armas, e muito menos o das peças de artilharia em que com muita mágoa minha os vi adestrar de poucos anos a esta parte. Arrede V. E^{xa}. esta desgraça deste país, e recorde-se de casos tão recentes das Ilhas de São Domingos e da Bahia. Quem pode assegurar que estes guardas, [...] não suscitem motins nos diferentes bairros a que vão trabalhar [...].²¹

¹⁸ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 140, 18/10/1813.

¹⁹ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. v. 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, p. 140.

²⁰ GOMES, Flávio dos Santos. “Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista”. IN: *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 13, n. 1, 2002, p. 211.

²¹ ANRJ. Códice 318, fls. 15, *apud* GUEDES, Roberto. “Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.” IN: Manolo Florentino. (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 271.

Se nas ruas do Rio alguns negros tinham a audácia de exibir imagens de Dessalines – dando maior amplitude de notícias de uma revolução de escravos com a morte dos brancos – na Bahia, alguns projetos estavam por um triz de serem concretizados. Um pouco mais e os muçulmanos da África ocidental, escravizados na Bahia – conhecidos como “haussás” –, teriam conseguido se reunir nos engenhos do recôncavo baiano para então cercar a cidade de Salvador e depois a atacar, matando a toda população branca, em meados de 1807. Esse foi um dos primeiros planos de revolta escrava urbana do século XIX na Bahia. Na primeira metade do XIX Salvador transpiraria um clima de tensão permanente nas relações escravistas. A base para os planos de rebeliões em Salvador estava sempre nas fugas de escravos.²² A rebelião em maio de 1807, apesar de ter sido denunciada e debelada antes que os escravos entrassem em ação, foi bastante importante para que o intendente de polícia da Corte a temesse. Apesar das medidas tomadas pelas autoridades para que na Corte não se repetissem os infortúnios do Haiti, a população certamente se sobressaltou sobremaneira quando soube das tristes novas que vinham da capitania da Bahia logo no início de 1814. Vale acentuar que depois do episódio de maio de 1807, os escravos haussás novamente tentaram se organizar em revoltas em 1809. Não conseguiram muito, pois logo foram atacados por soldados e capitães-do-mato enviados pelo governador da capitania. No ano 1814 o pânico foi bem maior porque os cativos conseguiram entrar em ação, surpreendendo senhores e autoridades públicas. Após várias fugas de escravos de Salvador, alguns aquilombaram-se nos arredores da cidade e em fevereiro – aos gritos de morte aos brancos e mulatos – algo em torno de 250 rebeldes saíram à ofensiva.²³ Embora derrotados, a notícia ultrapassou as cercanias da capitania da Bahia, alcançando a Corte, suas adjacências e até mesmo o outro lado do Atlântico. O português Santos Marrocos, residente na cidade há poucos anos, não deixou de citar em carta para seu pai em Portugal o que os escravos da Bahia haviam feito. Conforme escrevera,

pelo Paquete da Bahia soubemos de um grande tumulto de negros, q. alli houvera ultimamente, e q. causou grande susto em toda a Cidade: elles matarão muitos brancos, e alguns erão Negociantes, alguns soldados tambem forão mortos, assim como outros Negros, q.º. não querião associar-se ao tumulto. Lançarão fogo a muitos Engenhos, aos Armazens da pesca da Balêa, e a mil outras partes, de maneira q. se affirma q. só a Fazenda Real perdera mais de 300\$ cruzados. He muito p.º se temerem alli estes funestos acontecimentos: por q. tem os Negros a boa circumstancia de não se unirem nas suas senzalas e ranchos, se não os filhos da sua mesma terra, e não acompanhão, nem contrahem amizades com outros; e como he immensa a variedade de Nações delles; não se unindo ellas, vem a ser os ranchos de cada uma pouco numerosos: isto sucede aqui no Rio de Janeiro, onde entrão Negros de todas as Nações, e por isso inimigos huns dos outros. Porem na Bahia por huma inclinação natural dos habitantes, entrão só negros da Costa da Mina, mui poucos de alguma outra Nação, sendo por este motivo todos elles Patricios, companheiros e amigos; e em qualquer desordem, ou tumulto, todos são unanimes, como neste se acharão, e só matarão os q. não erão seus Patricios. A muita liberdade, q. o Governador lhes tem dado, e o pouco caso q. faz das suas desordens, julgando-os incapazes de empresas grandes, produzirão talvez esta explosão, q. há de ficar em lembrança: com effeito consegui-o se prender 10 Negros, e os mais que erão em grande numero, fugirão para o matto, e alli se embrenharão.²⁴

²² REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição Revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 71-77.

²³ REIS, *op. cit.*, p. 82-86.

²⁴ MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. “Cartas. Rio de Janeiro”. IN: *Separata do volume LVI dos “Anais da Biblioteca Nacional”*, 1939, Carta nº 66 de 15/03/1814, pp. 190-191.

De acordo com o que foi informado a Santos Marrocos pelos marinheiros recém-desembarcados de Salvador, que logo em seguida ancoraram na praça do Rio, a culpa deste incidente tinha uma parcela de responsabilidade na ação de um governante um tanto negligente, pois ele permitia aos escravos liberdade em demasia. Tratava-se do então governador da capitania da Bahia, o Conde dos Arcos, que assumia a direção da capitania depois do governo do Conde da Ponte, lembrado então nostálgicamente pela mão-de-ferro com que regia os escravos. O Conde dos Arcos acreditava que escravos que se rejubilhassem, e assim folgassem um pouco mais da dureza do cativo, não teriam tempo – e menos ainda disposição – para planejar sedições. Mais ao que parece, conforme argumentou João Reis, quando os tambores ecoavam em festas na Bahia, verdadeiras frestas para levantes escravos estavam sendo pensadas e abertas.²⁵ Isso se agravava mais ainda na Bahia, de acordo com o que Santos Marrocos salientava em carta, por causa da “inclinação natural dos habitantes” – ou melhor, dos traficantes de escravos – que importavam predominantemente os negros da África Ocidental, juntando nas senzalas “patrícios, companheiros e amigos” desde os sertões africanos, predispostos na primeira desordem que viesse a ocorrer, a matar os “brancos”, seus naturais adversários. Menos grave era a situação no Rio de Janeiro – dava a entender Santos Marrocos a seu pai. Da mesma forma que na Bahia, os escravos na Corte gozavam de liberdade, mas isso não era nem levado em conta diante de outras situações. O motivo disso não era por causa da ação das autoridades policiais na Corte.²⁶ Fugas escravas na cidade do Rio podiam estar sendo lidas e interpretadas ao calor das circunstâncias que se sucediam na Bahia. Escravos no Rio, inspirados nos escravos do Haiti e da Bahia, estariam se organizando para sucumbir com seus algozes, através de suas repetidas fugas?

Um fato ocorrido com a aristocrática inglesa Maria Graham, amiga da imperatriz D. Leopoldina – esposa de Pedro I –, indica bem até onde o pânico alimentado nesses primeiros anos do século XIX no Rio era confirmado na experiência histórica da escravidão na cidade. Após demitir-se do cargo de governanta da infanta princesa Maria da Glória, futura herdeira da coroa, em fins do ano de 1824, ela se mudara da Quinta da Boa Vista e fora residir na rua dos Pescadores, mais ao centro da cidade. Não ficando por muito tempo no novo endereço, mudou-se posteriormente para uma casa nas cercanias das Laranjeiras. Essa região, um pouco afastada do perímetro urbano do Rio, distinguia-se pela presença de chácaras e a proximidade de florestas, sendo contornada por formações montanhosas, como o Corcovado, por exemplo. Lá, em sua casa de campo, ela preencheria seu ócio com atividades científicas: escrevia, desenhava e coletava a flora da região ao redor das Laranjeiras, sendo servida pela sua escrava Ana, que desde o palácio da Quinta a acompanhava, e por mais um mulato livre que sabia algo de costura. A principal tarefa da escrava Ana era lavar roupa, visto que nessa freguesia havia rios e riachos nos quais muitas lavadeiras labutavam juntas. Já o mulato

²⁵ Reis, *op. cit.*, p. 81-82. Para os temores da classe senhorial em relação aos festejos dos escravos e a conseqüente repressão na Bahia, ver REIS, João José. “Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX” In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). *Carnavais e Outras F(r)estas: Ensaio de História Social da Cultura*. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002, pp. 101-155.

²⁶ Para mais sobre temores de levantes escravos na Corte nas décadas de 1830 e 1840 ver GOMES, Flávio e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Com o pé sobre um vulcão: Africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”. IN: *Revista de Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, 2001, Ano 23, Nº2, pp. 1-44. Sobre os desdobramentos políticos de levantes escravos entre a classe dominante e experiências vividas entre a classe senhorial que aproximavam mais – cronológica e espacialmente – o Haiti do Brasil, aumentando os temores de haitianização no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia ver RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil: 1800-1850*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2000, pp. 55-62. Para acompanhar o desenvolvimento do medo e da desconfiança na cidade do Rio através das autoridades públicas quanto aos negros, ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 186-198.

se responsabilizava pela compra dos alimentos e o preparo do jantar. Não demorou muito, Maria Graham descobriu que a região na qual habitava estava infestada de escravos fugidos que se reuniam num núcleo ali próximo. Seria um quilombo? Provavelmente, pois eles possuíam uma produção própria de ovos, aves e frutas, as quais acabavam indo parar na mesa da inglesa para o jantar. Até então Maria Graham parecia não temer muito essa vizinhança e as conseqüências que ela porventura pudesse acarretar. Pensava assim por causa do comércio que havia estabelecido com os fujões. Como ela mesma narra,

as cesta, ovos, aves e frutas que me eram vendidos, vinham dessa gente, porque, como diziam eles, por meio da Ana, sabiam que eu era amiga dos pretos e que nunca delataria a existência de um núcleo de negros fugidos. Em conseqüência, eu me considerava bem garantida em relação aos meus desmoralizados vizinhos.²⁷

Se Maria Graham, antes de ser conivente com esses fugidos, era solidária ao desfortúnio deles – que envolvia cativeiro e violência – sequer temendo-os – por causa das boas relações que sua escrava Ana estabelecera com eles – semelhante sorte não era compartilhada pelos seus “desmoralizados vizinhos”, que não caíram nas graças desses fugitivos. Em uma das residências das Laranjeiras,²⁸ após uma longa festa que foi oferecida – tendo ela se iniciado à tarde e estendendo-se pela noite afora – um grande roubo se sucedeu na casa da anfitriã. As condições para o furto eram das melhores. Por causa do alongado período de comemoração, tantos os criados quanto às senhoras “já haviam se retirado para descansar” e os homens se concentravam em seus jogos que os entretinham. Fora a distração e o cansaço de uma prolongada festa que já se fazia sentir, o forte calor do Rio de Janeiro, com um grande ajuntamento de pessoas dentro de uma casa não adaptadas a altas temperaturas, deixou o ambiente insuportável, obrigando-se assim que as janelas e portas fossem abertas para aliviar a sensação de mormaço. Somente no fim do festejo, quando os convidados se preparavam para retornar aos seus lares, que a anfitriã deu pela falta de todos os objetos de prata e mais os castiçais da ante-sala, junto ao *hall* onde os homens jogavam. Todos então convergiram para uma sintomática conclusão, sintetizada por Maria Graham da seguinte forma:

Note-se que, no Rio a idéia de roubo pelos negros fugidos, e a de atentados pessoais estão muito ligadas; em conseqüência, ao raiar do dia, a casa de meu vizinho estava vazia de habitantes e o alarma se espalhou de alto a baixo do vale. Minha preta Ana, que gostava de tagarelar, tinha, como soube depois, tido muito cedo conhecimento do roubo, e sem me dizer uma palavra, tomou uma grande trouxa de roupa suja e dirigiu-se a um lugar a cerca de três milhas acima do vale, onde um riacho formava um pequeno tanque e onde estava certa de encontrar todas as pretas lavadeiras do distrito. [...] O roubo das Laranjeiras foi de importância suficiente para atrair a atenção do governo. E não foram somente as autoridades policiais que ordenaram as buscas, mas ainda duas ou três companhias de soldados foram designadas para revistar as florestas, [com] o próprio Imperador conduzindo-os pelos caminhos mais difíceis.²⁹

²⁷ GRAHAM, Maria. “Esboço biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Rio de Janeiro; Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina e cartas anexas”. IN: *Anais da BNRJ*. Rio de Janeiro. V. LX, 1940, p. 131.

²⁸ Por alguma razão Maria Graham optou em manter no anonimato a vítima do roubo levado a cabo pelos quilombolas, apenas citando que a casa assaltada era da “Sr^a F...”. (IDEM, *Ibidem*, p. 132).

²⁹ GRAHAM, *op. cit.*, pp. 131-133. Esse não é apenas um caso isolado que se destaca por ter impressionado a um estrangeiro. A associação da fuga de escravos, formação de quilombos, roubos e assassinatos era feita comumente. Alguns anos depois desse episódio envolvendo Maria Graham, em 1829, publicava-se no *Diário do Rio de Janeiro* o seguinte: “O senhor Conselheiro Intendente Geral da Polícia manda fazer público, que tendo sido prezo o - Rei dos Quilombos denominado o Sabandará - bastantemente conhecido pelas mortes e roubos perpetrados nas vizinhanças desta Capital, que aquellas pessoas que contra elle tiverem a representar, o hajão de

O estardalhaço seguido foi imenso, não se restringindo apenas as Laranjeiras. Os clamores por providências ecoaram pela cidade toda juntamente com as notícias sobre as pavorosas atitudes desses negros fugidos, que abalaram a ordem pública. Somente uma imediata repressão daria a certeza de que os fujões das Laranjeiras não serviriam de modelo a outros escravos. Tais fujões inquietaram de tal maneira a sociedade que não deixaram outra opção, senão colocar em ação a repartição de polícia e outras instâncias administrativas da Corte, mobilizando até o próprio Imperador conforme o depoimento de Maria Graham. Teria a inglesa exagerado um pouco no relato sobre o acontecido? A atitude dela comparada com a de seus subalternos depois da razia dos negros ajuda a esclarecer sobre o quão delicada ou não era essa situação. Somente a ilustre viajante aparentou estar sem maiores preocupações em Laranjeiras. Saber que sua escrava estava de antemão informada sobre os planos executados pelos fujões salteadores – e talvez assassinos – por certo não a deixou tão nervosa e amedrontada como seus vizinhos – que provavelmente possuíam escravos desaparecidos de seus planteis entre os fujões criminosos. Talvez começasse a vislumbrar possíveis benefícios de Ana lavar roupa com as outras pretas do distrito. Poderia, assim, estar evitando desagradáveis surpresas. Na verdade, quem se intranquilizou analogamente a muitos *brancos*, temendo que sua vida estivesse ameaçada de ser afogada num banho de sangue, foi o mulato livre que servia a Maria Graham. Alegava que a *madame* Graham não corria tanto perigo quanto ele, porque “ela [era] branca e ninguém poderá mandar nela ou governá-la”. Quanto a Ana, o mulato pensava que “se for morta, é uma escrava e a perda será de seus senhores”. Quanto a ele propriamente, era um homem livre, mas de cor, e em caso de ser assassinado, perguntava-se “*quem pagará por mim?*”. Expressava dessa forma que a sua condição era menos favorável devido ao lugar social que ocupava, sendo isso confirmado e refletido diretamente através de sua cor. Dessa forma amarrou sua trouxa e foi trabalhar no seu ofício de alfaiate, numa loja junto a Repartição de Polícia, onde considerava que estaria mais protegido contra investidas de escravos assassinos.³⁰

Ao interpretar esta situação, a inglesa provavelmente achou-se favorecida pela sua origem européia, mais especificamente pela sua cor branca, e pelos laços de solidariedade de sua escrava Ana com as outras pretas lavadeiras do distrito que a informavam dos planos desses fujões salteadores. Assim, Maria Graham se considerou isenta de perigos futuros e decidiu permanecer na sua casa de campo em Laranjeiras. “A preta Ana e eu continuamos a morar na casa de campo, sem nenhum medo de invasão até a décima ou undécima noite após o grande roubo”, narra Graham, “quando ouvi à minha porta um sussurro como se alguém estivesse tentando entrar em casa”. O invasor intentou entrar na casa pelas janelas, forçando-as. Desesperada e tendo que se preparar para o pior, Maria Graham iludiu o invasor, fazendo-o crer que portava uma arma carregada, estando pronta para atirar caso ele insistisse em invadir sua residência. Sua idéia obteve êxito, pois logo ela ouviu, um pouco distante de sua casa, galhos se quebrando, acompanhados logo em seguida de algum burburinho na estrada abaixo. Teriam sido escravos quilombolas que tentaram invadir a casa dela e a escrava Ana não estava avisada? Ou Ana agora estaria em acordo com os quilombolas para atacarem a casa de sua senhora? Pela leitura que Maria Graham fez do ocorrido, ela não imaginava nenhuma das duas hipóteses. No dia seguinte a tentativa de invasão de sua casa, enquanto analisava “as pegadas [...] e os ramos quebrados de bauínia e de café [que] mostravam o caminho pelo qual o intruso havia fugido” ela deduziu que o invasor “não deveria ter sido mais que um pobre

fazer com a maior brevidade possível para serem unidas suas queixas ao processo, que competentemente se há de proceder;” (*Diário do Rio de Janeiro*, 23/01/1829).

³⁰ GRAHAM, *op. cit.*, p. 133.

escravo fugido, que estando perseguido, e não sabendo que a [...] casa estava ainda habitada, havia tentado abrigar-se ali”.³¹

Dificuldades e esconderijos

Graham conseguia distinguir então pequenas diferenças entre os objetivos de um “pobre escravo fugido” e de um escravo aquilombado, ressaltando a premente necessidade daquele escravo de um abrigo que lhe fornecesse segurança contra o seu perseguidor, e dessa forma, amenizando suspeitas de roubos e homicídios. Tal freguesia seria um estratégico local para uma parada devido ao pavor generalizado que rondava por lá. De novo a questão “para onde ir?” é colocada na trajetória dos fujões com um tom de urgência. Analisando as (re)invenções étnicas dos africanos na cidade do Rio de Janeiro, Flávio Gomes dá uma pista de como os escravos urbanos fugidos poderiam formar abrigos seguros, sem necessariamente tornarem-se quilombolas estabelecidos no seios das matas, ou ter que invadir casas alheias. Sugere que ao fugirem, os africanos se dirigiriam para freguesias ou distritos nos quais contariam com apoio de seus parentes e companheiros de “nação”. Dessa forma, acabariam desenhando alguns espaços sociais em seus próprios termos, onde compartilhariam uma cultura étnica em comum forjada a partir da experiência da escravidão.³² Seria essa uma peculiaridade do Rio? Ao que parece, não. João Reis, após analisar os arranjos residenciais dos envolvidos no levante dos malês, alude que em Salvador os africanos buscavam morar com seus companheiros de “nação” e/ou de “senzala”.³³ Assim, em sociedades escravistas urbanas, uma cultura étnica na diáspora poderia funcionar como bússola para escravos fugidos, orientando-os em suas peripécias e protegendo-lhes de possíveis armadilhas. Contudo, não bastava ir para freguesias longínquas da residência senhorial. Embora os parentes e amigos de “nação”, assim como antigos companheiros de senzalas, estivessem sempre dispostos a oferecer socorro, auxílio e proteção – a fim de minimizar as atribulações as quais um escravo fujão demonstrava-se exposto – sempre havia olhares atentos para homens de cor estranhos ao local.

Por ser desconhecido no distrito de Tapacorá, o preto Luterio, escravo de Ângelo de Carvalho, foi remetido dali para a polícia da corte.³⁴ Enviado do distrito de Itaguaí pelo tenente coronel Joaquim Octaviano Cesar foi o crioulo Antonio Dias. Contra ele havia a acusação de ser suspeito de estar “fugido por não ter domicílio certo naquele distrito”.³⁵ Novamente do distrito de Tapacorá se prendeu um sujeito estranho. Trata-se de Antonio Luis, que acabou “remetido de Tapacorá por ser desconhecido”. Alegava não ter senhor e ser forro, não obstante houvesse moradores de lá o contradizendo, afirmando ser escravo de Joaquim Pinto Netto da vila de Campos. Para tirar a dúvida aguardava-se resposta de Campos sobre a sua real condição jurídica.³⁶ Os estranhos que se intitulavam libertos eram os principais alvos de desconfiança. Isso não se dava por acaso. Muitos fujões iam para locais distantes de seu senhor, às vezes outras cidades, para construir outras identidades – trocavam os nomes e declaravam como condição jurídica a de liberto. Tal estratégia não era desconhecida embora, nem sempre fosse garantia de êxito numa fuga. Ainda que garantisse ser forro, Joaquim Jose

³¹ IDEM, *Ibidem*, p. 133.

³² FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 41-43.

³³ Reis, *op. cit.*, p. 407.

³⁴ ANRJ, Códice 403 v. 1. fls. 180, 10/01/1814.

³⁵ ANRJ, Códice 403 v. 1. fls. 32, 22/09/1812.

³⁶ ANRJ, Códice 403 v. 2. fls. 149, 05/02/1820.

foi “remetido da Villa de Resende por ser ali desconhecido e suspeito de fugido”.³⁷ Em situação semelhante, houve o caso de João Caetano Francisco. Fugindo para um local distante e se dizendo forro, destaca-se pela confusão que causou ao escrivão na hora de registrá-lo no livro de presos. Conforme o escrivão, “João Caetano Francisco [foi] remetido do distrito de Magé por fugido, digo, por ser ali desconhecido, e suspeitar-se ser fugido, digo, ser capturado.”³⁸ Tendo, provavelmente, chegado a seus ouvidos alguns desses episódios sobre fugitivos, Rugendas, não por acaso, ressaltava que eles não se encaminhavam preferencialmente para o interior do Brasil ou para as florestas. Eles “mantêm-se, quase sempre, nas vizinhanças dos lugares habitados e não tarda se perceba que são fugitivos; ou por conhecê-los ou justamente pelo contrário, por não serem conhecidos”.³⁹

Pelos contornos que os traçados da vida de um fujão tomavam, é provável que a principal questão a qual determinados fujões se defrontavam não fosse tanto para onde ir ou com quem ir, mas o que fazer durante o período em que estivessem evadidos do poder senhorial. Talvez, uma solução acertada para a resolução dessa última pendenga – *o que fazer?* – resolvesse de maneira peremptória o primeiro problema – *para onde ir?* Uma das perguntas que provavelmente pairou sobre a mente dos escravos que sonharam e planejaram uma fuga envolveu questões como esta: no que deveriam se ocupar objetivando garantir seu sustento e, ao mesmo tempo, ludibriar as iniciais investidas senhoriais e policiais que visavam recapturá-lo?

Na documentação policial emergem fragmentos e pedaços de narrativas sobre as possíveis estratégias de escravos fugidos que em algum momento culminaram em fracasso. Visando suprir necessidades básicas, como vestuário e a alimentação, por exemplo, determinados fujões recorriam a artifícios que deram visibilidade e notoriedade a muitos quilombos. Certos escravos evadidos do domínio senhorial acabavam por viver de fazer pequenos furtos pela vizinhança. Na chácara de Leandro José Marques, foi pego em flagrante um moleque de nação Monjolo que não sabia dizer o seu nome e nem o de seu senhor. Seria um escravo boçal? Ou tentava se passar por boçal para postergar o momento de voltar ao poder senhorial? Parece que isso pode ter ficado um tanto ofuscado e menosprezado, visto que além dele estar fugido, furtava canas e bananas da chácara.⁴⁰ Outro furto, na chácara de Antonio Miguel, foi levado a cabo pelo fujão Antonio Congo, escravo de uma dona Maria. Ele andava repetidamente saqueando as verduras plantadas.⁴¹ O mesmo acontecera com as hortaliças da chácara da Viúva Dias após o escravo de Antonio de Moura, o Victorino Angola, ter passado por lá enquanto fugia.⁴² Nem sempre a vida de um fujão era solitária. Em suas jornadas pela cidade, por vezes, acabavam se identificando com outros escravos que tinham que atravessar os mesmos obstáculos, tornando-se assim companheiros com jornadas em comum. Essa havia sido a situação de Lourenço Moçambique e Victoria Mofumbe. Sendo escravos de senhores diferentes – essa de Antonia de Tal e aquele de Jose Thomas – ambos fugiram e foram localizados furtando laranjas juntos na chácara de Antonio de Souza Dias.⁴³

Fujões poderiam fazer tais rapinagens tanto para proverem sua alimentação quanto para comercializarem posteriormente esses produtos. Visavam apenas contornar algumas adversidades com esses pequenos furtos, lesando tanto escravos quanto não-escravos. O africano Benedito, de procedência étnica São Tomé, além de afirmar chamar-se Manoel, foi

³⁷ ANRJ, Códice 403 v. 2. fls. 38, 19/05/1818.

³⁸ ANRJ, Códice 403 v. 2. fls. 16, 07/01/1818.

³⁹ RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 285.

⁴⁰ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 134, 20/09/1813.

⁴¹ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 134, 20/09/1813.

⁴² ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 182, 30/08/1814.

⁴³ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 170, 12/07/1814.

“encontrado no campo da ajuda fugido a seu senhor com hum sacco de roupa que confessou ter furtado a preta Mariana forra com quitanda na praia dos Mineiros”.⁴⁴ Roupas – inclusive sujas – eram observadas atentamente pelos fujões. As lavadeiras – escravas e libertas – sempre corriam alguma espécie de perigo por causa disso. Que o diga a preta Joana, que para sua sorte, pôde contar com o auxílio providencial de um capitão-do-mato. Frederico, crioulo, escravo da família real, durante sua fuga, considerou uma boa idéia “furtar hua porção de roupa a preta Joanna [que] lavava no engelho velho”. Acabou preso pelo capitão-do-mato e onerando um pouco os cofres reais com 5\$000 de tomadia. Quanto à roupa furtada, depositaram-na na casa do alferes Felipe.⁴⁵ Menos paciência e tolerância demonstraram os senhores de Joaquim Angola e Antonio Monjolo. Como se não bastasse à fuga de ambos, ousaram ainda furtrar roupas a lavar. Com essas duas faltas, cada um terminou sendo castigado com 300 açoites.⁴⁶

Viver na marginalidade com certeza não foi a melhor escolha para esses e outros tantos fugidos. Na ação de ser preso no sítio do Catumby, o escravo do tenente Viana, o pardo Geraldo, ainda tentou, no auge de seu desespero, se livrar da sua evidente prisão oferecendo uma dobra (12\$800 réis) para seu algoz. Mas de nada lhe serviu suas economias diante das insistentes denúncias que garantiam que além de fujão, Geraldo era ladrão e não tinha domicílio certo.⁴⁷ Se nem oferecer dinheiro nesse momento significava a certeza de permanecer fugido por mais algum tempo, os escravos poderiam fazer como José, de nação Angola, que ao fugir, além de carregar consigo seis garrafas de vinho branco – quiçá para comemorar sua evadida e/ou trocar algumas delas por dinheiro – levava “uma espingarda Bragueza emendada na coronha”.⁴⁸ Dessa forma, Jose planejava recorrer à violência para se manter distante de seu senhor. Talvez essa não tenha sido uma das melhores opções a ser tomadas. Pelo menos não para Francisco Benguela. Não tendo nenhuma arma de fogo, ele recorreu à força física e a sua destreza no manejo da faca para se livrar da iminente prisão. Mas não bastava só valentia para não ser capturado e reconduzido ao cativo. Francisco Benguela, que era escravo do Brigadeiro Francisco Claudio, levou 300 açoites e passou três longos meses preso no Calabouço sarando suas feridas. O que restava então para um fujão? Haveria oportunidades de êxito ou invisibilidade garantida por alguma proteção? Ou somente captura e fracasso?

Expectativas senhoriais

As histórias de fracasso de fugas escravas no Rio de Janeiro, comparadas a de sucesso, sempre tiveram maior repercussão nas movimentadas ruas da cidade. Se o êxito de uma fuga dependia necessariamente da eliminação de qualquer tipo de alarde entre a população e do emprego correto dos “trajes da invisibilidade”, visando assim não deixar rastros para seus algozes persegui-los, o fracasso de uma fuga deveria fundamentalmente reverberar pela cidade toda. Seus ecos tinham que ser escutados e constantemente repetidos, se possível, em todos os instantes. As humilhações decorrentes da captura deveriam de ser, obrigatoriamente, evidentes. “Quando se trata de faltas graves, as punições são infligidas com certa solenidade, em praça pública”, narrava Rugendas destacando que “nas cidades elas se verificam diante dos negros encontrados nas ruas [e] como se deve pensar, a fuga de escravos é que fornece

⁴⁴ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 50, 26/06/1812.

⁴⁵ ANRJ. Códice 403 v. 1. fls. 77, 26/10/1812.

⁴⁶ ANRJ. Códice 403 v. 2. fls. 21, 12/02/1818.

⁴⁷ ANRJ. Códice 403 v. 2. fls. 25, 12/03/1818.

⁴⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 30/08/1815.

maior número de oportunidades para cenas semelhantes”.⁴⁹ Para os escravos fujões havia uma série de castigos aplicados de acordo com a gravidade e frequência de suas fugas: freqüentemente seus corpos exibiam as recentes cicatrizes das chibatadas que tomaram por tamanha insolência; outros escravos capturados após uma fuga, além do costumeiro açoite no pelourinho, eram colocados na prisão do Calabouço; para aqueles fujões mais persistentes, que não desistiam do intento da fuga, acabavam sendo vendidos para cidades longínquas, “fora da terra” – conforme expressão de época. Essas punições para fujões serão analisadas adiante. Mas nenhuma delas era carregada e compartilhada de tamanho simbolismo como os humilhantes colares de ferros. Através deles toda a população identificava um fujão e compreendia quão problemático ele era para seu senhor e para o regime escravocrata, devendo ser mantido sobre toda atenção o possível. Em tais escravos pairava toda espécie de reprovação social. Eles, que eram constantes fontes de mau exemplo dentro do cotidiano da escravidão – em especial para seus companheiros de senzala –, quando saíam às ruas para suas labutas diárias portando esses apetrechos de ferro, além de angariarem o pecúlio do ganho aos seus senhores, espalhavam pedagogicamente que jamais deveriam ser imitados: eles deixavam bem claro o quão detestável uma fuga era para a classe senhorial, bem como poderia se tornar insuportavelmente indigesta para os próprios escravos que se atreviam a se evadir do domínio senhorial e eram – mais cedo ou mais tarde – capturados.



FIGURA 5: Prancha N° 42 de Debret, “O colar de ferro, castigo dos negros fugitivos”.⁵⁰

Essa costumeira cena da escravidão nas ruas do Rio de Janeiro inspirou Debret a pintar sua prancha de nº 42, a qual retrata cinco escravos com gorilhas em diferentes partes do corpo entregues as suas atividades. A maioria deles, segundo ilustrou Debret, eram escravos que labutavam pelas ruas, muitos ao ganho, vendendo frutas, legumes, quinquilharias. Percorriam

⁴⁹ RUGENDAS, *op. cit.*, p. 284.

⁵⁰ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo segundo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989, Prancha nº 42.

doravante as ruas portando o sinal da vitória senhorial. Agora, após o fracasso de uma fuga, voltavam ao domínio senhorial, ao antigo trabalho, as mesmas condições impostas por seus senhores – ou talvez até piores, uma vez que a punição senhorial por causa da fuga deveria se propagar por praticamente todas as facetas sociais da vida do escravo. Estavam agora não só mais vigiados, como se deparavam com a maior exigência senhorial, além de atraírem a atenção de todos por onde passavam. A sociabilidade deles estaria comprometida com aquele estigma repugnante. Só quem estava naquela situação, ou já a havia vivenciado, compreendia a execrável sensação que um colar de ferro produzia. Autoridades públicas os olhavam com menosprezo e desdém enquanto que os outros escravos cochichavam – e até debochavam – entre si sobre a sorte desses fujões.⁵¹ Queriam saber dos erros, bem como dos acertos aplicados durante a fuga e sobre o desdobramento dos castigos após a captura até que eles tivessem retornado às ruas ostentando a marca da derrota. Nem mesmo os escravos que carregavam enormes fardos sobre suas cabeças escapavam dos colares de ferro. Para Debret isso não passou despercebido, pois, além de registrar – impressionado com certeza – como os escravos conseguiram equilibrar grandes cargas sobre suas cabeças pelas agitadas ruelas – tortuosas, curtas e desniveladas – da cidade do Rio, deve ter ficado mais pasmado ainda de como eles faziam isso com seus movimentos corporais limitados. Um deles, retratado com destaque na Figura 5, trabalhava com uma argola de ferro no pescoço e outra no calcanhar, sendo unidas por uma corrente de ferro. Tantos utensílios em seu corpo deveriam ser uma adicional dificuldade para equilibrar o pesado barril, que pode ter sido enchido numas das fontes de água da cidade, que não necessariamente seria próximo da moradia de seu senhor. Dessa forma ele passaria o dia indo para as fontes de água da cidade e voltando para a casa de seu senhor, onde descarregava os barris d'água.

Sobre esses instrumentos que causavam não poucos tormentos aos fujões que fracassavam e também desencorajam outros escravos disposto a trilhar caminhos semelhantes, Debret registrou o seguinte:

O colar de ferro é o castigo aplicado ao negro que tem o vício de fugir. A polícia tem ordem de prender qualquer escravo que o use, quando encontrado de noite, ou vagabundeando na cidade, e de deixá-lo na cadeia até o dia seguinte. Avisado então, o dono vai procurar o seu negro ou o envia, acompanhado por um soldado, à prisão dos negros no morro do Castelo. [...]

O colar de ferro tem vários braços em forma de ganchos, não somente no intuito de torná-lo ostensivo, mais ainda para ser agarrado mais facilmente em caso de resistência, pois, apoiando-se vigorosamente sobre o gancho, a pressão inversa se produz do outro lado do colar, levantando com força o maxilar do preso; a dor é horrível e faz cessar qualquer resistência, principalmente quando a pressão é renomada com sacudidelas.

Alguns senhores mais bondosos, ou no caso de uma jovem negra fugitiva, contentam-se da primeira vez em colocar o colar de ferro, pois de costume, em semelhantes circunstâncias, aplicam-se previamente cinquenta chibatadas, e o dobro em caso de reincidência. Pode-se ainda aumentar o castigo acrescentando-se uma corrente de trinta a quarenta libras presas a uma argola fixada no tornozelo e a uma outra, à cintura. Sendo ainda criança o escravo, o peso da corrente é apenas de cinco a seis libras, fixando-se uma das extremidades no pé e outra a um cepo de madeira

⁵¹ Schlichthorst, ex-oficial do exército imperial, comenta em seus relatos sobre a cidade do Rio de Janeiro entre 1824 e 1826 que os escravos fugidos que foram capturados e portavam uma gargalheira no pescoço eram apelidados por seus companheiros satiricamente de “cavalheiro”. Para mais ver SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 143. João Reis indica que os escravos na Bahia também sofriam deboches quando portavam gargalheiras. Para mais ver REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia” IN: Revista USP, nº 18, 1993, p. 24.

que ele carrega à cabeça durante o serviço. Todas essas precauções parecem entretanto inúteis, pois a ânsia de fugir é imperiosa entre os negros [...].”⁵²

Essas argolas de ferro eram multifuncionais: ajudavam não só a identificar o quão rebelde tal escravo era, como também minavam a sociabilidade dos escravos que a portavam, além de atrapalhá-los caso tentassem fugir novamente. Escravos fora de horas, circulando pela cidade madrugada adentro com esses colares devem ter feito a alegria de muitos capitães-do-mato, que, antes de abordá-los, já vislumbavam seus pecúlios aumentados em mais algumas doblas sem grande dispêndio de força e energia bruta. As hastes desses colares facilitavam em muito na hora de imobilizar os fujões: com um puxão certo eles ficavam asfixiados e despencavam no chão com fortes dores no pescoço. Uns colares eram mais simples, com não mais do que uma haste. Por outro lado, não faltaram casos de escravos que carregaram colares repletos de hastes e outros utensílios anexados. Não se tratava somente de uma forma de dificultar o êxito de uma nova fuga. A sofisticação dos colares de ferro e a quantidade de correntes de ferro que o escravo carregava eram também um sinal do número de vezes que tentou fugir e – mais importante para o discurso senhorial – que fracassou nas suas tentativas de fugir. Talvez os relatos de viajantes europeus sobre fugas escravas tivessem nada mais a descrever do que a derrota por causa desses superestimados escravos supliciados com as tradicionais argolas de ferro. A fuga de escravos, e principalmente, os castigos que eles sofriam por fugir, com certeza era uma das tópicas da escravidão no Rio de Janeiro a despeito dos vários registros realizados por diferentes artistas,⁵³ conforme pode ser observado também nos registros pictóricos abaixo.⁵⁴

⁵² DEBRET, *op. cit.*, p. 167.

⁵³ Para mais sobre as pranchas e relatos produzidas por viajantes estrangeiros sobre a escravidão ver SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

⁵⁴ As figuras 6, 7, 9, 11, 12 e 13 foram retiradas de MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *A travessia da calunga grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: USP, 2000, pp. 336, 497, 506. As Figuras 8 e 10 de RUGENDAS, *op. cit.*, pp. 109 e 121



FIGURA 6: Vendedores ambulantes de Carlos Julião, 1811



FIGURA 7: Negro fujão de Frederico Guilherme Briggs, 1832-36.



FIGURA 8: Capitão-do-mato de Rugendas, 1835



FIGURA 9: Negro fujão de Eugene, 1828



FIGURA 10: Castigo doméstico de Rugendas, 1835.



FIGURA 11: Castigos de Edward Hildebrandt, 1846-49



FIGURA 12: Castigo de escravos de Jacques Etienne Arago, 1839



FIGURA 13: Preta vendedora de Água de Joaquim Lopes Barros, 1841

Quando Walsh vai informar em seu relato de viagem sobre como as fugas de escravos na cidade do Rio eram comuns, o faz de uma forma análoga a de Debret. Tendo passado pelo Rio de Janeiro no mesmo período que o artista francês, o reverendo inglês escreveu que depois dos escravos evadidos serem capturados, eles eram açoitados e passavam

a ser distinguidos por uma marca que lhes é colocada ao redor do pescoço e é muito estranha. Trata-se de um colar de ferro, do qual se projeta quase em ângulo reto uma barra também de ferro terminada por uma cruz ou algo assim semelhante a uma flor de lis. A finalidade desse colar é não só estigmatizá-los como escravos fujões mas também dificultar a sua fuga, há que, ao tentarem abrir caminho no meio do mato, a barra de ferro se embaraçaria nos arbustos e acabaria por estrangulá-los. Às vezes a barra termina em cinco pontas, como se fossem dedos, e isso implica que o escravo fugiu levando alguma coisa que não lhe pertencia, sendo por conseguinte além de fujão, ladrão. A multidão de escravos vistos nas ruas com esse colar de ferro é uma prova de como é grande o número dos que estão sempre tentando fugir [...].¹

Escravos capturados depois de repetidas fugas, exibindo seus “crachás”, foram tão naturais no cotidiano da escravidão no Rio de Janeiro que acabaram inspirando Machado de Assis no conto “Pai contra mãe”. A semelhança de Debret e Walsh, ele tece algumas linhas descrevendo as funções que esses adornos atendiam.² Com tanta desventura caracterizando o ato de fugir, porque então os escravos insistiam tanto nele? Será que as perdas contabilizadas,

¹ WALSH, *op. cit.*, p. 160.

² “O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma cólera grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.” (ASSIS, *op. cit.*, pp. 119-120.). Flávio Gomes também analisa esse conto e demonstra como as fugas faziam parte do próprio sistema escravista. Para mais ver GOMES, *op. cit.*, 1996.

sempre quando colocadas sob a balança, pesavam mais do que os ganhos? Em caso afirmativo, eles se faziam, ao menos, tal indagação antes de fugir ou eram levados pelos seus instintos naturais de liberdade e se evadiam tão-somente pelo fato de estarem reduzidos à escravidão? Não parar para refletir sobre essas questões coloca-nos a um passo de afirmar que todos os escravos tinham que obrigatoriamente fugir simplesmente porque eram escravos, e como tais, não podiam demonstrar nada mais senão um profundo ódio pela escravidão. Assim, por causa de seus instintos que gritavam em uníssona voz, eles seriam “naturalmente” atraídos para a fuga, fazendo-se surdos a qualquer tipo de clamor por moralidade. Se uma fuga tinha a capacidade de negar uma escravidão e ao mesmo tempo possibilitar alguma margem de vida pautada em normas – conforme propôs determinada historiografia –, para os senhores de escravos fugidos ela não passava de mais uma comprovação do quanto os escravos – principalmente os africanos – eram insubmissos. Do início ao fim, os escravos, de maneira geral, não passavam de seres anômicos. Logo, não importava quantas vezes fossem capturados e seviciados duramente por causa de suas fugidas, eles tornariam a fugir para simplesmente reiterar o quanto não se cansavam de negar o sistema escravista para viver a margem da sociedade que os oprimia.

Sem moral e se guiando pelos seus impulsos bárbaros. Esses deveriam ser pontos presentes nos discursos pronunciados pelos proprietários de escravos lesados por causa de fugas. Assim, justificavam perante si, o fujão e os demais escravos, o tamanho do suplício o qual aqueles que fugiam passavam. Capitães-do-mato e forças policiais deveriam endossar mais ainda o coro pelos castigos. Esses escravos sempre causavam dores de cabeça à sociedade, que tendia por culpar o poder público como ineficaz diante das repetidas fugas que não cessavam. Eles eram tão-somente negros que não queriam trabalhar, visando com isso sabotar seus senhores. Tudo isso são hipóteses possíveis para explicar e entender esses repetidos retratos de fugas. Contudo, não se pode aceitar isso como o bastante. O problema reside na premissa de que todos estes retratos, dos mais diversos escravos, convergem apenas para um único momento da fuga: o depois da captura, quando os escravos tornavam-se de fato derrotados.

Assim, ao continuar analisando as expectativas e ações dos fujões exclusivamente registradas pela pena do escrivão de polícia e/ou dos viajantes estrangeiros, o historiador fica diante de apenas um momento – o final – da fuga ou então, de um determinado estereótipo de escravo evadido: especificamente, é aquele que necessariamente em algum momento, fracassaria em seus intentos, visto que norteava sua vida mediante atitudes que envolviam crimes de diversas naturezas ou práticas condenáveis pelo seu antagonista. Apesar de não o fazer sistematicamente, por vezes, o escrivão da polícia da Corte registrava a situação a qual escravos fujões foram presos. Não foram poucos os escravos em fuga que foram presos envolvidos em roubos, portando armas de fogo e/ou facas, bêbados, tentando passar para outros distritos sem apresentar passaportes, integrando quilombos.

Autoridades públicas, assim como senhores de escravos fugidos, que não compreendiam bem o que seus escravos buscavam alcançar com suas escapadas, só conseguiam enxergar neles transgressores naturais que prontamente se negavam ao justo trabalho que deviam a seus proprietários. Para o doutor Jacinto Quintão o seu escravo em fuga, Manoel, tinha apenas um simples anseio: levar uma vida ociosa e errante. Do escravo Manoel, seu senhor declarou, por mais de uma vez, que era “hum molecão [...] official de Oleiro, e esteve preso na Cadeia da Villa de Lourena, e de lá fugio, e supõem-se estar vagabundo na Provincia de São Paulo, com o nome mudado de Antonio forrou, há dois para trez annos”.³ Escravos assim, não importava se possuíam ou não uma ocupação especializada, eram fontes intermináveis de problemas para seus proprietários. Por isso, o doutor Quintão,

³ *Diário do Rio de Janeiro*, 13/06/1821 e 03/07/1821.

não desperdiçou a oportunidade e aproveitou o próprio anúncio de fuga para mencionar que estava até disposto a vendê-lo para um eventual comprador. Do escravo Julião, fugido há quase seis meses, seu senhor, José Lopes Calheiros de Noronha, destacava nele ser “valente retinto, muito esperto, [...] inclinado ao jogo e muito capadocio”.⁴ Enfatizava tais características, indicando não só uma justificativa para o escravo estar fugido, mas também para aqueles que fossem procurá-lo imaginassem em que tipo de ambiente tal escravo perambulava. Certamente era essa a intenção de José dos Santos Pinheiro quando informava que seu escravo, nomeado de José, “será fácil achar-se em alguma Casa de Jogo”.⁵ Senhores que não conheciam bem os ditames costumeiros que regiam a escravidão urbana, consideravam que as escolhas que seus escravos realizavam deveriam de ser única e exclusivamente extensão da vontade senhorial. Fora da devida proteção e orientação paternal senhorial, não havia nada a enaltecer nos escravos. Então, tudo o que os escravos realizassem seria reprovado e entendido como uma deliberada afronta por seus proprietários.⁶ Só era imaginável para a classe senhorial escravos agindo mediante disciplina de uma vida regrada pela moral a partir da orientação paternalmente ministrada por eles. É exatamente isso que Spix dá a entender quando ressalta que os artesãos na cidade do Rio trabalhavam junto com os seus escravos. Esses, consoante o zoólogo bávaro, “sob a severa disciplina dos seus senhores aprendem, além da habilidade e aptidão no ofício, também a virtude da ordem civil”.⁷ Mais do que ensiná-los a arte de um ofício especializado, os senhores estariam civilizando-os. A escravidão tornava-se então um pretexto para arrancar os escravos das garras da barbárie e colocá-los no seio da civilização.

Através de fatos e características que apontavam para comportamentos e práticas condenáveis é que muitos escravos em fuga foram descritos. Talvez houvesse outros pontos a realçar nos escravos – qualidades profissionais e relações familiares, por exemplo – que pudessem ser até mais úteis para sua captura. Contudo, seus senhores, ainda ignorantes dos costumes e códigos sociais da escravidão que regiam a relação senhor-escravo ponderavam que um escravo em fuga jamais possuiria algum atributo digno de elogio. Isso explica um pouco a única indicação dada acima por José dos Santos Pinheiro para a captura de seu escravo. Conforme visto, ele acreditava que o fujão poderia ser encontrado numa “Casa de Jogo”. Isso não surpreende muito quando se descobre um pouco mais sobre tais senhores. Logo após o anúncio de fuga escrito por José dos Santos Pinheiro, ele anunciava sobre suas próprias capacitações profissionais que desejava colocar em exercício na Corte:

José dos Santos Pinheiro, ora residente nesta Corte do Rio de Janeiro, servio em muitas Boticas, e Cazas de drogas em Portugal, onde adquirio muitos conhecimentos Pharmaceuticos, pelo que se oferece a servir em alguma das mesmas Cazas desta Cidade com o salário, que convier a ambas as partes.⁸

Assim, muitos que conheciam pouco da escravidão e sobre os significados e intenções de fugas de escravos se pronunciaram sobre os escravos, suas escapadas e a escravidão. Tendo como perspectiva o preconceito e a ideologia paternalista, questiona-se o que poderia advir de uma fuga se ela, já de antemão, não possuía nada que pudesse ser enaltificado conforme o discurso de muitos proprietários de escravos? Viajantes europeus que ouviram a

⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 18/06/1821.

⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 18/06/1821.

⁶ Para mais desdobramentos sobre a ideologia senhorial e como os escravos agiam por dentro dela sem entrar em confronto direto e aberto com seus senhores ver CHALHOUN, *op. cit.*, pp. 17-93.

⁷ SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. v. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 75.

⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 18/06/1821.

muitos desses senhores de escravos e também assistiram a algumas das cenas do dia-a-dia da escravidão carioca na primeira metade do século XIX – tendo seus olhares guiados pelos apontamentos da classe escravocrata e por uma ideologia do trabalho livre e assalariado que obtinha hegemonia na Europa⁹ – frisaram em diversas oportunidades que os negros, de maneira geral, não se preocupavam com o seu futuro, vivendo o presente sem planos ou projetos louváveis, desejando invariavelmente entregar-se aos prazeres e facilidades do momento. Não poucos, não só alegaram, bem como justificaram ser isso uma necessidade a fim de amenizar a penosa situação dos negros. Rugendas foi um dos que pronunciaram tal discurso, afirmando que

o que contribui muito para tornar a situação dos escravos tolerável, é que os negros, como as crianças, gozam da feliz faculdade de apreciar os prazeres do momento sem se preocupar com o passado ou o futuro; e muito pouca coisa basta para precipitá-los num estado de alegria, que atinge ao atordoamento e à embriaguez.¹⁰

A caricatura dos negros esboçada por esses europeus era desenhada com os tracejados da imoralidade, preguiça, indolência, indisciplina e roubo. Partindo dessa visão que o europeu Ernest Ebel, que visitou a cidade do Rio no ano de 1824, argumentou, diferentemente de Rugendas, que pouco adiantava um tratamento benévolo repleto de condescendências para com os escravos, sendo necessário sempre mantê-los sob um severo controle uma vez que

os homens [eram] por demais inclinado à bebida, ao roubo e à preguiça; as mulheres, – sobretudo aquelas Vênus Vulgívas – tão difícil é moderar-lhes o instinto, que praticam seus atos com o maior despudor. As conseqüências são as que se vêm por toda parte [...].

Conquanto não vá se contestar que entre eles possa haver gênios e os tem havido, qual um Toussaint (L' Ouverture), um Cristoph (Rei do Haiti), etc. Nenhum observador de espírito aberto poderá negar que esta raça se encontra como que na meninice e se caracteriza por uma típica apatia que a inabilita para qualquer sentimento moral, só lhes deixando a inconsciente alegria da infância, pelo que nunca pensam no dia seguinte, sendo incapazes de qualquer vocação duradoura; na realidade só querem comer, dormir e amar. Isto se observa sobretudo nos negros nascidos na África, mesmo quando chegados novos. Os nascidos no país já são mais aculturáveis, mas quanto aos primeiros, pouco adianta tratá-los bem [...].¹¹

Assim, não importava quantas concessões – tais como as bebidas alcoólicas e outras permissões senhoriais que causassem efeitos semelhantes à embriaguês citadas por Rugendas – fossem feitas. Um tratamento melhor não resolveria o problema enquanto os escravos não adotassem uma postura de trabalho reconhecida pelos seus observadores europeus. Na percepção de Ebel, todas as facetas da vida social dos escravos eram marcadas pela negação. O escravo não tinha bons frutos a dar, senão sendo cultivado através de adequados tratamentos, mesmo que em última instância eles envolvessem uma violência constante. Exceção a regra, eram os gênios “Toussaint (L' Ouverture)” e “Cristoph (Rei do Haiti)”, e isso só porque derrubaram um sistema escravista, alterando assim toda uma ordem social. Nota-se nitidamente o que está subtendido no raciocínio sugerido por Ebel: por dentro das

⁹ Para mais sobre visões de viajantes europeus sobre escravos, ver SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 131-208; sobre o olhar de moralistas sobre ideologias de trabalho que não valorizam uma ética capitalista de acumulação do lucro através do labor, ver THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial” IN: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 267-304.

¹⁰ RUGENDAS, *op. cit.*, p. 279.

¹¹ EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Editora Nacional, 1972, pp. 47-48.

amarras da escravidão não é viável nenhuma espécie de moralidade e racionalidade para os negros reduzidos a escravos.

Com semelhante avaliação Debret vai banalizar a fuga, encarando-a como uma atitude imperiosa e instintiva entre os negros, principalmente os africanos, oriundos de uma verdadeira barbárie. Conforme sua descrição, em todo o escravo havia algo natural e compulsório: a fuga. Por isso, os senhores precisavam se antecipar a natureza dos negros e refrear tal ímpeto entre eles para benefício de todos. A fim de comprovar o que afirmava, Debret declarava ter testemunhado um episódio, de um “negro, excelente cozinheiro de uma casa rica da cidade. Depois de ter sido preso e castigado várias vezes, sem que renunciasse ao desejo de fugir, pediu ao senhor que o fizesse acorrentar à mesa da cozinha, junto a qual vivia pacientemente há três anos”. Se o problema desse escravo que exercia o ofício de cozinheiro resolveu-se ao acorrentá-lo na mesa, Debret logo em seguida oferecia ao leitor o exemplo do que uma pequena porção de liberdade combinada com outra de livre-arbítrio produzia. Quando um determinado senhor caiu enfermo, ele pôde – quiçá um tanto surpreso – contar com a dedicação de um cativo – o mesmo que sofria do vício de fugir – durante a recuperação de sua saúde. Tal escravo era tão teimoso em fugir que já havia passado “seis a sete anos carregado de ferros, a ponto de não poder correr”. No entanto, exceto o desejo descontrolado por fugir, o escravo agradava ao seu proprietário, pois além trabalhar bem, o fazia de maneira demasiado estóica. Por isso seu senhor o recompensou paternalmente, tirando aos poucos os ferros dele, até que portasse apenas “uma argola grossa em torno do pescoço e que podia ser escondida pela camisa”. Restabelecido, já em pleno gozo de sua saúde, o senhor retirou o último ferro de seu escravo visto o excelente comportamento dele, principalmente quando ele mais precisou. Nesse instante seus instintos afloraram com tamanho ímpeto, que a recente premiação concedida por seu senhor foi desprezada e em menos de um mês ele se deixou levar pelo seu funesto anseio de fugir. O final do enredo não poderia ser outro senão marcado por um desfecho dramático: preso mais uma vez, foi exposto a toda sorte de ferros que seu corpo pudesse suportar, não podendo mais sair sozinho sequer para um recado.¹²

Refletindo sobre o porquê do que acabara de ver (ou saber), Debret segue afirmando o mesmo que se viu acima relatado por Ebel, só que de maneira mais densa, voltada especialmente para os casos de fuga. Consoante Debret,

[...] os negros não passam de grandes crianças cujo espírito é demasiado estreito para pensar no futuro, e indolente demais para se preocupar com ele.

O escravo tem apenas a inteligência do presente; é vaidoso, gosta de se distinguir por um enfeite qualquer: pena, folha. Embora com sentidos de uma agudeza perfeita, não é capaz dessa reflexão que a leva a comparar as coisas e a tirar conclusões [...].

O negro é indolente, vegeta por onde se encontra, compraz na sua nulidade e faz da preguiça a sua ambição; por isso a prisão é para ele um asilo sossegado, em que pode satisfazer sem perigo sua paixão pela inação, tendência irreprimível que o leva a um castigo permanente.

O amor é menos uma paixão do que um delírio indomável que o induz muitas vezes a fugir da casa de seus senhores, expondo-se, subjugado pelos sentidos, aos mais cruéis castigos. Graças, porém, a mobilidade de suas sensações, ao entrar na prisão, ainda todo ensangüentado do castigo sofrido, esquece suas dores ao som do pobre instrumento africano com que acompanha algumas palavras improvisadas acerca da sua desgraça. Esse temperamento modifica-se, entretanto, nos crioulos, pois existem no Rio procuradores, capelães, antigos militares e musicistas negros, donos de um talento notável.¹³

¹² DEBRET, *op. cit.*, p. 168.

¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 168.

A maneira pela qual Debret e Ebel decidem olhar para os negros – enquanto escravos – era conduzida por preconceitos. Os africanos estavam fadados a um manifesto destino, visto que estavam mais longe da cultura ocidental européia, e conseqüentemente, de seus padrões civilizatórios. Os crioulos, pela menor proximidade com a África – estando inseridos numa comunidade escrava desde seu nascimento, podendo, até mesmo se encontrar numa posição de proximidade do senhor e, portanto, de uma provável alforria – eram aos olhos de Debret e Ebel menos desprezíveis. Reflexo claro desses estratos sociais no qual as senzalas se organizavam é trazido à tona quando Debret comprova porque o temperamento dos crioulos se distinguia do temperamento dos africanos, ressaltando que no Rio aqueles exercem funções que exigem especialização, certo nível de confiança e “um talento notável”. O que Debret expõe converge com o pensamento expressado por Ebel: “Os nascidos no país já são mais aculturáveis”. Em outras palavras, os crioulos tenderiam a valorizar – um pouco mais que os africanos – o trabalho como mecanismo de mobilidade e ascensão social. Não seriam “grandes crianças” – não tanto quanto os africanos, mais especificamente aqueles africanos boçais, recentemente importados da África e ainda não aclimatados. A partir do instante que ambos os viajantes europeus sugerem que os crioulos estimam uma ideologia do trabalho, amenizam a situação deles para em contrapartida ressaltar mais ainda o evidente estado irracional dos africanos, que impreterivelmente agiam mais pelas paixões de seus corações deturpados do que pelas luzes da razão.

É nesse quadro de selvageria que Debret, possivelmente inspirado pelo que ouviu de muitos senhores de escravos, monta uma lógica explicativa para as repetitivas fugas de escravos – que mesmo nunca tendo visto e acompanhado completamente seu desenrolar desde o início – sabia que não cessavam, vide os escravos com colares de ferro pelas ruas aumentarem cada vez mais. Eles simplesmente fugiam para ser novamente capturados, açoitados e presos no Calabouço, onde alcançariam então todas as suas ambições. Toda a erudição de Debret não conseguia alcançar mais do que isso. Para o notável artista francês, fugir era um meio para se atender a apenas uma única finalidade: vegetar em estado de completa inanição, mesmo que fosse ao preço das latentes dores e cicatrizes deixadas pelo couro da chibata. Deixava o Calabouço de ser uma prisão com o objetivo de punir e corrigir escravos que transgredissem a ordem e se tornava uma cobiçada recompensa: um “asilo sossegado”. As chibatadas, o isolamento, a reclusão social e os possíveis trabalhos forçados – que Debret ignora, mas será visto logo a seguir – eram pormenores preteridos ao suposto “descanso” que o fujão usufruía nas “cômodas” dependências do Calabouço.

Escapando das armadilhas

Exagero a parte de Debret, a prisão, por certo, era vivenciada de forma distinta pelos escravos. Thomas Holloway em estudo sobre a instituição policial no Rio de Janeiro oitocentista assim retrata o calabouço:

Era o único cárcere da cidade construído exclusivamente para escravos, mas não o único em que se prendiam escravos. Em seus vários aposentos espaçosos devia haver sempre uns 200 escravos. A maioria era enviada para lá por seus senhores para o açoite corretivo, mas os fugitivos capturados também eram mantidos ali até serem reclamados por seus donos, assim como os escravos “em depósito” – escravos que pertenciam a alguém falecido e aguardavam uma decisão final sobre a herança ou que tinham sido vendidos e esperavam a transferência para novos proprietários. As condições sanitárias eram horrorosas, assim como o calor e a fedentina nos

compartimentos sem ventilação e a escassa comida que os carcereiros deviam fornecer em trocas das taxas cobradas aos senhores.¹⁴

Fora as atrações do calabouço, no romance “Memória póstumas de Brás Cubas” nota-se uma divergência entre como o escravo vivenciava o açoite. Machado de Assis buscando evidenciar como Cotrim, cunhado de Brás Cubas – o narrador defunto –, era demasiadamente áspero, alegava que ele supliciava com frequência alguns de seus escravos, principalmente os fujões: mandava-os com frequência ao calabouço, “donde eles desciam a escorrer sangue”.¹⁵ Depois de tamanha aflição, com o corpo todo a latejar cada perfuração deixada pelo chicote, dissipando grande volume de sangue, ficar prostrado no chão talvez fosse à única coisa a se fazer a fim de diminuir a perda de sangue, e se possível, a dor. Menos preguiça e o maior desgaste físico – ameaçando a própria sobrevivência do seviciado – explicam o porquê de o escravo “vegetar” no Calabouço. Contudo, se os senhores não poupavam seus cabedais quando o assunto era a punição de escravos por faltas não evitadas, pagando para o escravo fujão ser açoitado e ficar depositado por longos períodos no Calabouço em estado de completa inanição, enquanto curava as feridas e – quiçá – se providenciava uma venda que não deixaria o cativo muito satisfeito, a intendência de polícia da Corte não ficava atrás. Os escravos fugidos que ela capturava mal podiam desfrutar do “sossego” do Calabouço. Durante o período de estadia da Corte, uma série de obras públicas – como aberturas de estradas, construções de fontes, o abastecimento de água e limpeza das ruas e edifícios públicos – ficava sob a alçada da intendência de polícia, que tinha que angariar mão-de-obra – nunca suficiente – para tais atividades.¹⁶ Como os senhores se negavam a disponibilizar seus escravos para a intendência, essa acabava utilizando os escravos fujões que capturava. Assim, enquanto seus proprietários não fossem reclamá-los, os cativos capturados pela polícia eram empregados em obras públicas.¹⁷ Solucionava-se a freqüente carência de mão-de-obra em tal setor e os próprios fujões arcavam com os custos que geravam enquanto permanecessem presos no Calabouço. Eles eram conhecidos pelo nome de “libambos”. Presos uns aos outros por meio de fortes correntes de ferro, conforme se pode observar na prancha nº 41 de Debret (Figura 14), vagavam pela cidade desde as primeiras horas da manhã realizando as tarefas consideradas as mais degradantes, sendo vigiados por um soldado – geralmente um forro que integrava o batalhão dos Henriques – com a obrigação de garantir o adequado desempenho de cada serviço realizado.

¹⁴ HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 65.

¹⁵ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: O Globo/Klick Editora, 1997, p. 199.

¹⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988, pp. 77-82.

¹⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 194.



FIGURA 14: Prancha nº 41, Negociante de tabaco em sua loja¹⁸

Assim, Debret que viu, ouviu e pintou várias cenas da escravidão urbana na Corte, não conseguiu, algumas vezes, compreendê-las em sua plenitude, pois tentava interpretá-las predominantemente a partir de seus valores culturais e/ou do que integrantes da classe senhorial o informavam. Por isso tantas distorções a respeito da fuga de escravos – sendo até repetidos por determinada historiografia que (almejando desmontar o mito da democracia racial proposto por Gilberto Freyre) ressaltava a violência da escravidão como, em última instância, um impedimento para atitudes e relações sociais entre os negros baseadas em alguma norma. Destarte, não era sequer preciso ouvir o que os próprios escravos tinham a dizer sobre suas evasões. Quais as suas intenções e o que pretendiam alcançar com tantas fugas eram respostas dadas pela uníssona voz da classe senhorial, carregada de raiva por causa dos prejuízos que cada fuga ocasionava. Dessa forma, muitos viajantes europeus se isentaram de questionar diretamente aos escravos sobre aspectos e práticas de suas vidas. Abro um parêntese aqui e ressalto que, muitas vezes, tal diálogo entre um viajante europeu e um escravo africano era impossibilitado, não só pelas diferenças de costumes e culturas, mas por causa também da dificuldade do domínio de uma linguagem em comum com fluência por ambas as partes. O Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX era uma cidade cosmopolita recebendo, dia após dia, estrangeiros de diversos pontos. Senhores de diferentes regiões da Europa, com escravos de vários pontos da África, construíam juntamente com os aqui já residentes desde longa data, uma intensa “babel”, onde não só várias línguas estranhas eram pronunciadas, mas também diversas manifestações culturais com lógicas próprias eram

¹⁸ DEBRET, *op. cit.*, prancha nº 41.

resignificadas a todo instante em constantes embates umas contra as outras. Assim, tornava-se mais atraente e fácil para muitos viajantes europeus ouvir comentários e opiniões de intérpretes que supostamente conseguiriam entender toda uma diversidade de escravos. A inglesa Maria Graham, conforme visto no início do capítulo, conseguiu distinguir sensíveis nuances entre os objetivos de um simples escravo fujão e outro quilombola. Ela não foi capaz disso por acaso. Apesar de todas as dificuldades que se interpunham, ela buscava ouvir e entender os escravos a partir de seus próprios gestos e falas. Lembre-se o leitor que ela havia perdido o mulato livre que lhe auxiliava, pois ele estava temeroso que a morte estivesse a rondar sua vida, pronta para ceifá-la numa fortuita oportunidade. Portanto, ela tratou de arranjar alguém que lhe substituísse. Após ter contratado um escravo africano de nome José para lhe acompanhar em suas excursões científicas dentro da floresta e lhe auxiliar nas tarefas domésticas, confessara ter visto nele “um verdadeiro tesouro”. Ela comenta que, enquanto José trabalhava, lhe falava suas histórias de quando estava na África, chegando a expor que ele era filho de um rei africano, tendo se tornado escravo por causa de uma guerra mal sucedida. Maria Graham faz apenas uma única queixa quanto as suas muitas conversas que tivera com José: “lamento muito que o seu conhecimento imperfeito do português e a minha ignorância total das línguas africanas me impedissem de obter mais informações desse inteligentíssimo rapaz”.¹⁹ Assim, Graham – menos que outros europeus e integrantes da classe senhorial – perdia uma grande oportunidade de ouvir e, mais importante que isso, entender uma pluralidade de histórias e atitudes de “inteligentíssimos rapazes” com sentidos próprios.

Por causa dessas dificuldades, primeiro, de travar diálogos, e segundo, uma vez estabelecido, garantir que ele fosse entendido entre seus interlocutores, muitos deixaram de alcançar, em sua totalidade, os objetivos que os escravos tentavam – às vezes, com estóica parcimônia – negociar e/ou conquistar mediante suas fugas. Contudo, a leitura atenta das fontes – em especial, os anúncios de fuga em periódicos – nos sugere um contraponto, outros caminhos analíticos, seguindo os passos de uma renovada crítica na historiografia nas suas últimas décadas. É preciso avaliar, a semelhança dos antropólogos com seus informantes, os discursos desses fujões, traduzindo e interpretando suas estranhas práticas culturais – aparentemente sem sentido nenhum – devolvendo-lhes a plausibilidade e racionalidade.²⁰ Contudo, o historiador costuma se deparar com um agravante a mais: tendo que lidar com uma população de mortos, ele só consegue alcançar os pensamentos e sentimentos desses fujões – e, via de regra, dos demais escravos – de maneira indireta,²¹ pelo que foi registrado sobre eles por cima de uma fronteira de classe.²² Um dos principais problemas que isso acarreta é silenciar as vozes desses escravos na documentação. Contudo, vozes escravas que dão sentidos próprios para as suas fugas podem ser recuperadas nos anúncios de fuga veiculados por periódicos ao longo de todo o século XIX. Nesses pequenos relatos sobre o desaparecimento de seus escravos, conforme visto nos capítulos anteriores, os proprietários lesados procuravam com bastante riqueza de detalhes – em diversas oportunidades –, fazer uma densa descrição sobre seu cativo fujão, ressaltando sua fisionomia, doenças e/ou

¹⁹ GRAHAM, *op. cit.*, p. 134. Schlichthorst narra também sobre as dificuldades em se descobrir as doenças de escravos recém-importados prontos para serem vendidos nos armazéns e depósitos de negros novos. Consoante ele, “sendo o interior da África habitada por inúmeras tribos, que todas mais ou menos fornece a mercadoria viva aos mercados das costa Leste e de Oeste, é fácil imaginar a babel de línguas nos armazéns e depósitos do Rio de Janeiro. Vi muitas vezes ser necessário o emprego de dez e mais intérpretes, para interrogar o negro sobre o sintoma de sua doença”. Para mais ver SCHLICHTHORST, *op. cit.*, p. 147.

²⁰ GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações” IN: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Difel, 1989, pp. 203-214.

²¹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 397-438.

²² THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social.” IN: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227-267.

deformidades, indumentária, formas de sociabilidades, nome, procedência étnica ou nacionalidade, tempo de fuga, cor, sexo, idade, ocupação. Algumas vezes, senhores equivocavam-se ao indicar que essas fugas aconteciam somente por uma pretensa falta de moralidade dos escravos. As próprias informações que ofereciam sobre o escravo acabavam por contradizê-lo.

É consoante essa lógica – de não omitir as características fisionômicas e corpóreas, as razões das fugas, bem como as artimanhas utilizadas pelos escravos para se manterem fora do domínio senhorial – que os senhores escreviam anúncios de fuga a fim de serem publicados em periódicos, pois acreditavam que assim conseguiriam capturar seus escravos com maior rapidez. De tal modo, os anúncios de fuga a luz da recente historiografia sobre escravidão podem ter serventia análoga ao de um prisma, produzindo inusitadas imagens – que poucas semelhanças guardam com os tradicionais discursos senhoriais – sobre os escravos e suas fugas. Através de suas inúmeras fugas, e dos receios que elas causavam, tal material propicia a análise de escravos que – não lançando mão de viver dentro de uma sociedade escravista – conseguiram obrigar seus senhores a cederem a algumas de suas vontades. Os receios de fuga na cidade do Rio, por vezes, tratavam-se menos do medo de um levante ou sublevação geral entre os negros e mais de um desejo de manter a soberania e a inviolabilidade da vontade senhorial²³ somado a vontade de poupar dinheiro e energias num processo de captura que, na pior das hipóteses, prolongar-se-ia infinitamente, ficando dessa forma o senhor privado de seu investimento e dos lucros gerados pelo trabalho de seu cativo. Para obter apoio de autoridades e outras instâncias administrativas no sentido de desencorajar futuras fugas de escravos através de uma vigilância maior, acompanhada da pronta repressão, a classe senhorial costumava clamar então por maiores eficácias no controle da população negra, correlacionando possíveis sedições com as muitas liberdades que uma vigilância fraca possibilitava.

O contraponto das fugas

Se as fugas eram pensadas instantaneamente pela classe senhorial como consumo de patrimônio acarretando prejuízos econômicos, para os escravos elas tinham importâncias que não eram – e ainda hoje não o são – medidas em sua totalidade pelos dados quantitativos, de cálculos demográficos e econômicos. Através das fugas – ainda que fosse somente uma promessa ameaçadora constantemente engatilhada, pronta para ser disparada na primeira oportunidade estratégica que surgisse – os escravos buscaram ditar, junto com outros constantes embates e negociações cotidianas com os seus proprietários, os parâmetros válidos que configurariam as suas escravidões, transformando, por vezes, paternos concessões em direitos conquistados aos quais os senhores dificilmente se atreviam a revogar. Assim, escravos reajustavam permanentemente o seu cativo, tencionando aproximá-lo, pacientemente, do que conjugavam por liberdade. Senhores que usaram desmedidamente de toda truculência para dobrar seus cativos, nem sempre foram capazes de solucionar todos os impasses surgidos entre a “casa-grande” e a “senzala”. Não é a toa que Debret, depois de descrever sobre os formatos e utilidades das gargalheiras, apontava que elas proporcionavam pouca serventia aos proprietários de escravos. No capítulo anterior conseguiu-se acompanhar alguns senhores que escreveram mais de um anúncio de fuga para um mesmo escravo, por ele ter voltado a fugir. Contudo, para alguns casos, não é nem preciso seguir vários anúncios de fuga para saber que o escravo tem um histórico de fugir constantemente. Indicativo é o caso do escravo de Manoel de Almeida, Francisco Benguela, que foi descrito em anúncio de fuga

²³ CHALHOUB, *op. cit.*, pp. 46-47.

tendo uma pega de ferro na perna direita.²⁴ Já Antonio Januario Passos se comprometia através de um anúncio de fuga a dar boas alvíssaras para aquele que soubesse de “hum moleque de nação Benguella, por nome Antonio, idade de 16 anos, miúdo do corpo, picado de bexigas, com um ferro no pescoço”. Ambos os casos são de escravos que já haviam fugido – vide estarem portando argolas de ferros pelo corpo – e mostram que somente a repressão descrita e defendida pelos vários senhores de escravos que serviram de fonte para Debret não bastava para evitar a reincidência das fugas caso o problema motivador não fosse solucionado adequadamente e a contento de ambas as partes.²⁵ Assim, as fugas trazem algumas sutilezas que ficam obscurecidas se o ato de fugir for pensado simplesmente como um funesto e imperioso anseio entre os negros.

Escravos fujões poderiam ser açoitados, ficar longas temporadas no calabouço, andar com colares de ferro pelo corpo e continuariam mesmo assim com as repetidas fugas. Por trás dessa suposta teatral rebeldia, notam-se escravos que conheciam previamente – e estavam sempre dispostos a testar e alargar – os limites do aceitável e tolerado dentro de uma sociedade escravista. É bem provável que não poucas fugas fossem antecedidas por cálculos de possíveis reparações vindas da “casa-grande”, a fim de se avaliar até onde se estenderiam as margens de retaliações senhoriais. Esses escravos, ao ponderar e planejar sobre suas evasões, talvez, estivessem tão-somente fazendo das suas repetidas fugas uma espécie de “palanque com microfone” para se fazerem ser escutados que nem só com a repressão e a violência se manteria a relação senhor-escravo. João de nação Camundongo já havia fugido tanto que o seu senhor já presumia os estratagemas que ele provavelmente estaria empregando. Ele expunha num primeiro anúncio de fuga que o africano “já tem feito outras fugidas, e costuma dizer que he forro e dá o nome de João Francisco, e como forro se aluga”.²⁶ Tinha argolas de ferro espalhadas pelo corpo? Se sim, seu senhor nem fez questão de mencionar. Se livrar delas deve ter sido uma das primeiras atividades depois dessa última escapada. Um pouco mais de duas semanas depois o senhor lesado trazia novas informações sobre João Camundongo: num novo anúncio de fuga declarava que por causa de suas muitas fugidas “tem sido surrado no calabouço, e tem a cicatriz disso”.²⁷ Talvez as cicatrizes de repetidos açoites fosse um dado que, inicialmente, caracterizariam a muitos cativos – principalmente os fujões e os mais rebeldes – não sendo assim capaz de tornar peculiar um determinado escravo no seio da cidade que mais importou africanos escravizados ao longo do Oitocentos. No entanto, as marcas do chicote deixadas no corpo de João Camundongo com certeza eram profundas demais, estando ainda em evidência suas cicatrizes, podendo-o diferenciar de outros homens de cor, vide a sua fuga ser datada por seu senhor em fins de novembro de 1820, e os anúncios de fuga serem de agosto de 1821.

Por causa desses atritos – materializados com maior clareza através das fugas – que desgastavam as relações entre senhores e escravos, alguns fujões foram parar em anúncios de jornais: uns para serem capturados novamente – conforme apontado acima –, outros, vendidos. Tentando evitar futuros confrontos com seu escravo, que poderiam redundar em maiores gastos com um novo processo de captura, o proprietário do escravo José divulgava o seguinte:

²⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 08/07/1809.

²⁵ Para mais casos de escravos que fugiram mesmo portando colares de ferro ver no *Diário do Rio de Janeiro* os anúncios de fuga de 02/08/1821; 10/08/1821; 16/08/1821; 06/09/1822; 24/09/1821; respectivamente dos proprietários morador na rua Direita nº 97; moradora na rua de São Pedro nº 105; Antonio de Saldanha e Vasconcellos; do morador á rua do Alecrim nº 147; da moradora à rua do Hospício nº 211.

²⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 11/08/1821.

²⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 30/08/1821.

Há para vender hum escravo ladino de nome José, o qual se acha no Calabouço não por crime algum, mas sim por fugir uma só vez, e como por isso o dono se desgostasse o quer vender, que será por preço cômodo, podendo quem o pretender procurar na rua do Rozário n. 84.²⁸

O que a ação do senhor do escravo José significava dentro do sistema escravista? Será que colocar um escravo a venda por causa de uma única fuga era uma decisão corriqueira no cotidiano da cidade – conhecida entre muitos senhores e escravos – ou simplesmente fruto do desespero de um senhor não muito destro, e que, por isso, não sabia fazer valer suas prerrogativas senhoriais diante de seu “autônomo” escravo – ou melhor dizendo, “desgostoso” escravo? Através do que as fontes permitem avaliar, é provável que tal atitude fosse compartilhada entre os proprietários mais sagazes, embora não se deva menosprezar o fato dos escravos poderem forçar repentinamente o uso desta sagacidade. Se for isso mesmo, nessa situação os escravos intentavam através de uma fuga alterar – ou até mesmo trocar – um cativo não tão estimado por outro mais a contento. Logo, eles não fugiam para negar a escravidão, ou deixar de ser escravo. Forçar uma venda através de uma fuga também não significa uma prova de alienação a sua situação de opressão e violência. Pelo contrário, mostrava o nível de socialização do escravo, que já dominava e empregava os códigos sociais da escravidão, e que, por isso, sabia o que poderia alcançar sem ter necessariamente que jogar por terra toda uma ordem social já estabelecida com instituições prontas para garantirem o *status quo* – tais como o aparato policial.

Talvez, casos de escravos fujões que eram vendidos para outros senhores fossem tão costumeiro nos cenários de escravidão urbana, que muitos interessados em comprar novos escravos alimentavam sistematicamente interrogações sobre o motivo da venda de um escravo de boa feição física, jovem e com ocupação especializada. Em fins do ano de 1819 tentava-se vender, através de um anúncio em jornal, um moleque de nação Moçambique, jovem, com idade presumível de 18 anos, sem moléstia alguma. O interessado nessa transação comercial deveria procurar sua senhora, se dirigindo ao Largo da Glória, nº 9, onde ela morava. No entanto, para conferir se as informações sobre o escravo eram verossímeis, o destino era outro. No fim do anúncio vinha transcrito que “o dito escravo se acha no Calabouço, sem lesão”.²⁹ De maneira análoga, tentava-se vender, no ano de 1819, dois escravos mediante anúncios em periódico. Enfatizava-se primeiro que exerciam ocupações especializadas. Um era de cor mulata, por nome de Lino, sendo bolieiro e alfaiate. O outro trabalhava como oficial de pedreiro. Uma vez atraída à atenção de prováveis compradores, era informado para quem os quisesse ver, que se dirigissem a prisão do calabouço, onde se achavam presos.³⁰ Seriam essas vendas mais episódios de senhores tentando se livrar de um fujão?

Ressalta-se, todavia, que algumas dessas vendas se originavam não necessariamente devido a episódios de fugas. Há sempre a dificuldade em considerar a exata quantidade de vendas ocasionadas por causa de fugas, uma vez que a maioria dos anúncios de venda de escravos omitia o motivo da venda ou alegava outras razões que provavelmente não eram as determinantes a fim de não desinteressar, com maiores receios, prováveis compradores. O morador do sobrado nº 45 da rua da Prainha colocava sua escrava ladina a venda dando como

²⁸ *Jornal do Commercio* 07/12/1830.

²⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro* 25/12/1819.

³⁰ Respectivamente, *Gazeta do Rio de Janeiro* 16/10/1819 e 15/05/1819. Para mais casos de escravos presos no Calabouço e que são colocados a venda ver os anúncios de venda no *Diário do Rio de Janeiro* de 31/07/1821 (oficial de oleiro, serrador e de roça cujo negócio deverá ser tratado na rua do Sabão nº 22); 04/08/1821 e 08/04/1821 (escravo cozinheiro com o vício de se embriagar e fazer desordens, cujo dono, Joaquim José de Freitas Lima, reside na rua da Ajuda nº 154); 10/08/1821 (escravo Antonio, pintor e cozinheiro, pertencente a Manoel Felisberto da Silva); 18/08/1821 (mulato oficial de alfaiate escravo de Agostinho Pinto de Miranda); 26/09/1821 (mulato alfaiate cujo interessado em comprá-lo deve se dirigir a rua da Quitanda nº 66).

razão precisar da quantia monetária a qual ela correspondia. Para dissipar com eventuais dúvidas sobre tal escrava, citou além de todas as suas habilidades profissionais, que ela não tinha “vício algum, e [era] de bom procedimento”.³¹ Outra boa aquisição – conforme dava a entender seu senhor num anúncio de venda – era um “negro crioulo, bom official de Pedreiro, sem vício algum, nem moléstias, e que se vende por não haver necessidade delle”.³² Os interessados nesse excelente pedreiro certamente teriam gostado de saber – fora as capacidades profissionais, e a ausência de doenças e manhas – o porquê de um escravo com tantas qualidades não ser mais necessário ao seu proprietário. Mas não poucos proprietários de escravos pouco caso fizeram no instante de declarar um motivo convincente que os levasse a querer se desfazer de uma “mercadoria” aparentemente repleta de utilidades para o futuro proprietário. Sobre um molecote da África por volta de seus 20 anos de idade, sabe-se que quando foi posto a venda possuía bastantes luzes de cozinhar. Ao segurar a navalha barbeava belamente e agradava com enorme satisfação quando engomava liso. Quanto a eventuais vícios, informava-se laconicamente, “sem vício que faça odiosa a sua compra”.³³ De uma escrava meia ladina entre os 15 a 16 anos, embora não houvesse sido declarado a razão da venda, seu proprietário avisava o seguinte: “sem vícios nem moléstias e que se vende por motivos que não devem causar receio a quem intentar comprá-la”.³⁴

Se os proprietários poupavam tinta e demonstravam-se concisos exageradamente, algumas personagens que estavam conhecendo o funcionamento da sociedade e da escravidão no Rio de Janeiro e outras cidades escravistas verbalizaram, em tom de reprovação, razões que originariam uma venda. Trata-se dos viajantes europeus, entre eles, Rugendas. Ele registrou, com um quê de inconformismo, que as punições para escravos que cometessem homicídios ficavam sobre a alçada das autoridades públicas, que nem sempre exerciam todas as funções que eram esperadas. Como punições sempre terminavam envolvendo a perda do escravo, que podia “ser condenado ao suplício da vara, à deportação, ou aos trabalhos forçados, acontece”, lastimava Rugendas, “comumente, que o senhor faz todos os esforços possíveis para arrancá-lo das mãos da autoridade, trocá-lo ou vendê-lo, furtivamente, enviando-o para uma região longínqua”.³⁵ Pensar simplesmente no escravo com uma coisa – um *instrumentum vocale* conforme a legislação – obscurece a lógica de funcionamento das vendas de escravos.³⁶ Eles não eram simples mercadorias a bel-prazer da vontade senhorial. Poderiam se tornar desgostosos para seus senhores através de uma única fuga, e, caso não vissem suas expectativas atendidas quanto a sua escravidão, não importaria quão imensurável fosse o castigo neles aplicados, tentariam se livrar de um cativo considerado injusto, mesmo que envolvesse um homicídio, conforme expôs Rugendas. Em tais situações os proprietários se tornavam reféns – talvez nem tanto conforme o leitor verá um pouco mais adiante – de seus escravos e buscavam então vendê-los visando salvar pelo menos o capital nele investidos no momento da compra. Portanto, somente compradores desavisados se arriscariam a comprar escravos que já haviam servido a outros senhores sem questionar a razão da venda. Para eliminar qualquer sombra de dúvida sobre os motivos da venda de um jovem escravo africano, o proprietário dele anunciava o seguinte sobre o leilão no qual seria vendido:

Sexta feira 25 do corrente pelo meio dia, se há de vender em leilão a porta da Alfândega hum preto cabrinha de Angola, de idade pouco mais ou menos de 19 a 20

³¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 03/01/1821.

³² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 28/05/1814.

³³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 06/05/1818.

³⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 06/09/1820.

³⁵ RUGENDAS, *op. cit.*, p. 279.

³⁶ CHALHOUB, *op. cit.*, p. 75.

annos, com perfeita saúde e robustez, cozinheiro, bolieiro, e sabendo tratar perfeitamente de bestas e servir huma caza; elle tem embarcado, e tem princípios de Relojoeiro. *Há nove anos que serve seu senhor, sem nunca lhe ter fugido*, e o mesmo declara, que o vende por elle se ter habituado há um ano para cá, à bebida, por cujo vício o tem castigado em vão, porque o serviço de sua caza lhe facilita os meios de recahir nelle. (Grifo meu.)³⁷

Se uma única fuga de um escravo era motivo bastante para se desfazer dele, mesmo que fosse, num caso limite, por uma módica quantia sem jus ao valor de mercado, nunca ter fugido durante um período de nove anos era um dado um tanto amenizador até mesmo para se vender um escravo beberrão, podendo evitar um pouco a depreciação de seu preço e/ou acelerar uma transação comercial. Fora o que os proprietários desgostos preferiam colocar em ênfase sobre seus escravos, com esses casos de venda apresentados pode-se argumentar que escravos aclimatados geralmente eram postos a venda por desagradar gravemente a seus senhores. Eles tinham desenvolvido incorrigíveis vícios ou manhas, tais como o hábito consumir bebidas alcoólicas, poderiam ter cometido crimes – até mesmo perpetrado mortes como salientou Rugendas – ou serem fujões, não importa se iniciantes ou já contumazes. Recorrer a essas práticas poderia ser uma forma de forçar seus senhores – irreduzíveis – a tomarem atitudes que até então se demonstravam hesitantes ou mesmo em frontal desacordo. Um escravo poderia deste modo conseguir trocar um cativo não tão prezado por outro que lhe garantisse menos insatisfação. Se por um lado essa era uma vitória do escravo contra seu senhor, poucas seguranças ele tinha dela não se tornar uma “vitória de Pirro”. O escravo beberão, mesmo nunca tendo fugido durante nove anos, se almejava realmente modificar sua escravidão visando aproximá-la da liberdade – forçando, portanto, uma troca de senhor por um que já havia lhe prometido futuros ganhos –, não tinha grandes garantias de que sua vontade seria atendida já que ia ser vendido por meio de um leilão, para o comprador que lhe desse o maior lance. Já o escravo assassino de Rugendas, seria negociado numa região longínqua, onde o futuro seria demasiadamente incerto, com novas relações de trabalho e redes sociais a serem estabelecidas.

Por vezes, uma fuga acabava trazendo a tona derrotas tanto para os senhores quanto para os escravos. Se algo restava a se aprender com elas, era de que deveriam ser evitadas tanto pelos escravos, quanto pelos senhores – que necessitavam não dar razões para o escravo fugir. No número 35 da rua da Quitanda, em fins do ano de 1819, vendia-se “para fora da terra hum preto official de Çapateiro por fujão, sem defeito algum corporal”.³⁸ Sucintamente o senhor descrevia seu escravo: três características, duas delas consideráveis qualidades, que tinham seu brilho ofuscadas pelo inconveniente vício – o de fugir – colocada entre elas. O seu senhor não conseguia domar a insistência de seu escravo em fugir. Tratava-se de um fujão cujos repetidos açoites, argolas de ferros e demais castigos, já corriqueiros, não davam o esperado resultado. Por isso seu senhor decidira puni-lo da maneira a qual considerava mais dolorosa para o próprio escravo e menos desgastante para ele – embora ainda fosse prejudicial –, vendendo-o para fora da terra, onde certamente perderia laços de amizade e solidariedade, podendo até ter que labutar numa ocupação que lhe oferecesse piores condições de trabalho e/ou maior vigilância, como, por exemplo, o labor no eito de uma roça. Assim, tal punição também servia de aviso prévio do que aguardava um fujão que tivesse a ousadia de colocar em xeque a inviolabilidade da vontade senhorial. Talvez esse fosse um último castigo com o qual os senhores, apesar de saírem com alguns reverses, acreditavam afetar sensivelmente um escravo, aparentemente, indisciplinável. Schlichthorst, ex-oficial do exército imperial, tentou mapear passo a passo – de maneira demasiada sucinta talvez – os castigos que os escravos

³⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 23/06/1819.

³⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro* 29/12/1819.

eram passíveis de sofrer a partir de faltas reproduzidas constantemente. Afirmou ele que “o verdadeiro brasileiro perdoa a seu escravo a primeira falta, castiga-o pela segunda e vende-o à terceira por qualquer preço, pois, sendo esse costume conhecido, todos desconfiam e querem comprar baratos os pretos domesticados expostos à venda”.³⁹ Na cidade do Rio de Janeiro, favorecida pelo intenso fluxo de escravos africanos, os senhores por certo preferiam comprar escravos novos a escravos já aclimatados. Comprar um escravo novo – boçais em grande maioria – para depois educá-lo e treiná-lo numa ou mais ocupações profissionais talvez fosse menos oneroso e desgastante do que comprar um “prendado” escravo ladino posto a venda a pretexto de necessidades inclementes surgidas dentro da “casa-grande”. Somente as regiões que não tinham uma oferta tão grande de escravos novos no mercado acabavam comprando tais escravos, já que não tinham muito o que escolher, aproveitando os preços cômodos cobrados por eles. Por causa dessa prática, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire registrou que na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul – local que visitou no início da década de 1820 –, a junta criminal que se reunia anualmente em Porto Alegre achava-se sobrecarregada de casos para julgar. Saint-Hilaire, baseado no depoimento de um dos membros da junta, explicava que “os crimes são muito freqüentes nesta capitania, principalmente entre os negros, o que não é de se admirar devido ao costume, no Rio de Janeiro, de mandar vender aqui todos os escravos que se querem livrar”.⁴⁰ E o porquê de tal costume o francês esclarecia logo adiante: “os habitantes do Rio de Janeiro, desgostosos de seus escravos, vende-os para esta capitania, e quando querem intimidar um negro, ameaçam de enviá-lo para o Rio Grande”.⁴¹ O negociante inglês, John Luccock, que passou por essa mesma capitania, só que um pouco antes de Saint-Hilaire, em 1809, anotou algo parecido com o que o francês constataria anos mais tarde. A diferença é que compreendia que esse costume de se livrar de escravos problemáticos vendendo-os para o Rio Grande do Sul não era uma exclusividade dos moradores do Rio de Janeiro. Escrevera Luccock que “era uso remeter para São Pedro, provindo de outras partes do Brasil, os escravos considerados incorrigíveis, e é certo que aqui encontrei não só maus escravos como maus senhores”.⁴²

Acompanhando os anúncios de venda em periódicos da Corte, percebe-se que essa prática de vender escravos problemáticos para o Rio Grande do Sul não era um privilégio ímpar usufruído unicamente pelos habitantes das imediações fronteiriças ao sul, mas sim um costume altamente difundido que espalhava escravos indesejáveis pelos lugares mais remotos da América portuguesa. Uma negrinha de nação Moçambique, tendo sido transportada no convés de um navio negreiro há um pouco mais de seis meses, mal havia sido comprada, já era novamente colocada a venda, “com preferência para fora da terra”⁴³ – especificava o proprietário dela. Em condição idêntica, estava disponível para ser comprado no ano de 1820 “para fora da terra hum mulato de idade de 22 anos, official de Alfaiate e com préstimo para todo o serviço de caza e da rua, e para pagem”.⁴⁴ Alguns proprietários faziam tanta questão de enviar seus escravos para fora do ambiente onde eles haviam se enraizado que ofereciam até descontos caso o comprador do escravo morasse num local consideravelmente distante. Era o caso de Theodoro José da Silva, que prometia abater 12\$800 réis no preço pelo qual fosse ajustado um crioulo oficial de pedreiro, contanto que se atendesse a sua cláusula imposta de

³⁹ SCHLICHTHORST, *op. cit.*, p. 144.

⁴⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p.58.

⁴¹ IDEM, *Ibidem*, p. 79.

⁴² LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins Editora, p. 134.

⁴³ *Diário do Rio de Janeiro*, 08/10/1821.

⁴⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 24/05/1820.

venda “para fora da terra”.⁴⁵ Sem nem oferecer desconto ou deixar indicado um preço módico, um proprietário, certamente não muito satisfeito com seu escravo, aspirava vendê-lo. O fato de ele ser um “insigne bolieiro, e com préstimo e agilidade para todo o serviço” já não bastava para tal senhor manter esse preto em sua senzala e menos ainda numa outra perto dela. Tal dono demonstrava-se irredutível e fazia questão de vender esse escravo para muito longe. Terminava o anúncio de venda assim: “declara-se que se não vende [o escravo] se não para fora da terra, ou para o Pará, ou para o Maranhão, ou também para o Rio Grande”.⁴⁶ Tal exigência do proprietário quanto ao destino do escravo que buscava se livrar era uma deliberada tentativa do senhor efetuar uma última punição sobre um escravo que já lhe havia proporcionado dissabor em demasia.

Forçar uma venda nem sempre era sinônimo de garantia de futuros ganhos para um escravo. Houve senhores que buscavam entrar paternal e pacificamente – pelos menos era isso que eles tentavam demonstrar – em acordo com alguns de seus escravos não só quanto aos serviços que prestariam, como também a eventuais vendas e escolhas de um futuro comprador. A moradora no sobrado do nº 89 da rua dos Ourives vendia seu escravo, “ainda muito moço, robusto, alto, capaz de todo o serviço, sem vício nem defeito algum”, deixando indicado nas entrelinhas que a venda tinha se originado a partir do escravo que estaria lhe apresentando algumas solicitações. Tal senhora vendia esse cobiçado escravo “pelo motivo que se lhe conhece muita repugnância em continuar no exercício de remador, para que tem sido destinado”.⁴⁷ Determinados escravos que encaravam com um descontentamento fora do normal os serviços que eram obrigados a prestar na cidade conseguiram convencer seus senhores a não só respeitar as suas habilidades profissionais em que foram treinados, como também a vendê-los a quem os exploraria numa atividade que apreciavam. Alguns desses escravos discursaram em alto som – embora um tanto abafado nas fontes – que ser escravo num mundo urbano não era necessariamente melhor do que no rural. Tal percepção estava ligada a uma gama de variáveis que só podiam ser alcançadas e compreendidas de acordo com as experiências e expectativas individuais de cada cativo. Assim, um negro de Moçambique, jovem, sem vícios e pouco ladino, aparentava uma inusitada falha por ter uma preferência – não contemplada – de como deveria servir a seu senhor. O dito negro – lamentava seu dono – tinha “unicamente o defeito de não querer servir na Cidade (por estar costumado na roça, e bom de enchada)”.⁴⁸ O trabalho na roça sob a supervisão constante de um feitor ganhava contornos mais favoráveis para um escravo já acostumado a labutar no eito do que na cidade. Talvez a ocupação que ele estivesse exercendo na cidade não fosse uma especializada. É essa uma hipótese que não tem como ser comprovada, mas com alguns indícios generosos deixados pelo dono de uma loja de colchoeiro no ano de 1821. Num anúncio de venda ele divulgava o seguinte sobre um escravo negociado lá: “Quem quizer comprar hum escravo em boa idade, sem vício algum, vende-se por preço muito commodo, por não se ageitar ao offício, e só quer ganhar na rua, ou trabalhar em roça”.⁴⁹ Nem mesmo o serviço doméstico aparecia em alta entre uns escravos indispostos com determinadas condições de trabalho. Um senhor no início da década de 1820 colocava a venda “hum moleque de 18 a 19 annos, nação Benguela, sem moléstia, nem vício conhecido [...] por não querer sugeitar-se ao serviço particular da caza, porque só se inclina ao ganho, ou quitanda”.⁵⁰

Mesmo sendo uma possibilidade remota, alguns escravos conseguiram entrar em acordo com seus senhores em relação às condições nas quais seriam explorados, mesmo que

⁴⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 07/12/1814.

⁴⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22/01/1820.

⁴⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 14/09/1821.

⁴⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 04/08/1821.

⁴⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 06/08/1821.

⁵⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 27/08/1821.

isso, em última instância, implicasse na venda do cativo para um senhor de sua preferência. Mas, via de regra, episódios de venda de escravos nem sempre terminaram provocando júbilo no escravo vendido. Pensar qual o ensejo dos proprietários em divulgar através da imprensa periódica – um veículo de comunicação no século XIX de altas proporções, lido e escutado por toda a sociedade – que seus escravos possuíam vícios – tais como de beber, roubar, e fugir – ajuda a entender o significado que os senhores queriam dar a venda. Algumas páginas atrás foi visto que rotineiramente os senhores se furtavam a explicitar o que os estava movendo a colocar seus escravos a venda, havendo, por isso, uma natural desconfiança por parte dos interessados em adquirir esses escravos já enraizados descritos com não poucas qualidades. Contudo, chama a atenção o fato de existir casos de proprietários destacarem em seus escravos, mercadorias com valor agregado, uma série de características depreciativas, como a de fujão, por exemplo. Quando senhores não poupavam a tinta da pena e escreviam que seus escravos a venda eram fujões, valentes e possuíam outros vícios e/ou doenças, não faziam isso simplesmente pelo desejo de realizarem seus negócios com transparência. Muitos proprietários – até os mais avarentos –, ao apontarem uma série de problemas em suas mercadorias, acabaram depreciando o valor delas. Tanto esforço – incomum entre os proprietários – em resumir o que tornava um determinado escravo desgostoso era uma forma de o senhor ter plena convicção de que iria realizar a venda de determinado escravo a revelia do mesmo, eliminando qualquer manobra de autonomia por parte do escravo na escolha do futuro comprador.⁵¹ Antes da venda ser concretizada, havia o costume de conceder um período de teste ao novo proprietário a fim dele avaliar realmente se sua mercadoria prestava e/ou foi negociada ocultando-se algum defeito existente. Caso o escravo não correspondesse à descrição feita no ato da compra, ele seria devolvido. Era essa a situação de “hum escrava ladina de bons costumes, lavadeira, engomadeira e costureira”, disponível para ser comprada por Thomaz Raimundo Rodrigues de Araujo, que finalizava o anúncio deixando indicado que o interessado na dita escrava teria “a contento alguns dias, a ver o seu procedimento”.⁵²

Diante disso, a atitude de Firminiano José Dias, de tentar disponibilizar para a compra um bom oficial de pedreiro já casado, mas somente para fora da terra, não fazendo menção a situação de sua esposa – que logicamente não o acompanharia em seu destino – era uma forma clara de punir o escravo naquilo que ele dava enorme estima. Essa punição certamente acontecia por causa dos problemas que o escravo acarretava – embora não explicitados, já presumidos pelos interessados em tal escravo.⁵³ E compradores dispostos a adquirir esse tipo de escravo, geralmente vendido por pequenas bagatelas, abundavam. Para a tradicional região do Rio Grande do Sul, José da Rocha Leão procurava na Corte “hum negro official de Ferreiro e que entenda de Serralheiro, e hum official de Carpinteiro”.⁵⁴ Também na Corte, numa provável casa de comissões, comprava-se em inícios de 1821, com destino para o Maranhão, “escravos mal procedidos, sem atenção aos officios que tiverem, e sim a sua robustez, e boa vista”.⁵⁵

Perniciosas conseqüências

O que foi apresentado de modo algum pretende esgotar todos os alvos que os escravos pretendiam alcançar mediante suas repetitivas fugas. Antes, procurou-se perceber os limites que as implicações de uma fuga alcançavam. Cada escravo vivenciou de maneira muito

⁵¹ CHALHOUB, *op. cit.*, pp. 67-68.

⁵² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 13/05/1820.

⁵³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 23/05/1821.

⁵⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 04/11/1818.

⁵⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 31/03/1821.

peculiar a sua fuga, consoante a forma como sua individualidade foi e continuou a ser construída. Com objetivos os mais diversos, escravos se ausentaram e muitos deles não mais se apresentaram para seus respectivos proprietários. Contudo, algumas considerações sobre as fugas escravas, a fim de concluir este capítulo, se fazem necessárias, pois, embora ela se destaque pela forma particular como foi encarada por cada cativo, ela não era um ato explicado simplesmente por causa da personalidade do escravo. As fugas escravas sempre estiveram com seus significados em (re)elaboração nas cidades escravistas, sendo compartilhadas por diversos lugares sociais. Escravos evadidos, principalmente nos mundos urbanos, não fugiam – tornando-se vulneráveis a inúmeros perigos e a prováveis retaliações senhoriais no caso de captura – para trocar a vida numa sociedade opressora por uma de eremita cuja sobrevivência seria de repletas privações a serem solucionadas sem auxílio algum. Parece que é exatamente isso que Paul Harro-Harring conseguiu alcançar sobre as



FIGURA 15: Brasileiro acreditando ter reconhecido escravo fugitivo de Paul Harro-Harring, 1840⁵⁶

fugas escravas em seu registro pictórico. Diferentemente de outros viajantes que abarcaram sobre esse assunto se detendo mais no fracasso da fuga e nas suas conseqüências, ele se interessou mais pela fuga em si e sobre o que o escravo estaria impetrando nesse período. A leitura que Harro-Harring fez da fuga sugere algumas explicações do porquê os senhores enfrentaram dificuldades em capturar certos escravos. Eles nem sempre andavam vadiando por aí com o intuito de lesar seus proprietários. Tinham intenções próprias e não esperavam concretizá-la confiando somente na sua inteligência (andar calçado e bem vestido) e força física. Pelo contrário, eles, quando fugiam, contavam com a ajuda e auxílio de diversas personagens – escravos, forros e livres de diferentes segmentos sociais – sensíveis e/ou com interesses na sua causa. Esses escravos tinham consciência que ao percorrer tal caminho,

⁵⁶ Figura obtida em KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 65.

poderiam conseguir aproximar, até que fossem borradas, as fronteiras da escravidão com a liberdade, mas também, distanciá-las mais ainda. Os casos de venda de escravos fujões elucidam exatamente isso: os cativos poderiam ter reajustado – para melhor ou pior – suas escravidões, chegando ao limite de provocar suas vendas através de variadas maneiras, dentre elas, a fuga. Não se pode menosprezar isso, pois o fato de escravos conseguirem escolher – ou ao menos influenciar – para quem e como iriam trabalhar sobressaltava tremendamente a classe senhorial.

Azeredo Coutinho – senhor de engenho, padre e Inquisidor-Mor do Santo Ofício – ao tentar provar que os filósofos da *Enciclopédia* equivocavam-se ao considerar ilegítima a escravidão, alegando que ela se opunha a liberdade – um direito natural – escreve – numa vertente a qual José Murilo de Carvalho classificou como “razão colonial”⁵⁷ – um opúsculo.⁵⁸ Publicado primeiramente em 1798 e depois com uma segunda edição em 1808, a obra de Azeredo Coutinho tratava sobre a justiça da escravidão, recorrendo a argumentos da própria filosofia ao invés de recorrer aos bíblicos ou da Igreja Católica – conforme se esperaria de um homem ligado a igreja. Mais tarde Azeredo Coutinho elaboraria outro opúsculo no qual argumentaria como as epístolas escritas pelos apóstolos Pedro e Paulo não condenavam a escravidão.⁵⁹ Nesse primeiro escrito de Azeredo Coutinho, além de propor que esses filósofos intentavam através de uma linguagem ambígua instaurar um caos social semelhante ao da França e do Haiti na virada do XVIII para o XIX, afirmava não só ser a escravidão justa – pois era nela que se assentava o bem da nação – como também estar revestida de um simbolismo reparador, uma vez que tal escravo, destinado, inicialmente, para a morte, acabava tendo sua vida estendida na condição de escravo. Após considerar que a escravidão não deveria ser eliminada, ele propunha um projeto de lei para evitar que o senhor abusasse do escravo por causa do evidente antagonismo no qual se achavam. Em meio a esse projeto, num dos parágrafos, transparecia sua notória preocupação quanto à danosa possibilidade dos escravos recorrerem sistematicamente à justiça para queixar-se ou acusarem seus senhores de crimes ou violarem práticas costumeiras. Consoante Azeredo Coutinho,

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e razão nacional”. IN: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. v. 31, n° 3. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, pp. 294-296.

⁵⁸ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África”. IN: *Obras completas de Azeredo Coutinho, 1794-1804*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966, pp. 231-307.

⁵⁹ “Olhando para este negocio [escravidão] pela parte da Religião, eu não vejo cousa alguma contra ella. Os Apostolos tratando da escravidão nunca disserão, que ella era contra a Religião: S. Pedro na sua Epistola I. recomenda aos escravos, que odedeção aos seus Senhores, ainda que sejam máos, ou rigorosos; S. Paulo na Epistola aos Colossenses recommenda aos Senhores que prestem aos seus escravos o que a Justiça, e a equidade pedem delles, e que se-lembrem que elles tem hum Senhor no Ceo, que os ha de tratar, como elles tratarem aos seus Escravos. A Epistola de S. Paulo a Philemon, em que lhe-pede, que perdoe ao seu escravo Onesimo o furto, e a fugida que elle lhe tinha feito, he hum chefe de obra de eloquencia neste genero: nada he mais terno, mais tocante, mais persuasivo, mais animado. S. Paulo na sua Epistola mistura as preces com a authoridade, os louvores com as recommendações, os motivos da Religião com os da civilidade, e do reconhecimento; elle em fim tudo mette em obra para reconciliar o Senhor com o escravo, mas nunca disse, que era injusto, nem contra a Religião, que Onesimo fosse seu escravo. Dirá por ventura hum Christão que a Moral de taes Filosofos he mais perfeita, e mais sublime do que a Moral, que nos ensinarão os Apostolos, ou do que a Moral, que os Apostolos não reprovorão? A Moral de taes Filosofos, cujos princípios tem mostrado a experiência, que ou são falsos, ou revolucionarios, havemos nós adoptar? As obras dos homens não chegão nem já mais chegarão á suma perfeição, que he só reservada a Deos; o maior bem dos Homens no estado da Sociedade he o meio entre os extremos; querer sahir deste meio he precipitar-se no abismo, he cahir no furor, ou do fanatismo, ou da superstição.” Para mais ver COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Concordância das leis de Portugal, e das bulas pontificias, das quais umas permitem a escravidão e outras proibem a escravidão dos índios do Brasil*. Lisboa: Nova oficina de João Rodrigues Neves, 1808, pp. 19-20.

o meio de permitir que o escravo seja admitido em juízo a acusar ou a queixar-se contra seu senhor, é de perniciosíssimas conseqüências, pois que a queixa seja justa ou injusta, não deixa de produzir uma desconfiança e até mesmo um ódio, uma raiva e um desejo de vingança, que facilmente passará a ser fatal a algum deles ou a ambos, e por conseqüência ao Estado, pela facilidade com que tais crimes se podem cometer no íntimo de uma família ou num deserto sem testemunhas, e para obrigar o senhor a vender o seu escravo em tal caso, seria por na mão do escravo o mudar todos os dias de senhor, e, por conseqüência, não servir a algum deles só com se queixar, ou chamá-los a juízo, ainda que injustamente e sem razão. (Grifo meu).⁶⁰

Pela análise de Azeredo Coutinho, tão – ou até mais – preocupante quanto o fato de escravos ou seus proprietários poderem impetrar homicídios uns contra os outros após escravos prestarem depoimentos contra seus senhores às autoridades judiciárias, era o fato da justiça, na tentativa de precaver tais crimes, intervir na autoridade senhorial, colocando tais escravos – propriedades privadas – a venda à revelia dos senhores. Conforme entende Azeredo Coutinho na condição de um senhor de escravos, isso seria o prenúncio do fim da própria escravidão, pois os escravos iriam a todo instante, a pretexto de prestarem depoimentos à justiça, querer trocar de senhores e deste modo, não servir a ninguém.

Sidney Chalhoub e Leila Algranti já chamaram a atenção para o fato dos escravos procurarem a mediação e intervenção da instituição policial a fim de se livrarem de cativéis considerados cruéis e injustos mediante suas próprias vendas.⁶¹ Contudo, havia um costume rotineiro baseado numa cultura urbana da escravidão no qual escravos conseguiam efetuar a perniciosa mudança de senhores sem apelar precisamente para o aparato policial ou judiciário. Através de uma documentação excepcional e singular, pode-se, resumidamente, esmiuçar, para então perceber como os escravos encaravam suas próprias fugas, desde motivos que a geravam, passando pelos objetivos que procuravam alcançar até chegar ao “como” iriam efetuar suas fugas. Trata-se da autobiografia do africano Mahommah Gardo Baquaqua. Nela ele narra sua trajetória, como foi escravizado na África ocidental por cometer furto contra camponeses no início da década de 1840, e, depois transportado para o Brasil perto do ano de 1845.⁶²

Desembarcando no Brasil na província de Pernambuco, em pleno período de tráfico ilegal, seu primeiro senhor teria sido um padeiro, aparentemente de Olinda. Ao retratar seu cativél sob domínio desse senhor, Baquaqua apresenta um quadro desolador de infortúnios. Sua labuta começava carregando pesadas pedras por longas distâncias para a casa que seu senhor construía. E a pouca sensibilidade de seu senhor para enxergar o esforço mortificante que repetia diversas vezes ao dia irritava-o, acrescentando mais tensão ainda nessa relação naturalmente antagônica. “Às vezes”, lembrava com pesar Baquaqua, “a pedra exercia tamanha pressão sobre minha cabeça que era obrigado a jogá-la no chão. Meu senhor ficava bravo quando isso acontecia e costumava dizer que o cassoori (cachorro) havia jogado a pedra no chão”.⁶³ Mas aos poucos, quando começa a dominar mais a língua portuguesa, conseguindo contar até cem, e por isso, apto para fazer pequenas operações matemáticas com dinheiro, é empregado na venda de pão. Com muito suor pingando do rosto, conseguia,

⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 306.

⁶¹ Refiro-me respectivamente a CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁶² Para um estudo sobre a vida de Baquaqua, ver LOVEJOY, Paul E. “Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas”. IN: *Afro-Ásia*, n° 27, 2002, pp. 9-39.

Para ver uma parte da biografia de Baquaqua, a saber, a que ele narra sua vida enquanto esteve no Brasil, ver BIOGRAFIA de Mahommah G. Baquaqua. Apresentação de Sílvia Lara. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n° 16, 1988, pp. 269-284.

⁶³ IDEM, *Ibidem*, p. 274.

labutando até tarde da noite, vender todos os pães do cesto. Mas em dias ruins, voltava para casa carregando alguns pãezinhos dentro do cesto que não foram vendidos. Nesses dias ganhava por recompensa a todos os serviços prestados desde então pancadas seguidas de alguns açoites. Diante dessa situação de profunda intolerância senhorial, mais do que o evidente ódio e raiva, Baquaqua ia alimentado uma grande frustração. A decepção de Baquaqua não se torna plausível partindo da premissa de que era simplesmente devido ao fato de ser escravo e ter um senhor que o oprimia, mas porque seu senhor, fundamentalmente, demonstrava-se aos seus olhos, injusto. “Meus companheiros de cativo não eram tão constantes quanto eu, sendo muito dados à bebida e, por isso, eram menos rentáveis para meu senhor. Aproveitei disso”, recordava com um misto de inconformismo e consternação o africano, “para procurar elevar-me em sua opinião, sendo muito prestativo e obediente, mas tudo em vão; fizesse o que fizesse, descobri que servia a um tirano e nada parecia satisfazê-lo”.⁶⁴

A partir de então, quando Baquaqua não vislumbrava mais que suas expectativas quanto a sua escravidão tivessem alguma chance de serem atendidas, o africano começa a seguir o exemplo de seus companheiros de senzala não tão rentáveis quanto ele, gastando as economias adquiridas com a venda dos pães em bebidas alcoólicas. A verdadeira intenção de Baquaqua com isso é muito sutil, não entendida em sua plenitude sem se levar em conta sua própria experiência de cativo com seus pares e seu senhor. Como o tornar-se beerrão e não rendoso ao seu senhor não davam o esperado resultado, Baquaqua decidiu finalmente fugir, rememorando nesse momento suas reais intenções ao cometer seguidas faltas: “as coisas iam de mal a pior e *estava muito ansioso para trocar de senhor, então tentei fugir*, mas logo fui apanhado, atado e restituído a ele (Grifo meu)”.⁶⁵ Em meio ao agravamento do embate entre Baquaqua com seu senhor culminando com sua fuga, é interessante salientar que ele em momento algum visava fugir para se internar dentro da floresta ou viver solitariamente, e menos ainda sem exercer trabalho algum. Antes pretendia trocar de cativo visando ficar sob o poder de um senhor que estimasse o seu trabalho e não fosse injusto a ponto de se assemelhar a um tirano que não diferenciava o tratamento dispensado entre um rendoso escravo e outro beerrão pouco lucrativo. Devido a insistência de seu senhor em não querer se desfazer dele, apesar de toda a sua ansiedade – vide os seus gestos – para trocar de senhor, que Baquaqua realiza sua fuga, para então ser escravo de outro senhor.

Seu senhor, conforme Baquaqua indica indiretamente na sua biografia, até pensou em vendê-lo depois desse incidente, porém seus amigos lhe aconselharam a mantê-lo, pois era rendoso, e por isso, lhe proporcionaria mais benefícios que prejuízos. A troca de senhor só é realizada quando Baquaqua tentara – inutilmente – se suicidar, mas mesmo assim, tendo em vista mais castigar o africano do que consentir com uma solicitação dele. Ele é vendido para um negociante de escravos que o leva – conforme seu senhor deve ter exigido – “para fora da terra”, saindo assim de Pernambuco em direção ao Rio de Janeiro.

Avançando um pouco mais sobre a biografia de Baquaqua, ela ainda permite que alcancemos uma maior compreensão sobre as fugas escravas. No Rio de Janeiro, Baquaqua é comprado por um capitão de navio, que numa de suas viagens transportando mercadorias, zarpara com destino a Nova York, a “terra da liberdade” – conforme Baquaqua e seus companheiros haviam escutado de um inglês a bordo. A ansiedade entre eles para botar os pés num país onde seriam livres somava-se a uma crescente agonia que tirava a paz deles. Não era a sensação da viagem marítima ter se alongado a responsável por perturbar o sossego deles. Mas sim o “como” iriam conseguir fugir da embarcação para a terra da liberdade. Baquaqua e os outros escravos se depararam finalmente com essa dura realidade quando aportaram em

⁶⁴ BIOGRAFIA, *op. cit.*, p. 275.

⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 275.

Nova York. Dentro da embarcação, estavam a alguns passos – acreditavam eles – de deixarem de ser escravos, mas para conseguir dar essas passadas tinham que passar por cima de um longo obstáculo: “O dia, enfim, chegou”, expunha Baquaqua lembrando-se de quando o navio ancorou nos Estados Unidos, “mas não era coisa fácil fugir, para dois rapazes e uma moça que sabiam falar apenas uma palavra de Inglês [*free*], não tendo, como tínhamos suposto, qualquer amigo para nos ajudar”.⁶⁶ Baquaqua, junto com outro escravo, conseguiu fugir e se livrar da escravidão imposta pelo capitão do navio. Mas isso, por ora, não vem ao caso. Mais importante do que propriamente a fuga é a leitura que Baquaqua fazia da situação. Conforme sua percepção, para conseguir fugir, mesmo que para uma terra de liberdade onde os homens de cor eram livres, ele precisava dominar os códigos sociais daquela sociedade – começando pela língua inglesa – e, mais essencial que isso, necessitava de indivíduos solidários a sua causa para os auxiliarem a enfrentar as adversidades que surgissem. Apesar de Baquaqua não ter dado maiores explicações sobre sua primeira fuga em Pernambuco, parece que em meio a tudo isso, algo se sobressaía claramente: um escravo não fugia para se isolar da sociedade, e quando pensava na hipótese de fugir, recorria para aqueles sensíveis e interessados em suas causas.

A luz da história de Baquaqua outras fugas de escravos descritos por seus senhores como rendosos podem ser entendidas. Esse provavelmente deveria ser o caso do crioulo Feliciano, oficial de pedreiro. Seu senhor, por certo, já havia recebido mostras – e quiçá solicitações – de Feliciano crioulo para ser vendido para um senhor – de sua escolha – que já lhe havia prometido ganhos que aproximariam sua escravidão da liberdade. Por isso, quando fugiu, seu senhor não deixou de mencionar num anúncio de fuga – fora os tradicionais comprometimentos de boas alvíssaras para quem capturasse o fujão – que “no caso de elle estar agregado em alguma caza de representação com o [título de forro] e o queirão comprar”,⁶⁷ que o procurasse para tratar da negociação do dito escravo.

A interpretação dada por Baquaqua para suas evasões reitera que diante das fugas predominavam dois discursos: o da classe senhorial de um lado, e o dos escravos, do outro. De modo algum, a fala do primeiro sobre as fugas escravas deve ser aceita como a última palavra a respeito da ação dos segundos. A classe senhorial, lesada por causa da fuga de seus escravos, apenas ressaltava nelas mais uma patente prova de que os escravos eram naturalmente predispostos a ociosidade, e fora da devida orientação senhorial, eles não conseguiriam guiar devidamente suas vidas. O livre-arbítrio não deveria estar à disposição dos escravos, pois eles eram apenas crianças imaturas, sem capacidade para planejar seus futuros com as virtudes daqueles movidos por uma ética que visava o lucro. Se a classe senhorial preferia enxergar seus escravos desta maneira, cabe ressaltar, que os próprios escravos não se entendiam tão incapazes. Quando fugiam, mostravam para seus proprietários que não eram vadios indispostos a trabalhar. O preto José, oficial de pedreiro, ao fugir, não hesitou em levar consigo sua ferramenta do ofício. Por isso, seu senhor rogava “a qualquer mestre pedreiro a quem o mesmo vier a pedir obra” que o capturasse.⁶⁸ Quando Luiz Moçambique se evadiu, seu senhor pedia “por favor aos senhores mestres de obra de carpinteiro e pedreiro, que examinem os serventes para que ele não ande introduzido em título em que dá jornal ou em qualquer outra oficina que ocupe escravos”.⁶⁹ O senhor do escravo Francisco, oficial de alfaiate, já sabia que ele, enquanto se mantinha fugido, “está trabalhando em loja do mesmo officio intitulado-se de que he forro”.⁷⁰ Em desespero achava-se um senhor quanto ao destino de seu escravo pardo escuro que escapara, uma vez que ele “dá-se a todo o serviço ou seja de

⁶⁶ BIOGRAFIA, *op. cit.*, p. 281.

⁶⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 19/07/1821.

⁶⁸ *Jornal do Commercio*, 04/08/1830.

⁶⁹ *Jornal do Commercio*, 07/08/1830.

⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 04/08/1830.

Mar, ou de terra”.⁷¹ Sobre o escravo fugido Miguel, de nação Congo, oficial de carpinteiro, seu senhor solicitava que quem o prendesse, o levasse para o Calabouço. Por certo a relação entre eles havia ficado tumultuada além do normal. É quase certo que ele fugira, para, ao seu modo, tentar resolver as pendengas agravadas que travava com seu senhor. A fim de que o tempo de sua captura fosse abreviado, seu senhor acabou confessando que o escravo Miguel “não he vadio, e por isso estando trabalhando em alguma obra na Cidade, subúrbios, ou em alguma Província deste Império, he fácil ir passando”.⁷² Fugir para modificar sua escravidão, isso que Baquaqua e outros escravos intentaram. Não almejavam negar a escravidão ou se isolar da sociedade, mesmo que fosse uma escravista. Fugiam, auxiliados, para refúgios que conseguiram inventar a fim de alterar suas escravidões, tornando-as menos distantes da sonhada liberdade.

⁷¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 26/07/1821.

⁷² *Jornal do Commercio*, 06/04/1835.

EPÍLOGO

Cenas da escravidão

As fugas de escravos não davam sossego. Perturbaram a não poucos senhores. E houve mesmo proprietários de escravos que sucumbiram sem tornar a rever sua mercadoria, perdida em algum canto do mundo. O avaliador dos escravos da falecida Francisca Maria de Jesus, ao avaliar o plantel de escravos dela em 1819, não deixou de assinalar que o escravo Felipe Banguela de vinte cinco anos de idade, além de ter por ocupação o serviço de roça e valer a quantia 102\$400 réis, era muito fujão. Eleuterio Rebolo, também do mesmo plantel, tendo não apenas idade semelhante à de Felipe, mas idêntica ocupação e valor, destacava-se por apresentar o mesmo mau exemplo de seu companheiro de labuta: tinha, conforme o registrado pelo avaliador, o “vício de fugir”.¹ Vício esse que se alastrava como um vírus, causando uma verdadeira epidemia, na qual, por vezes, não se desvendava um antídoto e muito menos uma vacina. O escravo Julio também fora afetado por esse vício, tendo o seu senhor, João José de Bastos, morrido no ano de 1833 sem conseguir vê-lo em seu poder novamente. Nas declarações de João J. Bastos visando à boa ordem da partilha constava que o escravo Julio ainda quando era vivo “se tinha ausentado fugitivo [...] e até hoje não se sabe notícia dele”, o que indica – além de uma provável fuga de longa duração – que o escravo não fugira necessariamente por causa da partilha da herança, momento esse em que muitos laços de amizade e relações familiares poderiam se desfazer pela ameaça de comercialização de escravos.² A ação de escravos como Julio, Eleuterio e Felipe, embora ocasionassem receio entre setores da sociedade oitocentista, de modo algum ameaçaram determinantemente o sistema escravista brasileiro na primeira metade do século XIX. As fugas eram tão-somente indesejadas pelos proprietários de escravos.

Em fins dos anos 1860, Perdígão Malheiro, em denso ensaio combinando história e legislação para assim entender a instituição da escravidão, assinalava que as fugas escravas equivaliam a pilastras que sustentavam o sistema escravista, quase que não permitindo que ele erodisse. Perdígão Malheiro compreendia que “a fuga é inerente a escravidão. É um dos seus corretivos naturais. É tanto mais freqüente, quanto maior é o rigor do cativo. Em toda parte e em todos os tempos assim tem sido. Os periódicos o atentam [...]”.³ Sim, lá no distante ano de 1867, quando Malheiro punha o ponto final em seu opúsculo, os jornais de grande circulação traziam – desde longa data – anúncios de fuga de escravos estampados em suas últimas páginas. Era quase que uma tradição compartilhada nas cidades escravistas possibilitada pelo avanço da imprensa periódica. Se “quando os viajantes bávaros Spix e Martius visitaram o Brasil (1817-1820), existiam apenas dois jornais em todo o Império; agora”, passados 13 anos, relatava o naturalista Bunbury que “só no Rio, são publicados doze ou quatorze”.⁴

¹ ANRJ, Fundo Inventários. Código 3J. Notação 8441. Maço 436. Inventário *post-mortem* de Francisca Maria de Jesus. 1819.

² ANRJ, Fundo Inventários. Código 3J. Notação 530. Caixa 295. Inventário *post-mortem* de João José de Bastos. 1833. Agradeço a Gustavo Dantas Abrantes pela indicação desses dois inventários.

³ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 34.

⁴ BUNBURY, Charles James Fox. *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. IN: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 62. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 38.

Já em fins dos anos 1820, o reverendo Walsh ressaltaria sobre a imprensa periódica estabelecida no Rio de Janeiro dois jornais: o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro*. Chamavam sua atenção pela quantidade infundável de anúncios de fuga: “há sempre dez ou doze anúncios de escravos fugidos”. Walsh traduzia isso como sinal de como a escravidão era insuportável para suas vítimas que ansiavam pela liberdade. Aproveitava a oportunidade para narrar como testemunhara mais uma dessas cenas da escravidão que fazem qualquer leitor abominar uma instituição tão hedionda. Residindo nas proximidades da praia de Botafogo, onde os moradores costumavam se banhar, ao invés de descrever sobre a luxuriante enseada de Botafogo dando vista para o morro do Pão-de-açúcar e Cara de cão, restringiu-se a relatar sobre suicídios de escravos. Mas por que uma paisagem tão deslumbrante despertara no reverendo o desejo de escrever sobre assunto tão pesado? Muitos corpos sem sinal de violência alguma eram encontrados constantemente boiando na orla da praia, trazidos pela maré. Não tardou e logo o próprio Walsh assistiu como esse enredo se iniciava.

Numa dada tarde – contava Walsh –, quando alguns policiais conduziam uma mulher para o calabouço pela rua que daria no Catete, ela conseguiu se desprender deles e surpreendê-los. Walsh assim descrevera o transcorrido: “no momento em que passavam diante de nossa porta, onde havia um caminho que ia até a beira da praia, a mulher libertou-se subitamente e correu pela pedras abaixo, atirando-se ao mar”. Como o local onde mergulhou era raso, ela levantou-se e avançou para uma parte mais profunda onde desapareceu. “Os policiais não fizeram a menor tentativa de salvá-la, mas o Sr. Abercrombie mandou algum de nossos serviçais negros em seu socorro”. Retirada do mar pelos serviçais negros, esses a julgaram morta. Mas Walsh e Sr. Abercrombie acharam que ela poderia ser ressuscitada e procederam “então a fricções e outros meios usados nesses casos”. Ela logo vomitou grande quantidade de água e abriu os olhos. Estava viva!

Agradecida, contou sua história a seus benfeitores. “Era nativa de Mina, da costa da Guiné, tendo sido agarrada certa noite em sua choupana e arrastada para um navio negreiro”. Desembarcara no Rio, onde foi posta a venda no mercado do Valongo. Comprada por um certo capitão Felipe, foi batizada na Igreja da Candelária com o nome de Francisca. Seu amo a havia levado para sua chácara perto de Botafogo, onde ela labutava como lavadeira. Embora Francisca se considerasse uma boa lavadeira, seu amo a tratava com grande crueldade e desumanidade. Exibia para seus benfeitores “seus braços e os flancos de seu corpo, que estavam inchados e inflamados em consequência das pancadas que havia recebido uns dias antes”. Não agüentando mais, ela fugiu para o mato. Foi, entretanto, caçada e capturada, sendo levada de volta ao seu amo. Tal era o horror que sentia em voltar a servi-lo que não hesitou e tentou o suicídio se lançando as águas da praia.

Resgatada da morte, acreditava que serviria a partir de então a Walsh ou ao Sr. Abercrombie. Estava disposta a fazer tudo que eles exigissem dela. Contudo, quando descobriu que ia ser devolvida ao seu amo, não sentiu a menor gratidão para aqueles que a resgataram de seu afogamento. Os ingleses ainda tentaram ajudar a desgraçada africana, mas se depararam com uma legislação que tudo autoriza ao proprietário realizar com seu escravo, como se fosse não mais que um objeto. Lord Strangford, que também se envolvera nessa história, resolvera apadrinhar a escrava para livrá-la de um castigo imediato.

O reverendo Walsh e seus companheiros ingleses, engrossando o coro humanitário que condenava a escravidão devido aos seus horrores, terminaram por vitimizar a escrava. A fuga era apenas mais um agravante que reiterava o quanto essa africana era desafortunada. Prestassem eles um pouco mais de atenção e compreenderiam mais alguns sentidos para a fuga. Para além do irreprimível horror que a escravidão gerava neles, no caso específico da

escrava Francisca Mina, a aversão que ela alimentava era estritamente em relação ao seu senhor. Por isso fugira e diante do fracasso de sua fuga tentara suicidar-se. Mas ante a possibilidade de dar seqüência ao caminho aberto pela sua fuga, a saber, não ter que servir ao seu senhor, “ela se dispôs a fazer todo tipo de trabalho que se exigisse dela”, conforme dera a entender Walsh.⁵ Ao leitor de hoje, em pleno século XXI, pode parecer estranho, mas para os contemporâneos do século XIX, era só mais uma das cenas da escravidão!

⁵ WALSH, Robert. *Notícias dos Brasil (1828-1829)*. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, pp. 160-162.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES MANUSCRITAS

BIBLIOTECA NACIONAL

MSS II-35, 11, 002 N° 002. VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro de. Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz: obras, problemas com escravos, dispensa de oficiais inferiores e soldados ano necessários etc. Santa Cruz – Rio de Janeiro. Fevereiro de 1811.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Código 46.3.90.

Inventário. Código 3J. Notação 8441. Maço 436. Inventário *post-mortem* de Francisca Maria de Jesus. 1819.

Inventário. Código 3J. Notação 530. Caixa 295. Inventário *post-mortem* de João José de Bastos. 1833.

ARQUIVO NACIONAL

Código 403, volumes 1 e 2.

2. FONTES IMPRESSAS

BIBLIOTECA NACIONAL

Periódicos:

Correio Mercantil, 1859.

Diário do Rio de Janeiro, 1821, 1829, 1845, 1849.

Gazeta de Notícia, 1895.

Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822.

Jornal do Comércio, 1830, 1835.

LEGISLAÇÃO

LARA, Sílvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

LIVROS DE ÉPOCA

BIOGRAFIA de Mahommad G. Baquaqua. Apresentação de Sílvia Lara. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, 1988, pp. 269-284.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África”. IN: *Obras completas de Azeredo Coutinho, 1794-1804*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966, 231-307 (1ª Edição 1798).

_____. *Concordância das leis de Portugal, e das bulas pontifícias, das quais umas permitem a escravidão e outras proíbem a escravidão dos índios do Brasil*. Lisboa: Nova oficina de João Rodrigues Neves, 1808.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. Volumes 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1976 (1ª Edição 1867).

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 (1ª Edição 1883).

_____. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004 (1ª Edição 1900).

RELATOS DE VIAJANTES E MEMORIALISTAS

BUNBURY, Charles James Fox. “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”. IN: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 62. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

GRAHAM, Maria. “Esboço biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Rio de Janeiro; Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina e cartas anexas”. IN: *Anais da BNRJ*. Rio de Janeiro. V. LX, 1940.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951.

MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas*. Rio de Janeiro, *Separata do volume LVI dos “Anais da Biblioteca Nacional”*, 1939.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

RUGENDAS, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir a história do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*; Brasília: Senado Federal, 2000.

SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Vol. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Volume 1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985.

ROMANCES

CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. Rio de Janeiro: Grupo Ediouro Editora Tecnoprint S.A.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. "Pai contra mãe" IN: *Contos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: O Globo/Klick Editora, 1997.

GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Klick Editora.

3. FONTES CARTOGRÁFICAS

BIBLIOTECA NACIONAL

AT. 14, 1, 4. Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza Real o príncipe regente nosso senhor no ano de 1808.

4. FONTES ICONOGRÁFICAS

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do Século XIX*. São Paulo-SP: Edusp, 1994.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *A travessia da calunga grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: USP, 2000.

RUGENDAS, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/iconv107laemmert.jpg> acessado em 09/04/2012.

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or102_5_183.jpg> acessado em 09/04/2012.

5. ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E LIVROS

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. “Resenha crítica do livro de Richard Wade, *Slavery in the cities*”. IN: *Revista Brasileira de História*, v. 8-9. São Paulo: Humanitas publicações, 1985, pp. 207-211.

AMANTINO, Márcia. *O mundo do fugitivo: Rio de Janeiro – século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 1996.

_____. Comunidades quilombolas na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores. In: SOUZA, Jorge Prata de (Org.). *Escravidão: ofícios e liberdades*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, v. 1, pp. 109-133.

ARAÚJO, Antonio Luiz d'. *Rio colonial: histórias e costumes*. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 (Originalmente publicado na revista *Anhembi*, 1953).

FERNANDES, Florentan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 v. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

BARATA, Carlos Eduardo. “Afina!!! Quantas pessoas vieram com a corte de d. João? 1807-1808” IN: IPANEMA, Rogério Moreira de (Org.). *D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008, pp. 47-66.

CALDEIRA, Newman di Carlo. *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.

CARDOSO, Amâncio. “Escravidão em Sergipe: fugas e quilombolas – século XIX”. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* – v. 1, n. 1. Aracaju: IHGB de Sergipe, 2005, pp. 55-73.

- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- _____. “Sociólogos Nos Domínios de Clio”. IN: *Tempo e Sociedade*. v. 01, n. 01. Niterói: UFF, 1982, pp. 67-104.
- CARSOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.
- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e razão nacional”. IN: *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, nº 3. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, pp. 294-296.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- _____. “Quem Furta Mais e Esconde: O Roubo de Escravos em Pernambuco, 1832-1855”. IN: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas: São Paulo-USP, 1987, v. 17, pp. 89-110.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____ e SILVA, Fernando Teixeira da. (2009) “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. IN: *Cadernos AEL*, 26. pp. 14-45.
- CHARTIER, Roger. “Entrevista com Roger Chartier”. IN: *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 8, nº 1-2 (jan. / dez. 2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 3-12.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1966.
- _____. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

DARNTON, Robert. “Entrevista com Robert Darnton”. IN: *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 8, nº 1-2 (jan. / dez. 2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 13-18.

DÁVILA, Jerry. “Raça, etnicidade e colonialismo português na obra de Gilberto Freyre” IN: *Desigualdade & diversidade – Revista de ciências sociais da PUC-Rio*, nº 7, jul/dez, 2010, pp. 153-174.

DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização de metrópole (1808-1853)” IN: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, pp. 160-184.

FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano; GOMES, Flavio dos Santos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. v. 1. São Paulo: Globo, 2008.

FIGUEIREDO, Arisvaldo. *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: José Alvaro, 1977.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995.

_____. e FRAGOSO, João Ribeiro. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil numa sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial”. IN: *Revista USP*, São Paulo, nº. 58, 2003, pp. 104-115.

FREITAS, Décio. *Insurreições escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 51ª Edição. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006.

_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

FURSTENAU, Vera Maria. *Jornais e leitores: uma polêmica apaixonada na cidade do Rio de Janeiro (1831-1837)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1994.

GEBERA, Ademir. "Escravos: Fugas e fugas" IN: *Revista Brasileira de História*, vol. 6, número 12, março/agosto 1986, pp. 89-100.

_____. Escravidão: fugas e controle social. *Cadernos IFCH-Unicamp*, 12. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo. Cia. das Letras, 1987.

_____. "O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações" in *Revista Brasileira de História*. São Paulo v.1 nº 21, Set. 90 / fev. 91, pp. 9-20.

_____. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" IN *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 143-179.

_____. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações" IN: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989, pp. 203-214.

GÓES, Jose Roberto Pinto. *O Cativo Imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GOLDIN, Claudia Dale. *Urban slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative history*. Chicago: University of Illinois Press, 1976.

GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico sul*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

_____. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - séc. XIX* - Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. NEGRO, Antônio Luigi. “Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 18, 2006, pp. 217-240.

_____. *Experiências atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo-RS: UPF Editora - Universidade de Passo Fundo-RS, 2003.

_____. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista” IN: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, 1996, pp. 67-93.

_____. “Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista”. IN: *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 13, n. 1, 2002, pp. 209-246.

_____ e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Com o pé sobre um vulcão: africanos Minas, Identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”. IN: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. ano 23, n. 335, 2001, pp. 1-44.

_____ e _____. “Identidades Escravas, Conexões e Narrativas: Notas de pesquisas”. IN: *Sesmaria (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2001, pp. 21-45.

_____, _____, FARIAS, Juliana Barreto; ARAUJO, Carlos. Eduardo. M. De. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista – Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

GOMES, Heloisa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª Edição, revista e ampliada. São Paulo: Ed. Ática.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista / INL, 1972.

GRIN, Monica. “O Legado Moral da Escravidão”. IN: *Insight/Inteligência*, ano XI, n.42, jul./set. 2008, pp. 57-66.

GUEDES, Roberto. “Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX”. IN: Manolo Florentino. (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 229-283.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdade raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOBSBAWN, Eric J. “A outra história – algumas reflexões” IN: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 18-33.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*; tradução de Francisco de Castro de Azevedo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.

IPANEMA, Rogério Moreira de (Org.). *D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888”. *Afro-Ásia*, 17 (1996), pp. 29-56.

KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1994.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitânia do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Do Singular Ao Plural: Palmares, Capitães-Do-Mato e O Governo dos Escravos”. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (Org.). *Liberdade por um Fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 81-109.

_____. “Blowin in the wind: Thompson e a experiência negra no Brasil.” IN: *Projeto História*. V. 12. São Paulo:EDUC, 1998, pp. 43-56.

LEENHARDT, Jacques. “Imagem e história em Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, de Jean-Baptiste Debret: o enterro do filho de um rei negro”. IN: (Org.) LOPES, Antonio Herculano e outros. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 121-129.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: Sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama. *A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1977.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. v. 1. Rio de Janeiro, IBEMEC, 1798.

LOVEJOY, Paul E. "Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahhomah Gardo Baquaqua para as Américas". *Afro-Ásia*, nº 27, 2002, pp. 9-39.

LUNA, Luiz. *O negro revoltado na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-23)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 2010.

MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho*. Passo Fundo: UFP, 2001.

_____. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UFP, 2002, pp. 31-84.

_____. "Gilberto Freyre: da 'Casa-grande' ao 'Sobrado': gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: algumas considerações". In: *II Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, Instituto Humanitas Unisinos, 2004, São Leopoldo. Cadernos IHU. São Leopoldo: EdiUnisinos, 2004, pp. 3-31.

MAMIGONIAN, Beatriz G. "África no Brasil: mapa de uma área em expansão". *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2004, pp. 33-53.

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MENDES, Fábio Faria. "Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX" IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, pp. 111-137.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1814*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____ e BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil” IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Livros e impressos: retratos os setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUREJ, 2009, pp. 162-163.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. “Sobre o tamanho da comitiva”. IN: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. v.21, nº: 1 (jan. / jun. 2008). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, pp. 46-62.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Algre – 1858-1888*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOTT, Luiz. “Os escravos nos anúncios de jornais de Sergipe”. IN: *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro, ABEP, 1986, vol. 1, pp. 3-18.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões de senzala*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, 2000, pp. 85-112.

NETO, José Maia Bezerra. *Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará 1840-1888*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Unicamp, 2000.

_____. “Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do Grão-Pará - 1840/1860”. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro-RJ, 2001, p. 73-112.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder”. IN: *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 8, nº 1-2 (jan. / dez. 2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 123-138;

NEVES, Margarida de Souza. “O Bordado de Um Tempo: A História Na Estória de Esaú e Jacó, de Machado de Assis”. *Revista Tempo Brasileiro*, v. 81, n. 2. Rio de Janeiro: Universitária, 1990, pp. 475-483.

NEVES, Raphael e GOMES, Flávio dos Santos. “Entre olhares e lentes impressas: jornais, africanos e anúncios de fuga na Corte do Rio de Janeiro”. IN: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões e OLIVEIRA, Rosy de (Org.). *Olhares sobre o mundo negro: trabalho, cultura e política*. Curitiba: Pgressiva, 2010, pp. 161-192.

PETIZ, Silmei de S. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

PINHEIRO, Claudio Costa. *Os desaparecidos: o cotidiano das fugas de escravos na Corte, 1835 & 1865*. Monografia em História. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ. 1994.

_____. *Quereis ser escravo? Escravidão, saberes de dominação e trajetórias de vida na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1865*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: PPGAS / UFRJ, 1998.

PROENÇA, Graça. *História da arte*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

_____. “Rebeldia escrava e historiografia”. IN: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, 1987, v. 17, pp. 89-110.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 2001, pp. 91-110.

REIS João José. “A greve negra de 1857”. IN Revista USP, v. 18. São Paulo: Humanitas, 1993, pp. 6-29.

_____. “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na independência da Bahia”. In: SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*. (Edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. “Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX” In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). *Carnavais e Outras F(r)estas: Ensaios de História Social da Cultura*. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002, v. 1, pp. 101-155.

RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais: 1808-1850*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil: 1800-1850*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2000.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial”. *Tempo. Revista de História da UFF*, v. 12, nº 24, Jan. - Junho 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Questão Racial no Brasil” In: SCHWARCZ, Lília Moritz e REIS, Letícia. (Org.). *Negras imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 39-57.

_____ e GARCIA, Lúcia. “Nem bem passivos, não só heróis: sobre a lógica da negociação”. IN: SCHWARCZ, Lília Moritz e GARCIA, Lúcia. *Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da biblioteca nacional*. Rio de Janeiro: Editora da Biblioteca Nacional, 2006. pp. 9-13.

SCWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru / São Paulo, EDUSC, 2001.

_____. “Mocambos no Brasil”. IN: *Estudos econômicos: O protesto escravo I*. vol. 17. São Paulo: IPE, 1970.

SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

_____. “A África carioca em lentes européias: corpos, sinais e expressões”. *Revista Brasileira de História*, v. 26, 2007, pp. 193-225.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo” IN: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. UNESP, 1992.

SILVA, Eduardo. “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. IN: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808 – 1821*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

_____. *A gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. “A imprensa periódica na época joanina” IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Livros e impressos: retratos os setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUREJ, 2009, pp. 15-30.

_____. “Entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva”. IN: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 1, nº 1, (jan. / jun.2008). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, pp. 5-10.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da Escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. “Malungo, Ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP*, 12, 1991/92.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: A escravidão urbana do Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. “O escravismo brasileiro nas redes do poder - resenha de Leila Mezan Algranti - O feitor ausente; Caio César Boschi - Os leigos e o poder; Ronaldo Vainfas - Ideologia e escravidão; Sílvia Hunoldt Lara - Campos da violência”. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, 1989, pp. 133-146.

SOUZA, Jorge Prata de (Org.). *Escravidão: ofícios e liberdades*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987, v. 1, 2 e 3.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WADE, Richard. *Slavery in the cities: the south 1820-1860*. Londres: Oxford University Press, 1964.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, pp. 7-41.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UFP, 2002.